

RELATÓRIO

100

DIAS

GESTÃO 2026 | 2028

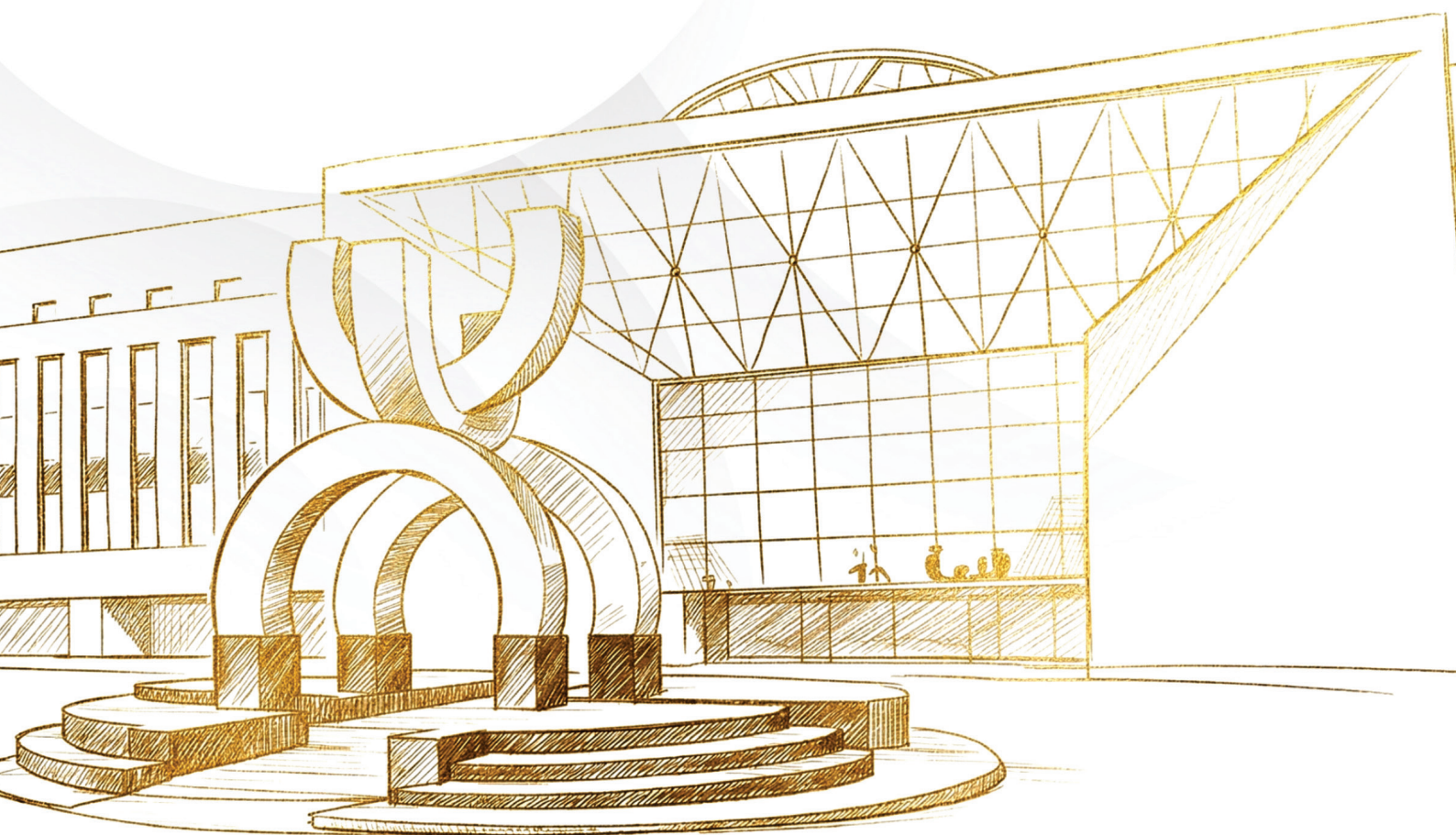


TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO

100 DIAS

GESTÃO 2026 | 2028



2026

© 2026
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
5ª Avenida do Centro Administrativo, nº 560 - Salvador/BA - CEP. 41745-971
www.tjba.jus.br

B151 Bahia. Tribunal de Justiça
Relatório de 100 dias: gestão 2026-2028 / Tribunal de Justiça da
Bahia. – Salvador: TJBA, 2026.

306 p. ; il.

1. Relatório de gestão 2. Tribunal de Justiça da Bahia I. Título

CDU: 347.99 (813.8) (047)
CDD: 340

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenação de Bibliotecas do TJBA.

MESA DIRETORA 2026-2028



Desembargador
JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente



Desembargador
Josevando Souza Andrade
1º Vice-Presidente



Desembargador
Mário Augusto Albiani Alves Júnior
2º Vice-Presidente



Desembargador
Emílio Salomão Pinto Resedá
Corregedor-Geral da Justiça



Desembargadora
Pilar Célia Tobio de Claro
Corregedora-Geral do Foro Extrajudicial



Desembargador
Alberto Raimundo Gomes dos Santos
Ouvidor Judicial

TRIBUNAL PLENO

DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente

DES. JOSEVANDO SOUZA ANDRADE
1º Vice-Presidente

DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR
2º Vice-Presidente

DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
Corregedor-Geral da Justiça

DESA. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO
Corregedora-Geral do Foro Extrajudicial

DES. ALBERTO RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS
Ouvidor Judicial

DESA. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL
Ouvidora Judicial Substituta

Des. Eserval Rocha
Desa. Maria da Purificação da Silva
Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Desa. Rosita Falcão de Almeida Maia
Des. José Cícero Landin Neto
Des. Carlos Roberto Santos Araújo
Des. Nilson Soares Castelo Branco
Desa. Cynthia Maria Pina Resende
Desa. Nágila Maria Sales Brito
Desa. Inez Maria Brito Santos Miranda
Desa. Gardênia Pereira Duarte
Des. José Alfredo Cerqueira da Silva
Des. Pedro Augusto Costa Guerra
Desa. Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel
Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos
Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior
Desa. Ivone Bessa Ramos
Des. Roberto Maynard Frank
Des. João Bôsko de Oliveira Seixas
Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães
Des. Maurício Kertzman Szporer
Des. Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto
Desa. Joalice Maria Guimarães de Jesus
Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar
Desa. Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Des. Baltazar Miranda Saraiva
Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro
Des. Julio Cezar Lemos Travessa
Desa. Maria de Fátima Silva Carvalho
Des. Abelardo Paulo da Matta Neto
Desa. Soraya Moradillo Pinto

Desa. Aracy Lima Borges
Des. Antonio Cunha Cavalcanti
Des. José Soares Ferreira Aras Neto
Des. Manuel Carneiro Bahia de Araújo
Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud
Des. Geder Luiz Rocha Gomes
Des. Edson Ruy Bahiense Guimarães
Des. José Jorge Lopes Barretto da Silva
Des. Marcelo Silva Britto
Desa. Maria do Socorro Santa Rosa de Carvalho Habib
Des. Paulo César Bandeira de Melo Jorge
Des. Angelo Jeronimo e Silva Vita
Des. Cássio José Barbosa Miranda
Des. Rolemberg José Araújo Costa
Des. Antonio Adonias Aguiar Bastos
Des. Claudio Césare Braga Pereira
Des. Antônio Maron Agle Filho
Desa. Marelza Brandão Franco
Des. Renato Ribeiro Marques da Costa
Des. Ricardo Régis Dourado
Des. Nivaldo dos Santos Aquino
Des. Raimundo Nonato Borges Braga
Des. Eduardo Afonso Maia Caricchio
Des. Alberto Raimundo Gomes dos Santos
Desa. Maria das Graças Guerra de Santana Hamilton
Desa. Andrea Paula Matos Rodrigues de Miranda
Desa. Graça Marina Vieira Furtado
Des. José Reginaldo Costa Rodrigues Nogueira
Des. Almir Pereira de Jesus
Desa. Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira
Des. Rilton Goes Ribeiro

“

*Somos, acima de tudo,
servidores públicos.
Nossa missão é servir
com empatia, acolher quem
precisa e dar respostas
ágeis para possibilitar
o alcance da paz social.*

”

***Desembargador
José Edivaldo Rocha Rotondano***

*Presidente do
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
(Biênio 2026-2028)*



GESTORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS

Presidência

DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

1ª Vice-Presidência

DES. JOSEVANDO SOUZA ANDRADE

2ª Vice-Presidência

DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR

Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima - TJBA

DES. GEDER LUIZ ROCHA GOMES

Ouvidoria Judicial

DES. ALBERTO RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS

Secretaria-Geral da Presidência

YURI BEZERRA DE OLIVEIRA

Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados

JUÍZA LIANA TEIXEIRA DUMET

Assessoria Especial da Presidência II

- Assuntos Institucionais

JUIZ SADRAQUE OLIVEIRA RIOS TOGNIN

Assessoria Especial da Presidência - Núcleo

Auxiliar de Conciliação de Precatórios

JUÍZA ADRIANA SALES BRAGA

Assessoria Especial da Presidência – Tecnologia
da Informação e Comunicação

JUIZ LUIS HENRIQUE DE ALMEIDA ARAÚJO

Coordenação dos Juizados Especiais

DES. PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD

Chefia de Gabinete da Presidência

TXAPUÃ MENEZES MAGALHÃES

Assessoria Jurídica da Presidência

TACIANA SANTOS SAMPAIO

Secretaria de Administração

CARLA SANTIAGO

Secretaria de Gestão de Pessoas

LUIS ALBERTO TEIXEIRA MELO

Secretaria Judiciária

KATIANE ALMEIDA CINTRA

Secretaria de Estratégia e Projetos

VIVIANE DA ANUNCIACÃO SOUZA OLIVEIRA

Secretaria de Orçamento e Finanças

JOAQUIM CÉSAR CAMPOS GUERRA

Secretaria de Tecnologia da Informação
e Modernização

LEONARDO DE ANDRADE FERRAZ FOGAÇA

Secretaria de Comunicação Social

TIAGO DÉCIMO

Consultoria Jurídica da Presidência

MÔNICA ELIZABETH VIEIRA MARTINS GARRIDO

Auditoria Interna

ROBERTO PEIXOTO MACIEIRA FREIRE

Controladoria do Judiciário

KARINA CORREIA MARTINEZ

Gabinete de Segurança Institucional

**TEN CEL PM RAIMUNDO SÉRGIO LOPES
DAS MERCÊS**

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA



Tornar público o relato dos primeiros cem dias à frente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é, antes de tudo, um ato de transparência e renovação do nosso compromisso com a sociedade baiana.



Quando assumi a condução desta Corte, tive como norte o desafio de aliar a técnica jurídica à sensibilidade social, transformando o Poder Judiciário em um espaço contínuo de acolhimento e pacificação.

Este relatório – que se inicia pelas ações coordenadas pela Presidência e se estende pelo trabalho minucioso de cada uma das Secretarias – funciona como um diagnóstico vivo e um testemunho do esforço coletivo para erguer as bases de uma gestão dinâmica e humanizada.

Neste primeiro momento, a prioridade concentrou-se em aproximar a Justiça da realidade dos cidadãos, transpondo barreiras geográficas e burocráticas.

As páginas a seguir demonstram que fomos ao encontro de quem mais precisa, seja levando a estrutura do Tribunal para o coração das festas populares, seja criando canais tecnológicos acessíveis que conferem proteção imediata às mulheres em situação de vulnerabilidade.

As conquistas aqui registradas são fruto de um planejamento estratégico robusto, desenhado para imprimir celeridade e eficiência à atividade-fim do Tribunal.

Por meio de projetos estruturantes de julgamento concentrado e do aperfeiçoamento dos métodos de gestão processual, estamos enfrentando gargalos históricos e acelerando a entrega das decisões judiciais.

Cabe destacar, contudo, que nenhuma grande transformação institucional se faz isoladamente. A reestruturação administrativa promovida neste período e o fortalecimento da governança interna só ganham sentido mediante a dedicação diária de magistrados, servidores e colaboradores, bem como das secretarias, cujo empenho atribui vida e movimento a este Tribunal.

Cada setor desta instituição desempenha um papel fundamental na engrenagem que move a Justiça baiana; e a soma desses esforços é o que permite olhar para o futuro com otimismo e com a certeza de que estamos construindo bases sólidas para realizações ainda maiores ao longo deste biênio.

Ao apresentar este balanço, convido a comunidade jurídica e toda a sociedade a acompanharem os passos desta caminhada que se inicia.

Mais do que celebrar os números e as inovações dos nossos primeiros cem dias, reafirmo, aqui, o ideal que nos move: o de um Tribunal de Justiça de portas abertas, atento às demandas do seu tempo e incansável na busca por uma prestação jurisdicional de excelência, que verdadeiramente acolha, proteja e promova a paz social.



José Edivaldo Rocha Rotondano

DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
PRESIDENTE



SUMÁRIO

14 Presidência

102 Assessoria Especial da
Presidência I - Magistrados

44 1ª Vice-Presidência

114 Assessoria Especial da
Presidência II - Assuntos
Institucionais

52 2ª Vice-Presidência

126 Assessoria Especial da
Presidência - Núcleo
Auxiliar de Conciliação
de Precatórios

64 Universidade
Corporativa Ministro
Hermes Lima - TJBA

140 Assessoria Especial da
Presidência – Tecnologia da
Informação e Comunicação

78 Ouvidoria Judicial

146 Coordenação dos
Juizados Especiais

88 Secretaria-Geral
da Presidência

158 Chefia de Gabinete
da Presidência

170 Assessoria Jurídica
da Presidência

238 Secretaria de
Tecnologia da Informação
e Modernização

174 Secretaria de
Administração

252 Secretaria de
Comunicação Social

184 Secretaria de Gestão
de Pessoas

266 Consultoria Jurídica
da Presidência

196 Secretaria Judiciária

272 Auditoria Interna

210 Secretaria de
Estratégia e Projetos

280 Controladoria
do Judiciário

226 Secretaria de
Orçamento e Finanças

292 Gabinete de
Segurança Institucional



PRESIDÊNCIA



No dia 12 de maio, o Presidente Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano completou 100 dias à frente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). Esse primeiro momento foi dedicado ao diagnóstico estratégico, à construção dos pilares administrativos, ao alinhamento das equipes técnicas, bem como à elaboração e à apresentação dos projetos estruturantes. Fundamentadas no Projeto de Gestão, muitas foram as conquistas institucionais, cujos resultados constituem alicerces e indicadores para realizações ainda maiores ao longo deste biênio.

PROJETO DE GESTÃO PARA O BIÊNIO 2026-2028

O Desembargador Presidente do Poder Judiciário da Bahia consolida o Projeto de Gestão para o biênio 2026-2028. Essa iniciativa visa instituir ideias centrais da Presidência, rumo ao cumprimento da missão institucional e à evolução do Judiciário baiano. Além disso, expõe aos públicos interno e externo as prioridades desta gestão, iniciada na primeira semana de fevereiro. A seguir, estão detalhados 13 eixos estratégicos voltados ao aprimoramento contínuo do Poder Judiciário da Bahia.

- Valorização das Carreiras: garantia da justa retribuição a magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) pelos serviços prestados.
- Cultura e Clima da Organização: protagonismo do corpo funcional do Tribunal de Justiça da Bahia no processo.
- Governança Institucional: aperfeiçoamento contínuo das ferramentas de planejamento e monitoramento, assegurando que a atuação jurisdicional responda, de forma eficaz, às demandas sociais.
- Atualização da Estrutura Administrativa: reformulação dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico-Administrativo do Tribunal e dos respectivos processos de trabalho para garantir eficiência da atividade finalística.
- Atualização da Estrutura Judicial: adoção de boas práticas existentes nos demais Tribunais do país para melhorar a execução da atividade-fim.
- Profissionalização da Comunicação: construção de uma política de comunicação capaz de lidar com um novo paradigma, ou seja, a radical transformação dos seus padrões, marcada pela velocidade das redes digitais.
- Tecnologia e Inovação: consolidação da inovação e da tecnologia como instrumental para fortalecer e aprimorar o serviço judiciário, e não como uma política por si mesma.
- Segurança Institucional: condição fundamental para garantir a independência dos órgãos judiciários.
- Políticas Judiciárias: compromisso do Poder Judiciário baiano com uma Justiça transformadora, preventiva e inclusiva.
- Integridade e Transparência: estabelecimento de parâmetros claros para identificar, prevenir e mitigar situações de riscos e potenciais conflitos de interesses.

- Qualificação dos Métodos de Arrecadação de Custas: incremento das fontes de receita do Tribunal de Justiça, a fim de ampliar a capacidade de valorização das carreiras, realizar projetos e potencializar a prestação jurisdicional.
- Sustentabilidade: promoção de políticas de responsabilidade socioambiental no âmbito do Poder Judiciário, quanto ao uso racional de recursos renováveis e não renováveis.
- Acesso à Justiça: democratização do serviço Judiciário para toda a população.

Posto de Informações do Poder Judiciário no Carnaval 2026

De uma forma inédita, o Poder Judiciário da Bahia marcou presença no Carnaval de Salvador. Um Posto de Informações, no Circuito Dodô (Barra-Ondina), com juízes(as) e servidores(as) de plantão, ficou aberto, em todos os dias da folia, das 16h às 8h, para prestar esclarecimentos e orientações à população. A ação foi coordenada pela Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados, que tem à frente a Juíza Liana Dumet.

O Decreto Judiciário nº 111/2026 instituiu a atuação presencial do TJBA no Carnaval. A decisão considera que a interdição temporária de vias públicas e a alteração da dinâmica urbana durante os festejos impõem dificuldades de acesso aos equipamentos judiciários convencionais, o que justifica a instalação do posto em local estratégico e acessível à população. A iniciativa buscou mostrar à população que o Judiciário está mais próximo de quem precisa, assim como reforçar o papel institucional de orientação, acolhimento, informação e proteção de direitos, especialmente para mulheres, crianças e adolescentes.



Durante as ações institucionais no Carnaval de Salvador, o Chefe da Corte do Judiciário baiano esteve presente no Posto de Informações do Poder Judiciário da Bahia; compartilhou orientações; acompanhou o acolhimento de crianças; concedeu entrevistas a veículos de comunicação; recebeu representantes do sistema da Justiça; e visitou as bases operacionais do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Delegacia da Mulher, da Secretaria de Segurança Pública, das Polícias Civil e Militar, além do ponto de apoio dos catadores de materiais recicláveis. Na Praça Castro Alves, o Desembargador Presidente prestigiou uma ação contra violência, promovida pelo Afoxé Filhos de Gandhi. Na Quarta-feira de Cinzas (18), encerrou o atendimento do Posto de Informações no circuito e participou da entrevista coletiva do Governo do Estado.

Mais de 200 agentes de proteção atuaram, espalhados pelos circuitos, na fiscalização contra o trabalho infantil e contra a venda de bebida alcoólica para menores, bem como na distribuição de pulseiras de identificação. Junto à atuação do Plantão Unificado de 1º e 2º Grau, do plantão das audiências de custódia e do trabalho das Varas da Infância e da Juventude, o TJBA se fez mais presente e mostrou que a cidadania tem lugar na folia.



Campanha do Poder Judiciário no Carnaval 2026

Nas redes sociais, em mídias do metrô e em mobiliários das ruas da capital baiana, a campanha de comunicação do Poder Judiciário da Bahia no Carnaval 2026 anunciou essa novidade e orientou o(a) folião(ã) a buscar o atendimento, quando necessário. Com o mote “o Poder Judiciário da Bahia está no circuito. Sua cidadania tem lugar na folia”, a iniciativa buscou evidenciar a proximidade e o compromisso do TJBA com a sociedade, assim como mostrar a presença da Justiça no Carnaval para orientar, proteger e garantir direitos.



Coletiva da Presidência com a Imprensa

Na busca de uma aproximação aberta e transparente com toda a sociedade, o Presidente do TJBA se reuniu, logo na segunda semana da gestão, com jornalistas de diversas emissoras para uma coletiva, um bate-papo. Entre os pontos abordados na reunião, estiveram: plantão do Judiciário no Carnaval; acesso à justiça; enfrentamento à violência contra a mulher; custas judiciais; inteligência artificial; celeridade processual; sustentabilidade; sistema prisional; e concurso para magistrados. Os principais eixos da gestão, também, foram assuntos em destaque.



XIX Encontro do Consepre em Fortaleza

O Desembargador Presidente do TJBA participou do XIX Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), que teve início no dia 25 de fevereiro, em Fortaleza. Ao longo de três dias, representantes dos 27 Tribunais de Justiça do país discutiram – em painéis, reuniões e homenagens – práticas institucionais pela modernização do Judiciário e pela construção de uma Justiça mais eficiente. A abertura oficial ocorreu no Theatro José de Alencar, com sessão solene e homenagem aos ex-presidentes do Conselho. Nesse momento, a Ex-Presidente do TJBA do biênio 2024-2026, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, que exerceu o cargo de vice-presidente de Cultura do Consepre no ano de 2025, foi homenageada com a Medalha de Reconhecimento do Consepre. A honraria é concedida a autoridades que contribuem para o fortalecimento e o avanço das Justiças Estaduais e das instituições democráticas.



Instituição, composição e funcionamento de colegiados no âmbito do TJBA

No primeiro mês desta gestão, a Presidência publicou o Decreto Judiciário nº 146, de 20 de fevereiro de 2026, cujo teor dispõe sobre a instituição, a composição e o funcionamento de colegiados no âmbito do Judiciário baiano. O documento se aplica às unidades vinculadas à Presidência, sem prejuízo de servir de orientação aos demais órgãos da Mesa Diretora. Na categoria, encaixam-se as comissões, os comitês, os fóruns, os colegiados executivos, os grupos de trabalho e as coordenadorias. A Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais (AEP II), que tem à frente o Juiz Sadraque Oliveira Rios Tognin, ficou instituída como unidade de governança responsável por supervisionar, orientar, consolidar dados e prestar informações sobre os colegiados, de modo a fortalecer o acompanhamento institucional. A constituição e a revisão de novos colegiados sempre serão precedidas de análise pela unidade mencionada.

Permuta de Juízes

Em março, o Desembargador Presidente empossou a Juíza Renata Santos Nadyr Barbosa, antes vinculada ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A magistrada permutou com o Juiz Adriano de Lemos Moura, então titular da 21ª Vara de Substituições da Comarca de Salvador e novo integrante do Judiciário cearense. A magistrada foi designada para a 1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis, Comerciais e Registros Públicos da Comarca de Camaçari. Em abril, o Juiz José Marcelo Barreto Pimenta, até então titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Estância (SE), tomou posse como integrante do Judiciário baiano, enquanto o Juiz Paulo Ramalho Pessoa de Andrade Campos Neto, da Comarca de Paulo Afonso (BA), foi para Sergipe. A permuta entre magistrados de diferentes Tribunais foi viabilizada pelas Resoluções nº 603/2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e nº 17/2025, do TJBA. A troca de lotação pode ser realizada entre desembargadores e entre juízes vitalícios de mesma entrância e categoria, desde que haja aprovação do plenário. A iniciativa reforça a integração entre tribunais estaduais e amplia a possibilidade de intercâmbio de experiências entre juízes, contribuindo para melhorar a prestação jurisdicional.



Lançamento do aplicativo TJBA Zela

No mês em que se comemora o Dia da Mulher, o Presidente do Poder Judiciário da Bahia lançou o aplicativo TJBA Zela durante a 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa. Desenvolvida sob a coordenação da Assessoria Especial da Presidência para Assuntos de Tecnologia (AEP TIC) – liderada pelo Juiz Luís Henrique de Almeida Araújo –, essa ferramenta permite às vítimas de violência doméstica solicitarem medida protetiva de urgência, de forma mais ágil e acessível, sem precisar de um(a) advogado(a). A solicitação pode ser feita por escrito ou áudio, mediante a conta gov.br, de qualquer nível (ouro, prata ou bronze). Disponível no sistema operacional Android e no IOS, o app se torna mais uma porta de acesso à Justiça, com a vantagem de estar ao alcance das mãos e de ser acessado de qualquer lugar.

É possível denunciar o agressor ao notar os primeiros sinais de violência, além de cadastrar três pessoas de confiança como guardiões. Elas receberão alertas por mensagem de texto (SMS), quando houver um pedido de ajuda urgente. Ao fazer a solicitação através da ferramenta, o juiz ou a juíza tem o prazo legal de até 48 horas para apreciar o pedido. O aplicativo permite anexar vídeos, fotos, prints e áudios, que poderão ser utilizados como possíveis provas em um processo judicial. O app, também, disponibiliza um botão de acionamento do telefone 190, da Polícia Militar, o qual deve ser utilizado em caso de risco imediato. A solicitação de uma Medida Protetiva de Urgência não substitui o registro de um Boletim de Ocorrência em uma delegacia. Os contatos de unidades judiciais (na capital e no interior) e de outras instituições que compõem a Rede de Proteção à Mulher, incluindo delegacias especializadas, estão disponíveis nessa plataforma.

TJBA ZELA

Um marco na proteção às mulheres.

ENTRAR COM O GOV.BR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

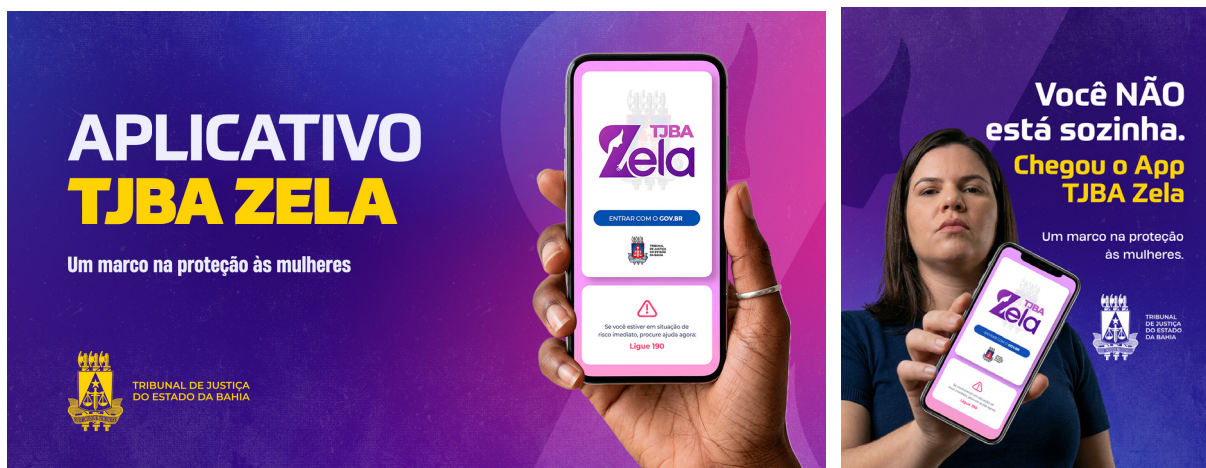
Se você estiver em situação de risco imediato, procure ajuda agora:
Ligue 190

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google Play

Campanha institucional TJBA Zela

No lançamento do aplicativo TJBA Zela, o Poder Judiciário da Bahia lançou uma campanha institucional para informar o público-alvo sobre essa ferramenta. Com o conceito “Aplicativo TJBA Zela: um marco na proteção às mulheres”, essa campanha buscou alcançar o maior número possível de mulheres e foi veiculada até o final do mês de março. Para propagar essa importante iniciativa, as peças de comunicação incluíram cards, vídeos e peças digitais.



32ª Semana Justiça pela Paz em Casa

Durante a primeira quinzena de março, o Judiciário baiano realizou diversas atividades em celebração ao mês dedicado às mulheres. A programação contou com variadas ações, tais como: palestras; painéis; rodas de conversa; caminhada com distribuição de informativos; serviços de bem-estar; e orientação jurídica, além da exposição “Entre Nós – Unidas contra a Violência, Fortalecidas pela Esperança”. Nesse período, o TJBA intensificou a atividade jurisdicional alusiva à temática no estado. Todas essas ações colaboraram com a 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça que visa dar celeridade à tramitação de processos relacionados à violência doméstica e mobilizar a sociedade no combate e na prevenção à violência de gênero. No Judiciário baiano, essa campanha tem à frente a Coordenadoria da Mulher, presidida pela Desembargadora Nágila Brito, e é realizada com o incentivo da Presidência e com a participação de diversos setores institucionais. Essa iniciativa reafirma o compromisso desta gestão com o enfrentamento à violência de gênero e com o fortalecimento de políticas públicas pertinentes às mulheres.



Reunião dos Chefes do Judiciário com o STF

O Presidente do TJBA participou da reunião dos Chefes do Judiciário do país com o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Edson Fachin. O encontro ocorreu no dia 10 de março, no Salão Nobre do STF, em Brasília. Durante essa reunião, foram abordados os desafios institucionais das Cortes de Justiça e as perspectivas para o futuro da magistratura. Na ocasião, o CNJ, também presidido pelo Ministro Fachin, assinou, com os Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, um instrumento de cooperação técnica voltado ao fortalecimento de ações de modernização do Poder Judiciário. O acordo estabelece diretrizes para ampliar a articulação institucional entre o Conselho e as Cortes estaduais, bem como promover iniciativas alinhadas às finalidades do Fundo de Modernização do Conselho Nacional de Justiça. Com vigência de dez anos, a cooperação prevê o desenvolvimento conjunto de ações referentes à transformação digital e ao aprimoramento da gestão e dos serviços prestados pelo Judiciário.



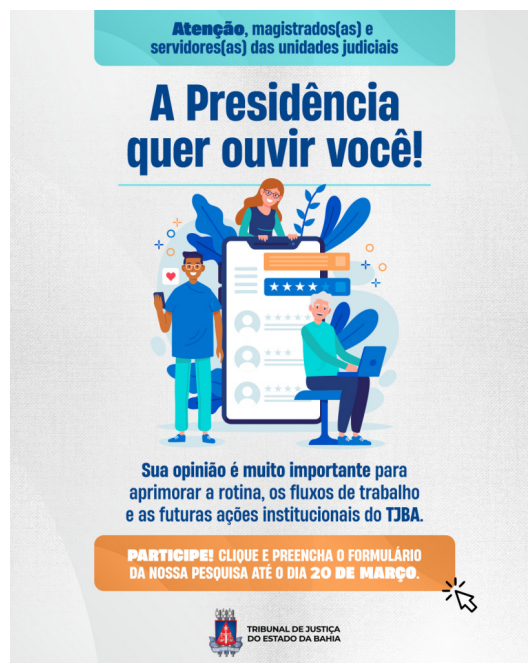
Concurso Público de Juiz Substituto do TJBA

Em março, por meio do Edital nº 1/2026, foram abertas as inscrições do concurso público para o cargo de Juiz Substituto do TJBA, as quais seguiram até 2 de abril. Consoante as diretrizes da Presidência para fortalecer o 1º Grau e aprimorar a prestação jurisdicional, o certame almeja o preenchimento de 100 vagas para o referido cargo, sendo 60 destinadas à ampla concorrência; 30 para candidatos negros; 5 para pessoas com deficiência; 3 para

candidatos indígenas; e 2 para candidatos quilombolas. Organizado pela Fundação Getúlio Vargas, o processo seletivo é composto por cinco etapas, incluindo Prova Objetiva; Provas Escritas, divididas entre discursiva e prática; Inscrição Definitiva, Exame de Saúde e Avaliação Psicológica; Prova Oral; e Avaliação de Títulos.

Pesquisa da Presidência para Magistrados e Servidores

Para entender necessidades e melhor formular providências, o TJBA realizou a pesquisa “a Presidência do Poder Judiciário da Bahia quer ouvir você – magistrado, servidor e colaborador”. O levantamento objetivou compreender as demandas das unidades judiciais, subsidiando a elaboração de estratégias mais eficazes e alinhadas à melhoria dos resultados institucionais, com impacto tanto no público interno quanto no cidadão. Ao longo de cinco dias, a pesquisa contou com cerca de mil participantes. As respostas permitiram identificar as ferramentas mais utilizadas na gestão de dados; o nível de conhecimento sobre os elementos da estratégia institucional; e os aspectos da relação de magistrados e servidores com a gestão administrativa e processual das unidades. Também foram registrados 646 comentários, com sugestões atinentes ao aprimoramento do desempenho das unidades.



Núcleo de Apoio Psicossocial para as Varas de Execuções Penais da Comarca de Salvador

Com o intuito de fortalecer o Plano Pena Justa no âmbito do Judiciário estadual, o TJBA instituiu, em março, o Núcleo de Apoio Psicossocial (NAP) para as Varas de Execuções Penais da Comarca de Salvador. Entre as finalidades da unidade, está a prestação de atendimento psicossocial aos sentenciados em cumprimento de penas e medidas alternativas, em progressão de regime e em liberdade condicional. No foco das atividades do Núcleo, está o desenvolvimento de ações afirmativas relacionadas à cidadania e à ressocialização. Com caráter provisório e experimental, o Núcleo exercerá atribuições de natureza interdisciplinar voltadas à produção de subsídios técnicos especializados. O objetivo é qualificar a atuação jurisdicional e institucional.

A unidade foi instituída por meio do Ato Normativo Conjunto nº 8, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 16 de março de 2026, e funcionará nas dependências do prédio das Varas de Execuções Penais de Salvador, sob a supervisão administrativa da Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça. Conforme prevê esse documento, a Presidência e a Corregedoria-Geral avaliarão os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo, com o propósito de analisar o interesse público, a conveniência e a oportunidade na continuidade da sua atuação.

Reestruturação Administrativa no TJBA

O Governador da Bahia sancionou a Lei nº 15.128/2026, publicada no Diário Oficial do Executivo no dia 19 de março, que promove uma reestruturação administrativa no TJBA. Essas mudanças no Judiciário baiano integram o plano de gestão do Desembargador Presidente José Edivaldo Rocha Rotondano, que propõe a reformulação dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico-Administrativo do Tribunal e dos respectivos processos de trabalho, a fim de garantir a eficiência da atividade finalística. Essa lei estabelece o desmembramento da Secretaria de Planejamento e Orçamento em Secretaria de Orçamento e Finanças e Secretaria de Estratégia e Projetos. À primeira, compete a formulação de políticas e diretrizes de orçamento, finanças e gestão, bem como a coordenação das atividades de execução orçamentária. À segunda, cabe planejar, coordenar e acompanhar a execução das políticas estratégicas, assim como monitorar indicadores de desempenho e gerir o portfólio de projetos institucionais e programas estratégicos estaduais. Além disso, essa legislação transforma a Assessoria de Comunicação Social em Secretaria de Comunicação Social. A nova unidade passa a ser responsável por planejar, programar, coordenar e executar a política de comunicação institucional interna e externa do Poder Judiciário da Bahia. A coordenação e a interlocução das Secretarias e das unidades administrativas ficam sob a competência da Secretária-Geral da Presidência, visando à execução de ações estratégicas e técnico-administrativas institucionais. Na estrutura da Secretaria de Administração, a lei cria o Núcleo de Contratos, cuja função é orientar, elaborar e acompanhar contratos administrativos, bem como dialogar com os demais órgãos da Corte em matéria de contratação administrativa.

II Encontro Nacional Mulheres na Justiça Restaurativa

Salvador sediou o II Encontro Nacional de Mulheres na Justiça Restaurativa, entre os dias 18 e 20 de março. Com a realização da segunda edição, o TJBA tornou-se o primeiro tribunal do país a sediar o evento, que teve a primeira edição realizada na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília. A programação deste ano reforçou o protagonismo feminino na construção e no fortalecimento da cultura de paz no Brasil, sendo estruturada em três eixos temáticos: Acolher e Inspirar; Refletir e Construir; e Compartilhar e Integrar. Com duração de três dias, o II Encontro contou com a presença do Desembargador Presidente e reuniu painéis, apresentações de boas práticas e a leitura da Carta das Mulheres da Justiça Restaurativa 2026. Um dos atos marcantes foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça da Bahia e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para desenvolver ações integradas concernentes à implementação, à consolidação e à expansão da política de Justiça Restaurativa, com o objetivo de promover a aplicação prática no TRF1. Ao final do



evento, a Revista Consenso e dois livros foram lançados, sendo um deles a “História da Justiça Restaurativa na Bahia”, de autoria da Desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus e de Cristiana Lopes de Oliveira Coelho. A obra retrata a trajetória, os marcos históricos e as experiências que consolidaram a Justiça Restaurativa no estado. A Desembargadora Joanice Guimarães é uma das pioneiras no país na utilização de práticas restaurativas e, atualmente, preside o Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau do TJBA.

IV Caravana da Comissão Regional de Soluções Fundiárias no Extremo Sul da Bahia

Durante a IV Caravana da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça da Bahia, realizada entre 23 e 27 de março, o Presidente da Comissão Fundiária, Desembargador Cláudio César, auxiliado por juízes e servidores do Poder Judiciário, percorreu os municípios de Porto Seguro, Eunápolis, Prado, Teixeira de Freitas e Caravelas, ouvindo, de perto, quem vive os conflitos agrários diariamente. O debate avançou, também, em nível institucional, com a análise de territórios indígenas em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Visando à resolução dos impasses fundiários da região, a programação incluiu visitas técnicas e reuniões estratégicas com os povos indígenas, os produtores rurais e os órgãos públicos locais.



Manual de Gestão de Riscos

No dia 24 de março, o TJBA apresentou à sociedade e ao seu público interno o Manual de Gestão de Riscos, instrumento que consolida diretrizes, conceitos e metodologias pertinentes à identificação, à análise e ao tratamento de riscos que possam impactar o desempenho das atividades do Judiciário baiano. Esse documento foi desenvolvido com a participação do Comitê de Gestão de Riscos, responsável por coordenar e acompanhar a implementação da política no Tribunal, liderado pelo Juiz Assessor Especial da Presidência Sadraque Oliveira Rios Tognin. Elaborado com base em boas práticas de governança, esse guia está alinhado à norma ABNT NBR ISO 31000:2018; e às orientações do CNJ, especialmente às Resoluções nº 347/2020, nº 410/2021 e nº 633/2025. Além disso, observa a Resolução TJBA nº 02/2025, que instituiu a Política de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal. Essa iniciativa reforça o compromisso desta gestão com o fortalecimento da governança pública, propiciando maior segurança, eficiência e transparência na condução das atividades administrativas.



Conexão Orçamentária TJBA

Secretários, diretores e servidores envolvidos na execução orçamentária do Judiciário baiano participaram, no dia 24 de março, do evento “Conexão Orçamentária TJBA: Integrar, Planejar e Executar”, no auditório do Anexo II. Voltada ao fortalecimento da gestão orçamentária, a iniciativa contou com a presença do Desembargador Presidente e buscou integrar as unidades administrativas e judiciárias, de modo a promover maior eficiência no planejamento estratégico. Com foco na qualificação técnica e no alinhamento entre os setores, o encontro orientou os participantes sobre a programação orçamentária do Poder Judiciário, além de fomentar a capacitação em temas essenciais, tais como orçamento público, fluxo institucional e construção da Lei Orçamentária Anual (LOA).



Entrevistas do Presidente do TJBA a veículos de comunicação

Nesse primeiro período, o Presidente do Poder Judiciário da Bahia realizou visitas institucionais e concedeu entrevistas aos seguintes veículos de comunicação: Bocão News; TV Justiça; Rádio Baiana FM; TV Aratu (SBT); Rádio Metrópole; Record; e Rádio CBN Salvador. Essas ações visam aproximar o Judiciário dos(as) cidadãos(ãs), bem como levar ao conhecimento do público os serviços disponibilizados pelo Tribunal baiano e fortalecer o relacionamento com a imprensa.



Copedem

Entre os dias 26 e 28 de março, ocorreu, em Praia do Forte (BA), o Congresso do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), cujo tema central foi “Conexões para o futuro: saúde, tecnologia e desenvolvimento sustentável”. O Desembargador Presidente prestigiou o evento e integrou a Mesa de Honra na solenidade de abertura. O Copedem se diferencia no cenário jurídico por seu compromisso exclusivo com o fortalecimento da magistratura estadual. Ao reunir diretores e diretoras de escolas que compartilham desafios e contextos semelhantes, o congresso favorece o intercâmbio de experiências e contribui para a construção de soluções inovadoras e efetivas, com vistas ao aprimoramento institucional.



Funcionamento do Sistema SAPRE com foco na padronização e na celeridade quanto à gestão de precatórios e RPVs

No primeiro dia de abril, o Desembargador Presidente assinou o ato normativo que institui o funcionamento do Sistema de Administração de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SAPRE) no Judiciário baiano. Utilizado em diversos tribunais do Brasil, o sistema visa padronizar procedimentos e assegurar maior eficiência, controle e celeridade na administração das requisições contra a Fazenda Pública. Desenvolvido como uma solução digital para processar e gerenciar precatórios e RPVs, o SAPRE representa um avanço na organização, na modernização e no acompanhamento dessas requisições. A ferramenta é integrada ao sistema de processo eletrônico PJe, o que permite maior eficiência na tramitação dos processos e na comunicação entre as unidades. Coordenada pela Juíza Adriana Sales Braga – Assessora Especial da Presidência e gestora do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios –, a implantação desse sistema ocorrerá de forma gradual, iniciando em Salvador em unidades-piloto, e seguirá o cronograma estabelecido mediante o Decreto Judiciário nº 366/2026. Tal efetivação contará com o apoio de um grupo especializado, responsável por oferecer suporte técnico e orientar as unidades durante a transição. Também haverá fiscalização da Corregedoria-Geral da Justiça para garantir o correto uso do sistema, especialmente na gestão das RPVs.



V Colégio de Presidentes da OAB Bahia

O Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia participou, virtualmente, da abertura do V Colégio de Presidentes da OAB Bahia, realizado em Barreiras, entre 25 e 27 de março. Reunindo autoridades e lideranças da advocacia baiana, o evento contou com a diretoria da seccional, os 37 presidentes de subseções, os representantes das comissões e os conselheiros federais e estaduais. O encontro dedicou-se à escuta das demandas dos advogados e buscou o fortalecimento da profissão em toda a Bahia, valorizando o trabalho, o esforço e o cuidado com a defesa dos direitos da população.



Foto: Angelino de Jesus/OAB

Comitê de Integridade do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça da Bahia instituiu, no dia 6 de abril, por meio do Decreto Judiciário nº 337/2026, o Comitê de Integridade do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Esse documento prevê a atuação do colegiado em articulação com a Controladoria do Judiciário, segundo as orientações do CNJ, especialmente a Resolução CNJ nº 410/2021, que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário. De caráter consultivo e deliberativo, o Comitê passa a integrar a estrutura permanente de governança do TJBA, vinculado diretamente à Presidência. É destinado ao apoio, ao acompanhamento, à avaliação e ao aprimoramento contínuo do Sistema de Integridade.



2ª Semana Nacional da Saúde



Entre os dias 13 e 17 de abril, o TJBA realizou a 2ª Semana Nacional da Saúde, iniciativa que integra a mobilização nacional prevista na Resolução CNJ nº 576/2024, mediante parceria com outros órgãos públicos. Com foco no fortalecimento do acesso à saúde e na qualificação do debate sobre essa temática, as atividades foram estruturadas em três eixos de atuação. O primeiro promoveu atendimento de saúde a crianças e adolescentes assistidos pela organização social Lar Pérolas de Cristo, em Salvador. O segundo consistiu em um mutirão de audiências de conciliação em demandas de saúde pública e suplementar, com foco em procedimentos e terapias no âmbito do Planserv. Já o terceiro eixo, de caráter formativo, reuniu magistrados, servidores e integrantes da comunidade jurídica em painéis, oficinas e debates técnicos sobre a judicialização da saúde. Ao final, o Desembargador Mário Albiani Júnior, 2º Vice-Presidente do TJBA e Coordenador do Comitê Executivo Estadual de Saúde, entregou os donativos arrecadados durante o evento no Lar Pérolas em Cristo.



Caravana Nacional da Cooperação Judiciária

O TJBA recebeu a Caravana Nacional da Cooperação Judiciária com o tema “Como enfrentar a litigância abusiva?”, no Auditório Olney Silva, no dia 13 de abril. O evento, que é uma iniciativa do CNJ, contou com a presença do Desembargador Presidente e reuniu ministros, desembargadores(as), magistrados(as), servidores(as) e advogados(as), para discutir o papel do Judiciário diante de um problema que afeta a população. No âmbito do Judiciário baiano, o Núcleo de Cooperação do TJBA é supervisionado pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos.



Projetos estruturantes da gestão

Em 14 de abril, o Desembargador Presidente reuniu desembargadores, juízes, secretários, diretores e servidores do TJBA para dar início aos projetos estruturantes de sua gestão à frente da Corte baiana. O encontro alinhou diretrizes, consolidou a governança e projetou a entrega de resultados à sociedade, como parte de um movimento de modernização administrativa. Tais iniciativas refletem uma estratégia institucional que busca maior eficiência, transparência e impacto social.



Os projetos estruturantes desta gestão se consolidam como um conjunto articulado de ações estratégicas voltadas a impulsionar o desempenho institucional do TJBA, promovendo maior eficiência, inovação e alinhamento com as melhores práticas de gestão pública e com as diretrizes do Sistema de Justiça brasileiro. Eles reforçam o compromisso da gestão com a excelência da prestação jurisdicional, com foco na celeridade processual, na qualidade dos serviços e na atenção às demandas sociais, especialmente nas áreas de maior impacto para a população.

- **Projeto Nexus** – Conexão entre Estratégia, Pessoas e Resultados: lançado em março, por meio do Decreto Judiciário nº 245/2026, esse projeto visa fortalecer a governança institucional e integrar as unidades administrativas e judiciárias. A iniciativa prevê a estruturação de um modelo de acompanhamento das iniciativas institucionais com base na articulação entre áreas, no monitoramento de indicadores e no uso de dados para subsidiar a tomada de decisões.



- **Núcleo de Justiça 4.0 TJBA Protege** – Análise de Medidas Protetivas, Amparo e Proteção Integral à Vítima Vulnerável: instituído como Núcleo de Justiça 4.0, mediante o Decreto Judiciário nº 246/2026, o TJBA Protege atua, de forma especializada, na análise ágil de casos relacionados à violência doméstica, familiar e sexual. A expectativa é de acelerar a tramitação, reduzir o acervo sensível e garantir respostas mais rápidas e eficientes às vítimas e à sociedade. O projeto busca aperfeiçoar o acompanhamento de medidas protetivas, garantindo maior efetividade e segurança às vítimas. A iniciativa integra as ações do Programa Bahia pela Paz, do Governo do Estado, reforçando o compromisso institucional do Judiciário baiano com a proteção plena de pessoas vulneráveis e com o fortalecimento de políticas públicas atinentes ao enfrentamento da violência.



- **TJBA Acelera – Justiça boa é rápida:** instituído pelo Decreto Judiciário nº 316/2026, o projeto busca agilizar a conclusão de processos antigos, pois atua na redução do tempo médio de tramitação, com foco nas ações distribuídas até 2015, as quais são consideradas estratégicas para melhorar os indicadores de produtividade. Magistrados, servidores e equipes de gestão atuarão de forma integrada, no que pertence ao aprimoramento dos fluxos de trabalho. Essa iniciativa organiza a atuação por frentes específicas, no tocante ao proferimento de despachos e à emissão de sentenças, com o apoio de magistrados designados para atuarem de forma concentrada. A iniciativa visa dar maior celeridade ao julgamento desses processos, contribuindo para a diminuição do acervo e para o cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ. Acelerar a Justiça é atuar de forma conjunta para garantir que as decisões cheguem, com mais rapidez, a quem precisa.



- **TJBA Mais Júri:** instituída mediante o Decreto Judiciário nº 353/2026, a 3ª edição é voltada ao aumento da velocidade de tramitação dos processos de competência do Tribunal do Júri. Essa iniciativa compõe as ações do Programa Bahia pela Paz, do Governo do Estado, e objetiva ampliar o número de sessões plenárias, reduzindo o acervo pendente. Alinhada ao Plano de Gestão da Presidência deste biênio – que possui como premissas o fortalecimento do 1º Grau, a modernização da gestão judiciária e a ampliação da eficiência na prestação jurisdicional –, esse projeto mantém o alinhamento com as diretrizes nacionais, priorizando os processos de maior impacto social.



Produtividade do Judiciário baiano

O TJBA já registra 100,09% de cumprimento da Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos), com mais de 500 mil processos julgados nesse período; 124,61% da Meta 4 (julgamento de crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais); e 99,5% da Meta 5 (redução da taxa de congestionamento). Essas informações estão fundamentadas no Painel de Metas Nacionais do CNJ, cuja consulta foi realizada em 30 de abril de 2026.

100,09%

CUMPRIMENTO DA META 1
(julgar mais processos que os distribuídos)

124,61%

CUMPRIMENTO DA META 4
(julgamento de crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais)

99,5%

CUMPRIMENTO DA META 5
(redução da taxa de congestionamento)

2º Mutirão PopRuaJud

Nesse primeiro período da gestão, o TJBA coordenou o 2º Mutirão PopRuaJud, promovido em parceria com outras instituições, visando disponibilizar acesso gratuito e fácil de serviços básicos para a população em situação de rua. A primeira edição ocorreu em 2025. A realização dessa iniciativa segue as diretrizes estabelecidas pelo CNJ para a garantia de direitos e para a ampliação do acesso à justiça, em especial a Resolução nº 425/2021. No dia 22 de abril, o Presidente do Judiciário baiano realizou a abertura do mutirão e acompanhou as atividades desenvolvidas. Ao final de dois dias de ação, mais de 6 mil atendimentos foram realizados. Vagas de acolhimento institucional; oferta de emprego; emissão de documentos (título de

eleitor e certidões de nascimento e casamento); consultas médicas e odontológicas; exame de DNA para reconhecimento de paternidade; orientação psicossocial; e corte de cabelo e barba foram alguns dos serviços ofertados para a população em situação de vulnerabilidade social. Em maio, Feira de Santana sediará o Mutirão PopRuaJud, que ocorrerá no interior do estado pela primeira vez. O mutirão é organizado pelo Comitê PopRuaJud Bahia, sob a coordenação da Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho. Ele é composto por representantes das instituições do sistema de Justiça e do Poder Executivo (federal, estadual e municipal), além de integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.



Manual de Contratações do TJBA

Reforçando o compromisso institucional com o aperfeiçoamento das práticas administrativas, no dia 23 de abril, o Judiciário baiano divulgou o novo Manual de Contratações do TJBA. O documento, produzido pela Controladoria do Judiciário, consolida diretrizes, práticas e fluxos relativos à plena efetividade da atuação administrativa em todas as etapas do ciclo da contratação pública, servindo como fonte de consulta para as empresas que contratam e participam de licitação junto à Corte. Com produção iniciada na gestão da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende (biênio 2024-2026), esse guia constitui um alicerce para a construção de contratações mais ágeis e seguras, sempre direcionadas ao objetivo maior: entregar uma prestação jurisdicional de excelência à sociedade.



Reorganização do Núcleo de Contratos e do Núcleo de Licitação

Nos primeiros 100 dias de gestão, o Tribunal de Justiça da Bahia promoveu a reorganização do Núcleo de Contratos (NCON) e do Núcleo de Licitação (NCL), com foco no fortalecimento da governança das contratações públicas, na padronização de procedimentos e no aprimoramento dos mecanismos de controle contratual. A iniciativa foi respaldada pelos Decretos Judiciários nº 527/2026 e nº 382/2026, que atualizaram as diretrizes do Sistema ContratosGov e estabeleceram a vinculação dos núcleos à Secretaria-Geral da Presidência, ampliando a integração e a coordenação dos processos de contratação. As medidas contribuíram para racionalizar as atividades, fortalecer as etapas de planejamento e fiscalização contratual, bem como mitigar os riscos e aumentar a segurança jurídica nas contratações do Tribunal.

Projeto Justiça em Território – Presença que Transforma

Em homenagem à resistência histórica do povo de Cachoeira na luta pela Independência do Brasil na Bahia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) vão transferir, pela primeira vez, suas sedes para o município, no dia 25 de junho de 2026. As duas instituições, que representam os Poderes Judiciário e Legislativo estaduais, somam-se à homenagem já realizada pelo Poder Executivo, que transfere, simbolicamente, a sede do Governo do Estado para Cachoeira desde 2008, conforme a Lei Estadual nº 10.695/2007. No âmbito do Judiciário, o Gabinete da Presidência será instalado no Fórum Augusto Teixeira de Freitas, em Cachoeira, onde serão editados os atos institucionais do Tribunal de Justiça. A transferência está amparada no Decreto Judiciário nº 540/2026.

Essa iniciativa é uma das ações que integra o primeiro eixo de atuação do Projeto Justiça em Território – Presença que Transforma, instituído pelo Desembargador Presidente, mediante o Decreto Judiciário nº 568/2026. Definida em três eixos, essa iniciativa possui o intento de aproximar o Poder Judiciário da Bahia da população e fortalecer sua atuação no interior do estado. O primeiro eixo consiste na transferência provisória da sede do Tribunal para comarcas

do interior. O segundo se refere à realização de sessões de julgamento de Segundo Grau nas comarcas do interior. Já o terceiro eixo está relacionado com a promoção de ações referentes ao fomento de políticas públicas destinadas à garantia de direitos fundamentais.



Projeto Núcleos de Justiça 4.0 – Apoio

No dia 30 de abril, o Presidente do Judiciário baiano apresentou os objetivos, as diretrizes e as metodologias de trabalho dessa iniciativa aos juízes integrantes do Projeto Núcleos de Justiça 4.0 – Apoio. Essa implantação visa otimizar fluxos de trabalho e ampliar a capacidade de resposta das unidades do TJBA, contribuindo para o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional. Instituídos pelo Decreto Judiciário nº 378/2026, os Núcleos de Justiça 4.0 constituem órgãos de apoio ao 1º Grau. Vinculados à Presidência, são destinados a auxiliar as unidades judiciárias no cumprimento das metas institucionais. Com atuação virtual e abrangência sobre a jurisdição territorial da Comarca de Salvador, os Núcleos compreendem as áreas Cível e da Fazenda Pública.



Bahia Pela Paz

Com a presença do Presidente do TJBA, o Comitê de Governança do Programa Bahia Pela Paz se reuniu, no dia 6 de maio, para apresentar o balanço das ações e planejar os próximos passos da iniciativa, que almeja combater a violência no estado. Entre os pontos debatidos, integraram a pauta o Plano de Atuação Qualificada de Agentes do Estado (PQUALI) e a atuação territorial dos Coletivos Bahia Pela Paz. O PQUALI busca aprimorar a atuação dos órgãos de segurança pública, priorizando a preservação de vidas e a promoção dos direitos humanos por meio de uma abordagem multidisciplinar e inclusiva, construída coletivamente por especialistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil. Já os Coletivos Bahia Pela Paz oferecem serviços sociais e suporte técnico, pedagógico e psicológico a jovens em regiões de alta vulnerabilidade social.



O Programa Bahia pela Paz foi instituído pela Lei nº 14.730, de 4 de junho de 2024, cujo viés consiste em um conjunto de atividades e projetos desenvolvidos por diversos órgãos do Poder Público em interação com a sociedade civil, visando prevenir e reduzir a violência no estado. A iniciativa tem como foco prioritário as camadas mais vulneráveis à violência e à pobreza.

Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação

Instituída pela Resolução CNJ nº 450/2022, a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação é realizada sempre em maio e inserida na agenda permanente dos tribunais. No período, os tribunais de todo o país realizam iniciativas diversificadas, como rodas de conversa, treinamentos e produção de conteúdos, para sensibilizar as equipes sobre a importância do combate ao assédio moral e sexual, bem como à discriminação no ambiente de trabalho. No TJBA, a Semana Nacional é promovida pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do 1º e do 2º Grau do TJBA, presididas pela Desembargadora Joanice Guimarães e pela Juíza substituta de 2º Grau, Nartir Weber.

Voltada a servidores e ao público externo, a Semana promoveu diversas ações na sede do TJBA e em outros fóruns da capital, focadas na sensibilização e na prevenção de todas as formas de assédio, entre elas: debates sobre o impacto do assédio moral na saúde mental; cine-debate; workshops; e círculos de construção de paz. Dentro da programação, foi realizada a III Jornada

de Prevenção e Combate ao Assédio, cuja abertura foi conduzida pelo Presidente do TJBA, Desembargador José Rotondano.



Capacitações

Desde o início desta gestão até o dia 8 de maio, a Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp-TJBA), dirigida pelo Desembargador Geder Luiz Rocha Gomes, realizou 107 ações de capacitação e disponibilizou 10.531 vagas em cursos para magistrados(as) e servidores(as). Esses números traduzem o compromisso da Presidência do Judiciário baiano com a valorização do conhecimento, o desenvolvimento profissional e a entrega de serviços cada vez mais eficientes à sociedade.



Foto: Luiz Silveira/CNJFoto: Luiz Silveira/CNJFoto: Luiz Silveira/CNJ

Reunião preparatória para o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário

O Presidente do TJBA participou da 1ª Reunião Preparatória do 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O evento aconteceu no dia 11 de maio, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Promovido pelo CNJ, o encontro reuniu presidentes de tribunais brasileiros, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, magistrados e servidores, com vistas a discutir as políticas judiciárias, o cumprimento das metas nacionais e

os próximos passos da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. O 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário será realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2026, em Fortaleza. O evento reúne, anualmente, representantes dos tribunais para avaliação das metas, definição de diretrizes estratégicas e acompanhamento das políticas públicas do Judiciário.

Representação Institucional em Solenidades de Posse e Formatura

Ao longo dos primeiros 100 dias de gestão, o Desembargador Presidente representou o Poder Judiciário da Bahia em solenidades de posse de autoridades baianas. Em fevereiro, o Chefe da Corte participou da cerimônia de posse solene do novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), Otto Alencar Filho; da advogada Carina Cristiane Canguçu Virgens como Desembargadora Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para o biênio 2026-2028; e do Juiz Eldsamir da Silva Mascarenhas como Presidente da Associação de Magistrados da Bahia (AMAB) para o triênio 2026-2029. Em março, o Presidente do TJBA esteve presente na solenidade de formatura da 1ª turma do Curso de Formação da Polícia Penal da Bahia; e na cerimônia de posse do novo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral Bahia (TRE-BA), Desembargador Maurício Kertzman Szporer, assim como da nova diretoria da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do Centro das Indústrias do Estado da Bahia (CIEB).





Reuniões da Presidência com representantes institucionais

Face à consecução dos eixos estruturantes contidos no Projeto de Gestão para o biênio 2026-2028, a Presidência do Judiciário baiano interagiu com representantes de diversas instituições. Em pauta, estiveram assuntos de interesse mútuo para o Judiciário e para outras instituições, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional em Salvador e nas comarcas do interior baiano. Assim, entre as ações que integraram a agenda institucional da Presidência nesse primeiro período, estiveram as reuniões com o Procurador-Geral de Justiça da Bahia, Pedro Maia; a Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB-BA), Daniela Borges; a Defensora Pública Geral do Estado, Camila Canário; a Procuradora-Geral do Estado da Bahia, Bárbara Camardelli; e o Grupo de Trabalho Paz nas Arenas, do Conselho Nacional de Justiça. Ademais, ocorreram interações com representantes de sindicatos de servidores do Judiciário baiano e com as Prefeituras de Lauro de Freitas, Cachoeira, Santa Inês e Guanambi. Com essa última, o TJBA assinou um Termo de Cooperação Técnica para a instalação do Laboratório Jurídico. Esse projeto funciona como um espaço de formação e prática qualificada, de modo a fortalecer a preparação profissional dos estudantes. A cooperação está em sintonia com a Resolução CNJ nº 350/2020 e com a Lei de Estágio nº 1.788/2008. A iniciativa do Laboratório foi concebida no âmbito do TJBA pelo Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ), em articulação com a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau (CAPG).





1ª VICE-PRESIDÊNCIA



COMPOSIÇÃO DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

1º Vice-Presidente

Desembargador Josevando Souza Andrade

Juiz Assessor Especial

Humberto Nogueira

Chefe de Gabinete

Larissa Torquato

Chefe de Serviço

Cláudia Oliveira Brito

Diretor de Distribuição do 2º Grau

Mariana Guimarães Nunes

Chefe do Plantão Judiciário do 2º Grau

Dorivaldo Santana Sodré dos Santos

Assessora do Magistrado

Anna Carolina Giffoni de Souza

Estagiária de Pós-Graduação

Laura Natália Souza Machado Borges

Salvador

2026

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório visa apresentar as ações, as iniciativas e as atividades desenvolvidas pela 1ª Vice-Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no biênio 2026-2028, ao longo dos primeiros 100 dias de gestão, em observância aos princípios da transparência, da eficiência administrativa e do fortalecimento da prestação jurisdicional.

Sob a condução do 1º Vice-Presidente – Desembargador Josevando Souza Andrade –, vêm sendo implementadas medidas voltadas ao aprimoramento da gestão do acervo processual do Gabinete, no que diz respeito aos processos que, por força de previsão regimental, são de competência de julgamento pelo 1º Vice-Presidente, caso dos Conflitos de Competência e Dúvidas Regimentais, bem como dos serviços desempenhados no âmbito da Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G) e do Plantão Judiciário do 2º Grau (PJ2G), que exigem uma rotina rígida de trabalho, com fluxo de procedimentos de trabalho bem definidos e rigorosamente acompanhados, a fim de conferir não apenas maior celeridade, mas também efetividade às atividades jurisdicionais, de modo que a produtividade se dê sem prejuízo dos controles de prevenção de relatoria dos processos, da garantia de observância das hipóteses de sigilo e segredos de justiça e do correto cadastro dos dados processuais no âmbito da distribuição dos processos no 2º Grau de jurisdição, seja de competência recursal, seja de competência originária.

Nesse contexto, a 1ª Vice-Presidência tem direcionado esforços para o fortalecimento institucional, com a modernização de procedimentos administrativos e operacionais, como também para a análise de eventuais pontos de melhoria nos fluxos de trabalho, realizando o devido acompanhamento contínuo das demandas judiciais e administrativas, com foco na eficiência da prestação jurisdicional e no atendimento adequado aos jurisdicionados, à comunidade jurídica, aos órgãos auxiliares da justiça, ao Ministério Público e à sociedade.

O presente relatório reúne os primeiros diagnósticos e as principais ações realizadas desde o início da atual gestão, evidenciando os objetivos que já foram alcançados, com as medidas adotadas e as iniciativas em desenvolvimento, no tocante ao pleno atingimento das metas fixadas pelo Poder Judiciário baiano, referentes às atribuições desta unidade.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

No início do biênio 2026-2028, foram traçados os seguintes objetivos:

- 1) fortalecer o acompanhamento da produtividade e o desempenho operacional do Gabinete e das unidades vinculadas à 1ª Vice-Presidência;
- 2) desenvolver ações voltadas à automação do fluxo processual e do controle gerencial de produtividade com base em desenvolvimento de sistemas informatizados;
- 3) promover um ambiente de trabalho em sintonia com as melhores práticas e políticas de gestão de pessoas;
- 4) modernizar os procedimentos internos e ampliar a utilização de ferramentas digitais;

5) aprimorar os fluxos de distribuição, redistribuição, detecção de prevenção e correção de dados processuais para a observância ao quanto disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente no que diz respeito às Tabelas Processuais Unificadas (TPUs); e

6) garantir a manutenção da capacitação contínua dos servidores e o aperfeiçoamento técnico das equipes.

3. AÇÕES

3.1 CONCLUÍDAS

3.1.1 Pesquisa de Satisfação.

Em 100 (cem) dias do início da gestão, a primeira iniciativa da 1ª Vice-Presidência foi uma Pesquisa de Satisfação visando nortear decisões a serem tomadas para a melhoria da prestação dos serviços realizados pela Diretoria de Distribuição de 2º Grau.

Utilizando uma escala de 1 a 5 pontos, a pesquisa avaliou critérios técnicos e de atendimento, revelando um cenário de avanços importantes e pontos de atenção estratégica:

- Destaque Positivo: a atuação na prevenção e na triagem de processos foi classificada como satisfatória, evidenciando a assertividade técnica e a organização dos fluxos atuais.
- Oportunidades de Melhoria: com foco na excelência, o levantamento identificou a necessidade de maior agilidade no atendimento, além do refinamento rigoroso na emissão de certidões e na realização de cadastros.

Considerando o significativo alcance da pesquisa realizada e a manutenção de uma busca constante de sua eficiência, o [link do questionário](#) continuará disponível em nosso canal oficial ([Portal 1ª Vice-Presidência](#)).



3.1.2 Inspeção na Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G) e no Plantão Judiciário do 2º Grau (PJ2G).

O 1º Vice-Presidente, Desembargador Josevando Andrade, determinou a realização de inspeção na Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G) e no Plantão Judiciário do 2º Grau (PJ2G), por meio da Portaria nº VP1-06/2026-CG, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 3977, de 3 de fevereiro de 2026, com a finalidade de avaliar a rotina de trabalho, a adequação às normas legais e regimentais, os fluxos processuais, os sistemas institucionais, a estrutura física e operacional das unidades, bem como os mecanismos de controle administrativo e tecnológico.

A inspeção promoveu um amplo diagnóstico, abrangendo análise dos fluxos administrativos, das atividades operacionais, dos sistemas institucionais, da gestão documental, da organização funcional da unidade, dos mecanismos de controle administrativo e da adequação das estruturas físicas, sem perder de vista a verificação do ambiente de trabalho, sendo identificados, dentre outros, os pontos a seguir.

- No que diz respeito à DD2G, foi verificada a necessidade de aprimoramento dos setores de triagem, prevenção e redistribuição processual; revisão e adequação dos acessos aos sistemas institucionais; elevação ao nível de excelência dos fluxos relacionados a processos sigilosos e em segredo de justiça; e fortalecimento dos mecanismos de controle, rastreabilidade e segurança da informação.
- Quanto ao PJ2G, evidenciou-se a necessidade de adequação da estrutura física da unidade, porquanto foi constatada a existência de problemas estruturais decorrentes de infiltrações e alagamentos ocasionados pelas fortes chuvas, evidenciando fragilidades em áreas internas da unidade. Foi identificado, também, um significativo ponto de melhoria referente ao desenvolvimento de perfil específico no Sistema EXAUDI para o Plantão Judiciário de 2º Grau, viabilizando a extração de relatórios gerenciais estatísticos contendo número total de processos distribuídos em determinado período; quantitativo de liminares deferidas/indeferidas no período; e emissão de certidão de atuação no Plantão por magistrado escalado.



3.2 EM ANDAMENTO

A partir do diagnóstico realizado no início do biênio, foram iniciadas medidas dentre as quais merecem destaque:

- ajustes de pesos nos processos distribuídos para o Tribunal Pleno e para o Órgão Especial, considerando a alteração das competências regimentais dessas unidades judiciais;
- atualização da Composição do Órgão Especial, tendo em vista a alteração da Mesa Diretora para o biênio 2026-2028, assim como a aposentadoria recente de duas Desembargadoras, com a regular atualização do Sistema de Linha Sucessória (SLS), promovendo-se as eventuais compensações de distribuição;
- reestruturação do quadro de pessoal da DD2G, objetivando o remanejamento da força de trabalho necessária e devidamente qualificada para a realização de funções estratégicas;
- monitoramento do expediente instaurado com vistas à efetivação do Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a fim de adotar a ferramenta TOTH, cujo escopo analisa o conteúdo da petição inicial dos processos distribuídos no Sistema PJe, por meio de técnicas de reconhecimento de texto (OCR) e modelos de aprendizado de máquina, realizando recomendação automatizada de classes e assuntos processuais, com o objetivo de apoiar a correta autuação dos processos no momento do protocolo. A iniciativa busca reduzir inconsistências na classificação processual, evitar retrabalho na retificação de autuações e contribuir para a melhoria da qualidade dos dados processuais utilizados em bases estatísticas nacionais, a exemplo do DataJud, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- instauração de novo expediente visando à realização de reforma nas instalações físicas onde funciona, atualmente, o Plantão Judicial de 2º Grau de jurisdição, considerando o alerta detectado sobre riscos de alagamento e incêndio dada a ocorrência de fortes chuvas;
- desenvolvimento do Sistema de Controle de Operações Policiais (SOP), atualmente disponibilizado para homologação em ambiente não produtivo. Tal iniciativa decorreu da Desembargadora Soraya Moradillo Pinto, que propôs a adoção de sistema informatizado para cadastro e monitoramento de processos relacionados a operações policiais sigilosas, com vistas à identificação de prevenção e qualificação da distribuição de feitos criminais no 2º Grau;
- formulação do perfil específico no Sistema EXAUDI para o PJ2G, contendo, ao menos, classe processual; competência cível ou criminal; número do processo distribuído para o Plantão; data e hora da distribuição; data e hora da decisão e do despacho proferidos; movimento da decisão ou do despacho, com o respectivo código da TPU; quantitativo de liminares deferidas/indeferidas no período; e magistrado prolator da decisão ou do despacho, bem como desenvolvimento de ferramenta específica para funcionalidades, tais como emissão de certidão de atuação no Plantão por

magistrado escalado. Quanto ao EXAUDI, a criação da aplicação encontra-se em fase de levantamento de requisitos, com previsão de conclusão e disponibilização em ambiente de homologação até o final do mês de maio/2026;

- solicitação de curso junto ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça da Bahia (GMF); e treinamento/capacitação no Sistema Banco Nacional de Monitoramento de Medidas Penais e Prisões (BNMP) 3.0, voltado aos assessores lotados, recentemente, nos gabinetes dos novos desembargadores promovidos. O pedido justifica-se pela atual reestruturação das equipes de gabinete e pela obrigatoriedade de utilização do BNMP 3.0, em especial durante o período de Plantão, em consonância com a Resolução CNJ nº 417/2021, atualizada pela Resolução nº 474/2022. A correta operacionalização do sistema é crucial para a expedição de alvarás de soltura, mandados de prisão, guia de execução e monitoramento eletrônico, visando à eficiência e à segurança jurídica nas decisões criminais proferidas no Plantão Judicial.

4. INICIATIVAS DESENVOLVIDAS

Como desdobramento do planejamento estratégico e das ações identificadas, encontram-se previstas as seguintes iniciativas:

- aprimoramento do sistema de monitoramento da distribuição de processos, com geração automatizada de alertas relativos a processos sigilosos e inconsistências cadastrais;
- desenvolvimento de painel gerencial estatístico para controle de prevenção e produtividade, com acompanhamento em tempo real pela DD2G;
- consolidação das ações de capacitação continuada dos servidores;
- adesão às políticas permanentes de prevenção e enfrentamento ao assédio moral;
- participação nos futuros mutirões do PopRuaJud Bahia a serem promovidos pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

Com os nossos agradecimentos, essas são as informações que reputamos necessárias.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA



1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório, são apresentadas as ações desenvolvidas – implantadas e em andamento – na 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, nos primeiros cem dias de gestão, compreendido entre 2 de fevereiro e 6 de maio de 2026, referente ao biênio 2026-2028.

O período inicial da gestão foi marcado por ações voltadas à organização interna, à integração das unidades vinculadas, à gestão de precedentes, à articulação institucional e ao aprimoramento do fluxo processual, evidenciando uma atuação alinhada às diretrizes de eficiência, modernização e fortalecimento da prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

2. COMPOSIÇÃO DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

2º Vice-Presidente

Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior

Juíza Assessora Especial

Maria Claudia Salles Parente

Chefe de Gabinete

Marcus Vinícius Fernandes dos Santos

Diretor da Secretaria da Seção de Recursos

Rafael Barros Silva de Pedreira Barbosa

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas

Líbia Maria Almeida de Andrade F. Lima

Centro de Inteligência do Poder Judiciário da Bahia (CIJEBA)

Juliane Nunes do Nascimento

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



4. GABINETE E SEÇÃO DE RECURSOS

Apresentação

Nesses primeiros cem dias, a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia desenvolveu atuação estratégica orientada ao fortalecimento institucional, à eficiência administrativa e ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

No âmbito organizacional, destaca-se a consolidação da estrutura de atuação da unidade, integrada pelo Gabinete da 2ª Vice-Presidência, pela Seção de Recursos e sua Secretaria, pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) e pelo Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA), com alinhamento às diretrizes da nova gestão. A coordenação técnica das atividades contou com o apoio da Juíza Assessora Especial, Dra. Maria Cláudia Salles Parente, e com a chefia de gabinete exercida pelo servidor Marcus Vinícius Fernandes dos Santos.

No eixo institucional, o Gabinete da 2ª Vice-Presidência atuou na articulação com órgãos e instituições do sistema de Justiça, promovendo interlocução institucional e contribuindo para o diálogo entre o Poder Judiciário, a advocacia e demais atores institucionais. Nesse contexto, foram realizadas reuniões e iniciativas de interação com instituições como PGE/BA, MP/BA, DPE/BA e OAB/BA, voltadas à discussão de temas relacionados à litigiosidade e ao tratamento de demandas repetitivas. Ainda no campo institucional e representativo, o 2º Vice-Presidente participou de solenidades, eventos e fóruns de articulação nacional, a exemplo das reuniões do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CPVIP), reforçando a presença institucional da unidade.

No que se refere às atividades de natureza processual, estas foram desenvolvidas no âmbito da Seção de Recursos, unidade responsável pelo processamento, pela admissibilidade e pelo acompanhamento dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores. Nesse período inicial da gestão, a Seção concentrou esforços na organização interna, na qualificação das rotinas de trabalho e no aprimoramento dos fluxos processuais.

Os primeiros cem dias da Seção de Recursos foram marcados pela realização de inspeções internas e capacitações técnicas, bem como pela participação em eventos institucionais e pela implementação de projetos estruturantes, referentes ao aperfeiçoamento da atuação da unidade. Ressalta-se, também, a adoção de medidas relacionadas ao julgamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e ao incentivo à consolidação de entendimentos jurisprudenciais, com apoio às iniciativas de uniformização da jurisprudência no âmbito do Tribunal.

Objetivos traçados

- A promoção e o incentivo à capacitação contínua de assessores e estagiários, especialmente no que se refere à análise de admissibilidade de recursos, visando à qualificação técnica dos trabalhos desenvolvidos na Seção de Recursos.
- O fortalecimento das atividades do Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA), por meio da ampliação da cooperação interinstitucional, com destaque para o monitoramento de demandas repetitivas e para a identificação de litigiosidade de caráter estrutural.

- O aperfeiçoamento das atividades do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), com foco na gestão, na organização e na incorporação de precedentes qualificados.
- O estímulo ao diálogo institucional com outros Tribunais acerca da utilização de ferramentas de inteligência artificial aplicadas à pesquisa jurisprudencial e à elaboração de minutas decisórias, com vistas à modernização, à eficiência e à celeridade da atividade jurisdicional.

Ações (em andamento ou concluídas)

Capacitações realizadas:

- Workshop – Juízo de admissibilidade de recursos – 2ª Vice-Presidência/TJBA, 4 de março de 2026;
- Curso: Plataforma de inteligência artificial “ELOS IA”, 25 de março de 2026;
- Curso: 2ª Semana Nacional da Saúde – TJBA, 14 de abril de 2026;
- Curso: Juízo de admissibilidade de recursos excepcionais – STJ, do dia 4 ao dia 6 de maio de 2026;
- Curso: Incidentes de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência (IRDR e IAC) – de 6 a 8 de maio de 2026.

Projeto desenvolvido

- **Nome:** Projeto-piloto da Semana de Saneamento de Precedentes e Ações Coletivas.
- **Período:** de 13 a 17 de abril de 2026.
- **Base normativa:** Normativo Conjunto nº 11, de 9 de abril de 2026.
- **Unidades envolvidas:** Gabinete da 2ª Vice-Presidência e NUGEPNAC.

Escopo

Saneamento do cadastro de processos sobrestados em razão de temas afetados pelos Tribunais Superiores (STF e STJ) e de incidentes admitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), bem como levantamento e qualificação das ações coletivas registradas no sistema do Tribunal.

Unidades participantes:

- 2ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Feira de Santana;
- 1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais de Causas Comuns da Comarca de Salvador;
- 1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca de Salvador; e
- 15ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais do Consumidor da Comarca de Salvador.

Resultados e entregas:

- realização de reunião de abertura para apresentar o projeto;
- acompanhamento institucional da execução das atividades;
- monitoramento presencial da finalização dos trabalhos em unidade participante; e
- consolidação de dados atinentes ao aperfeiçoamento da gestão de precedentes e ações coletivas.

5. SECRETARIA DA SEÇÃO DE RECURSOS

Apresentação

Durante os primeiros cem dias de trabalho, buscou-se implementar, no âmbito da 2ª Vice-Presidência, um projeto de gestão calcado no fortalecimento da cultura de precedentes, com apoio às unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, de modo a propiciar um elo entre a Mesa Diretora e as unidades judicantes, objetivando a efetividade da jurisdição. Nesse contexto, a Secretaria da Seção de Recursos atua como elemento de ligação entre a função judicial (exercida pela assessoria da Seção e pelo Gabinete do 2º Vice-Presidente) e as atividades administrativas de controle de informações (delineadas pela atuação do NUGEPNAC e do CIJEBAC).

A atuação da Secretaria compreende tarefas de controle de acervo, como a verificação e o etiquetamento de processos sobrestados, bem como a adoção das providências necessárias ao levantamento da suspensão, conforme determinações dos Tribunais Superiores e da 2ª Vice-Presidência, além do exercício das atividades rotineiras de processamento dos feitos de sua competência e da realização de remessas e baixas de processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

A lógica de trabalho adotada pauta-se na preservação constante de boas práticas, sem prejuízo de sua revisão periódica, à luz das evidências estatísticas; das demandas apresentadas pelo Tribunal, pelas Cortes Superiores e pelos órgãos de planejamento; e do controle da atividade judicial, com o propósito de manter o tempo adequado de tramitação dos processos, com o menor número possível de equívocos e assegurando a celeridade dos atos, em observância ao regramento legal.

Para tanto, a Secretaria encontra-se estruturada em núcleos flexíveis, voltados ao atendimento, às comunicações, à análise e ao contato com os Tribunais Superiores, sob a supervisão dos Secretários-Adjuntos e do Diretor de Secretaria, a quem incumbe a distribuição das atividades, o controle de frequência, o estabelecimento e a cobrança de metas, bem como a manutenção de diálogo constante com as demais unidades da 2ª Vice-Presidência, especialmente quanto às prioridades definidas pela gestão.

Ademais, por meio da utilização de ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal, como o EXAUDI e o PJe+R, busca-se a administração eficiente do fluxo processual, em atuação alinhada com os diversos setores do Judiciário e com outros órgãos, notadamente o STJ e o STF. Ainda que parte das expectativas esteja vinculada ao médio e longo prazo, sobretudo em razão da necessidade de maior automação e ajustes nos fluxos sistêmicos, já se observam evolução e aprimoramento na maior parte do trabalho rotineiro.

Objetivos traçados

A gestão da 2ª Vice-Presidência orienta-se pelo propósito de fortalecer a cultura de precedentes no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia, com apoio às unidades judicantes e promoção de maior integração entre a atividade jurisdicional e as atividades administrativas de controle e organização das informações processuais. Nesse sentido, busca-se manter a adequada tramitação dos processos, com o menor número possível de equívocos, assegurando a celeridade dos atos processuais e a observância do regramento legal aplicável.

Entre os objetivos da gestão, inserem-se a manutenção e o aperfeiçoamento das práticas adotadas pela Secretaria da Seção de Recursos, com base em evidências estatísticas e nas demandas oriundas do próprio Tribunal, das Cortes Superiores e dos órgãos de planejamento e controle da atividade judicial.

Para o período subsequente, em consonância com o avanço do uso de ferramentas tecnológicas pelo Tribunal, projeta-se o aprofundamento de soluções sistêmicas, mediante a utilização dos meios disponíveis, com vistas a simplificar e tornar mais eficiente o trabalho desenvolvido pela Secretaria, sem descuidar dos parâmetros legais, das garantias processuais e das especificidades inerentes ao processamento dos feitos, de modo a municiar a atividade jurisdicional exercida pela 2ª Vice-Presidência.

Ações (em andamento ou concluídas)

Nos primeiros cem dias de gestão, foram desenvolvidas diversas ações voltadas ao alinhamento, à organização e ao aprimoramento das atividades da Secretaria da Seção de Recursos. Dentre elas, destaca-se a participação na inspeção ordinária interna realizada pela nova gestão da 2ª Vice-Presidência, no primeiro mês após a posse, com a realização de reuniões e a elaboração de relatório, inclusive de natureza estatística, em preparação à inspeção do Conselho Nacional de Justiça. Também foram realizadas reuniões de alinhamento com o Gabinete da 2ª Vice-Presidência e com a Juíza Assessora, com foco na definição de expectativas e no planejamento das ações necessárias ao alcance das metas traçadas pela gestão.

No mesmo período, a Secretaria atuou na prestação de informações ao Conselho Nacional de Justiça, por ocasião da inspeção ordinária realizada entre os dias 6 e 10 de abril de 2026, bem como participou de reunião voltada à troca de experiências com os responsáveis pelas atividades desenvolvidas junto à 2ª Vice-Presidência. Ademais, houve interlocução contínua e realização de reuniões com Diretores de Câmaras, com a Secretaria Judiciária e com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização, a fim de buscar a padronização de procedimentos e ações, inclusive no que se refere à expedição de atos ordinatórios, de modo a evitar incidentes processuais.

Outra ação relevante consistiu na revisão do acervo de processos sobrestados em Secretaria, desenvolvida em parceria com o NUGEPNAC, com vistas a garantir o impulsionamento dos feitos em que não subsista causa legal de suspensão, bem como a proporcionar maior agilidade na tramitação de processos relacionados a classes sensíveis ao Núcleo, como os incidentes de resolução de demandas repetitivas e os recursos representativos de controvérsia. Foram realizadas, também, discussões com a equipe de informática para o aprimoramento do fluxo de levantamento de sobrestamento no PJe 2º Grau, bem como reuniões internas com os setores e os núcleos da própria Secretaria, com avaliação e retorno das atividades desempenhadas pelos colaboradores.

Projetos desenvolvidos

No período analisado, destacam-se projetos voltados à melhoria dos fluxos de trabalho e ao aprimoramento das atividades desempenhadas pela Secretaria da Seção de Recursos. Dentre eles, ressalta-se o desenvolvimento da atividade de revisão do acervo de processos sobrestados, em parceria com o NUGEPNAC, com o objetivo de identificar e impulsionar feitos em que não mais subsista causa legal de suspensão, contribuindo para a regular tramitação dos processos. Também se insere nesse contexto o aprimoramento do fluxo de levantamento de sobrestamento no Sistema PJe 2º Grau, desenvolvido em conjunto com a equipe de tecnologia da informação.

Outro projeto relevante consiste na continuidade do processo de integração entre os sistemas do Tribunal de Justiça da Bahia e do Superior Tribunal de Justiça, especialmente entre o PJe 2º Grau e o Sistema GPE, ainda que tenha havido prorrogação do prazo para sua conclusão em razão de dificuldades técnicas apontadas pela equipe responsável. Ademais, destacam-se as iniciativas concernentes à padronização de procedimentos entre as unidades do Tribunal, bem como a perspectiva de aprofundamento de soluções sistêmicas, mediante o uso de ferramentas tecnológicas, automação e inteligência artificial, conforme diretrizes estabelecidas para o próximo período da gestão, com o fito de tornar mais eficiente o trabalho desenvolvido pela Secretaria, observados os parâmetros legais e as garantias processuais.

6. NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS (NUGEPNAC)

Apresentação

O NUGEPNAC atua no gerenciamento de precedentes qualificados e no acompanhamento de ações coletivas, nos termos das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e das normativas internas desta Corte, desempenhando papel estratégico na consolidação do sistema de precedentes obrigatórios e no fortalecimento da prestação jurisdicional.

No período analisado, as atividades desenvolvidas estiveram alinhadas às diretrizes da 2ª Vice-Presidência e ao planejamento estratégico institucional, com ênfase no saneamento de precedentes, na padronização de fluxos e na governança de dados processuais, submetendo-se à apreciação da Administração Superior as informações pertinentes.

Objetivos traçados

As ações do NUGEPNAC foram orientadas pelo macrodesafio institucional de consolidação do sistema de precedentes judiciais, em consonância com a Política Estratégica do Poder Judiciário e com as metas estabelecidas para o sexênio 2021-2026.

Nesse contexto, destacam-se como objetivos principais: o gerenciamento integral do acervo de processos submetidos à aplicação de precedentes qualificados; o aprimoramento da qualidade dos dados processuais; a padronização de procedimentos; e a disseminação do conhecimento sobre o sistema de precedentes em todas as unidades judiciais.

Além disso, buscou-se fortalecer a governança de dados, promover a uniformização da aplicação do regramento processual, incentivar o adequado registro das movimentações processuais e assegurar maior eficiência na tramitação de processos sobrestados e de ações coletivas, contribuindo para a racionalização da atividade jurisdicional e para a segurança jurídica.

Ações (em andamento ou concluídas)

Nos cem primeiros dias de gestão, o NUGEPNAC desenvolveu e integrou, de forma colaborativa, diversas ações pertinentes à consecução de seus objetivos institucionais.

Dentre elas, destaca-se a apresentação de plano de capacitação à UNICORP, estruturado em dois eixos temáticos (juízo de admissibilidade de recursos excepcionais e gestão de IRDR e IAC) e direcionado à qualificação dos assessores da 2ª Vice-Presidência e dos gabinetes dos desembargadores, com vistas à uniformização de procedimentos e ao fortalecimento da formação de precedentes.

Ainda no campo da disseminação do conhecimento, promoveu-se a reformulação do Boletim Informativo do NUGEPNAC, com reorganização por ramos do direito e periodicidade quinzenal, ampliando a acessibilidade e a sistematização das informações relativas a precedentes qualificados e julgamentos relevantes.

No âmbito estratégico, o Núcleo atuou no acompanhamento dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, com identificação de atendimento parcial dos critérios e com adoção de medidas de incentivo institucional, inclusive por meio da expedição de ofício conjunto, subscrito pelo Presidente e pelo 2º Vice-Presidente, no tocante ao impulsionamento do julgamento de IRDRs pendentes.

Também foi proposta a inclusão de critérios relacionados ao adequado lançamento de movimentações processuais no Selo Justiça em Números, almejando estimular a correta alimentação dos sistemas judiciais e aprimorar a qualidade dos dados encaminhados aos sistemas nacionais.

No que se refere à governança de dados, foram adotadas medidas para ampliar e aperfeiçoar o fluxo de sobrestamento e dessobrestamento no Sistema PJe, em articulação com a SETIM e a CSJUD, visando à padronização de procedimentos e à redução de inconsistências.

Paralelamente, manteve-se o desenvolvimento do sistema informatizado do NUGEPNAC, com foco na modernização tecnológica, na automação de cadastros e no aprimoramento do gerenciamento dos processos sobrestados, com implementação gradual e validação das funcionalidades.

No plano operacional, foi realizado monitoramento contínuo dos processos não cadastrados, com registro direto daqueles que atendem aos requisitos de sobrestamento, de modo a garantir a integridade das informações e a adequada alimentação do Banco Nacional de Precedentes.

Houve a atuação contínua na atualização do Banco Nacional de Precedentes, mediante remessa automatizada de dados, bem como a disponibilização das súmulas do Tribunal no Portal do NUGEP, ampliando a transparência e o acesso às informações jurisprudenciais.

Por fim, o NUGEPNAC manteve participação ativa no Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA) e prestou suporte administrativo à Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC), reforçando sua atuação integrada e colaborativa no âmbito institucional.

Projetos desenvolvidos

Entre os projetos desenvolvidos, destaca-se a Semana de Saneamento de Precedentes e de Ações Coletivas, iniciativa estratégica conduzida pela 2ª Vice-Presidência, com o objetivo de regularizar o acervo de processos sobrestados e aprimorar os registros processuais nas unidades judiciárias.

A ação foi instituída por ato normativo conjunto, tendo sido realizada fase-piloto em quatro unidades judiciárias das Comarcas de Salvador e Feira de Santana, com definição de diretrizes, indicadores de monitoramento e obrigatoriedade de envio de relatórios pelas unidades participantes.

A metodologia adotada permitiu o aprimoramento contínuo das atividades, com previsão de expansão para outras unidades, especialmente no âmbito da Fazenda Pública Administrativa, em alinhamento à estratégia institucional e ao modelo do Núcleo de Justiça 4.0, com execução agendada para o período de 11 a 15 de maio de 2026.

Além disso, foram elaborados planos estruturados de saneamento de precedentes e de ações coletivas, com definição de escopo, metodologia e cronograma de execução, bem como materiais institucionais destinados à apresentação do projeto a atores externos, visando à sensibilização e ao fortalecimento do apoio institucional às iniciativas desenvolvidas.

7. CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL DA BAHIA (CIJEBA)

Apresentação

O Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA) foi instituído pela Resolução TJBA nº 04, de 28 de abril de 2021, posteriormente alterada pelas Resoluções TJBA nº 06/2022 e nº 11/2023, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, estabelecidas na Resolução nº 349/2020 e atualizadas pela Resolução nº 374/2021.

Vinculado à 2ª Vice-Presidência, o CIJEBA tem como principal finalidade prevenir e solucionar conflitos multitudinários desde a sua origem, por meio do monitoramento e da identificação de demandas de massa ou com potencial de repetitividade. Para tanto, atua no aprimoramento da gestão de precedentes, na articulação coordenada com unidades internas de 1º e 2º Graus e com outras instituições, bem como na padronização de rotinas. Ademais, contribui para a supervisão da aderência às recomendações emitidas ou divulgadas pelo Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ).

Nesse contexto, a elaboração de notas técnicas – contendo estudos e recomendações referentes à prevenção de litígios, ao monitoramento de demandas e à gestão de precedentes – constitui instrumento relevante de sua atuação. Dessa forma, o CIJEBA promove a disseminação das medidas nelas consubstanciadas, assim como daquelas produzidas por outros Centros de Inteligência, além de incentivar o desenvolvimento de políticas e ações pertinentes à redução da cultura de excessiva judicialização e do uso abusivo do sistema de justiça.

Composição

Nos termos do art. 3º da Resolução TJBA nº 04/2021, o CIJEBA é estruturado pelo Grupo Decisório (GD) e pelo Grupo Operacional (GO), cuja composição se encontra definida no Decreto Judiciário nº 522, de 4 de maio de 2026, que formalizou a designação dos membros do Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA), conferindo maior estruturação e operacionalidade às atividades desenvolvidas no âmbito do referido Centro.

Objetivos traçados

Em atendimento às Diretrizes nº 7/2023 e nº 6/2024, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que preveem a adoção de “práticas e protocolos para tratamento da litigância predatória, no que couber e dentro das atribuições da Corregedoria, inclusive mediante a criação de painel eletrônico e a alimentação periódica do banco de informações na página da Corregedoria Nacional de Justiça”; assim como, em virtude da publicação da Recomendação CNJ nº 159/2024, que “recomenda medidas de identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva”, o CIJEBA pretende desenvolver, em conjunto com a SETIM, uma ferramenta tecnológica destinada ao monitoramento de demandas de massa, tencionando a identificação de eventuais práticas abusivas, predatórias e fraudulentas.

Além disso, busca-se dar continuidade à elaboração e à publicação de notas técnicas, bem como aprofundar o conhecimento acerca das demandas estruturantes.

Principais ações

Nos primeiros cem dias desta gestão, destacam-se como principais ações:

- I. participação de integrantes do CIJEBA no **2º Congresso dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário**, realizado em Belo Horizonte (MG), nos dias 12 e 13 de março deste ano;
- II. apresentação do **painel “Identificação e Monitoramento da Litigância Abusiva”** pelo Presidente e pela Coordenadora do CIJEBA – o Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior e a Juíza de Direito Maria Cláudia Salles Parente – na **Caravana Nacional da Cooperação Judiciária**, realizada em 13 de abril deste ano, no âmbito do TJBA;
- III. busca ativa, durante as Semanas de Saneamento de Precedentes, de ações coletivas com potencial de se tornarem estruturais; e
- IV. remodelação do site da unidade, promovendo atualização visual, melhoria da usabilidade e reorganização de conteúdos.

8. ESTATÍSTICA PROCESSUAL



9. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS



10. PRÓXIMOS PASSOS

Nos próximos meses, a 2ª Vice-Presidência dará continuidade ao processo de aprimoramento institucional iniciado nos primeiros cem dias de gestão, com foco na consolidação das rotinas internas; no fortalecimento da integração entre o Gabinete, a Seção de Recursos, o NUGEPNAC e o CIJEBA; e no aperfeiçoamento contínuo dos fluxos de trabalho.

Nesse sentido, pretende-se ampliar as ações de capacitação técnica, manter o diálogo institucional com órgãos do sistema de Justiça, acompanhar a evolução das demandas relacionadas à gestão de precedentes e estimular iniciativas voltadas à organização do acervo e à qualificação das atividades desenvolvidas, sempre em observância às competências de cada unidade e às diretrizes administrativas do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA MINISTRO HERMES LIMA - TJBA



APRESENTAÇÃO

A Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp-TJBA) é responsável pela formação e pela capacitação continuada de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça da Bahia, atuando como instrumento estratégico voltado à modernização e ao aprimoramento do Judiciário. Alinhada às diretrizes do TJBA, do CNJ e da ENFAM, a instituição busca promover a excelência profissional e a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

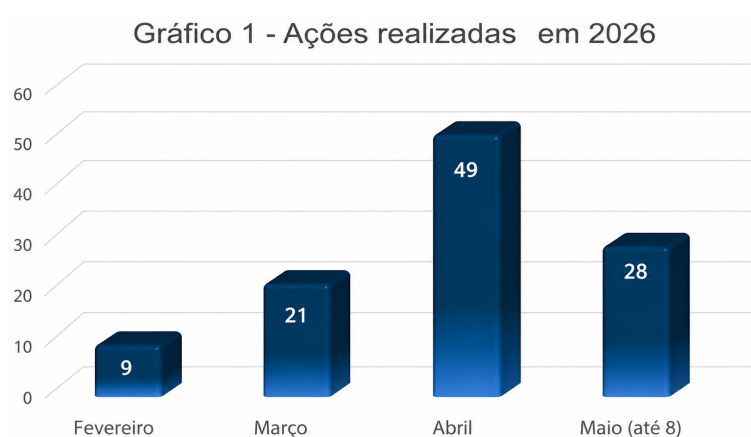
No biênio 2026-2028, a Unicorp-TJBA tem como objetivo desenvolver e consolidar um modelo educacional moderno, integrado e capaz de atender às demandas institucionais e às transformações do sistema de justiça. Sua missão é fomentar a aprendizagem contínua, incentivando o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os integrantes do Tribunal.

Com foco no futuro, a Universidade investe na ampliação do ensino a distância, na democratização do acesso ao conhecimento, na valorização de talentos e em parcerias institucionais e acadêmicas, além de promover valores como cidadania, cultura e responsabilidade socioambiental. Suas ações, também, reforçam o compromisso com a diversidade, a inclusão e a participação feminina, de modo a contribuir para um Judiciário mais inovador, eficiente e comprometido com a sociedade.

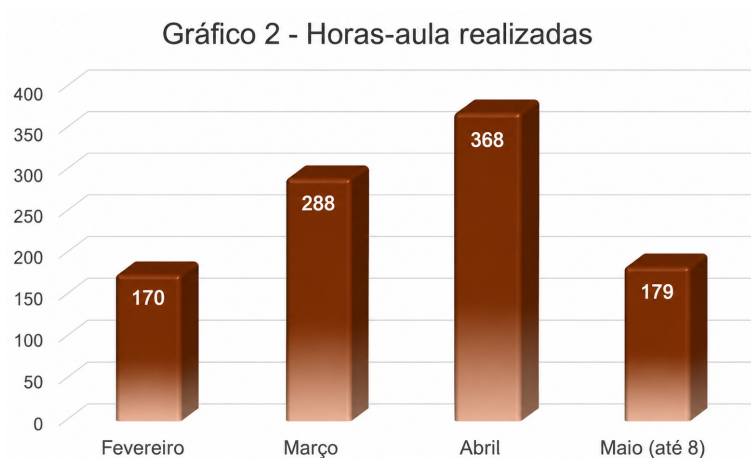
OBJETIVOS TRAÇADOS

A atual gestão da Unicorp-TJBA tem como prioridade o fortalecimento institucional, fundamentado em quatro pilares estratégicos: internacionalização, verticalização, interiorização e reestruturação física e orgânica. Essas diretrizes orientam as ações da Universidade Corporativa e serão detalhadas ao longo do relatório.

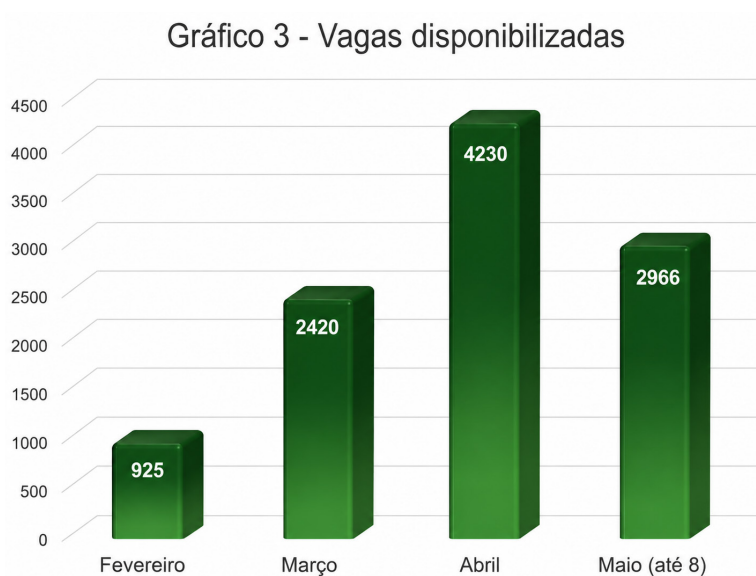
Nos primeiros 100 dias de gestão, a instituição promoveu 107 ações de capacitação, reafirmando seu compromisso com o aprimoramento da prestação jurisdicional e com a qualificação contínua de magistrados e servidores. As atividades foram distribuídas desta forma: 9 ações em fevereiro; 21, em março; 49, em abril; e 28, até 8 de maio de 2026. Com isso, demonstrou-se intensa atuação na promoção do conhecimento e do desenvolvimento profissional no âmbito do TJBA.



No que tange à carga horária das ações, foram disponibilizadas, até o dia 8 de maio de 2026, 1.005 (um mil e cinco) horas-aula. Segue, abaixo, o gráfico com a disposição ao longo dos meses.



Para as 107 (cento e sete) ações de capacitação ofertadas, foram disponibilizadas 10.531 (dez mil, quinhentas e trinta e uma) vagas para magistrados(as) e servidores(as), conforme o gráfico apresentado a seguir.



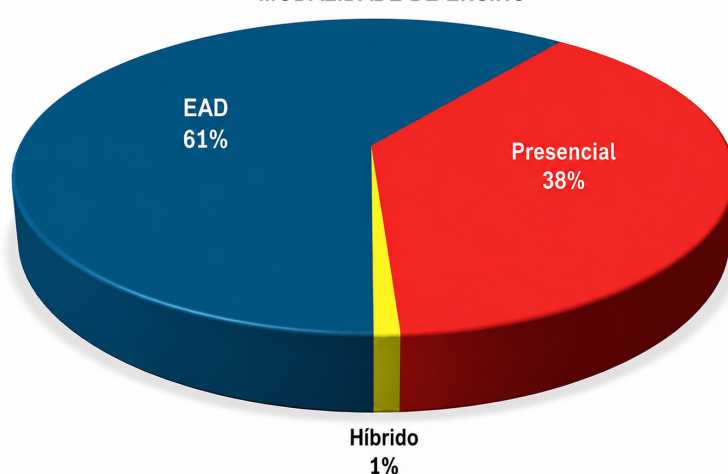
MODALIDADES DE ENSINO

As ações formativas da Unicorp-TJBA foram realizadas nas modalidades presencial, a distância (EAD) e híbrida, com predominância da oferta em ensino a distância. Esse resultado evidencia uma estratégia alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e da democratização do acesso à capacitação, ampliando as oportunidades de qualificação para magistrados(as) e servidores(as) em todo o Estado.

Diante da ampla extensão territorial da Bahia e da distribuição das unidades judiciárias por diversas comarcas, a modalidade EAD permite alcançar um público mais amplo, reduzindo custos relacionados a deslocamentos e diárias, bem como à infraestrutura física. Além disso, contribui para a otimização dos recursos institucionais e para a ampliação do alcance das ações educacionais.

Para a Unicorp-TJBA, o fortalecimento do ensino a distância representa um importante instrumento de modernização da educação corporativa, promovendo a qualificação contínua, a padronização do conhecimento institucional e a disseminação de boas práticas em todo o Poder Judiciário baiano.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS EM 2026 - POR MODALIDADE DE ENSINO

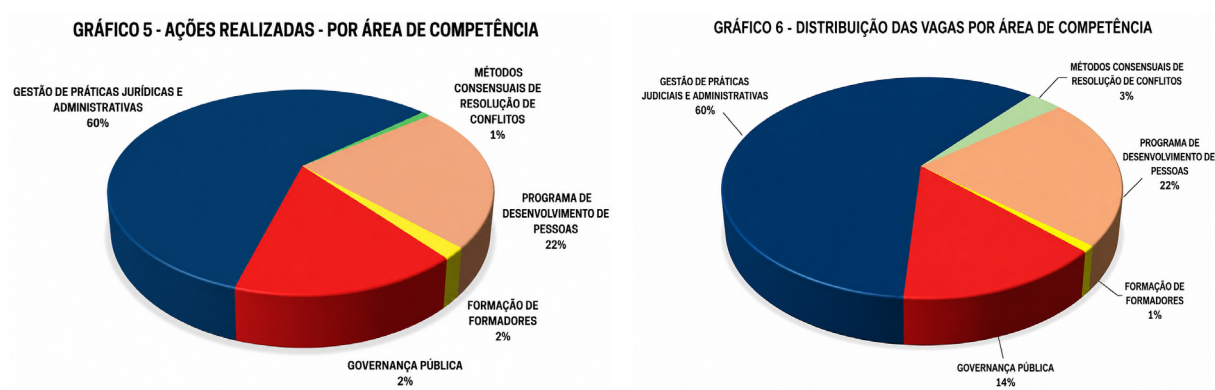


QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS X ÁREA DE COMPETÊNCIA

No processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Unicorp-TJBA, foram definidas cinco áreas de competência que orientam a oferta de ações formativas destinadas a magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça da Bahia: Formação de Formadores; Gestão de Práticas Judiciais; Governança Pública; Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos; e Programa de Desenvolvimento de Pessoas.

Cada uma dessas áreas é estruturada em programas estratégicos que direcionam a concepção, o planejamento e a execução das capacitações, além de servirem como referência para a análise das demandas encaminhadas à Universidade. Essa organização permite maior alinhamento entre as necessidades institucionais e as ações educacionais desenvolvidas.

Os gráficos apresentados a seguir demonstram a distribuição das capacitações realizadas e das vagas ofertadas entre as diferentes áreas de competência, evidenciando o compromisso da Unicorp-TJBA com uma formação diversificada, estratégica e alinhada aos objetivos de desenvolvimento do Poder Judiciário baiano.



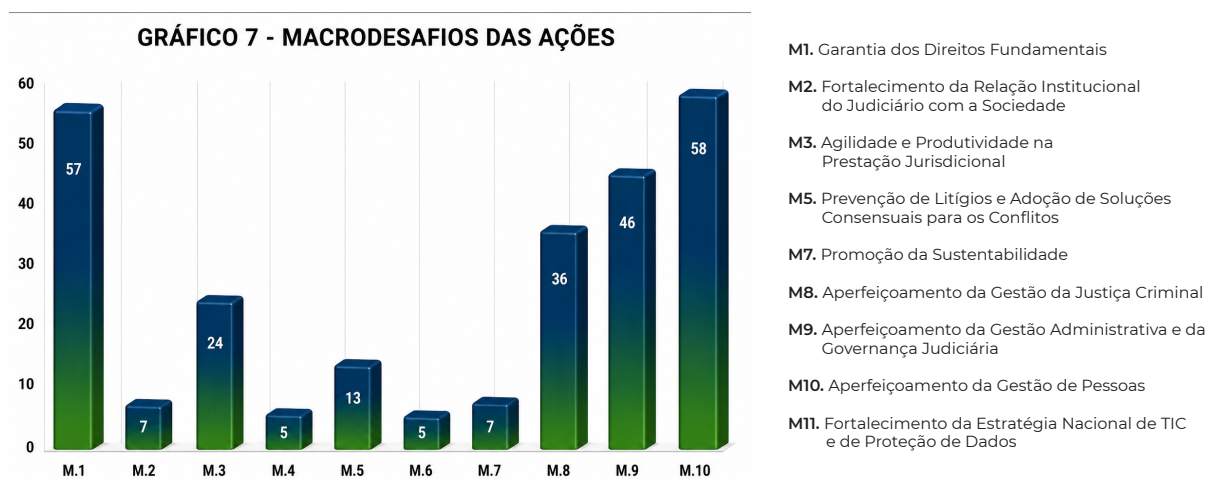
INICIATIVAS CONCLUÍDAS X INICIATIVAS EM ANDAMENTO

Das 107 (cento e sete) ações formativas previstas para os primeiros 100 dias do presente biênio, 106 (cento e seis) delas já foram concluídas, com exceção do Programa de Formação de Equipe Multidisciplinar de 2026 que, por ser um curso de formação continuada, findará no início de julho de 2026.

RESULTADOS PRÁTICOS

A Unicorp-TJBA orientou suas ações formativas em alinhamento aos macrodesafios estratégicos do Poder Judiciário, fomentando capacitações relacionadas ao fortalecimento da governança judiciária, à proteção dos direitos fundamentais, à sustentabilidade institucional, à inovação tecnológica e ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

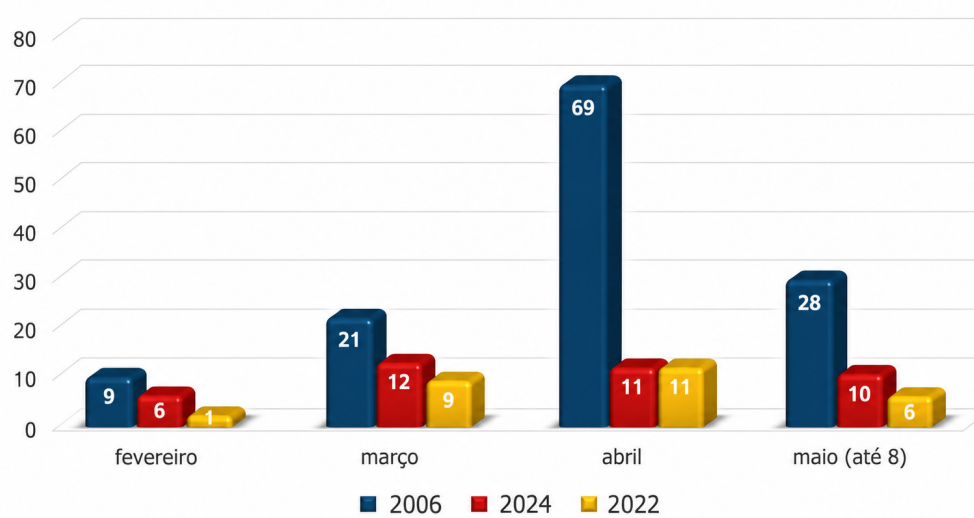
As iniciativas desenvolvidas abordaram temas atuais e relevantes para a atuação judicial e administrativa, contemplando inteligência artificial aplicada ao Direito, acessibilidade, inclusão, equidade, sustentabilidade, proteção de dados, métodos consensuais de resolução de conflitos e modernização administrativa. Dessa forma, a Universidade Corporativa reafirma seu compromisso com a qualificação contínua de magistrados(as) e servidores(as), colaborando para um Judiciário mais eficiente, inovador e apto a responder às demandas da sociedade contemporânea.



IMPACTOS GERADOS

Houve um crescimento expressivo das ações formativas nos primeiros cem dias da atual gestão, em comparação com as gestões anteriores, haja vista a ampliação significativa do alcance, do número de participantes e da capacidade de oferta, evidenciando o fortalecimento da política de educação nesta Universidade Judicial.

Gráfico 8 - Ações educacionais realizadas - primeiros anos de cada gestão



PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No período referenciado, as principais realizações da Unicorp-TJBA evidenciam o fortalecimento da política de educação corporativa no âmbito do Poder Judiciário baiano, por meio da ampliação das ações formativas, do incentivo à inovação e da consolidação de projetos estratégicos voltados à qualificação contínua de magistrados e servidores.

REUNIÃO DE ALINHAMENTO BIÊNIO 2026-2028 COM A PRESIDÊNCIA DO TJBA

No dia 3 de março de 2026, houve um encontro entre a direção da Unicorp-TJBA e o Presidente do TJBA, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, com vistas a apresentar as demandas estruturantes da Universidade neste início do biênio 2026-2028, com escopo de consolidar o alinhamento estratégico entre a nova gestão da Unicorp-TJBA e a Presidência deste Tribunal, de maneira a fortalecer a formação continuada no Judiciário baiano. Entre os temas apresentados, estiveram a verticalização e a internacionalização do ensino; o aprimoramento da estrutura física; e a ampliação da equipe, além de demandas administrativas. A Presidência sinalizou apoio institucional às iniciativas propostas.

PRÊMIO CNJ

A Unicorp-TJBA atendeu a 100% dos requisitos do Prêmio CNJ aplicáveis às Escolas Judiciais, no tocante à edição 2025, reafirmando seu compromisso com a excelência na educação corporativa, na formação de magistrados e servidores, bem como na consolidação de uma gestão alinhada aos padrões nacionais de qualidade.

Metas alcançadas para a edição 2026/2027: dos 21 requisitos de capacitação previstos na Portaria nº 471 de 18 de dezembro de 2025 para a Edição 2026 do Prêmio CNJ, 19 já estão sendo atendidos.

CREDENCIAMENTO NO ENFAM

A Unicorp-TJBA credenciou 20 cursos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), encontrando-se, atualmente, 4 cursos em andamento.

FÓRUNS PERMANENTES

A Unicorp-TJBA conta com 18 Fóruns Permanentes, organizados em diferentes áreas do Direito, que atuam como espaços de debate, reflexão e produção de conhecimento jurídico. Esses fóruns promovem discussões sobre temas atuais, inovações legislativas e desafios do sistema de justiça, incentivando a troca de experiências entre magistrados(as), servidores(as), especialistas e demais profissionais da área.

Recentemente, os Fóruns passaram por um processo de reestruturação institucional, com o objetivo de fortalecer sua atuação acadêmica e estratégica, adequando suas atividades às demandas contemporâneas do Poder Judiciário. Além de estimular o debate crítico e a atualização permanente do conhecimento, os Fóruns contribuem para a proposição de ações de capacitação e para o desenvolvimento de soluções inovadoras referentes ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e ao fortalecimento institucional do TJBA.



TERMOS DE COOPERAÇÃO

O Projeto Termo de Cooperação visa ampliar a qualificação de magistrados(as), servidores(as) e demais profissionais por meio de parcerias técnicas, acadêmicas, científicas e culturais. Nos primeiros 100 dias da gestão 2026-2028, a Unicorp-TJBA firmou acordos com a APEB e a UNIFACS, fortalecendo as oportunidades de capacitação e intercâmbio de conhecimento. Além disso, a Universidade avança na formalização de novas parcerias com instituições de destaque nacional e internacional, reforçando seu compromisso com a excelência acadêmica, a inovação e o fortalecimento institucional do Poder Judiciário.

CARAVANA NACIONAL DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

No dia 13 de abril de 2026, a Unicorp-TJBA sediou a Caravana Nacional da Cooperação Judiciária, evento voltado ao fortalecimento do diálogo institucional e ao enfrentamento da litigância abusiva. O encontro reuniu magistrados, assessores jurídicos, advogados e estudantes, com vistas a discutir os impactos da judicialização excessiva e promover a troca de experiências e boas práticas.

Idealizada pela Revista Justiça & Cidadania e com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS/CNJ), a iniciativa consolidou-se como um importante espaço de capacitação, reflexão e cooperação entre os diversos atores do sistema de justiça.



AGENDA INSTITUCIONAL UNICORP-TJBA EM BRASÍLIA

A agenda institucional da Unicorp-TJBA em Brasília – conduzida pelo Desembargador Geder Gomes e pela Juíza Patrícia Cerqueira – teve como foco a ampliação de parcerias estratégicas e o fortalecimento da formação de magistrados e servidores. Em reuniões com representantes do STJ, da ENFAM e do IDP, foram discutidos temas como: verticalização do ensino; criação de programas de mestrado e doutorado em rede; acessibilidade; inovação tecnológica; e qualificação continuada. A iniciativa resultou no fortalecimento de parcerias acadêmicas e fóruns temáticos, bem como no alinhamento de ações atinentes à modernização e à eficiência do Poder Judiciário.

UNICORP-TJBA NO COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS DA MAGISTRATURA (COPEDEM)

Representada pelo Diretor-Geral da Unicorp-TJBA – Desembargador Geder Gomes –, a Unicorp-TJBA esteve presente no Congresso COPEDEM 2026 – Conexões para o futuro, ocorrido em março de 2026, com programação dedicada a debates sobre saúde, tecnologia e desenvolvimento sustentável, bem como sobre os impactos dessas agendas no Sistema de Justiça.

Também com a participação da Unicorp-TJBA – representada pelo Diretor-Geral da Unicorp-TJBA, Desembargador Geder Gomes, e pela Coordenadora-Geral, Juíza Patrícia Cerqueira –, outro importante evento foi o 63º Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF) do TJMG.



INTERNACIONAIS

Como parte da política de internacionalização, a Unicorp-TJBA foi convidada a participar de dois importantes eventos acadêmico-científicos internacionais: o III Simpósio Internacional em Direitos Humanos e Cidadania, no Porto (Portugal); e o VIII Simpósio Internacional em Direitos Humanos Aplicados, em Salamanca (Espanha), ambos realizados em parceria entre a UNIFACS e universidades europeias. A participação nesses eventos fortalece a inserção internacional da Universidade; amplia o intercâmbio de conhecimentos e experiências; e consolida sua atuação estratégica na formação continuada de magistrados e servidores, alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais e à promoção dos direitos humanos.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A Unicorp-TJBA fortaleceu sua política de qualificação continuada com a oferta de programas de mestrado para magistrados(as) e servidores(as). Em parceria com a UFBA, iniciou nova turma do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, com 45 vagas. Ademais, participa do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, realizado em parceria com a FGV e com outras instituições, dispondo de 10 vagas para o TJBA. Essas iniciativas reforçam a capacitação e o desenvolvimento profissional no âmbito do Poder Judiciário.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PARA O BIÊNIO 2026-2028

A atual gestão da Unicorp-TJBA tem como foco o fortalecimento institucional, sustentado pelos pilares: internacionalização; verticalização; interiorização; reestruturação orgânica e física; modernização; e ampliação dos termos de cooperação. Essas diretrizes orientam as ações estratégicas da Universidade e reafirmam o compromisso com a inovação, a excelência acadêmica e a qualificação permanente de magistrados(as) e servidores(as), em consonância com os desafios e as demandas contemporâneas do Poder Judiciário.

Internacionalização do Ensino da UNICORP

Nome do projeto: Internacionalização das Atividades da Unicorp.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: a Unicorp-TJBA tem investido na internacionalização por meio da ampliação de parcerias e da participação em redes acadêmicas e institucionais internacionais, com foco no intercâmbio de boas práticas nas áreas de direitos humanos e políticas judiciárias. O projeto contempla a formação de magistrados(as) e servidores(as) no exterior, assim como a recepção de especialistas estrangeiros para atividades acadêmicas e formativas. Entre as ações já realizadas, destacam-se as articulações com instituições como UFBA, UNISANTA, Mackenzie, UNIFACS, Faculdade Baiana de Direito e Syracuse University, visando fortalecer a cooperação internacional e a qualificação continuada no âmbito do Judiciário.

Verticalização das Atividades da UNICORP

Nome do projeto: Verticalização das Atividades da Unicorp.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: tal projeto busca criar trilhas formativas que vão da capacitação inicial à pós-graduação, incluindo mestrados e doutorados, visando fortalecer a qualificação de magistrados(as) e servidores(as). Como resultado, foram realizadas reuniões com diversas instituições de ensino, como UFBA, UNIALFA, UNISANTA, UNIFACS, IDP e Mackenzie, com negociações em fase avançada para futuras parcerias.

Interiorização das Atividades da UNICORP

Nome do projeto: Interiorização das Atividades da Unicorp.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: tal projeto visa ampliar e descentralizar o acesso à educação corporativa por meio de polos regionais estrategicamente distribuídos no interior da Bahia e da expansão do ensino a distância (EAD). A iniciativa promove maior alcance das ações formativas, reduz deslocamentos e garante acesso mais equitativo à capacitação de magistrados(as) e servidores(as). Entre as entregas já realizadas, destacam-se: a elaboração do projeto; a aprovação da reordenação territorial e da reestruturação dos polos da Unicorp-TJBA; e a criação de dois novos polos regionais.

Reestruturação Orgânica e Física da Unicorp

Nome do projeto: Reestruturação Orgânica e Física da Unicorp-TJBA.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: tal projeto objetiva modernizar a estrutura institucional, aprimorar a gestão e reforçar a educação corporativa no âmbito do Poder Judiciário da Bahia. Entre as principais ações, estão: atualização da legislação que regula a Universidade; estudos para ampliar o apoio administrativo terceirizado; implantação de um novo auditório e de salas de aula; e adequação de espaços de trabalho para a equipe. A iniciativa objetiva ampliar a capacidade de atendimento, qualificar as ações educacionais e fortalecer a formação continuada de magistrados(as) e servidores(as).

Modernização da UNICORP-TJBA

Nome do projeto: Modernização da Unicorp-TJBA.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: tal projeto almeja desenvolver soluções tecnológicas para aprimorar a gestão e as atividades educacionais da instituição, com destaque para a reestruturação do Sistema de Educação Corporativa (SIEC) e para a criação de um aplicativo institucional. A iniciativa encontra-se em desenvolvimento por meio do Processo SEI nº 80506299.000057/2026-88.

Reestruturação dos Polos Regionais

Nome do projeto: Reestruturação dos Polos Regionais.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: tal projeto visa fortalecer a descentralização das ações de ensino e capacitação do TJBA, ampliando recursos estruturais e humanos nas unidades do interior e reduzindo a dependência da capital para a realização de atividades formativas presenciais. Entre as entregas realizadas, destacam-se as reuniões de gestão voltadas ao aprimoramento das ações de qualificação e à criação de dois novos polos regionais, ampliando o alcance da educação corporativa no Estado.

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UNICORP

Nome do projeto: Modernização da Unicorp-TJBA mediante o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Escopo: o plano visa fortalecer a formação de magistrados(as) e servidores(as) por meio de uma educação pautada na humanização, na inovação pedagógica e no alinhamento estratégico ao TJBA. Entre suas prioridades, estão: a descentralização das ações educacionais; a ampliação da educação a distância; e a gestão por competências, abrangendo programas de formação inicial, continuada, pós-graduação, pesquisa e extensão. O projeto encontra-se em desenvolvimento e teve como referência a visita técnica realizada ao TJMG em abril de 2026.

Trilha de Aprendizagem – Vitaliciamento

Nome do projeto: Trilha de Aprendizagem – Vitaliciamento.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: em andamento.

Resumo: esse projeto tenciona oferecer formação continuada estruturada em trilhas de aprendizagem para magistrados(as) do TJBA em processo de vitaliciamento, em conformidade com a Resolução ENFAM nº 2/2025 e com demais requisitos legais. A iniciativa encontra-se, atualmente, em desenvolvimento.

Encontro Internacional de Ciências Penais

Nome do projeto: Encontro Internacional de Direito Penal – Temas Atuais.

Unidade demandante: Unicorp-TJBA.

Status: evento realizado em 14 de maio de 2026.

Escopo: o Encontro Internacional de Ciências Penais – Temas Atuais, realizado em 14 de maio de 2026 pela Unicorp-TJBA, reuniu especialistas nacionais e internacionais para debater temas contemporâneos do Direito Penal, da Criminologia e da Segurança Pública. O evento promoveu atualização técnico-jurídica, intercâmbio de experiências e reflexões sobre desafios do sistema de justiça criminal, contando com palestras de autoridades e renomados professores sobre racismo na realidade penal brasileira, segurança pública, organizações criminosas, lavagem de dinheiro e política criminal. A iniciativa reforçou o compromisso da Unicorp-TJBA com a qualificação contínua e com o fortalecimento do diálogo acadêmico e institucional, reunindo 685 participantes, sendo 469 presenciais e 216 na modalidade EAD.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Nos primeiros 100 dias da gestão 2026-2028, a Unicorp-TJBA investiu R\$ 371,8 mil em ações de capacitação, sendo R\$ 165,4 mil destinados à instrutoria interna e R\$ 206,4 mil referentes a novas contratações de instrutoria externa realizadas em 2026. Embora o total empenhado para instrutoria externa tenha alcançado R\$ 1,22 milhão, a maior parte desse valor corresponde a contratos firmados em exercícios anteriores e ainda vigentes. Os investimentos reforçam o compromisso da instituição, no que concerne à qualificação contínua de magistrados(as) e servidores(as), ao fortalecimento da educação corporativa e à melhoria da prestação jurisdicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros 100 dias da gestão 2026-2028, a Unicorp-TJBA alcançou avanços expressivos na consolidação de uma política educacional moderna e estratégica, alinhada às diretrizes do TJBA. Entre os principais resultados, destacam-se: a ampliação das ações formativas; a expansão do ensino a distância; a democratização do acesso ao conhecimento; o desenvolvimento de projetos inovadores; e o fortalecimento de parcerias institucionais e acadêmicas. A Universidade, também, avançou no atendimento aos requisitos do Prêmio CNJ e no credenciamento de cursos junto à ENFAM, reafirmando seu papel estratégico na qualificação contínua de magistrados(as) e servidores(as), bem como contribuindo para um Judiciário mais eficiente, inovador, humanizado e acessível à sociedade.

Diretoria: Des. Geder Luiz Rocha Gomes, Diretor-Geral; Des. Rolemberg Costa, Diretor-Adjunto; Juíza Patrícia Cerqueira, Coordenadora-Geral; e Thaís Felippi, Secretária-Geral.

Edição: Alessandra Campos; Danielle Borges; Filipe Ribeiro; Gandhy Lua Patriota; Ivan Trzan; João Lepkison; Tainan Chagas; e Thaiana Bonfim.

OUVIDORIA JUDICIAL



1. APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) constitui-se como unidade estratégica de interlocução entre o cidadão e o Poder Judiciário, desempenhando papel essencial na governança institucional, ao atuar como instrumento de escuta qualificada, transparência, participação social, gestão de informações e aperfeiçoamento contínuo da prestação jurisdicional. Nesse contexto, a Ouvidoria contribui, diretamente, para a governança do Tribunal, subsidiando a tomada de decisões, a identificação de demandas recorrentes, a avaliação da qualidade dos serviços prestados e o aprimoramento das políticas institucionais, consolidando-se como importante mecanismo de integridade, accountability e fortalecimento da confiança da sociedade no Poder Judiciário.

Nos termos da Resolução nº 03/2022, a Ouvidoria recebe e trata manifestações de diferentes naturezas, compreendendo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações, assegurando resposta pertinente, tempestiva e orientada à melhoria dos serviços, firmando-se como canal de diálogo, escuta e mediação. Sua atuação abrange o público interno e externo, incluindo os cidadãos em geral, todo o sistema de justiça, servidores e colaboradores.

No âmbito de suas atribuições, destaca-se a instituição da Ouvidoria da Mulher, voltada ao acolhimento qualificado de manifestações relacionadas a questões de gênero, especialmente aquelas envolvendo situações de violência, discriminação ou vulnerabilidade, reforçando o compromisso do TJBA com a proteção de direitos de qualquer natureza, a promoção da igualdade e a garantia de um ambiente seguro e acessível para todas as mulheres, com tratamento adequado, sigiloso e humanizado.

Também desempenha papel no apoio ao Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV).

Além do tratamento das manifestações, a Ouvidoria atua como instrumento de gestão e aperfeiçoamento institucional, exercendo função relevante na promoção da transparência, na garantia do acesso à informação, na proteção do manifestante e na produção de dados e relatórios gerenciais.

Dentre as ações realizadas nos primeiros 100 dias, destaca-se a elaboração de diagnóstico situacional da Ouvidoria Judicial, referente à identificação de necessidades estruturais, operacionais e administrativas da unidade, bem como de oportunidades de aprimoramento dos fluxos de trabalho, dos sistemas utilizados e da prestação dos serviços oferecidos ao cidadão.

A partir da análise realizada, foram definidas como prioridades da gestão:

- I – o aprimoramento da governança da Ouvidoria;
- II – a implementação de melhorias no sistema informatizado da Ouvidoria Judicial;
- III – a adequação dos fluxos internos aos atos normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- IV – a reestruturação física da unidade;
- V – o fortalecimento da estrutura de pessoal; e
- VI – o aperfeiçoamento da comunicação junto às unidades judiciais e administrativas.

Entre as medidas prioritárias identificadas, evidenciou-se a necessidade de atualização do sistema eletrônico da Ouvidoria Judicial, especialmente para a adequação do prazo de registro das manifestações pelos usuários, que passou de 90 (noventa) para 120 (cento e vinte) dias, consoante a Resolução CNJ nº 193/2025.

Foram implementadas medidas voltadas ao aprimoramento da estrutura administrativa da unidade, com a designação de coordenação responsável pelo planejamento, pela supervisão e pelo acompanhamento das atividades operacionais e estratégicas da Ouvidoria, como também com a ampliação da força de trabalho mediante a contratação de dois estagiários de pós-graduação.

No campo estrutural, foram estabelecidas como objetivos prioritários a reforma e a modernização do espaço físico da Ouvidoria Judicial localizada no térreo do edifício-sede do TJBA, visando proporcionar o ambiente mais acessível, moderno, acolhedor e compatível com as necessidades do atendimento ao público interno e externo.

Outro importante avanço estratégico consistiu na estruturação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV), vinculado à Ouvidoria Judicial, porém sob a coordenação de magistrado designado pela Presidência do TJBA. A unidade será responsável pelo acolhimento e pelo atendimento especializado às vítimas, oferecendo escuta qualificada, orientação acerca de direitos, informações sobre o trâmite processual e encaminhamento às redes de assistência disponíveis.

O CEAV atuará, também, de forma especializada junto a grupos em situação de maior vulnerabilidade, incluindo crianças, mulheres, pessoas idosas e/ou portadoras de necessidades especiais, população em situação de rua, imigrantes, comunidades tradicionais e população LGBTQI+, contribuindo para a implementação da política judiciária de atenção às vítimas, pautada na dignidade da pessoa, na proteção integral e na justiça restaurativa.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

Nos primeiros 100 dias da Gestão 2026-2028, foram definidos objetivos voltados ao fortalecimento institucional da Ouvidoria Judicial; ao aprimoramento dos fluxos e dos sistemas de atendimento; à ampliação da transparência e da escuta ativa; e ao alinhamento das atividades da unidade às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

3. AÇÕES

3.1 Realizadas

Entre as ações executadas e finalizadas nos primeiros 100 dias, seguem os destaques abaixo.

I. Manifestações recebidas no período





II. Mapeamento de Processo de Trabalho

Foi realizado o mapeamento do processo de recebimento e tratamento das demandas encaminhadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), abrangendo todas as etapas do fluxo de atendimento até o envio da resposta final. A iniciativa possibilitou a identificação de etapas críticas, pontos de retrabalho e oportunidades de padronização dos procedimentos.

Como resultados, destacam-se a melhoria da organização dos fluxos internos, o aprimoramento do acompanhamento das demandas e a criação de base estruturada para futuras ações de automatização e melhoria contínua dos processos da Ouvidoria.

III. Atualização de indicadores estratégicos (demandas processadas na Ouvidoria no 2º semestre de 2025)

Foi realizada a atualização dos indicadores estratégicos referentes às demandas processadas pela Ouvidoria Judicial no segundo semestre de 2025, em atendimento às exigências relacionadas à transparência e ao monitoramento dos dados gerenciais da unidade.

A medida possibilitou maior confiabilidade das informações disponibilizadas ao público, além de contribuir para o acompanhamento dos indicadores utilizados nos mecanismos de avaliação institucional promovidos pelo CNJ.

IV. Nomeação de coordenação e ampliação da força de trabalho

Com o propósito de fortalecer a governança interna e ampliar a capacidade de planejamento, foi promovida a nomeação de coordenadora voltada, especificamente, ao planejamento, à supervisão e ao acompanhamento das atividades operacionais e estratégicas da Ouvidoria.

Além disso, houve ampliação da força de trabalho da unidade mediante a contratação de dois estagiários de pós-graduação, medida destinada ao suporte das atividades técnicas e administrativas desenvolvidas pela Ouvidoria.

V. Fortalecimento da articulação junto às unidades judiciais

Solicitou-se à Presidência do Tribunal de Justiça a edição de ato concernente à convocação de magistrados e servidores para a verificação e a regularização dos expedientes da Ouvidoria Judicial pendentes de resposta, o que está sendo implementado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

A iniciativa visa fortalecer o fluxo de comunicação, assegurar maior tempestividade no atendimento às manifestações dos usuários e contribuir para a melhoria dos índices monitorados pelo CNJ.

Considerando que a efetividade da atuação da Ouvidoria Judicial depende da colaboração das unidades judiciais e administrativas no atendimento tempestivo às manifestações encaminhadas, foram adotadas medidas voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional.

Ainda nesse contexto, foi encaminhado formulário às unidades judiciais e administrativas para atualizar os dados relacionados ao atendimento das demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça, objetivando conferir maior celeridade, efetividade e precisão às respostas.

Por conseguinte, foi expedido ofício aos magistrados de todas as unidades do Tribunal de Justiça, reforçando a importância do tratamento adequado das demandas oriundas da Ouvidoria Judicial, destacando o impacto direto do tempo de resposta nos indicadores avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça.

VI. Ajuste de conduta com a Comissão Permanente de Ética

Com o objetivo de aprimorar os procedimentos internos de tratamento das manifestações, foi realizado alinhamento institucional junto à Comissão Permanente de Ética, atinente à definição de fluxo específico para encaminhamento de reclamações e denúncias formuladas em face de servidores, estagiários e colaboradores terceirizados.

A medida busca conferir maior segurança procedimental, padronização administrativa e adequada tramitação das manifestações recebidas.

VII. Adequações relacionadas ao Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Exercício 2026

No âmbito das ações relacionadas ao Ranking de Transparência 2026, foram promovidas medidas de revisão e atualização das informações disponibilizadas nos canais institucionais da Ouvidoria Judicial.

Entre as providências adotadas, destacam-se:

- revisão e atualização dos links da Carta de Serviços ao Cidadão;
- revisão da seção de perguntas frequentes (FAQ), com atualização da composição da Ouvidoria Judicial;
- inclusão das informações referentes a endereços e locais de atendimento das unidades judiciais por entrância; e
- atualização dos links institucionais relacionados à Carta de Serviços.

III. Atendimento aos requisitos do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP)

Iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas a padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência das informações produzidas e custeadas pelo poder público em todo o território nacional.

IX. Implementação de melhorias no sistema da Ouvidoria

Foram promovidas melhorias no Sistema da Ouvidoria Judicial, no que pertine ao aperfeiçoamento do acompanhamento das manifestações e à adequação do sistema aos normativos vigentes.

Entre as implementações realizadas, destacam-se:

- adequação do prazo para registro de manifestações pelos usuários para 120 (cento e vinte) dias, consoante a Resolução CNJ nº 193/2025;
- implementação do campo “raça” no cadastro do solicitante, em observância às políticas de produção de dados estatísticos e à promoção da equidade; e
- criação da aba “manifestações” e do campo “relatórios”, destinados ao aprimoramento do controle interno e do acompanhamento dos prazos de resposta.

X. Participação em eventos

A Ouvidoria Judicial participou do XIV Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), realizado na cidade de Cuiabá/MT, entre os dias 17 e 20 de março de 2026.

A participação possibilitou o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o alinhamento das diretrizes da unidade às políticas nacionais voltadas ao fortalecimento das Ouvidorias do Poder Judiciário.





Também houve participação da Ouvidoria no encontro “STF Escuta”, evento promovido pelo Supremo Tribunal Federal voltado ao fortalecimento da escuta ativa e qualificada no âmbito do Poder Judiciário, com enfoque na melhoria dos serviços prestados ao cidadão e no aprimoramento da interlocução com a sociedade.

3.2 Ações em Andamento

Encontra-se, em andamento, o projeto de reforma e modernização do espaço físico da Ouvidoria Judicial localizado no térreo (átrio), conforme projeto arquitetônico previamente aprovado.

A iniciativa visa proporcionar o ambiente mais acessível, moderno e adequado ao atendimento do público interno e externo, alinhado à humanização do atendimento e à melhoria da experiência do usuário.

Integrará o novo espaço físico o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV), unidade vinculada à Ouvidoria Judicial e destinada ao acolhimento, à orientação e atendimento especializado às vítimas.

O CEAV oferecerá escuta qualificada, atuando de forma integrada à política judiciária de proteção e atenção às vítimas em situação de vulnerabilidade social.

Também se encontra, em andamento, ação de conscientização referente ao fortalecimento da cultura de resposta tempestiva às manifestações encaminhadas pela Ouvidoria Judicial.

A iniciativa consiste na divulgação de mensagem informativa na intranet institucional, por meio da tela de abertura nos computadores, mostrando a relevância do atendimento célere às demandas da Ouvidoria e o impacto direto dessas respostas nos indicadores avaliados

pelo Conselho Nacional de Justiça. A ação está em execução na Secretaria de Comunicação Social (SECOM), com previsão de veiculação na última semana de maio de 2026.

Cumpra-se registrar o lançamento do Projeto de Rede de Ouvidorias Públicas e Judiciais da Bahia, destinado a integrar as Ouvidorias de diversos órgãos e instituições públicas. O evento está previsto para acontecer no dia 28 de maio de 2026 e busca fomentar a cooperação, o intercâmbio de boas práticas e o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade.

Frise-se, por fim, em curso, o Projeto de Reestruturação de Cargos da Ouvidoria Judicial, que visa não apenas à adequação institucional às normas do CNJ, mas também ao fortalecimento da Ouvidoria Judicial como espaço de participação, transparência e eficiência, assegurando melhores condições de trabalho, maior celeridade no atendimento à população com contínuo aprimoramento da atividade jurisdicional, atualmente, na Presidência do Tribunal de Justiça.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA



1. INTRODUÇÃO

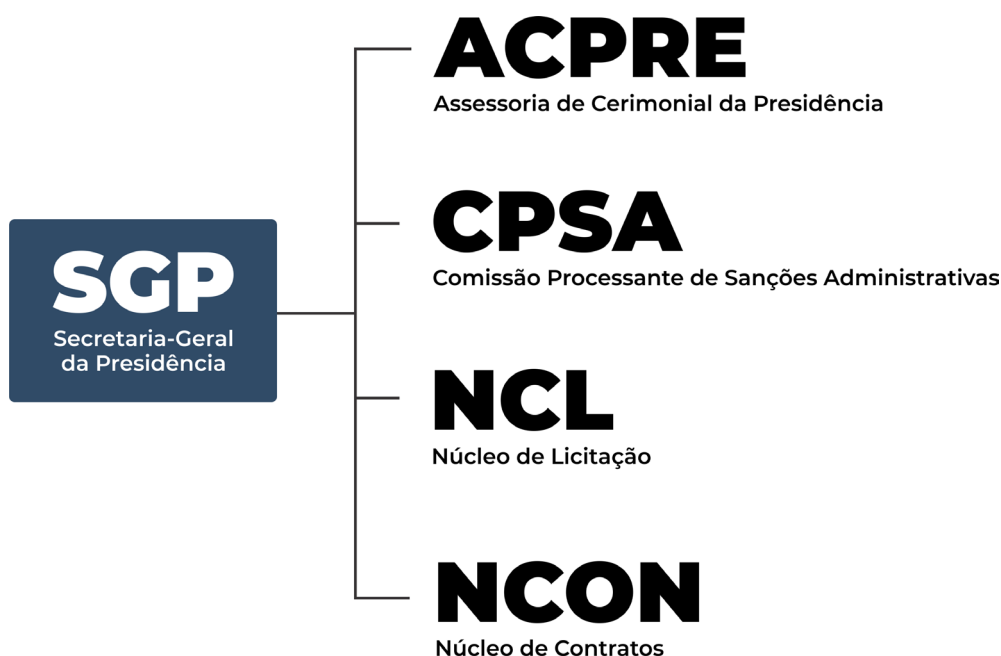
A Secretaria-Geral da Presidência (SGP) consolida-se como o eixo central de articulação estratégica e administrativa do Tribunal de Justiça da Bahia, atuando na coordenação transversal entre a Presidência e as demais unidades que compõem a estrutura da Corte.

Sua função transcende o assessoramento técnico-administrativo, posicionando-se como a unidade de convergência responsável por viabilizar a execução das diretrizes institucionais e assegurar a uniformidade dos fluxos internos, garantindo que a visão estratégica da gestão se converta em entregas eficientes e transparentes.

No atual biênio, a SGP ampliou seu escopo de atuação e governança, exercendo a supervisão direta de unidades fundamentais à integridade e ao funcionamento do Tribunal: a Comissão Processante de Sanções Administrativas (CPSA); a Assessoria de Cerimonial da Presidência (ACPRE); o Núcleo de Licitação (NCL); e o recém-instituído Núcleo de Contratos (NCON).

Essa nova configuração organizacional reafirma o papel da Secretaria-Geral como o centro operacional da gestão, integrando áreas críticas de controle, protocolo e contratações públicas para sustentar a excelência da prestação jurisdicional.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



3. MISSÃO INSTITUCIONAL

Para o biênio 2026-2028, a missão da Secretaria-Geral da Presidência (SGP) fundamenta-se em assegurar a unidade de ação administrativa do Tribunal de Justiça da Bahia.

Sua atuação é voltada a garantir que o nexo entre as diretrizes da Presidência e a execução técnica das diversas Secretarias ocorra com fluidez e absoluta observância aos princípios da eficiência e da transparência.

O objetivo primordial é converter o planejamento institucional em resultados tangíveis, promovendo a uniformidade dos processos internos e a segurança jurídica das decisões administrativas.

Assim, ao priorizar o fortalecimento institucional e a integração metódica entre as áreas, a Secretaria-Geral consolida-se como o eixo articulador que sustenta a estrutura de gestão.

4. REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1. Recomposição do Quadro Técnico e Lideranças

No período inicial da gestão, a Administração do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia adotou medidas atinentes à recomposição do quadro técnico e das lideranças estratégicas, com o objetivo de fortalecer a governança, aperfeiçoar os fluxos decisórios e ampliar a capacidade institucional de coordenação e execução das políticas administrativas.

As ações implementadas tiveram como premissa a realização de diagnóstico da estrutura administrativa, contemplando a análise de lacunas técnicas e funcionais; a identificação de áreas sensíveis e de funções estratégicas; e a avaliação da aderência no que tange a atribuições institucionais, perfis técnico-gerenciais e demandas contemporâneas da Administração Pública Judiciária. Esse levantamento subsidiou a definição de prioridades e o direcionamento das intervenções iniciais.

Com base nos resultados do diagnóstico, foram promovidos realinhamentos na ocupação de cargos estratégicos e funções de liderança, observando critérios objetivos relacionados à experiência administrativa, às competências técnicas requeridas, à capacidade de articulação institucional e ao alinhamento com os objetivos estratégicos do Tribunal. As recomposições realizadas buscaram assegurar maior coerência organizacional e o fortalecimento da estrutura de governança vinculada à Presidência.

Um marco significativo dessa transição foi a promulgação da Lei nº 15.128, de 18 de março de 2026, que elevou a Assessoria de Comunicação (ASCOM) ao status de Secretaria de Comunicação Social (SECOM), ampliando sua envergadura institucional e integrando a política de comunicação diretamente aos eixos estratégicos de gestão coordenados pela Secretaria-Geral.

A nova Secretaria passou a ser responsável por planejar, programar, coordenar e executar a política de comunicação institucional interna e externa do Tribunal, reforçando a articulação estratégica da comunicação com os demais eixos da gestão.

Paralelamente, foram adotadas medidas de reorganização interna do quadro técnico, incluindo redistribuição de atividades, ajustes no arranjo das equipes e racionalização da força de trabalho disponível, com vistas à otimização dos recursos humanos e ao aumento da eficiência dos processos administrativos. Essas iniciativas respeitaram os limites normativos e orçamentários vigentes, ao mesmo tempo que estabeleceram bases para futuras ações estruturantes.

As ações desenvolvidas nos primeiros 100 dias contribuíram para a consolidação de um modelo de atuação administrativa orientado à profissionalização da gestão, à integração institucional e à sustentabilidade das decisões, consoante as diretrizes de governança, planejamento estratégico e boas práticas recomendadas no âmbito do Poder Judiciário.

4.2 Regularização de Contratos e Alinhamento com Fornecedores

Nos primeiros 100 dias de gestão, a Administração do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia avançou na regularização do ambiente contratual, com participação relevante da Secretaria Geral da Presidência, no exercício de sua função de coordenação administrativa, assessoramento estratégico e articulação institucional junto às unidades envolvidas na gestão de contratos.

As ações iniciais concentraram-se no levantamento e na análise do portfólio contratual vigente, com foco em identificar contratos essenciais à continuidade dos serviços e avaliar prazos, escopos, conformidade normativa e riscos operacionais.

Esse diagnóstico subsidiou a atuação da Presidência e das áreas competentes na definição de prioridades e no fortalecimento do controle da execução contratual, segundo as diretrizes da Política de Governança das Contratações Públicas e o Plano Anual de Contratações do Tribunal.

No que se refere ao alinhamento com fornecedores, a gestão adotou uma postura institucional orientada ao diálogo técnico, à transparência e à previsibilidade das relações contratuais, preservando o interesse público e a continuidade dos serviços.

Sob o apoio da Secretaria Geral da Presidência, foram promovidos ajustes na condução de contratos e reforçados os mecanismos de acompanhamento e fiscalização, com vistas à correção de inconformidades, à mitigação de riscos e à melhoria da performance contratual. Simultaneamente, observou-se o aprimoramento dos processos de contratação e execução contratual, mediante maior integração entre as áreas técnicas, administrativas, jurídicas e de controle, em alinhamento às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes institucionais de governança. A atuação articulada das unidades, sob coordenação estratégica da Presidência, contribuiu para qualificar a tomada de decisões, conferir maior segurança jurídica às contratações e fortalecer a confiança institucional junto aos fornecedores estratégicos.

Dessa forma, nos primeiros 100 dias de gestão, a regularização dos contratos e o alinhamento com fornecedores caracterizaram-se por uma abordagem estruturante e preventiva, orientada ao fortalecimento da governança administrativa, à racionalização do uso dos recursos públicos e à consolidação de relações contratuais mais seguras, eficientes e sustentáveis, conforme os objetivos estratégicos do Tribunal.

4.3. Reorganização do Núcleo de Contratos e do Núcleo de Licitação (NCL)

No período inicial da gestão, a Administração do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia promoveu a reorganização do Núcleo de Contratos (NCON) e do Núcleo de Licitações (NCL), com vistas ao fortalecimento da governança das contratações públicas, à padronização de procedimentos e ao aprimoramento dos mecanismos de controle e acompanhamento contratual.

A Secretaria-Geral da Presidência, no exercício de sua atribuição estratégica de coordenação administrativa e assessoramento direto à Presidência, atuou de forma articulada na condução desse processo, contribuindo para o alinhamento institucional entre as áreas demandantes, técnicas, jurídicas e de controle, bem como para a reorganização dos fluxos decisórios relacionados às contratações e à execução contratual.

Nesse contexto, destacou-se a implementação das diretrizes estabelecidas pelo Decreto Judiciário nº 527, de 27 de abril de 2026, cujo teor alterou o Decreto que havia instituído o Sistema ContratosGov no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instrumento voltado à consolidação da governança contratual, à padronização de informações e ao fortalecimento da transparência e do controle dos contratos administrativos.

A atuação da Secretaria Geral da Presidência, na condição de unidade responsável pela administração do Sistema ContratosGov, passou a se caracterizar por uma postura mais proativa e assertiva, direcionada à integração dos fluxos institucionais, ao acompanhamento sistemático da execução contratual e ao suporte técnico às unidades envolvidas.

Essa atuação contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos de controle, para a melhoria da qualidade das informações gerenciais e para o aprimoramento da governança das contratações, em alinhamento às diretrizes estratégicas da Presidência e às disposições da legislação vigente.

A reorganização do Núcleo de Contratos e do Núcleo de Licitação priorizou a racionalização das atividades, a adequada segregação de funções e o fortalecimento das etapas de planejamento, instrução e fiscalização contratual, em alinhamento às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes de governança das contratações públicas.

Essas medidas foram institucionalmente reforçadas pelo Decreto Judiciário nº 382, de 14 de abril de 2026, que estabeleceu a subordinação hierárquica do Núcleo de Contratos e do NCL à Secretaria Geral da Presidência, conferindo aprimorada integração, coordenação e uniformidade à gestão das contratações. Como resultado, houve maior previsibilidade dos processos, mitigação de riscos, qualificação das decisões administrativas e incremento da segurança jurídica.

No período inicial da gestão, a reorganização do Setor de Contratos e do Núcleo de Licitação evidenciou avanços relevantes na estruturação da governança das contratações públicas, com atuação estratégica da Secretaria Geral da Presidência e suporte à continuidade do Sistema ContratosGov.

As medidas adotadas contribuíram para maior integração institucional, fortalecimento dos controles administrativos e aprimoramento da capacidade de coordenação e supervisão dos processos de contratação, estabelecendo bases consistentes para uma gestão contratual mais eficiente, transparente e juridicamente segura no âmbito do Tribunal.

4.4. Participação Transversal em Comitês e Comissões

A Secretaria-Geral da Presidência exerce um papel de articulação sistêmica, com atuação ativa em instâncias deliberativas e consultivas, organizadas pelos eixos temáticos a seguir.

I. Governança Estratégica, Orçamentária e de Integridade:

- Comitê de Governança do Poder Judiciário (CGOV);
- Comitê Gestor Regional Orçamentário e de Atenção Prioritária ao 1º Grau;
- Comitê de Gestão de Riscos e Comitê de Integridade do TJBA;
- Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do CNJ; e
- Comissões de Prestação de Contas Anual e do Fundo de Aparelhamento Judiciário (FAJ).

II. Transformação Digital e Modernização Administrativa:

- Comitês Gestores dos Sistemas PJe e EPROC;
- Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- Comitê de Segurança da Informação (CGSI); e
- GT de Videomonitoramento e GT para o Sistema de Cadastro de Advogados Dativos.

III. Transparência, Sustentabilidade e Responsabilidade Social:

- Comissão de Gestão do Portal da Transparência;
- Comitê Gestor e Núcleo Socioambiental (CGPLS); e
- Comissões para Promoção de Igualdade, Políticas Afirmativas e Questões de Gênero.

IV. Suporte Institucional e Projetos de Aceleração:

- Projeto NEXUS – Conectando Pessoas, Estratégia e Resultados;
- Grupo Estratégico do Projeto “TJBA Mais Júri”; e
- Comissões de Avaliação (CPA), Atualização de Contatos e Apoio ao Concurso para Juiz Substituto.

5. INICIATIVAS E ENTREGAS DO PERÍODO

5.1 Reunião Geral das Secretárias e dos Secretários

A Secretaria-Geral da Presidência promove Reuniões Gerais das Secretárias e dos Secretários como instância estratégica de alinhamento institucional, no que pertine à coordenação de demandas, à articulação entre áreas e ao aprimoramento da comunicação interna, com vistas à eficiência administrativa e ao alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

Nesse cenário de alinhamento estratégico, destaca-se a sessão plenária realizada em 17 de março. O encontro foi dedicado à uniformização de procedimentos e à definição clara

de responsabilidades no âmbito das contratações públicas, passo fundamental para a operacionalização da nova estrutura do Núcleo de Licitação (NCL) e do Núcleo de Contratos (NCON). A iniciativa garantiu que as unidades administrativas absorvessem as mudanças regulatórias e estruturais com segurança jurídica, reafirmando o papel da SGP como a unidade indutora da coesão e da integridade nos processos de gestão da Corte.

5.2 Gestão do Portal da Transparência

A Secretaria-Geral da Presidência exerce a coordenação estratégica da Comissão de Gestão do Portal da Transparência, fundamentada nas diretrizes do Decreto Judiciário nº 744/2021. Nessa condição, a unidade consolida-se como o eixo de convergência da transparência institucional, harmonizando as complexas exigências do Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com os requisitos do Programa Nacional da Transparência Pública (PNTP), da Atricon.

Com o propósito de assegurar a conformidade plena à Portaria CNJ nº 468/2025 para o Ciclo de 2026, a SGP liderou a articulação de um planejamento estratégico voltado à adequação rigorosa de critérios.

Tal liderança manifestou-se na reestruturação normativa do colegiado, via Decreto Judiciário nº 130/2026, e na coordenação de diálogos técnicos com as unidades envolvidas para a definição de planos de ação e para o saneamento de gargalos informacionais.

A instituição de um grupo de trabalho multidisciplinar para a validação dos dados reafirma o papel da Secretaria-Geral como garantidora da fidedignidade e da integridade do fluxo de informações prestadas ao cidadão.

No âmbito do PNTTP, a atuação da SGP em sinergia com a Controladoria do Judiciário (CTJUD) iniciou o Ciclo 2026 com o detalhamento pormenorizado das responsabilidades setoriais.

Ao orientar a aplicação dos critérios de avaliação em toda a Corte, a Secretaria-Geral atua como o vetor de maturidade institucional, assegurando que a transparência ativa não seja apenas um dever formal, mas também o reflexo da eficiência e da prestação de contas desta gestão à sociedade.

5.3 Atualização do Decreto de Diárias

Em 24 de abril de 2026, a publicação do Decreto Judiciário nº 518 estabeleceu um marco relevante na atualização normativa do Tribunal, promovendo alterações substanciais no Decreto nº 803/2019.

Essa reformulação, conduzida sob a ótica do rigor administrativo, teve por finalidade precípua assegurar a aderência imediata à Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14, de 6 de abril de 2026. Ao alinhar a regulamentação interna às diretrizes nacionais de governança e controle, a SGP reafirma seu papel na manutenção da higidez jurídica e administrativa da Corte.

Dentre os aprimoramentos implementados, destacam-se: (i) a ampliação do conceito de diária, que passou a explicitar a cobertura de despesas com locomoção em missões fora da sede; e (ii) a reestruturação da disciplina aplicável ao pagamento de diárias em situações de acompanhamento ou assistência direta à autoridade.

5.4 Política de Governança

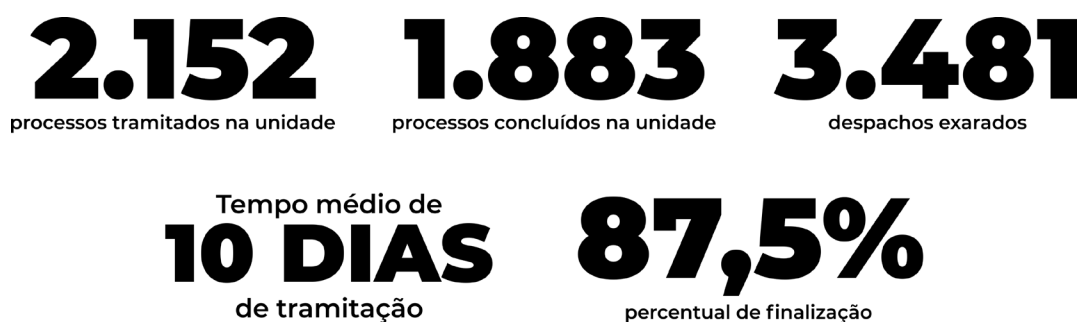
A governança institucional é o pilar estruturante que confere sustentabilidade e integridade à gestão.

Nesse cenário, a SGP atua como o eixo de sustentação estratégica na implementação da Política de Governança do TJBA, coordenando o fortalecimento dos processos de governança corporativa, estratégia institucional, liderança e gestão de riscos.

Por intermédio de seu Escritório de Projetos e Processos Departamentais (EDEP), a Secretaria exerce o monitoramento sistemático das ações, atuando de forma proativa na identificação de gargalos e na articulação de soluções transversais entre as diversas unidades do Tribunal. Essa iniciativa é fundamental para elevar o patamar de maturidade organizacional da Corte, integrando práticas de planejamento e controle em estrita consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Ao centralizar o acompanhamento dessas diretrizes, a SGP assegura que a eficiência administrativa se reverta em geração de valor público e na excelência da gestão judiciária.

6. PRODUTIVIDADE (SGP)



6. PRODUTIVIDADE (CONTRATOS)



Nota Metodológica e Contextual: convém ressaltar que o volume de processos concluídos no âmbito das contratações deve ser analisado sob a ótica da complexidade e do rito legal do ciclo licitatório. No período dos primeiros 100 dias, a maioria dos 183 processos tramitados encontra-se em fases de instrução técnica, análise jurídica exauriente ou em períodos regulamentares de publicidade e prazos recursais, conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021. Portanto, o indicador de tramitação demonstra a intensa atividade de saneamento e movimentação da unidade, enquanto a finalização efetiva segue o cronograma normativo que extrapola, frequentemente, o horizonte temporal deste relatório inicial.

7. PRÓXIMOS PASSOS

A projeção das ações futuras da Secretaria-Geral da Presidência reflete o compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da governança e com a consolidação do Tribunal como referência em gestão pública judiciária.

Com foco no incremento da eficiência organizacional, a SGP priorizará o investimento no capital humano, promovendo capacitações em eixos estratégicos como a liderança, o *compliance*, o cerimonial público e a nova sistemática de licitações e contratos.

Após concluir o mapeamento do acervo educacional disponível no Tribunal, a Secretaria-Geral avança para a modelagem da estratégia de difusão dessas competências. O foco atual reside na estruturação de um plano de ação que garanta a entrega coordenada de trilhas de conhecimento, assegurando que todas as unidades vinculadas operem sob o mesmo padrão de excelência e eficiência exigido pela gestão.

Simultaneamente, o Escritório de Projetos e Processos da unidade conduzirá a revisão técnica dos fluxos de trabalho mapeados, visando a uma adequação precisa à nova arquitetura institucional e ao aumento da produtividade operacional.

No campo das contratações, o fortalecimento do Núcleo de Contratos (NCON) funcionará como o principal garantidor da integridade e da uniformidade dos instrumentos contratuais, de modo a assegurar o monitoramento sistemático das execuções e a modernização dos trâmites internos.

Essas medidas são essenciais para elevar os padrões de transparência e segurança jurídica, garantindo que a estrutura administrativa da Corte sustente a excelência da prestação jurisdicional.

8. ASSESSORIA DE CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA (ACPRE)

8.1 APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Cerimonial da Presidência (ACPRE) atua como a interface de interlocução institucional e operacional da SGP, exercendo um papel transversal que assegura a dignidade e a fluidez das agendas da Corte.

Sua atuação extrapola a organização de solenidades, consolidando-se como a instância responsável pela salvaguarda da imagem institucional e pela observância rigorosa das normas de protocolo e precedência em todos os eventos e ações estratégicas da Administração.

Para além da dimensão protocolar, a ACPRE constitui um braço executivo fundamental à sustentação logística e administrativa da Secretaria-Geral.

A unidade gerencia fluxos críticos que garantem a viabilidade das missões institucionais, abrangendo desde a gestão de atas de registro de preços e contratos de transporte até a alimentação sistemática do Portal ContratosGov.

Ao integrar a conformidade procedimental à eficiência na execução, a Assessoria garante que o suporte à Presidência ocorra com a regularidade e a transparência indispensáveis à moderna gestão judiciária.

8.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS

O Cerimonial realizou, aproximadamente, 600 ações nos 100 primeiros dias da Gestão 2026-2028:



8.3 OBJETIVOS ALCANÇADOS

- Reestruturação do fluxo e das atividades do setor.
- Padronização documental.
- Processo de licitação para compra de rádios comunicadores.

8.4 AÇÕES EM ANDAMENTO

- Processo em fase de instrução para contratação de cerimonialistas.
- Nova Ata de Registro de Preços em fase de planejamento e instrução processual.
- Continuação de ajustes no fluxo administrativo e operacional da unidade.
- Modernização da ficha para solicitação de eventos em conjunto com AxéLab.

9. COMISSÃO PROCESSANTE DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (CPSA)

9.1 APRESENTAÇÃO

A Comissão Processante de Sanções Administrativas (CPSA) consolida-se como a instância de preservação da integridade e da conformidade nas relações firmadas pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

Sua atuação é fundamental para a higidez administrativa da Corte, concentrando a condução dos processos sancionatórios destinados a apurar o descumprimento de deveres por parte de fornecedores, licitantes e contratados.

Ao assegurar o cumprimento rigoroso dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, a Comissão garante que a resposta institucional a infrações administrativas seja técnica, proporcional e pautada no devido processo legal.

Sob o acompanhamento estratégico da SGP, a CPSA assume um papel que supera a dimensão estritamente punitiva, incorporando uma função preventiva e pedagógica no ecossistema de gestão.

Ao sugerir a aplicação de sanções quando cabíveis, a unidade fomenta a adoção de boas práticas e inibe a reincidência de condutas prejudiciais ao interesse público.

Dessa forma, a Comissão atua como um pilar essencial para a garantia da qualidade dos serviços contratados, assegurando que a execução das políticas públicas judiciárias ocorra em estrita observância ao ordenamento jurídico e aos padrões de excelência exigidos pelo Tribunal.

9.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS

Finalização de

40,35%

do acervo tramitado no ano corrente,
correspondente a 138 processos

Triagem e movimentação de

100%

dos processos recebidos
pela CPSA em 2025

62,06%

de redução das instaurações
de processos simplificados pela
adesão ao termo de anuência com
as empresas (acordo)

9.3 AÇÕES EM ANDAMENTO

Elaboração de plano de capacitação para os membros da unidade e para os gestores/fiscais de contratos.

9.4 AÇÕES PLANEJADAS

- Saneamento mediante baixa de 50% (cinquenta por cento) do acervo existente no início da gestão atual, objetivando a finalização dos processos em primeira instância administrativa.
- Melhoria e gestão do acervo processual, por meio de controle e integração do sistema de planilhas e gráficos, além de relatórios gerenciais mensais e do controle da abertura processual referente a cada área demandante.
- Implementação de cronograma de treinamento, capacitação e desenvolvimento dos membros da Comissão, no intuito de conferir maior segurança jurídica e celeridade à consecução dos atos processuais praticados.

10. NÚCLEO DE LICITAÇÃO (NCL)

O Núcleo de Licitação (NCL) constitui a unidade operacional da Secretaria-Geral responsável pelo gerenciamento estratégico do ciclo de contratações públicas do Tribunal de Justiça da Bahia.

Sua atuação é determinante para a viabilidade material das atividades da Corte, abrangendo desde o planejamento rigoroso até a execução técnica de procedimentos licitatórios e auxiliares.

Ao conduzir modalidades como pregões, concorrências, credenciamentos e chamamentos públicos, o NCL assegura que a aquisição de bens e a contratação de serviços indispensáveis ocorram sob os mais elevados padrões de eficiência e em estrita observância aos princípios da Administração Pública.

Assim, além da execução procedimental, o Núcleo atua como um centro de inteligência administrativa, dedicando-se à racionalização de fluxos e à padronização de rotinas e minutas. Esse esforço de uniformização, sob a coordenação da SGP, é essencial para conferir maior previsibilidade e segurança jurídica aos processos internos, garantindo que a transparência e a celeridade sejam pilares indissociáveis da gestão de suprimentos e da logística institucional do Tribunal.

**QUADRO CONSOLIDADO NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
COM ATOS IMPLEMENTADOS PELO NCL**

FEVEREIRO A MAIO 2026 (02/02 A 11/05/2026) - RELATÓRIO GESTÃO 100 DIAS

EM REAIS									
Descrição	Quantidade					Valor Estimado (4)	Valor homologado das concluídas (4)	Economia (Valor Estimado – Valor Homologado) (5)	Δ% (5)
	Fase de Planejamento (1)	Em andamento (2)	Concluídas/ Homologadas (3)	Concluídas/ Fracassadas (3)	Total				
Modalidade de licitação									
Concorrência Eletrônica	01	02	02		05	R\$25.416.032,66	R\$21.603.627,75	R\$3.812.404,91	15%
Pregão Eletrônico (Aquisição/Registro de Preços/Prestação de serviços)	12	13	15	01	41	R\$90.267.525,44	R\$69.653.575,36	R\$20.613.950,08	22,84%(5)
Credenciamento	01	02			03				
Chamamento Público		01			01				
Total	14	18	17	01	50	R\$115.683.558,10	R\$91.257.203,11	R\$24.426.354,99	21,11%(5)

Notas:

(1) Procedimentos ainda na fase de planejamento com atos implementados pelo NCL no período da Gestão.

(2) Licitações com editais publicados pelo NCL e não concluídas até maio/2026, bem como as licitações que estão com sessão suspensa.

(3) Licitações concluídas entre fevereiro e maio/2026 (HOMOLOGADAS e FRACASSADAS).

(4) Somatório dos valores estimados e valores adjudicados das licitações homologadas entre fevereiro e maio de 2026.

(5) Economia encontrada após homologação dos certames.

(6) Resultado percentual (v/r nominal: economia/v/r estimado), levando-se em conta o valor, em reais, do desconto da licitação com valor sob demanda.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DAS LICITAÇÕES FINALIZADAS /
CONCLUÍDAS NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MAIO / 2026 (02/02 a 11/05/2026)**

Descrição	Quantidade				
	Homologadas	Fracassadas	Anuladas	Revogadas	Total
Modalidade de licitação					
Concorrência Eletrônica	02	0	0	0	02
Pregão Eletrônico (Aquisição/Registro de Preços/Prestação de serviços)	15	01	0	0	16
Credenciamento	0	0	0	0	0
Chamamento Público	0	0	0	0	0
Subtotal	17	01	0	0	18

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA I - MAGISTRADOS



1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I) é o setor responsável pelo assessoramento direto à Presidência do TJBA nas matérias administrativas relacionadas aos magistrados de 1º e 2º Graus de jurisdição, nos termos dos artigos 7º a 9º do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico-Administrativo da Justiça do TJBA.

Sob a coordenação da Juíza Assessora, Dra. Liana Teixeira Dumet, convocada pelo Decreto Judiciário nº 97/2026 e dotada de delegação pelo Decreto Judiciário nº 99/2026, a AEP I inaugurou a gestão do biênio 2026-2028 com intensa agenda institucional, marcada pela inovação, pelo integral cumprimento das determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela modernização dos processos internos.

Os primeiros 100 dias foram marcados por realizações expressivas: 6.876 expedientes processados no SEI; ação inédita e presencial do Judiciário baiano no Carnaval de Salvador; migração integral dos Sistemas SIGA e SAIPRO; implementação da Plataforma Reclamação 2º Grau; e atendimento integral às exigências da Inspeção Ordinária do CNJ, especialmente na organização da pasta da AEP I, quanto à clareza na demonstração dos fluxos de trabalho e ao saneamento processual.

A AEP I atua em pleno alinhamento com os eixos estratégicos do Plano de Gestão do biênio, contribuindo, no âmbito de sua competência, para as metas de eficiência, governança, modernização e acesso à justiça estabelecidas pela Presidência do Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

Com base nos eixos estratégicos do Plano de Gestão 2026-2028, foram adotados os seguintes objetivos pertinentes à competência da AEP I:

Eixo Estratégico	Objetivos da AEP I
Eficiência Administrativa	Reduzir tempo de tramitação dos expedientes; eliminar o acervo do SIGA e do Sistema SAIPRO; criar fluxogramas processuais; e garantir um atendimento eficaz e padronizado com celeridade na resposta aos magistrados.
Governança e Transparência	Cumprir as determinações do CNJ; implementar canais de controle (Plataforma 2º Grau); responder aos órgãos de controle nos prazos e na publicidade dos atos processuais exarados por esta Assessoria.
Gestão de Pessoas -Magistrados	Atender, com qualidade, às demandas funcionais de magistrados, inclusive direitos remuneratórios de ativos e inativos; realizar designações; e coordenar permutas e movimentações na carreira.
Modernização Tecnológica	Concluir a migração SIGA→SEI e SAIPRO→SRH1/SRH-2; e apoiar os Núcleos de Justiça 4.0.
Acesso à Justiça e Atuação Social	Coordenar iniciativas de aproximação com a sociedade: Carnaval 2026; Plantão Judiciário das Varas das Garantias (audiências de custódia) durante o recesso judiciário, feriados e finais de semana; e Mutirão PopRuaJud.
TJBA - Metas CNJ	Apoiar designações e movimentações de magistrados para cumprir as Metas 1, 4 e 5 do CNJ; coordenar a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina (Projeto NEXUS); e controlar a produtividade dos magistrados com jurisdição acumulada mediante relatórios mensais encaminhados via SEI.

3. AÇÕES REALIZADAS

A. Iniciativas Concluídas

1. Posto de Informações do Judiciário no Carnaval de Salvador 2026: iniciativa inédita no Judiciário brasileiro. 895 expedientes, 217 atendimentos, +500 crianças acolhidas.
2. Extinção dos processos do SIGA e migração integral para o SEI: 1.276 processos tratados, 806 concluídos.
3. Descontinuidade do SAIPRO e migração das informações para os Sistemas SRH 1 e SRH 2 para gestão funcional de magistrados, em parceria com a SETIM.
4. Criação da Plataforma Reclamação 2º Grau: elaboração do Decreto Judiciário nº 260/2026 e implementação do canal no site da Ouvidoria Judicial, em parceria com a SETIM.
5. Empossamento de magistrados oriundos de outros tribunais após permuta.
6. Resposta aos órgãos internos, em especial à Controladoria sobre controle de férias de magistrados: relatório entregue no prazo (Processo SEI nº 80506296.000060/2026-21).
7. Designação de magistrado para a Comarca de Barreiras, acolhendo o pedido urgente da Corregedoria-Geral de Justiça: Decreto Judiciário nº 263/2026.
8. Publicação do Ato Normativo das comarcas de difícil provimento e lista unificada: Decreto Judiciário nº 370/2026, cumprindo determinações do CNJ.
9. Realização de 58 nomeações de assistentes técnicos, englobando todas as unidades do Juizado Especial Cível, em cumprimento à Inspeção CNJ de 2024.
10. Inspeção Ordinária do CNJ: documentação entregue integralmente, com resposta satisfatória dos servidores do CNJ à organização da pasta e à clareza na demonstração dos fluxos de trabalho.
11. Participação no Mutirão PopRuaJud: mais de 2.000 atendimentos gratuitos a pessoas em situação de rua. Tendo a AEP I participado no apoio do projeto com a instituição Cidade da Luz, mediante os serviços de banho, entrega de mantimentos para realizar a ação social por meio do “Busão da Solidariedade”.
12. Regularização interna do procedimento de permutas interestaduais, por meio do Processo SEI 80504946.000042/2026-12.
13. Realização de movimentações na carreira: remoção nas entrâncias inicial, intermediária e final, bem como acesso ao cargo de Desembargador.
14. Acompanhamento do procedimento para acesso aos cargos de Desembargador Substituto, Titular e pelo quinto constitucional do Tribunal Regional Eleitoral.
15. Elaboração do fluxograma para designação dos Juízes Titulares das Varas de Substituição e acompanhamento trimestral, conforme Pedido de Providências CNJ nº 0002805-13.2024.2.00.0000.
16. Atendimento prioritário às demandas da Corregedoria, da OAB e da AMAB, no que se refere às unidades jurisdicionais.

B. Ações em Andamento

17. Regulamentação dos honorários de advogados dativos, Processo CNJ nº 0002814-38.2025.2.00.0000: comissão em funcionamento e minuta em elaboração com a OAB/BA, a DPE/BA, a PGE/BA e a Corregedoria.
18. Monitoramento das determinações do CNJ: teletrabalho, designações e cartórios integrados da capital (SEI nº 80506517.000273/2026-10).
19. Planejamento das ações voltadas à atuação do Poder Judiciário da Bahia no Carnaval 2027.
20. Ato Normativo do Plantão Judiciário das Varas das Garantias durante feriados, recesso forense e finais de semana.
21. Implementação da remoção dos magistrados, conforme determinação do STF.
22. Projeto de Atualização da LOJ, Livro II – Magistrados.
23. Automatização dos requerimentos de gratificações mensais dos magistrados, em parceria com a SETIM.
24. Alteração do espaço físico para melhor atendimento aos magistrados e realizações das atividades inerentes da unidade.
25. Colaboração na implementação e na eficácia das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente em relação aos magistrados.

C. Resultados e Impactos

Indicador	Resultado
Expedientes tramitados no SEI (de 2 de fevereiro a 11 de maio de 2026)	9.804
Expedientes concluídos no período	9.089
Processos do SIGA tratados e migrados	1.276
Nomeações de assistentes técnicos realizadas	58
Atendimento de magistrados (presencial e virtual)	416+
Sessões do Órgão Especial, Pleno e Conselho	11
Atendimentos no Posto de Informações - Carnaval	217
Total de expedientes no Plantão - Carnaval	895
Medidas Protetivas de Urgência - Carnaval	415
Audiências de custódia - Carnaval 2026	215
Crianças acolhidas nas Casas de Apoio	+500
Pulseiras de identificação distribuídas (crianças)	6.329

4. PROJETOS DESENVOLVIDOS - FICHAS TÉCNICAS

Projeto 1 - Posto de Informações no Carnaval de Salvador 2026

Nome do Projeto	Posto de Informações do Poder Judiciário - Carnaval de Salvador 2026
Unidade Demandante	Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I)
Status	CONCLUÍDO
Fundamento normativo	Decreto Judiciário TJBA nº 111/2026
Escopo	Criação, instalação e operação de posto presencial de informações jurídicas no Circuito Dodô (Barra-Ondina), de 12 a 18 de fevereiro de 2026, com 10 juízes e 15 servidores, integrado ao MPBA e à DPE/BA, bem como Plantão Judiciário das Varas de Garantias (Audiências de Custódia).
Entregas e Resultados	217 atendimentos; 895 expedientes no Plantão Unificado (333 autos de prisão, 415 Medidas Protetivas, 147 ações de saúde); 215 audiências de custódia; 6.329 pulseiras; e +500 crianças acolhidas. Iniciativa inédita no Judiciário.

Projeto 2 - Plataforma Reclamação 2º Grau

Nome do Projeto	Plataforma Reclamação 2º Grau
Unidade Demandante	Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I)
Status	CONCLUÍDO
Fundamento normativo	Decreto Judiciário nº 260/2026 - DJE nº 4.006/2026, CNJ nº 0004959-04.2024.2.00.0000
Escopo	Canal digital para recebimento e processamento de reclamações em face de magistrados do 2º Grau do TJBA (Processo SEI nº 80506517.000224/2026-79).
Entregas e Resultados	Plataforma ativa em judforms.tjba.jus.br/reclamacao desde março/2026. Determinação do CNJ integralmente cumprida.

Projeto 3 - Modernização dos Sistemas de Gestão de Magistrados

Nome do Projeto	Extinção do SIGA, Migração para o SEI e Substituição do SAIPRO pelo SRH 1 e pelo SRH 2.
Unidade Demandante	Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I) em parceria com a SETIM
Status	CONCLUÍDO
Fundamento normativo	Decreto Judiciário TJBA nº 647/2025, implantação total em março/2026
Escopo	Migração integral dos processos administrativos para o SEI; descontinuidade do SAIPRO; e implantação do SRH 1 e do SRH 2 para dados funcionais dos magistrados.
Entregas e Resultados	1.276 processos tratados no SIGA; tramitação 100% digital; e dados funcionais integralmente migrados.

Projeto 4 - Comarcas de Díficil Provimento

Nome do Projeto	Identificação e Regulamentação das Comarcas de Díficil Provimento da Bahia
Unidade Demandante	Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I)
Status	CONCLUÍDO
Fundamento normativo	Resolução TJBA nº 25/2025; Resolução CNJ nº 557/2024; e Decreto Judiciário nº 370/2026.
Escopo	Identificação das unidades de difícil provimento, lista unificada decrescente e designação das comarcas de atuação especial.
Entregas e Resultados	Lista publicada; Decreto nº 370 expedido em 13 de abril de 2026; e grupo de trabalho em acompanhamento contínuo.

Projeto 5 - Honorários de Advogados Dativos

Nome do Projeto	Regulamentação dos Honorários de Advogados Dativos no TJBA
Unidade Demandante	Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I)
Status	EM ANDAMENTO
Fundamento normativo	Procedimento CNJ nº 0002814-38.2025.2.00.0000
Escopo	Reestruturação da Comissão e elaboração de minuta de ato normativo com a participação da OAB/BA, da DPE/BA, da PGE/BA e da Corregedoria.
Entregas e Resultados	Comissão reestruturada; minutas em elaboração; acesso à plataforma em andamento; e reuniões com todos os órgãos parceiros realizadas. Conclusão prevista para o final do 1º semestre/2026.

ANEXO - AÇÕES COMPLEMENTARES E REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Este anexo reúne, de forma ilustrativa, as ações complementares desenvolvidas pela AEP I ao longo dos primeiros 100 dias de gestão, com registro fotográfico das principais iniciativas.

Realização do Posto de Informações do TJBA no Circuito Dodô e reunião de alinhamento com juízes do plantão

O Posto de Informações do Judiciário no Carnaval de Salvador 2026 foi idealizado, coordenado e executado pela Juíza Auxiliar Dra. Liana Teixeira Dumet, responsável por toda a estruturação do projeto, da elaboração do Decreto Judiciário nº 111/2026 à organização da equipe, passando pela montagem do espaço físico, pela articulação com os órgãos parceiros (MPBA, DPE/BA, SALTUR, Prefeitura de Salvador e Governo do Estado da Bahia) e pelo acompanhamento presencial durante os sete dias de folia. A AEP I coordenou toda a comunicação institucional e a publicidade da iniciativa, garantindo visibilidade à ação inédita do Judiciário baiano no Circuito Dodô (Barra-Ondina).



[Reunião de alinhamento com juízes do Plantão do Carnaval 2026.](#)



[TJBA disponibiliza TV para casa de acolhimento que abriga filhos\(as\) dos trabalhadores ambulantes durante o Carnaval.](#)

Números do Judiciário no Carnaval de Salvador 2026		
333 Autos de prisão em flagrante	415 Medidas Protetivas de Urgência	147 Ações de saúde
215 Audiências de custódia	217 Atendimentos presenciais no Posto	+500 Crianças acolhidas
6.329 Pulseiras de identificação (crianças)	410 Autorizações de viagem para menores	895 Total de expedientes no Plantão

XIX Encontro do CONSEPRE - Fortaleza

A AEP I acompanhou a participação do Presidente do TJBA no XIX Encontro do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE), em Fortaleza, contribuindo para os encaminhamentos institucionais decorrentes dele. [Presidente do TJBA no XIX Encontro do CONSEPRE – Fortaleza](#)

Culto Inter-religioso - Centro Espírita Cidade da Luz

Em representação institucional, a AEP I esteve presente no culto inter-religioso em celebração ao aniversário do Centro Espírita Cidade da Luz, reafirmando o compromisso do TJBA com o respeito à diversidade religiosa e cultural da sociedade baiana.



Participação do TJBA no culto inter-religioso

Concurso Público - Juiz Substituto

A AEP I coordenou e segue acompanhando os trâmites administrativos da abertura do concurso público para o cargo de Juiz Substituto do TJBA, contribuindo para a ampliação do quadro de magistrados do Estado. Saiba mais: [TJBA abre inscrições para Juiz Substituto](#)

Posse dos Juízes oriundos de outros tribunais após Permuta

A AEP I coordenou os trâmites administrativos da permuta efetivada nos termos da Resolução TJBA nº 17/2025 e do Decreto Judiciário nº 180/2026, concluída com o empossamento de magistrada oriunda do Tribunal de Justiça do Ceará.



Reunião dos Chefes do Judiciário com o STF

A AEP I acompanhou a participação do Presidente do TJBA na reunião dos Presidentes dos Tribunais de Justiça com o Supremo Tribunal Federal, subsidiando os encaminhamentos administrativos daí decorrentes. Saiba mais: [Presidente do TJBA na reunião dos chefes do Judiciário com o STF](#)

De 6 a 10 de abril de 2026 - Inspeção Ordinária do CNJ

A AEP I desempenhou papel central na preparação e no atendimento à Inspeção Ordinária do CNJ, elaborando relatórios e respondendo, integralmente, aos questionários institucionais. A atuação da Assessoria recebeu elogio formal dos servidores do CNJ, que destacaram a exemplar organização da pasta e a clareza na demonstração dos fluxos de trabalho. Saiba mais: [TJBA passa por inspeção do CNJ – de 6 a 10 de abril](#)

Mutirão PopRuaJud - Atuação Social

A AEP I participou do Mutirão PopRuaJud, ação social do TJBA voltada ao atendimento gratuito de pessoas em situação de rua. No âmbito da iniciativa, a Juíza Auxiliar Dra. Liana Teixeira Dumet viabilizou, em parceria com a instituição Cidade da Luz, o apoio com serviços de banho, entrega de mantimentos e disponibilização do “Busão da Solidariedade.”



[Mutirão PopRuaJud - mais de 2 mil atendimentos no primeiro dia](#)

Núcleos de Justiça 4.0

A AEP I apoiou a implantação dos Núcleos de Justiça 4.0, projeto do TJBA voltado à maior qualificação dos serviços judiciais ofertados ao cidadão, por meio da integração tecnológica e da desburocratização dos fluxos de atendimento, incluindo aspectos relacionados à gestão de magistrados, em especial com discurso motivacional voltado aos magistrados.



[TJBA apresenta projeto de qualificação - Justiça 4.0](#)

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL DA JUÍZA AUXILIAR – AEP I até o momento		
5 Sessões do Órgão Especial	4 Sessões do Tribunal Pleno	2 Sessões do Conselho da Magistratura
416+ Reuniões com magistrados	25+ Reuniões Institucionais	12 Comissões

5. COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

A Juíza Auxiliar Dra. Liana Teixeira Dumet integra, em representação da AEP I, os seguintes órgãos colegiados instituídos no âmbito do TJBA, no período de fevereiro a maio de 2026:

Nº	Comissão / Comitê / Grupo de Trabalho	Decreto Judiciário
1	Conselho Editorial e Científico da Revista Entre Aspas	Decreto Judiciário nº 149/2026
2	Comitê Local da Governança Política de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário do Estado da Bahia	Decreto Judiciário nº 151/2026
3	Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Decreto Judiciário nº 206/2026
4	Comitê Deliberativo para estruturação, implantação e funcionamento do Juiz das Garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia	Decreto Judiciário nº 212/2026
5	Comitê Gestor Local da Primeira Infância do Poder Judiciário do Estado da Bahia	Decreto Judiciário nº 213/2026
6	Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no TJBA e Fortalecimento de Diálogo Interinstitucional	Decreto Judiciário nº 230/2026
7	Grupo de Trabalho para estudos e levantamento de requisitos do Sistema de Cadastro de Advogados Dativos	Decreto Judiciário nº 231/2026
8	Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para promoção de políticas públicas de atenção às pessoas em situação de rua do Poder Judiciário do Estado da Bahia	Decreto Judiciário nº 235/2026
9	Comitê para Monitoramento e Avaliação dos Critérios da Resolução TJBA nº 14/2013	Decreto Judiciário nº 281/2026
10	Grupo de Trabalho para estudos e proposição de regulamentação acerca das diretrizes da Resolução CNJ nº 557/2024	Decreto Judiciário nº 286/2026
11	Grupo de Trabalho para elaboração de anteprojeto de lei de reformulação da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia	Decreto Judiciário nº 328/2026
12	Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)	Decreto Judiciário nº 333/2026

6. CONCLUSÃO

Os primeiros 100 dias de gestão da Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados demonstram, de forma objetiva, a capacidade operacional, técnica e institucional do setor no novo biênio.

As ações concluídas, os projetos em andamento e os números alcançados evidenciam uma unidade ágil, alinhada às determinações do CNJ e comprometida com os eixos estratégicos do Plano de Gestão 2026-2028. O relacionamento cultivado com magistrados, desembargadores e órgãos do sistema de justiça baiano consolida o perfil de uma Assessoria acessível e resolutiva.

Ao completar este primeiro marco da gestão, a AEP I renova seu compromisso com a eficiência administrativa, a transparência e o atendimento de excelência à magistratura do Estado da Bahia.

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA II - ASSUNTOS INSTITUCIONAIS



1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais (AEP II) é órgão de assessoramento institucional estratégico e de execução dos atos da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, coordenada, no biênio 2026-2028, pelo Juiz Assessor Especial da Presidência, Doutor Sadraque Oliveira Rios Tognin, convocado para assessorar a Mesa Diretora pelo Decreto Judiciário nº 97/2026, a quem foi delegada a competência para praticar os atos administrativos pertinentes à área de atuação da assessoria (Decreto Judiciário nº 105/2026).

Para atender às demandas relacionadas às suas competências – delimitadas no art. 11 do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico-administrativo da Justiça, Resolução nº 05/2013 –, a AEP II encontra-se organizada em núcleos sob a supervisão da Chefia de Gabinete, segundo as orientações e as diretrizes de gestão estabelecidas pelo Juiz Assessor Especial, visando ao assessoramento eficaz e alinhado institucionalmente à Presidência.

Nos 100 primeiros dias da gestão da Presidência do Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, a AEP II passou por uma reformulação interna, mediante reestruturação dos núcleos de atuação, aperfeiçoamento dos fluxos existentes e estabelecimento de novos procedimentos.

Foi promovida a definição de novos paradigmas de atuação, com vistas ao fortalecimento e à consolidação da sua atuação de assessoramento institucional estratégico da Presidência, na relação com as unidades e os órgãos integrantes deste Tribunal e, em especial, na interlocução interinstitucional com os demais órgãos do Poder Judiciário, com os Poderes Executivo e Legislativo, com Órgãos Integrantes do Sistema de Justiça, com entidades públicas e privadas e, notadamente, com o Conselho Nacional de Justiça.

Dentre as realizações da unidade, destaca-se que, desde o início desta gestão, a AEP II elaborou e implementou um planejamento institucional preparatório para a inspeção ordinária 2026, realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos setores administrativos e judiciais de Primeiro e Segundo Grau de jurisdição deste Tribunal.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

Nos primeiros 100 dias, foram estabelecidos os seguintes objetivos de atuação da AEP II durante o biênio:

- fortalecimento do papel estratégico da AEP II no relacionamento institucional interno e externo, notadamente com o Conselho Nacional de Justiça;
- mapeamento e requalificação dos fluxos de trabalho dos Núcleos integrantes da AEP II;
- aperfeiçoamento das estratégias de atuação do TJBA, nas demandas em trâmite no CNJ, mediante abordagem proativa e multidisciplinar, focando em antecipar cenários, gerir riscos e alinhar ações contenciosas ou consultivas aos objetivos da gestão;
- implementação de política de governança dos colegiados administrativos do TJBA;

- criação do Painel de Colegiados a ser disponibilizado publicamente no Portal do TJBA;
- implementação efetiva do Núcleo de Gestão Institucional dos Sistemas de Suporte à Atividade Judicante, com aprofundamento dos sistemas disponíveis à atuação judicial, oferta de mentoria e modificação do portal, tornando-o personalizado às demandas por competência jurisdicional;
- padronização e orientação do fluxo de tramitação dos instrumentos de cooperação e afins, entre as unidades administrativas do Tribunal;
- ampliação do serviço do NatJus para a saúde suplementar, mediante nomeação de novos médicos e oferta de cursos de capacitação aos seus integrantes;
- implementação de ferramentas tecnológicas visando consolidar as informações que competem aos Núcleos de Relações Institucionais e Gerenciamento de Colegiados, de Gerenciamento de Instrumentos de Cooperação e NatJus;
- participação e secretariado no Grupo de Trabalho da nova Lei de Organização Judiciária, mediante organização de cronograma, pesquisas diversas, divisão de trabalho e acompanhamento das entregas e das etapas;
- elaboração, pelo Comitê de Gestão de Riscos, do Manual de Gestão de Riscos do TJBA;
- desenvolvimento de cultura de proatividade, com atenção a inovações normativas e iniciativas ou boas práticas externas que possam ser divulgadas e/ou semeadas no TJBA.

Esses objetivos encontram-se em andamento, com ações, parcialmente, já alcançadas.

3. AÇÕES

Inicialmente, registra-se que, no exercício da sua competência de assessoramento ao Presidente nas questões institucionais, a agenda do Juiz Assessor da Presidência, no período, contemplou a sua participação em reuniões com o Presidente e com desembargadores(as), magistrados(as), secretários(as), dirigentes e servidores(as) desta Corte de Justiça. Também participou de compromissos institucionais acompanhando o Presidente ou representando este Tribunal de Justiça.

Ademais, conduziu reuniões de caráter estratégico com o CNJ, com representantes de outros Tribunais, do Poder Executivo Estadual, de Órgãos Integrantes do Sistema de Justiça, de entidades públicas e privadas, além de sindicatos e associações representantes de servidores deste TJBA, sempre tendo como horizonte o Projeto de Gestão e as prioridades definidas pela Presidência para o biênio 2026-2028. Presidiu, também, reuniões mensais dos colegiados nos quais figura com presidente ou coordenador.

Confere-se destaque às reuniões setoriais preparatórias para a inspeção ordinária 2026, realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos setores administrativos e judiciais de Primeiro e Segundo Graus de jurisdição deste Tribunal de Justiça, conduzidas pela AEP II, nos meses de fevereiro e março.

As reuniões, de caráter estratégico e inovador, foram concebidas com o intuito primordial de promover o alinhamento com órgãos, unidades administrativas e jurisdicionais, visando à adoção de providências necessárias ao cumprimento integral das determinações e das recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça, oriundas da última inspeção e da correição realizadas nesta Corte de Justiça, as quais seriam objeto de nova avaliação. Ademais, objetivaram prestar orientações gerais e esclarecer dúvidas a respeito da Inspeção CNJ 2026.

Nesse sentido, foram realizadas reuniões com os seguintes órgãos e unidades: CGJ; AEP I; AEP TIC; CGPRES; SEAD; CTJUD; CONSU; NACP; SEGESP; COAUD; GSI; SEPLAN; SETIM; SEJUD; e DPG. Conjuntamente com a SGP, a AEP II reuniu-se com assessores(as) de desembargadores(as) com a mesma finalidade.

Convém ressaltar a elaboração e a divulgação do Manual de Gestão de Riscos do TJBA, com a participação do Comitê de Gestão de Riscos, presidido pelo Juiz Assessor da Presidência, Gestor da AEP II. O instrumento – que consolida diretrizes, conceitos e metodologias atinentes à identificação, à análise e ao tratamento de riscos que possam impactar o desempenho das atividades do Judiciário baiano – integra o compromisso institucional do TJBA com o fortalecimento da governança pública, de modo a promover maior segurança, eficiência e transparência na condução das atividades administrativas e jurisdicionais.

No quadro abaixo, encontram-se relacionados os expedientes que tramitaram nesta Assessoria, no período indicado:

	Expedientes	Quantidade
Sistema Malote Digital	Recebidos	85
	Encaminhados	116
Sistema SEI	Processos gerados	546
	Processos com tramitação	2100
	Documentos gerados	2533
Ofícios	Ofício Presidência	245
	Ofício Circular Presidência	14
	Ofício AEP II	152
	Ofício Circular AEP II	1

Apresentam-se, a seguir, as principais ações realizadas no âmbito da AEP II, a partir dos seus núcleos de atuação, nos primeiros 100 dias de gestão.

1. NÚCLEO PARA ASSUNTOS DO CNJ E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Compete à Assessoria Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais assessorar o Presidente desta Corte nos assuntos institucionais e administrativos referentes ao Conselho Nacional de Justiça e aos Tribunais Superiores.

A AEP II atua, notadamente, como representante processual da Presidência e do TJBA, competindo-lhe, através deste Núcleo, acompanhar e diligenciar os procedimentos

administrativos em tramitação no CNJ, com a elaboração e o encaminhamento de manifestações presidenciais nos procedimentos pertinentes a este Tribunal de Justiça, assim como promover a interlocução, direta e permanente, com o CNJ.

É responsável, ainda, pelo monitoramento de ações judiciais em curso no STJ e no STF, consideradas de alta relevância institucional para a Presidência do TJBA. Em vista disso, a AEP II assessora, diretamente, o Presidente nas questões jurídicas pertinentes à sua área de atuação.

Considerando que o envio de informações tempestivas e qualificadas aos Órgãos de Controle do Poder Judiciário contribui para o fortalecimento da imagem e da credibilidade do TJBA, a AEP II propôs o aperfeiçoamento da regulamentação da prestação de informações pelas unidades de apoio técnico-administrativo, bem como pelos demais órgãos deste Tribunal, quando solicitadas pela AEP II (quanto ao CNJ) ou pela Controladoria do Judiciário (quanto ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia).

A proposição, acolhida pelo Presidente, resultou na edição do Decreto Judiciário nº 586/2026, que dispõe sobre a prestação de informações aos Órgãos de Controle, do qual se destaca a obrigatoriedade de que as informações das unidades e dos órgãos do Tribunal, para subsidiar as manifestações presidenciais, sejam prestadas de modo claro, objetivo e completo, com a fundamentação legal, sempre que cabível, e com o esclarecimento minucioso dos elementos técnicos necessários à elucidação da demanda posta pelo Órgão de Controle.

No período assinalado, o Núcleo para Assuntos do CNJ e dos Tribunais Superiores foi responsável pela elaboração e pelo protocolo de **87** manifestações da Presidência, por meio do Sistema Pje/CNJ, nos seguintes procedimentos: Procedimento de Controle Administrativo (17); Pedido de Providências (64); e Acompanhamento de Cumprimento de Decisão (6). Acompanhou, ainda, procedimentos em trâmite no CNJ, sendo **248** em fevereiro, **266** em março e **271** em abril.

No mesmo intervalo, foram protocolados **41** Procedimentos Administrativos em desfavor do TJBA perante o CNJ. Em virtude das Manifestações Presidenciais – elaboradas pela AEP II –, foram proferidas decisões de arquivamento em **32** procedimentos.

O Núcleo acompanhou as sessões do CNJ ocorridas no período, os eventos realizados e os atos editados pela Presidência do CNJ e pela Corregedoria Nacional de Justiça para a oportuna divulgação no âmbito deste TJBA.

Realizou o acompanhamento na Assembleia Legislativa da tramitação dos Projetos de Lei nº 26.148/2026 e nº 26.183/2026, de iniciativa deste Tribunal de Justiça, que, respectivamente, resultaram: na Lei nº 15.128/2026, cujo teor dispõe sobre a reestruturação administrativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia, com a criação de novas unidades e cargos comissionados de apoio técnico-administrativo; e na alteração das Leis Estaduais nº 10.845 de 27 de novembro de 2007, nº 5.516 de 17 de novembro de 1989 e nº 11.918 de 20 de outubro de 2010, assim como da Lei nº 15.129/2026, que reajusta os vencimentos e as vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

2. NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GERENCIAMENTO DE COLEGIADOS

A interlocução interinstitucional do TJBA com outros Tribunais e instituições integrantes do Sistema de Justiça, com outras entidades públicas, representativas e associativas, além de instituições privadas, é realizada pela AEP II, por intermédio do Núcleo de Relações

Institucionais e Gerenciamento de Colegiados, ao qual cabe promover as diligências pertinentes a tais demandas.

No que tange ao gerenciamento de colegiados, foi elaborada e proposta ao Presidente a edição de normativo regulamentando os colegiados existentes no TJBA. Dessa iniciativa, resultou a publicação do Decreto Judiciário nº 146/2026, que dispõe sobre a instituição, a composição e o funcionamento de colegiados no âmbito deste Poder Judiciário, atribuindo à AEP II a condição de unidade de governança dos colegiados, responsável por supervisionar, orientar, consolidar dados e prestar informações sobre os colegiados, de modo a fortalecer o acompanhamento institucional.

O normativo dispõe que a proposta de criação, alteração e extinção de colegiados no âmbito do Tribunal deverá ser, previamente, submetida à AEP II, para análise, manifestação e controle de conformidade institucional antes da deliberação pelo Presidente.

Prevê, ainda, que compete à AEP II monitorar a eficácia da constituição, do funcionamento e dos resultados produzidos pelos colegiados; realizar a avaliação prévia da proposta de criação de novos colegiados frente aos colegiados já existentes com escopo semelhante; executar rotina periódica de revisão dos colegiados existentes; promover a rastreabilidade entre as propostas dos colegiados e as decisões administrativas ou normativas que delas resultaram; e fornecer aos colegiados orientações diversas e modelos para plano, ata e relatório.

Nesse sentido, o Núcleo de Relações Institucionais e Gerenciamento de Colegiados tem como atribuições minutar atos de instituição, composição, alteração e extinção de colegiados; promover a integração efetiva com as unidades administrativas afetas a cada colegiado; e monitorar, continuamente, a eficácia da constituição, do funcionamento e dos resultados produzidos pelos colegiados.

No âmbito dessas atribuições, esta Assessoria promoveu ampla revisão dos colegiados existentes, por meio da análise da conformidade institucional, da atualidade e da relevância das atribuições, da verificação de atividade efetiva e dos resultados entregues. Dessa avaliação, resultaram o encerramento e a baixa formal de **48** colegiados, cujos objetivos foram considerados cumpridos, com a eventual incorporação de atribuições remanescentes por instâncias permanentes ou já estruturadas.

No período, foram redigidas minutas de **98** Decretos Judiciários e **3** Editais, visando à instituição e à alteração de composição e funcionamento de colegiados no âmbito do TJBA, para o biênio 2026-2028. Dentre os colegiados atualmente existentes, **24** são presididos, coordenados, supervisionados ou integrados pelo Juiz Assessor Especial da Presidência.

Confere-se destaque ao [Edital nº 77/2026](#), elaborado pela AEP II com o objetivo de convocar magistrados(as) e servidores(as) integrantes de colegiados do TJBA, para que declarem a sua raça/cor, com vistas ao cumprimento da Resolução CNJ nº 255/2018 e do Decreto Judiciário nº 146/2026.

A Resolução CNJ nº 255/2018 (e alterações posteriores) institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário e determina, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, na composição de colegiados de livre nomeação.

O Decreto Judiciário nº 146/2026 estabelece que o ato de designação da composição de colegiados de livre indicação observará, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a

ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres. Estipula, ainda, que tais informações deverão ser divulgadas no portal do TJBA, de forma acessível à consulta pública.

Nesse contexto, o [Edital nº 77/2026](#) teve como objetivo a coleta e a sistematização de dados para a oportuna publicização das informações institucionais relativas à composição dos colegiados existentes no âmbito deste Tribunal de Justiça.

Com o objetivo de viabilizar a governança e o acompanhamento administrativo de todos os colegiados existentes, foi solicitado à SETIM o desenvolvimento de ferramenta tecnológica, pelo AxéLab, que consolide as informações em uma única plataforma, possibilitando o controle dos dados, o cruzamento, a rastreabilidade e a confiabilidade das informações, bem como a emissão de relatórios.

Face à necessidade de se assegurar a publicidade e a transparência das informações relativas a esses colegiados e com amparo no art. 8º do Decreto Judiciário nº 146/2026, foi demandado o desenvolvimento de solução tecnológica intuitiva, com interface clara e de fácil navegação, disponibilizado publicamente no Portal deste TJBA (Painel de Colegiados), que, entre outras funcionalidades, consolide as informações de todos os colegiados em plataforma única, assim como apresente visualização dinâmica, com indicadores, gráficos e filtros de busca.

As ferramentas – desenvolvidas pelo AxéLab – foram apresentadas à AEP II para a verificação de conformidade, encontrando-se em fase de testes.

3. NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

O Núcleo de Gerenciamento de Instrumentos de Cooperação tem como principal atribuição o gerenciamento dos instrumentos de cooperação, que não envolvam repasses financeiros, firmados entre o TJBA e outras instituições, tais como: acordos de cooperação; termos de cooperação; termos de compromisso; protocolo de intenções; e instrumentos afins.

Compete-lhe, ainda, oferecer apoio técnico-institucional às demais unidades do Tribunal nos procedimentos necessários à celebração, à prorrogação ou à renovação de instrumentos de cooperação, promovendo a pertinente interlocução interinstitucional com as instituições partícipes e colaborando com a instrução dos procedimentos, desde a proposição até a efetiva publicação dos termos.

Promove, mensalmente, o lançamento dos Instrumentos de Cooperação Técnica, firmados no período, no Portal da Transparência do TJBA, por meio da Plataforma Contratos.Gov, assim como gerencia, na mesma ferramenta, os termos vigentes, de competência da AEP II.

Em alinhamento com as diretrizes da atual gestão, a AEP II passou a atuar como unidade responsável pela tramitação de todos os Instrumentos de Cooperação dos quais o Tribunal de Justiça seja partícipe, o que representou uma ampliação significativa do escopo de atuação da Assessoria quanto à matéria. A medida é resultado da constatação da necessidade de centralização e consolidação dos dados, a fim de proporcionar à Administração informações precisas, rastreáveis e confiáveis acerca dos Instrumentos de Cooperação.

Visando aperfeiçoar as atividades desenvolvidas – com a reformulação e a padronização de procedimentos –, a AEP II conduziu reuniões de alinhamento estratégico com a Consultoria Jurídica da Presidência e com as principais unidades demandantes de celebração de instrumentos de cooperação com órgãos ou entidades externas.

Foi realizado o mapeamento dos fluxos de tramitação dos processos administrativos relacionados à celebração de instrumentos de cooperação, por meio de ferramenta de modelagem de processos para assegurar a publicidade e a transparência dos procedimentos adotados, tanto para as unidades técnicas deste TJBA, quanto para órgãos e entidades externas, que pretendam firmar instrumentos de cooperação com o Tribunal.

Para propiciar o gerenciamento efetivo dos instrumentos de cooperação, a AEP II solicitou à SETIM, por meio do AxéLab, a apresentação de solução tecnológica que permita a consolidação das informações em uma única plataforma, que viabilize o monitoramento dos dados, o cruzamento, a rastreabilidade e a confiabilidade das informações, bem como a emissão de alertas de vigência e a extração de relatórios. A ferramenta está em desenvolvimento, com prazo de finalização previsto para junho de 2026.

Nos 100 primeiros dias de gestão, foram firmados **33** Instrumentos de Cooperação e diligenciados **241** processos, com a realização de **435** atos procedimentais. Além disso, foram acompanhados **294** processos administrativos relacionados a instrumentos de cooperação.

4. NÚCLEO DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO SISAJUD

Oferecer suporte gerencial a magistrados(as) e servidores(as) deste Tribunal de Justiça compete ao Núcleo de Gestão Institucional dos Sistemas de Suporte à Atividade Judicante (SISAJUD), no tocante aos Sistemas de Suporte à Atividade Judicante, prestando-lhes orientação para a utilização dos sistemas.

O Núcleo promove auxílio aos(às) usuários(as), via e-mail, por telefone ou presencialmente, nas solicitações de cadastramento de usuários, na alteração/redefinição de senhas e na concessão de acesso a servidores(as), com a autorização dos(as) magistrados(as), assim como presta orientações a respeito das funcionalidades e da utilização dos sistemas. Já o suporte técnico relativo a tais sistemas é realizado pelo service desk.

Realiza, também, o monitoramento de notícias relacionadas aos sistemas, para divulgação, no Portal deste TJBA, das informações consideradas relevantes para magistrados(as) e servidores(as), quanto a alterações normativas, melhorias e demais aspectos que afetem o uso dos sistemas.

Com o objetivo de aprimorar o suporte gerencial já prestado, este Núcleo iniciou estudos voltados à reestruturação do Portal TJBA, especificamente quanto ao ambiente dos Sistemas Judicantes no Espaço do Magistrado. A partir de informações disponibilizadas pelo CNJ, as atualizações estão sendo realizadas pelas unidades técnicas deste Tribunal, bem como pelos demais órgãos e pelas entidades responsáveis pelos respectivos sistemas, a fim de otimizar o acesso às ferramentas e disponibilizar conteúdos claros, precisos e atualizados acerca de cada sistema.

No período de referência, o Núcleo recepcionou e diligenciou **74** demandas de suporte gerencial quanto aos Sistemas de Suporte à Atividade Judicante.

5. NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

O Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ), instituído pela Resolução TJBA nº 19/2023, tem a função de sugerir e implementar as diretrizes gerais de Cooperação Judiciária, bem como harmonizar rotinas judiciais e administrativas, consolidar boas práticas e fortalecer a eficiência

no intercâmbio de atos judiciais. Integrado à Rede Nacional e Rede Nordeste de Cooperação Judiciária, o NCJ promove a colaboração interinstitucional e regional.

O NCJ é supervisionado pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos e coordenado pelo Juiz Assessor Especial da Presidência, Gestor da AEP II, contando, atualmente, com a composição consignada no Decreto Judiciário nº 172/2026.

Sob a condução da Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César, com a colaboração do Juiz Assessor Especial da Presidência para Assuntos Institucionais, o NCJ definiu as seguintes diretrizes estratégicas de atuação no biênio 2026-2028: fortalecimento da articulação institucional; consolidação e expansão de projetos; estruturação de novos fluxos de trabalho; implementação do balcão virtual; participação na Caravana Nacional de Cooperação; e definição de novos eixos de atuação.

A Desembargadora Supervisora do NCJ participou, no dia 13 de abril de 2026, da mesa de abertura da 11ª edição da Caravana Nacional da Cooperação Judiciária, realizada neste TJBA. Promovida pelo CNJ, em parceria com o Instituto Justiça e Cidadania, o evento visa à capacitação e ao fortalecimento da cooperação judiciária. Essa edição teve como foco o debate sobre o enfrentamento da litigância abusiva e seus impactos no sistema de justiça.

Com o propósito de aprimorar e ampliar o acesso desburocratizado e ágil aos pedidos de cooperação, o NCJ ampliou os seus canais de atendimento, de modo que, além da recepção de demandas pelo e-mail institucional, pelo Sistema SEI ou por meio de contatos telefônicos, foi disponibilizado o acesso através do WhatsApp Business e de uma sala de Balcão Virtual para atendimento ao público, por videoconferência. As demandas recebidas são registradas no Sistema SEI e diligenciadas, diariamente, com a adoção das medidas necessárias à tramitação célere e eficaz dos pedidos de cooperação.

No período de referência, foram recepcionados **127** pedidos de cooperação em cartas precatórias e recambiamentos, com a conclusão de **80** procedimentos administrativos.

No âmbito do NCJ, encontram-se, em curso, a avaliação e o monitoramento dos projetos em execução, objetivando sua consolidação e expansão. Ademais, estão sendo promovidos estudos acerca dos possíveis novos eixos de atuação para subsidiar a definição dos integrantes quanto à efetiva implementação.

6. NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO – NATJUS

O NatJus consiste em órgão de apoio técnico, vinculado à AEP II, que tem a atribuição exclusiva de prestar informações técnico-especializadas em saúde, baseadas em evidências científicas de eficácia, acurácia, efetividade e segurança, aos(as) magistrados(as), com o objetivo de subsidiá-los(as) na tomada de decisões que envolvam a pertinência técnica, clínica e contratual ou de política pública, de medicamentos, produtos, insumos terapêuticos, procedimentos cirúrgicos e não cirúrgicos, exames diagnósticos, internações ou afins, conforme o caso, relativos ao setor público (SUS) ou à saúde suplementar.

Regulamentado pelo Decreto Judiciário nº 778/2024, que dispõe sobre sua estrutura, funcionamento, sistema, abertura de solicitações, elaboração de notas técnicas, cadastramento e cooperação, o NatJus tem a sua composição atual consignada no Decreto Judiciário nº 154/2026.

No período, o Sistema Natjus registrou **3186** chamados abertos e **3674** concluídos. Destes, **3018** chamados foram originados no TJBA; e **168** no TRF1.

Considerando o expressivo e crescente volume de chamados recebidos, aliado à necessidade de aprimoramento das atividades da equipe administrativa do NatJus, foi demandado à SETIM o desenvolvimento de sistema interno de gestão de processos, mediante plataforma que viabilize o controle dos dados, o cruzamento, a rastreabilidade e confiabilidade das informações, bem como a emissão de relatórios. Devido à essencialidade de integração com o Sistema e-NatJus (administrado pelo CNJ), o escopo do projeto está sob análise da unidade técnica.

Como parte da programação da 2ª Semana Nacional de Saúde, o NatJus prestou apoio à realização de oficina técnica promovida pelo Tribunal de Justiça, em 16 de abril de 2026, voltada a magistrados(as) e operadores(as) do direito, sobre o uso de evidências em decisões judiciais na área da saúde. A atividade contou com exposição de Rachel Riera, coordenadora médica do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde e Núcleo de Evidências do Sírío-Libanês, além de pesquisadora da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

4. AGENDA INSTITUCIONAL

Conferem-se, a seguir, registros de algumas agendas institucionais conduzidas pela AEP II, no período:



16/03/2026 - Visita institucional da Defensora Pública Geral do Estado, Camila Canário, ao Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano.



18/03/2026 – Reunião preparatória para a inspeção 2026, conduzida pela AEP II e pela SGP com assessores(as) de desembargadores(as).



30/03/2026 - Reunião do GT de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), conduzida pelo Juiz Assessor Especial da Presidência, Sadraque Oliveira Rios Tognin, Coordenador do colegiado.



30/04/2026 - Reunião do GT de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), conduzida pelo Juiz Assessor Especial da Presidência, Sadraque Oliveira Rios Tognin, Coordenador do colegiado.

**ASSESSORIA ESPECIAL
DA PRESIDÊNCIA - NÚCLEO
AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO
DE PRECATÓRIOS**



1. APRESENTAÇÃO

O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP) é órgão de assessoramento e execução dos atos da Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), coordenado, no biênio 2026-2028, pela Juíza Assessora Especial da Presidência, Doutora Adriana Sales Braga, convocada para assessorar a Mesa Diretora pelo Decreto Judiciário nº 100/2026, e a quem foi delegada a competência para o exercício das atividades relacionadas à gestão e ao pagamento de precatórios, nos termos do Decreto Judiciário nº 106/2026.

No âmbito nacional, a Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe sobre a gestão dos precatórios e os respectivos procedimentos operacionais no Poder Judiciário. Já no âmbito local, o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico-Administrativo da Justiça (Resolução TJBA nº 05/2013) regulamenta o NACP no Capítulo VI (artigos 24 a 27), delimitando, no seu art. 25, as suas competências, dentre as quais a aferição da regularidade formal do precatório; a organização e a observância da ordem de pagamento; a apuração das parcelas devidas pelas entidades em regime especial; a realização de audiências de conciliação; a execução de medidas constritivas no SISBAJUD; e a administração das contas especiais.

Os primeiros cem dias da gestão, compreendidos entre fevereiro e maio de 2026, foram marcados pela consolidação das estruturas de governança do Núcleo; pela aceleração da modernização tecnológica, com destaque para a institucionalização do Sistema de Administração de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SAPRE); e pelo estreitamento do diálogo institucional com a advocacia, com os entes devedores e com o Conselho Nacional de Justiça, que realizou inspeção ordinária no NACP entre os dias 6 e 10 de abril de 2026.

Este Relatório, elaborado em atendimento ao Ofício Circular nº 52/2026/GP/SGP, consolida as iniciativas implementadas, os principais resultados quantitativos e qualitativos do período e os projetos em curso, organizando-se em torno de quatro eixos: a apresentação institucional; os objetivos traçados no Plano de Gestão do Biênio; as ações realizadas (concluídas e em andamento); e as fichas técnicas dos projetos desenvolvidos.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

Em consonância com o Plano de Gestão do Biênio 2026-2028 e com as diretrizes traçadas pelo Senhor Presidente – Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano –, o NACP estabeleceu, para o período inaugural, os seguintes objetivos institucionais:

- promover a modernização tecnológica da gestão de precatórios, com destaque para a implantação do Sistema SAPRE e para a ampliação dos painéis de Business Intelligence (BI) corporativos e externos;
- aumentar a produtividade e a celeridade na prática dos atos processuais relativos aos precatórios, com a revisão dos fluxos de trabalho e com o dimensionamento de metas mensais;
- fortalecer os mecanismos de conciliação entre credores e entes devedores municipais, mediante a realização de audiências e a oferta de canais permanentes de composição;

- aproximar o NACP da advocacia, dos jurisdicionados e da sociedade, ampliando os canais de comunicação institucional e veiculando informação clara sobre os fluxos de pagamento e os direitos dos credores;
- adequar a estrutura de pessoal do NACP, com vistas a reduzir os efeitos do turnover e dimensionar o quadro à carga de trabalho atual e projetada, em atendimento à recomendação reiterada do CNJ;
- capacitar servidores em tecnologias emergentes, em especial em ferramentas de inteligência artificial aplicadas ao Poder Judiciário;
- aprimorar as condições ergonômicas dos postos de trabalho e velar pela saúde funcional da equipe; e
- garantir efetividade, transparência e publicidade aos pagamentos, em conformidade com o art. 100 da Constituição Federal, com o art. 101 do ADCT, com a Resolução CNJ nº 303/2019 e com a legislação estadual aplicável.

3. AÇÕES IMPLEMENTADAS

Esta seção compila as iniciativas executadas pelo NACP no quadrimestre de referência, com distinção entre ações concluídas e ações em andamento, bem como apresenta, ao final, o panorama quantitativo dos resultados práticos obtidos.

3.1 Iniciativas Concluídas

Lançamento oficial do Sistema SAPRE (1º/04/2026)

O Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, assinou o ato normativo que institui o funcionamento do Sistema de Administração de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no Judiciário baiano. O evento, realizado na sede do TJBA, foi prestigiado por representantes de órgãos do sistema de Justiça no Estado e formalizou o início da operação do sistema pelas unidades-piloto.



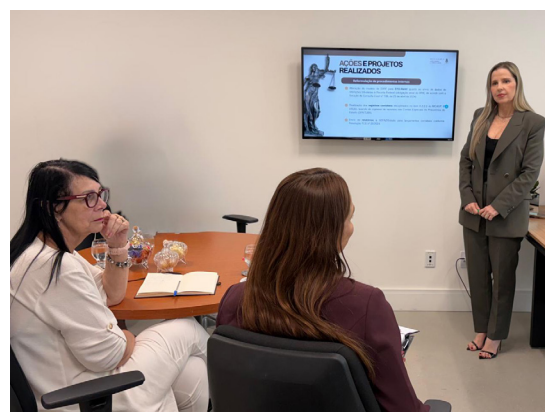


Assinatura do Decreto institutivo do SAPRE (30 de março de 2026)

Marco regulatório que precedeu o lançamento operacional e formalizou a arquitetura jurídica do sistema.

Recepção da Inspeção Ordinária do CNJ (de 6 a 10 de abril de 2026)

A Doutora Adriana Sales Braga recepcionou a servidora responsável pela Inspeção no NACP, com a apresentação dos resultados alcançados, dos compromissos assumidos pela Gestão e dos pilares do plano de trabalho proposto para o biênio.





Avaliação ergonômica dos postos de trabalho (9 e 10 de abril de 2026)

Realizada em parceria com a Coordenação de Saúde Ocupacional, com avaliações individuais, ajustes de mobiliário e orientação sobre intervalos e exercícios laborais, com vistas a possibilitar melhores condições ao desenvolvimento laboral sem adoecimento funcional



Capacitação em inteligência artificial — Curso ELOS IA (24 de março de 2026)

Servidores do NACP participaram do Curso “ELOS IA – Plataforma de Inteligência Artificial para Magistrados, Servidores e Estagiários”, em modalidade remota síncrona via Teams, das 14h às 18h. Esse curso foi realizado, especificamente, para os colaboradores do NACP.

Apresentação da proposta de Reestruturação do NACP (23 de março de 2026)

A Juíza Assessora apresentou ao Presidente do TJBA, por intermédio do Chefe de Gabinete da Presidência, Dr. Txapuã Menezes Magalhães, análise preliminar de proposta de reestruturação do Núcleo, com fundamento na necessidade de provimento de quadro próprio, em atendimento à Recomendação reiterada do CNJ em inspeções anteriores.

Definição e homologação dos indicadores do Painel de Gestão Ativa

A Juíza Assessora homologou o conjunto de indicadores que serão divulgados, mensalmente, aos colaboradores do NACP e à Presidência, com sinalização por cores: vermelho (resultado

inferior a 90% da meta); amarelo (entre 90,01% e 105% da meta); e verde (acima de 105,01% da meta). A homologação dos dados ocorrerá na primeira quinzena de junho de 2026.

Ampliação do prazo para apresentação de propostas de acordo (precatórios do Estado da Bahia)

Medida que ampliou as oportunidades de composição entre credores e o Estado, em linha com a vocação conciliatória do Núcleo.

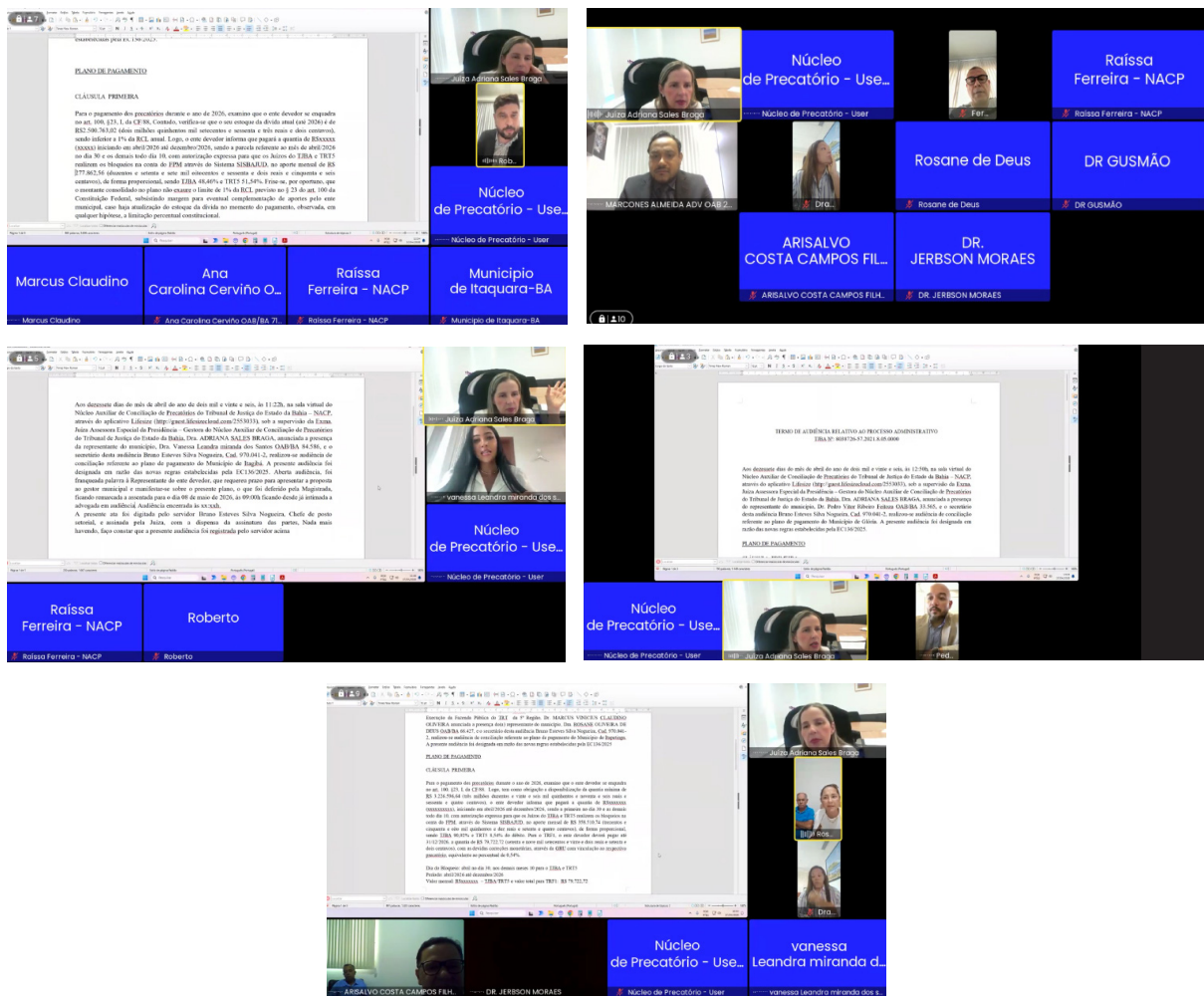


Campanhas de comunicação sobre o NACP e o SAPRE

Em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do TJBA, houve produção de três vídeos com cards animados (“Fluxo de precatórios SAPRE”, “Consulta à posição na lista unificada” e “Quem tem direito ao pagamento preferencial”); veiculação de três matérias jornalísticas no site institucional; criação de identidade visual do evento de lançamento; cobertura jornalística e fotográfica; e álbum virtual.

Realização de audiências de conciliação com Municípios

No período, mais de quarenta audiências foram realizadas com municípios entre os quais Tanhaçu, Paramirim, Canápolis, Jequié, Itaberaba, Monte Santo, Senhor do Bonfim, Serrinha, Iguai, Itapetinga, Santo Antônio de Jesus, Mucuri, Itagibá, Conceição do Jacuípe, Várzea Nova, Glória, Itaquara, América Dourada, Andorinha, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Feira de Santana, Riacho de Santana, Wenceslau Guimarães e Aporá.



3.2 Ações em Andamento

Ampliação contínua do BI do NACP (Qlik Sense)

Em demanda à Diretoria de Modernização Operacional (DMO), está em implementação a visualização, no painel de acervo, da quantidade de dias em que o processo se encontra paralisado, com vistas a permitir rápida identificação de processos passíveis de impulsionamento pelo Núcleo. Os dashboards já disponíveis contemplam: estoque de precatórios pendentes; evolução de quantitativos e valores por ano orçamentário; curva ABC por ente devedor; relatório sintético por entidade; e evolução das distribuições de novos precatórios.

Aperfeiçoamento do BRBJus

Em diálogo permanente com a área técnica e comercial do Banco de Brasília, encontram-se em desenvolvimento: aplicação para envio de documentos relativos a ordens de pagamento, com geração de número de protocolo e atualização de status; e funcionalidade para apuração de produtividade de alvarás confeccionados por servidor.

Inclusão da data do crédito no arquivo de contas ativas do BRBJus

Em análise para implantação, com o objetivo de permitir a apuração e o monitoramento sistemático de prazos médios de elaboração de alvarás e de pagamento.

Tramitação da proposta de Reestruturação do NACP

Ora em análise pela Presidência do TJBA, após apresentação preliminar pela Juíza Assessora.

Implementação gradual do SAPRE pelas demais unidades

Após a fase-piloto, está em curso a expansão escalonada do sistema às demais unidades vinculadas, com acompanhamento técnico do projeto.

Painel gerencial NACP / Axélab via SharePoint

Em operação desde fevereiro de 2026, com melhorias homologadas. O painel importa dados da Plataforma SharePoint e se atualiza diariamente. Também passou a apresentar os quantitativos de precatórios e os alvarás assinados e pendentes, com detecção automatizada de problemas.

3.3 Resultados Práticos e Impactos

Os indicadores consolidados no período demonstram tendência de crescimento mensal consistente nos atos praticados pelo Núcleo, com recuperação acentuada do fluxo de pagamentos a partir de março, após o mês inaugural, em que as contas dos principais entes devedores se encontravam sem saldo, bem como progressão expressiva de liberação de alvarás. Ressalte-se que os valores elencados abaixo não contemplam as liberações de alvarás de quantias reservadas, cujo montante totalizou R\$ 96.532.348,20

Pagamentos realizados (de fevereiro a abril de 2026)

Período	Valor pago (R\$)	Quitações
Fevereiro/2026	57.742,78	4 precatórios
Março/2026	11.979.455,14	129 precatórios + 34 repasses TRT5/TRF1
Abril/2026	19.386.820,64	219 precatórios + 23 repasses TRT5/TRF1
TOTAL DO QUADRIMESTRE	31.424.018,56	352 precatórios + 57 repasses

Atos praticados em precatórios

Período	Despachos	Decisões	Total
Fevereiro/2026	1.215	814	2.029
Março/2026	933	1.646	2.579
Abril/2026	1.000	1.748	2.748
TOTAL	3.148	4.208	7.356

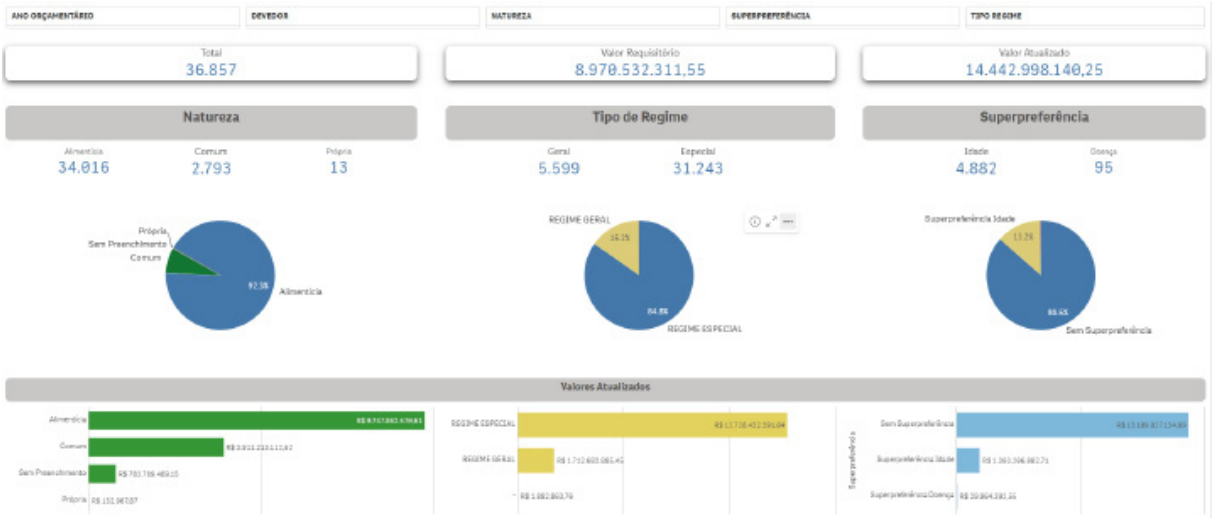
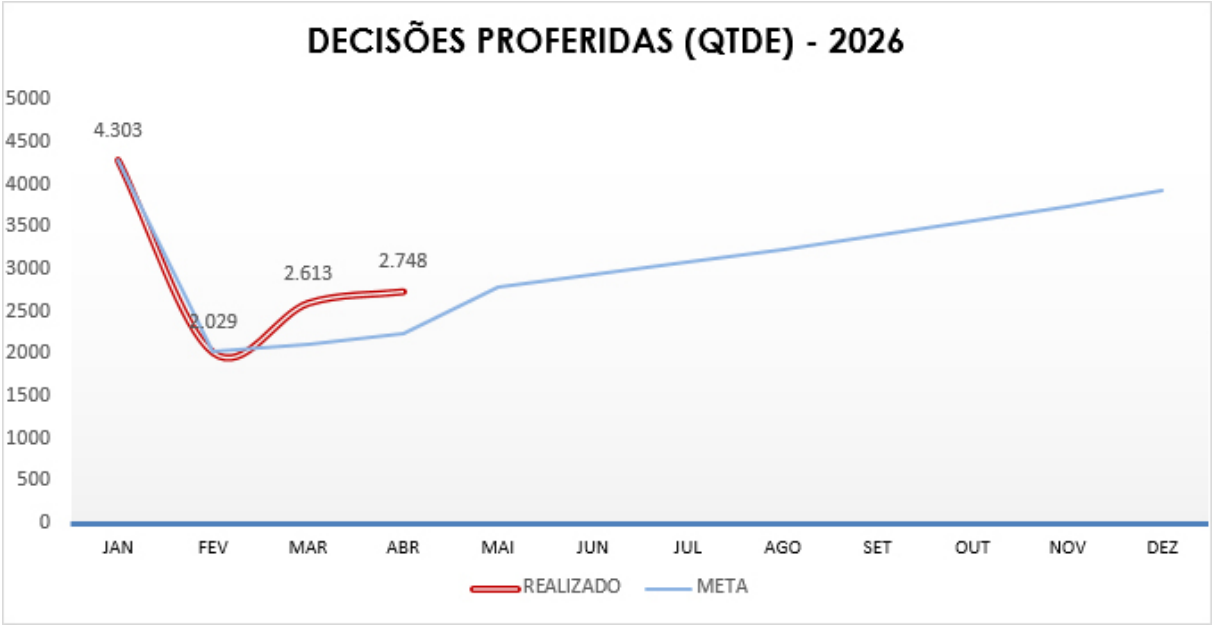
Outros atos — acumulado nos 100 dias

Espécie de Ato	Total no período
Atos Ordinatórios	36.299
Certidões	15.275
Alvarás de Pagamento e Transferências	724
Editais Publicados	4
Informações em Mandados de Segurança	4
Ofícios de Pagamentos de Tributos	9
Portarias Publicadas	3

Acervo de precatórios

Indicador	Fev/26	Mar/26	Abr/26
Precatórios distribuídos no mês	1.180	1.074	1.194
Acervo total	43.362	43.730	43.857

A trajetória observada demonstra a consolidação dos fluxos de trabalho após a posse da nova Mesa Diretora, com crescimento sustentado no quantitativo de atos praticados, de 2.029 em fevereiro para 2.748 em abril.



4. PROJETOS E MELHORIAS DESENVOLVIDAS

No período de referência, as melhorias e os projetos desenvolvidos pelo NACP são apresentados a seguir, por meio de fichas técnicas individuais, contendo: nome, unidade demandante, status, escopo e entregas realizadas.

FICHA TÉCNICA Nº 01	
Nome do projeto	Sistema de Administração de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SAPRE)
Unidade demandante	NACP / Presidência do TJBA
Status	Implantado (lançamento oficial em 1º de abril de 2026; e expansão gradual em curso.
Escopo	Sistema integrado para a gestão de precatórios e RPs, contemplando os módulos de protocolo, gerenciamento e cálculo, com vistas à padronização, à celeridade e à modernização dos fluxos de pagamento no Poder Judiciário baiano.
Entregas realizadas	Assinatura do Decreto institutivo (30 de março de 2026); evento oficial de lançamento (1º de abril de 2026); três vídeos institucionais com cards animados; três matérias jornalísticas veiculadas no site do TJBA; identidade visual do evento; cobertura jornalística e fotográfica; álbum virtual; e início da operação pelas unidades-piloto.

FICHA TÉCNICA Nº 02	
Nome do projeto	Painel de Gestão Ativa do NACP
Unidade demandante	NACP
Status	Indicadores homologados pela Juíza Assessora; e homologação dos dados prevista para a primeira quinzena de junho de 2026.
Escopo	Veiculação mensal aos colaboradores e à Presidência dos principais indicadores dos fluxos de trabalho do Núcleo, com sinalização por cores (vermelho/amarelo/verde), conforme aderência às metas estabelecidas.
Entregas realizadas	Conjunto de itens de controle definido: minutas preparadas; processos revisados pela Assessoria; decisões proferidas; alvarás assinados; precatórios com alvarás assinados; precatórios com alvarás elaborados; processos arquivados; e coleta diária dos dados implementada.

FICHA TÉCNICA Nº 03	
Nome do projeto	Ampliação do Business Intelligence do NACP (Qlik Sense)
Unidade demandante	NACP / Diretoria de Modernização Operacional (DMO)
Status	Em operação; e expansão contínua.
Escopo	Expansão dos painéis de BI corporativos, com adição de dashboards de estoque de precatórios pendentes; evolução quantitativa e financeira por ano orçamentário; curva ABC por ente devedor; relatório sintético por entidade; e distribuição de novos precatórios.
Entregas realizadas	Quatro dashboards principais publicados; e requisição em curso, junto à DMO, da visualização de dias de paralisação processual para a identificação imediata de processos passíveis de impulsionamento.

FICHA TÉCNICA Nº 04	
Nome do projeto	Painel Gerencial NACP / Axélab via SharePoint
Unidade demandante	NACP
Status	Em operação desde fevereiro de 2026; e melhorias homologadas.
Escopo	Painel gerencial de controle dos pagamentos efetuados pelo NACP, com importação diária de dados da Plataforma SharePoint e detecção automatizada de inconsistências.
Entregas realizadas	Painel ativo com atualização diária; apresentação dos quantitativos de precatórios e alvarás assinados e pendentes de assinatura; relatório de pagamentos consolidado; e módulo de detecção de problemas.

FICHA TÉCNICA Nº 05	
Nome do projeto	Aperfeiçoamentos do BRBJus
Unidade demandante	NACP / Banco de Brasília (BRB)
Status	Em desenvolvimento contínuo.
Escopo	Conjunto de melhorias na Plataforma BRBJus, contemplando aplicação para envio de documentos relativos a ordens de pagamento (com geração de protocolo e atualização de status); funcionalidade para apuração de produtividade de alvarás por servidor; e inclusão da data do crédito no arquivo de contas ativas para apuração de prazos médios.
Entregas realizadas	Funcionalidades em homologação e fase de aperfeiçoamento; e ampliação do BI das contas judiciais com novos dashboards de gerenciamento.

FICHA TÉCNICA Nº 06	
Nome do projeto	Capacitação ELOS IA – Plataforma de Inteligência Artificial
Unidade demandante	NACP
Status	Concluído em 24 de março de 2026.
Escopo	Capacitação dos servidores em plataforma de inteligência artificial voltada a magistrados, servidores e estagiários, em modalidade a distância e formato síncrono via Teams.
Entregas realizadas	Curso realizado das 14h às 18h, no dia 24 de março de 2026, com participação dos servidores do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios.

FICHA TÉCNICA Nº 07	
Nome do projeto	Projeto de Reestruturação do NACP
Unidade demandante	NACP
Status	Em análise pela Presidência do TJBA.
Escopo	Reestruturação do Núcleo, com provimento de quadro próprio dimensionado em função da carga de trabalho atual e projetada, com vistas a evitar perdas e rupturas nos fluxos de trabalho geradas por turnover elevado, em atendimento à Recomendação reiterada do CNJ em inspeções anteriores.
Entregas realizadas	Análise preliminar apresentada em 23 de março de 2026 ao Presidente do TJBA, por intermédio do Chefe de Gabinete da Presidência, Dr. Txapuã Menezes Magalhães.

FICHA TÉCNICA Nº 08	
Nome do projeto	Audiências de Conciliação com Municípios Devedores
Unidade demandante	NACP
Status	Em execução contínua.
Escopo	Realização de audiências de conciliação para composição com os entes devedores municipais, com vistas à amortização do passivo precatorial e à viabilização de planos de pagamento aderentes à Emenda Constitucional nº 136/2025.
Entregas realizadas	Mais de quarenta audiências realizadas no período, abrangendo municípios em diferentes regiões do Estado, com participação de entes devedores e representantes de credores, que compareceram, voluntariamente, à assentada designada.

FICHA TÉCNICA Nº 09	
Nome do projeto	Comunicação Institucional do NACP e do SAPRE
Unidade demandante	NACP / Secretaria de Comunicação Social do TJBA (SECOM)
Status	Concluídas as ações relativas ao lançamento do SAPRE; e comunicação institucional em curso.
Escopo	Divulgação das ações do Núcleo e do Sistema SAPRE em canais digitais do TJBA e da OAB-BA, com produção de materiais audiovisuais, matérias jornalísticas e identidade visual de evento.
Entregas realizadas	Três vídeos institucionais com cards animados; três matérias jornalísticas no site do TJBA; cobertura fotográfica e jornalística do evento de lançamento; identidade visual; álbum virtual; e veiculação em stories e feed do Instagram e do Facebook do TJBA.

FICHA TÉCNICA Nº 10	
Nome do projeto	Avaliação Ergonômica dos Postos de Trabalho do NACP
Unidade demandante	NACP / Coordenação de Saúde Ocupacional
Status	Concluído.
Escopo	Avaliação individual dos postos de trabalho ocupados pela equipe do Núcleo, com ajustes ergonômicos e orientação preventiva sobre exercícios e intervalos laborais.
Entregas realizadas	Avaliações realizadas nos dias 9 e 10 de abril de 2026; ajustes implementados nos postos de trabalho; e orientação prestada à equipe quanto à realização de exercícios e intervalos.

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



1. APRESENTAÇÃO

A transformação digital constitui eixo estratégico atinente ao aprimoramento da prestação jurisdicional e da gestão administrativa. Nos primeiros 100 dias da gestão do biênio 2026-2028, a Assessoria Especial da Presidência do Eixo de Tecnologia da Informação e Comunicação concentrou sua atuação no acompanhamento de ações e projetos de TIC; na articulação entre áreas técnicas e negociais; na qualificação de dados; e no fortalecimento da governança tecnológica.

Este relatório consolida as principais entregas, as providências em andamento, as atividades contínuas e os projetos acompanhados pela unidade, com foco na eficiência administrativa, na segurança da informação, na modernização de sistemas e no alinhamento às prioridades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

2.1 Atuação integrada aos Macrodesafios e aos objetivos estratégicos institucionais – Resolução nº 03, de 24 de Março de 2021

A atuação da Assessoria está integrada aos macrodesafios e aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado da Bahia para o sexênio 2021-2026, especialmente quanto à transformação digital, à governança, à eficiência operacional e à qualidade da prestação jurisdicional. As iniciativas acompanhadas visam converter demandas tecnológicas em entregas institucionais úteis, mensuráveis e alinhadas ao planejamento, à inovação, à qualificação de indicadores e à melhoria contínua dos serviços prestados pelo Tribunal.

3. AÇÕES

A partir de diagnóstico gerencial das principais demandas de TIC, foram priorizadas ações concluídas, medidas em andamento e atividades contínuas, com atuação voltada à organização de pendências, ao impulsionamento de providências, à integração institucional e ao acompanhamento de entregas estratégicas.

3.1 Síntese das Ações

Quadro 1 – Ações concluídas, em andamento e de atuação contínua

Eixo	Iniciativa	Síntese / Resultado
Concluída	Cumprimento das determinações do CNJ	Levantamento das determinações e das recomendações da inspeção/correição de 2024; consolidação das pendências de TIC; articulação com unidades responsáveis; e cumprimento integral das providências. Expediente: 80520986.000036/2026-45.
Concluída	JudForms – Formulário de Reclamação	Desenvolvimento de sistema para coleta; e gerenciamento estruturado de dados institucionais por formulários personalizados, com rastreabilidade, preservação de histórico, integridade dos dados e redução de retrabalho.

Eixo	Iniciativa	Síntese / Resultado
Concluída	Múltiplo Fator de Autenticação – MFA	Implantação obrigatória a partir de 30/03/2026, nos termos do Decreto Judiciário nº 251/2026, em alinhamento à Portaria CNJ nº 140/2024, reforçando a proteção do e-mail institucional e de sistemas sensíveis.
Concluída	Capacitação ELOS Minuta IA	Execução de plano de capacitação da ferramenta de IA contratada para apoio à elaboração de minutas, com 22 turmas e mais de mil magistrados e servidores capacitados. Expedientes: 80520986.000039/2026-89 e 80520986.000038/2026-34.
Concluída	Capacitação AUDIN	Realização de 8 turmas sobre a ferramenta de audiência inteligente integrada ao Teams, com gravação automática, transcrições e resumos, capacitando, aproximadamente, 300 usuários. Expediente: 80520986.000053/2026-82.
Concluída	Saneamento do NUGEP	Correção de inconsistências, duplicidades, falhas de migração, importações, relatórios, campos e regras de integração, ampliando a confiabilidade e a rastreabilidade das informações.
Em andamento	Descontinuidade do SAIPRO	Desativação gradual de sistema legado, com módulo de eventos de magistrados já migrado para o SRH2; e estudos em curso para encerramento seguro dos módulos residuais. Expediente: 80520986.000045/2026-36.
Em andamento	Descontinuidade do SAJ 2G	Desativação gradual do sistema substituído pelo PJe, com manutenção temporária apenas para saneamento de pendências residuais de migração, sob a análise da SETIM quanto às funcionalidades e ao cronograma. Expediente: 80506285.000055/2025-67.
Em andamento	Demandas do Núcleo de Precatórios	Levantamento, organização, categorização e priorização de demandas de TIC do NACP, com foco na redução de pendências acumuladas e na eficiência dos fluxos relacionados a precatórios.
Em andamento	GEFRINHO	Implantação de solução eletrônica já desenvolvida e homologada para controle de frequência de estagiários, substituindo registros manuais e ampliando segurança, confiabilidade e rastreabilidade.
Em andamento	Saneamento de Dados – DataJud	Estudo técnico para identificar divergências entre dados internos e números apurados pelo CNJ, visando qualificar os indicadores institucionais e as informações encaminhadas ao DataJud. Expediente: 80520986.000042/2026-01.
Em andamento	Projeto NEXUS – Eixo TIC	Acompanhamento sistemático de temas estratégicos atribuídos pelo Decreto Judiciário nº 292/2026, incluindo DataJud, Meta 9, tramitação eletrônica, iGov-TIC-JUD, PDPJ-Br e Codex. Expediente: 80520986.000064/2026-62.
Em andamento	Equipamentos 360°	Expansão do uso de câmeras 360° para melhoria de áudio e imagem em registros processuais, com piloto em 10 unidades; aquisição de 295 kits; ampliação para áreas prioritárias; e ata prorrogada até fevereiro de 2027. Expediente: 80520986.000049/2026-14.
Em andamento	Conectividade SD-WAN	Reestruturação da conectividade das unidades judiciais por arquitetura definida por software, com renovação contratual limitada e condicionada à nova licitação, cujos artefatos já estão em elaboração. Expediente: 80520986.000041/2026-58.
Em andamento	TOTH	Análise de solução do TJDFT integrada ao PJe para recomendação automatizada de classe e assunto processual, com tratativas institucionais, processo instaurado e levantamento de questionamentos técnicos à SETIM/TJDFT.
Em andamento	Sistema do GSI	Análise da viabilidade de hospedagem, na infraestrutura do TJBA, de sistema do GSI para gestão de escalas e acionamento emergencial, além de avaliação de solução similar do Estado do Ceará. Expediente: 80520986.000067/2026-04.
Em andamento	Cadastro de advogados dativos	Articulação para integração com serviço da OAB, destinado ao acesso estruturado a dados de advogados dativos, valores de RPV e processos, aguardando endpoint e token para atuação da DMO. Expediente: 80506517.000269/2026-43.
Em andamento	Gestão de acessos a sistemas institucionais	Mapeamento de fragilidades na concessão e na revogação de acessos, especialmente em sistemas sensíveis, com estudo de padronização de bases, automação de bloqueios e solução de gestão de identidades. Expediente: 80520986.000040/2026-11.

Eixo	Iniciativa	Síntese / Resultado
Em andamento	Videomonitoramento	Acompanhamento da conclusão em Ilhéus; planejamento de expansão para Salvador e Alagoinhas; centralização documental da Comissão Permanente de Segurança; e tratativas para consultoria especializada.
Em andamento	Substituição do Lifesize pelo Teams	Transição gradual para Microsoft Teams integrado ao Microsoft 365 e ao AUDIN, com prorrogação excepcional do Lifesize por 12 meses diante de desafios de interoperabilidade e cronograma de migração em análise. Expediente: 80506300.000012/2026-27.
Contínua	Atendimento e atenção ao usuário	Atendimento a desembargadores, magistrados e servidores, bem como ao público externo, mediante SEI e e-mail institucional, com triagem, orientação, encaminhamento às áreas competentes e identificação de oportunidades de melhoria.

4. PROJETOS

Consideram-se projetos as iniciativas que, pela complexidade e pela relevância institucional, exigem planejamento estruturado, articulação entre áreas e acompanhamento contínuo. A seguir, apresenta-se a síntese dos projetos desenvolvidos ou acompanhados por esta Assessoria.

Quadro 2 – Projetos acompanhados pela Assessoria

Eixo	Iniciativa	Status		
APP TJBA Zela – MPU	Presidência	Concluída	Ferramenta digital para atendimento de vítimas de violência doméstica e solicitação remota, segura e simplificada de medidas protetivas.	Identidade visual alterada; melhorias; campanha; e materiais de apoio acompanhados. Expediente 80520986.000026/2026-18.
Atualização do PJe	Presidência	Em planejamento	Avaliação da viabilidade técnica e operacional de atualização do PJe 2.2, com impactos, integrações, custos e apoio técnico do CNJ.	Estudo de viabilidade da DMO; visita técnica do CNJ; e apoio técnico especializado para migração do banco de dados.
Implantação do eProc	Presidência	Em andamento	Implantação do eProc no TJBA, com integração a sistemas existentes; capacitação de usuários; e conclusão prevista até dezembro de 2030.	Grupo de multiplicadores definido; e estudo de viabilidade da próxima unidade em elaboração.
Plenário Virtual	SEJUD	Concluída	Implantação de Plenário Virtual integrado ao PJeCor para julgamento de processos administrativos.	Solução em produção e pendente de aval da SEJUD para divulgação. Expediente 80506281.002054/2026-78.
Projeto LAURA	AEP TIC	Em andamento	Adaptação e implementação do sistema de cálculos LAURA para atendimento das necessidades do TJBA.	Módulos Cível e Fazendário em produção; acesso sem VPM; e MFA implementado. Expediente 80520986.000046/2026-81.
Sistema de Arrecadação	NAF	Em andamento	Implantação de sistema de controle e gestão de receitas próprias, com módulos extrajudicial e judicial.	Ambiente de homologação externa com fornecedores no módulo extrajudicial, via API.
Sistema de RH	SEGES	Em andamento	Implantação de solução moderna e integrada para gestão de recursos humanos, com otimização de processos, controle e transparência.	Levantamento de requisitos concluído.

Eixo	Iniciativa	Status		
Sistema SAPRE	NACP	Em andamento	Implantação e customização do SAPRE nos ambientes do TJBA, com integração a sistemas judiciais, administrativos e Banco de Pagamento BRBJus.	Módulo de Cadastro/Protocolo.
UNICORP	Des. Geder Luiz Rocha	Em planejamento	Desenvolvimento ou importação de sistema para substituição do SIEC.	Sem entregas registradas no período.
e-NatJus 4.0	-	Implantação (piloto)	Solução nacional para emissão de notas técnicas em demandas judiciais de saúde, integrada à PDPJ e à base do CNJ, com validação por piloto controlado.	MVP desenvolvido e validado em homologação; produção em modo controlado; usuários e unidades do piloto mapeados; e integração PDPJ/Einstein mapeada.
Central de agendamento de advogados	Dr. Luís Henrique	Em planejamento	Aprimoramento da Central de Agendamento para gestão individualizada das agendas de magistrados titulares, auxiliares e substitutos.	Sem entregas registradas no período.
Saneamento de dados	DPE	Em andamento	Investigação técnica das rotinas e dos critérios de dados usados pelo CNJ no DataJud, comparados aos procedimentos internos do TJBA, visando tratar divergências em casos novos, baixas e acervo.	TAP elaborado, com justificativa, objetivo, alinhamento estratégico, benefícios, cronograma, premissas, restrições e riscos.
Cadeia de custódia	Dr. Luís Henrique Araújo	Em cooperação	Busca de solução integrada ao PJe para a preservação da cadeia de custódia, da integridade e da mesmidade das provas digitais.	Estudos realizados; soluções apresentadas ao GT; apresentação do Sistema de Mídias Processuais do TJRO; e solicitação de cooperação ao TJRO.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros 100 dias da gestão do biênio 2026-2028 evidenciam atuação estratégica da Assessoria Especial da Presidência do Eixo de Tecnologia da Informação e Comunicação, quanto ao fortalecimento da governança tecnológica, à qualificação de dados, à segurança da informação, à modernização de sistemas e ao acompanhamento de iniciativas estruturantes do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

As ações concluídas, as medidas em andamento e os projetos acompanhados demonstram esforço integrado, com o propósito de organizar demandas, impulsionar entregas, racionalizar sistemas legados, apoiar áreas negociais e técnicas, bem como aprimorar a experiência dos usuários e assegurar maior aderência às prioridades institucionais e às orientações dos órgãos de controle.

A continuidade das iniciativas deverá priorizar o monitoramento das entregas, a mitigação de riscos, a consolidação dos resultados alcançados e o avanço planejado da transformação digital, de modo a preservar a articulação institucional necessária à eficiência administrativa e à melhoria dos serviços judiciais e administrativos.

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS



1. APRESENTAÇÃO

A Coordenação dos Juizados Especiais é órgão de auxílio aos trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia na gestão e na supervisão administrativa do Sistema dos Juizados Especiais, cuja função primordial é acompanhar os serviços judiciários nos Juizados Especiais da Bahia.

As atividades de gestão dos Juizados Especiais são desempenhadas pelo Desembargador indicado pela Presidente do Tribunal de Justiça, na consonância do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024, do Conselho Nacional de Justiça, a quem compete diversas ações e atividades delegadas, tais como: designar, afastar temporariamente e desligar juízes leigos e conciliadores; apreciar solicitações de deslocamento para final de lista e de prorrogação de posse formuladas pelos aprovados nos processos seletivos de juiz leigo e conciliador; e promover a movimentação de servidores e prestadores de serviços atuantes no quadro dos Juizados Especiais.

No âmbito da Coordenação dos Juizados Especiais, as atividades são distribuídas por núcleos de trabalho, de modo a otimizar a prestação do serviço público, conforme organograma a seguir:



2. OBJETIVOS

Desde o início do biênio 2026-2028, sob a Presidência do Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, foram desenvolvidas diversas atividades pela Coordenação dos Juizados

Especiais, alinhadas às Diretrizes de Gestão. Nessa ambiência, destacam-se as participações em reuniões, comitês, acompanhamento de Inspeção do Conselho Nacional de Justiça, organização da Semana Nacional dos Juizados Especiais, dentre outras.

De modo geral, tendo como foco o desenvolvimento de atividades que visem à eficiência gerencial no âmbito da gestão cartorária e de pessoal dos Juizados Especiais, a COJE conjugou esforços em importantes áreas de atuação, mirando nos objetivos descritos a seguir.

I. Juiz Leigo e Conciliador: designar auxiliares da justiça de modo a incrementar a produtividade; promover o acompanhamento da produtividade; promover cursos de capacitação em conjunto com a UNICORP; e dialogar com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e com a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau para tratativas sobre o aprimoramento da Política Nacional de Tratamento adequado aos conflitos de interesses.

II. Saneamento e Baixa Processual: ampliar as ações de apoio do Núcleo de Saneamento e Baixa Processual; colaborar com os Projetos das Corregedorias que visem ao saneamento e à baixa processual; acompanhar os indicadores das unidades judiciárias dos Juizados Especiais e o cumprimento das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça; e combater o crescimento de demandas fraudulentas.

III. Recursos Humanos: apreciar requerimentos de direitos e vantagens dos servidores; promover a movimentação de servidores nos Juizados Especiais, conforme acervos e distribuição; acompanhar a Tabela de Lotação Paradigma das unidades dos Juizados Especiais, fazendo adequações necessárias; e recompor as unidades judiciárias do Sistema dos Juizados que estiverem abaixo da TLP ou aumentar os quadros de pessoal, quando a demanda indicar.

IV. Inovação nos Juizados: ampliar o uso de automação e IA nos processos judiciais e na seara administrativa; ampliar serviço de alertas processuais do Sistema PROJUDI; prestar apoio técnico aos magistrados e aos servidores, especialmente em relação aos Sistemas Projudi e PJe; e lançar, para fins de transparência, as produtividades das unidades judiciárias, dos magistrados, dos servidores e dos auxiliares da justiça.

V. Cidadãos e Agentes da Justiça: ampliar e garantir o atendimento do cidadão nos Serviços de Atendimento Judiciário (SAJs); aprimorar o canal de comunicação com o cidadão por meio da Ouvidoria dos Juizados; e manter canais abertos de interlocução com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia.

VI. Aparentamento dos Juizados: reformar e aparelhar as Varas dos Juizados Especiais e os Fóruns dos Juizados Especiais.

3. AÇÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO

Ao longo dos 100 primeiros dias do biênio 2026-2028, a Coordenação dos Juizados Especiais realizou inúmeras atividades, de acordo com os objetivos indicados e com os enfoques de cada setor interno, brevemente relatadas a seguir.

a) A **Assessoria Jurídica da COJE** expediu 81 ofícios simples e 32 ofícios circulares; prestou informações em 6 ações (ordinárias e mandados de segurança), bem como em 7 processos do Conselho Nacional de Justiça; respondeu e movimentou 102 expedientes no SEI; auxiliou em mais de 20 reuniões do Coordenador; secretariou uma Sessão do Conselho Superior dos Juizados Especiais e uma reunião do NUCOF; prestou informações em 16 expedientes da Corregedoria-Geral de Justiça e da Corregedoria das Comarcas do Interior; avaliou 30 pedidos de concessão de certificado digital de servidores e auxiliares da justiça; promoveu a abertura e o acompanhamento de 5 processos de remanejamento de candidatos aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2023, para formação de cadastro de reserva para as funções de juiz leigo e conciliador; e participou, ativamente, das reuniões do Grupo Gestor das Tabelas Processuais Unificadas.

Além dessas atividades administrativas, a equipe da Assessoria:

- analisou 30 pedidos de férias e afastamentos de servidores das Turmas Recursais e da Administração do Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva;
- acompanhou e fiscalizou o registro de ponto dos servidores da Secretaria da Turma Recursal, dos Juizados Especiais Cíveis de Apoio da Capital e do Interior e da Coordenação dos Juizados Especiais;
- acompanhou e auxiliou a elaboração e a publicação do Edital de Abertura nº 01/2026, referente à realização de processo seletivo destinado à formação de cadastro de reserva para a função de juiz leigo;
- respondeu a e-mails e consultas diversas de magistrados, servidores e auxiliares da justiça em geral sobre diversos temas, tais como: acúmulo de funções e impedimentos de juízes leigos e conciliadores; cumprimento de penalidades de advogados; funcionamento das unidades judiciais; e solicitações de reuniões com o Coordenador dos Juizados;
- desenvolveu ações para a Semana Nacional dos Juizados Especiais;
- acompanhou e auxiliou os trabalhos desenvolvidos para implantar o sistema de cálculos Laura no âmbito do Tribunal de Justiça;
- acompanhou e auxiliou o NUPEMEC quanto à realização da Semana Nacional da Saúde, ocorrida no período de 13 a 17 de abril de 2026;
- promoveu a intermediação com as unidades judiciárias para apoio ao NUPEMEC nas atividades inerentes à 1ª Semana Estadual de Conciliação.

b) O **Núcleo de Ouvidoria da COJE** recebeu e tratou 570 demandas de cidadãos, partes e advogados, através de e-mails, consulta telefônica e atendimento presencial.

c) O **Núcleo de Serviço de Apoio Judiciário** atuou no diálogo diário com os Juizados Especiais Cíveis de Apoio/Serviços de Atendimento Judiciário, a fim de instruir a adequada gestão desse serviço, tendo respondido a 529 e-mails, expedido 74 certidões de propriedade de veículos aos atendentes judiciários e atendido, presencialmente, a 43 cidadãos.

d) O **Núcleo de Recursos Humanos** é responsável pela movimentação de servidores nos quadros das unidades dos Juizados Especiais, apresentando os números a seguir.

Processos Movimentações de Servidores (Relotação / Remoção / Permuta / Designação / Devolução / Nomeação Cargo Comissionado / Designação Função Gratificada)	29
Processos Referentes a Portarias de Substituição	87
Processos Férias e Licença-Prêmio	59
Processos Abono de Faltas e Folgas (Art. 118, Lei nº 6.677/94 / Folga TRE / Folga Plantão Recesso Judiciário)	48
Processos Licença Tratamento de Saúde / Atestados Médicos	41
Processos Matérias Diversas	38
Total de Processos	302
Portarias Designação de Servidores	24

Além da movimentação de servidores, o Núcleo de Recursos Humanos é responsável por acompanhar a Tabela Lotação Paradigma, no âmbito dos Juizados Especiais, solicitando os ajustes necessários de acordo com as demandas de pessoal técnico das unidades judiciárias.

Sobre a lotação de servidores de origem “Cliente Q” (Juizados Especiais), apresentamos o seguinte cenário:

Quantitativo total de servidores Cliente Origem “Q” ativos	1806
Quantitativo de servidores Cliente Origem “Q” ativos lotados nos Juizados Especiais	917
Quantitativo de servidores Cliente Origem “Q” ativos lotados fora dos Juizados Especiais	889
Quantitativo de servidores Cliente Origem “Q” ativos exercendo Cargos Comissionados (TJ-FC)	313
Quantitativo de servidores Cliente Origem “Q” ativos exercendo Funções Gratificadas (TJ-FC)	125
Quantitativo de servidores Cliente Origem “Q” ativos à disposição de outros Poderes ou Órgãos	15

e) O **Núcleo de gestão de juízes leigos e conciliadores** atuou na fiscalização das atividades concernentes aos auxiliares da justiça, em especial as necessidades de nomeação, designação, cooperação, desligamento e afastamento temporário. Além disso, responde, diariamente, às consultas e às dúvidas de atuação dos juízes leigos e dos conciliadores, bem como os recebe, presencialmente, após o ato de posse. Sobre o quantitativo de expedientes e atos normativos, apresentamos o panorama a seguir:

Portarias	Designações	Desligamentos	Cooperações	Revogações	Afastamentos	Relotações	Nomeações	Empossados	F. Lista	Renúncia
Juiz Leigo (Capital)	8	11	11	2	1	16	5	7	0	2
Conciliador (Capital)	11	8	39	1	4	2	10	10	5	1
Juiz Leigo (Interior)	2	10	53	3	1	1	10	2	1	0
Conciliador (Interior)	20	10	110	3	0	1	33	20	3	0
Total de Portarias	322									

f) O Núcleo de Distribuição Judicial realizou atendimentos e tratativas referentes a distribuições, devoluções e solicitações de informações de Cartas Precatórias no âmbito dos Juizados Especiais, bem como de outras movimentações processuais, apresentando os seguintes números:

E-Mail Malote/Plantão	1.294
E-Mail Distribuição	2.084
Malote Digital	698
Telefone	13
Pessoalmente	3
Informações	562
Processo	2.236
Desarquivamento	20
Total	6.910

g) O **Núcleo de Aparelhamento de Juizados** realizou ações voltadas ao acompanhamento e à melhoria da estrutura das Unidades Judiciárias. No início da gestão, as Unidades do Sistema dos Juizados Especiais foram instadas a apresentar eventuais problemas estruturais identificados. Nesse sentido, foi promovida a readequação estrutural no Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva, com a otimização do espaço físico disponível. Foram, ainda, realizadas reformas internas nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Sistema dos Juizados Especiais de Causas Comuns, bem como nas 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Varas do Sistema dos Juizados Especiais do Consumidor de Salvador.

h) O **EDEP/COJE** acompanhou a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) ocorrida em 27 de abril.

i) O **Núcleo de Suporte Operacional dos Juizados Especiais** (responsável pela implementação dos projetos voltados aos Sistemas Projudi e Pje) desenvolveu soluções de Inteligência Artificial, automações e melhorias de fluxos processuais, assim como atuou nos constantes diálogos com magistrados, servidores e auxiliares da justiça, além de outros Tribunais, a fim de coletar dados e compartilhar as novas tecnologias. A seguir, destacamos as mais relevantes.

Portarias	Designações
01	Integração do Sistema PROJUDI ao Sistema AUDIN, ferramenta do TJBA voltada à gestão de audiências judiciais, com funcionalidades para realização de audiências virtuais, gravação, transcrição automática e utilização de inteligência artificial atinente à geração de resumos e à otimização das rotinas processuais. Projeto-piloto implantado na 16ª VSJE do Consumidor, atualmente em fase de aprimoramento para futura ampliação às demais unidades judiciais.
02	Auxílio na elaboração dos manuais para o sistema de cálculos Laura, ferramenta de cálculos judiciais do TJBA, integrada ao PROJUDI e ao PJe, que auxilia magistrados e servidores na elaboração automatizada de cálculos processuais e custas judiciais.
03	Disponibilização, no PROJUDI, do peticionamento intermediário diretamente pelas partes do tipo pessoa física (jus postulandi).
04	Aprimoramento do Sistema Tanderá, com cadastramento de novos parâmetros, proporcionando maior precisão na identificação de possíveis demandas predatórias e litigância abusiva.
05	Levantamento de requisitos para criação dos fluxos no e-PROC, destinados aos Juizados Especiais da Fazenda Pública e à 6ª Turma Recursal, visando eventual implantação do sistema nessas unidades judiciais.
06	Implantação, no PROJUDI, de novo fluxo de recepção, pela secretaria, de documentos assinados pelo magistrado para encaminhamento, com elaboração de material explicativo.
07	Implantação de nova tela de redistribuição no PROJUDI, destinada aos Juizados e às Turmas Recursais, em conformidade com os requisitos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs).
08	Implantação, no PROJUDI, do novo fluxo de sobrestamento, suspensão e dessobrestamento de processos, em conformidade com as exigências estatísticas do CNJ.
09	Elaboração de vídeos didáticos relacionados ao sobrestamento de processos, visando orientar magistrados e servidores quanto à correta utilização das funcionalidades do PROJUDI e à adequada aplicação das regras das TPU's.
10	Atualização do site corporativo com estatísticas mensais de produtividade de servidores, magistrados, Turmas Recursais e atermações, bem como disponibilização de acesso às publicações no Diário da Justiça.
11	Criação e implementação de relatório de produtividade da Ouvidoria no BI da COJE, com automação da geração de gráficos e listas por período mensal e por servidor.
12	Criação de dashboard (painel gerencial) no BI contendo as principais consultas e os indicadores da Ouvidoria da COJE.
13	Solicitação de implementação, no Sistema Novo Exaudi, de relatórios gerenciais voltados à identificação de acervo processual crítico, em conformidade com os requisitos da Portaria CNJ nº 471/2025 e com as metas do Prêmio CNJ de Qualidade 2026.
14	Auxílio técnico na elaboração do relatório de produtividade dos servidores para o novo Exaudi.
15	Realização de auditorias nos sistemas judiciais para fundamentar processos administrativos envolvendo a atividade de servidores, juízes leigos e conciliadores.
16	Desenvolvimento de especificação técnica do Sistema Validador TPU/CNJ, voltado à validação institucional das Tabelas Processuais Unificadas mediante a comparação entre os dados locais do Tribunal e a base oficial do CNJ. A ferramenta gera diagnósticos de conformidade, recomendações operacionais e artefatos de apoio para auditoria e adequação sistêmica das TPU's.
17	Conclusão do Projeto de Inovações Tecnológicas da COJE, com a entrega do seu último produto: o julgamento temático no PROJUDI. A solução implementada permite a realização de buscas textuais em petições iniciais, proporcionando maior eficiência na localização, na análise e na categorização de processos.
18	Implantação de automação nos Juizados da Fazenda Pública de Salvador, voltada à evolução automática de fases processuais, resultando na movimentação automatizada de, aproximadamente, 4.200 processos.

19	Realização de acompanhamento próximo das unidades judiciárias, mediante atuação presencial, atendimento telefônico, suporte por e-mail e mensagens via WhatsApp, garantindo suporte contínuo e ágil. No período, analisaram-se problemas e oportunidades de melhoria nas unidades, com proposição e implementação de soluções voltadas ao aprimoramento das funcionalidades e à otimização dos fluxos processuais.
20	Realização de triagem processual nos Juizados da Fazenda Pública, com o objetivo de auxiliar as unidades na identificação e na organização de processos por tema, de modo a contribuir para uma melhor gestão do acervo processual e para iniciativas de julgamento temático e priorização de demandas.
21	Realização de atividade específica junto à 6ª Turma Recursal, voltada à localização e à organização de processos suspensos, por tema, para viabilizar seu adequado encaminhamento.
22	Prestação de suporte operacional e negocial aos dashboards de BI da ferramenta Qlik Sense e aos Sistemas PROJUDI, PJe 1º e 2º Graus, BRB Jus, EXAUDI, Central de Agendamento, AUDIN, Laura, Ouvidoria COJE, Gestão de Juiz Leigo e Conciliador, bem como suporte operacional aos Sistemas Balcão Virtual, LifeSize, SEI, SOJ, Domicílio Judicial Eletrônico e Diário da Justiça Eletrônico Nacional, além de suporte e manutenção do site dos Juizados Especiais.
23	Publicação da produtividade dos juízes leigos; do relatório de atermação de queixas geradas nos Juizados Especiais Cíveis de Apoio; dos dados de distribuídos, julgados, baixados e acervo das Turmas Recursais; do quantitativo de pré-análises de conclusões realizadas pelos assessores de magistrados nas Turmas Recursais e nas Varas do Sistema dos Juizados Especiais; dos relatórios gerenciais dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado da Bahia; do quantitativo de atos realizados pelos secretários nas Varas do Sistema dos Juizados Especiais; e do quantitativo de movimentações realizadas pela secretaria, pelos servidores e pelos assessores das Turmas Recursais.
24	Manutenção do Sistema JudClean, automação destinada à eliminação de tarefas que perderam o objeto na secretaria do PROJUDI, com a remoção, no período, de mais de 165 mil lembretes de decurso de prazo em processos com registro de movimentação.
25	Participação no EPPE (Colegiado de Escritórios de Projetos do TJBA), na Comissão de Transparência do TJBA e em Grupo de Trabalho de Qualidade de Dados, bem como prestação de suporte técnico ao Conselho Superior dos Juizados.

j) O **Núcleo de Saneamento da COJE** atuou em 12 unidades judiciárias dos Juizados Especiais, na capital e no interior, durante os primeiros 100 dias de gestão, com a seguinte sistemática: escolha da unidade judiciária; análise do acervo processual existente nas Unidades Judiciárias, com a elaboração de pré-análises e com movimentações processuais; e acompanhamento, em conjunto com os servidores, do desempenho das secretarias e da prestação jurisdicional, bem como do cumprimento das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça.

A partir desse fluxo de trabalho, o Núcleo obteve a seguinte produtividade nos Sistemas PROJUDI e Pje:

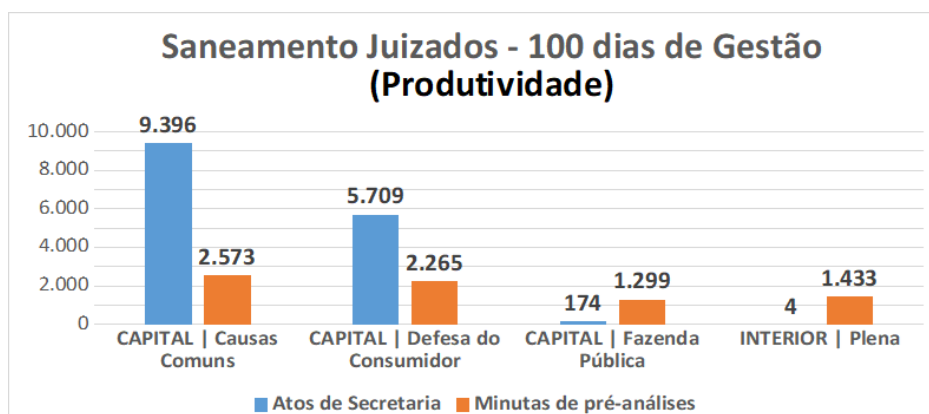
Unidades Saneadas	12
Total de movimentações processuais e minutas de pré-análises	22.853
Movimentações processuais diversas (Atos de Secretaria) Alvarás expedidos	15.283 546
Minutas de pré-análises Sentenças de mérito: 3.592 Embargos de Declaração: 284 Sentenças homologatórias: 40 Sentenças extintivas: 603 Liminares: 35 Despachos/decisões: 3.016	7.570

Para essas atividades, foi confeccionado um formulário contendo as matérias controvertidas mais recorrentes em sede de Juizados Especiais, a fim de que os magistrados das unidades judiciárias em saneamento indiquem seu posicionamento, por meio de um banco com modelos de minutas de sentenças, agrupadas por temas e, também, por unidade judiciária. Desse modo, é possível uniformizar as decisões e garantir a segurança jurídica.

4. INDICADORES

A seguir, serão apresentados alguns indicadores gráficos das atividades realizadas pelos Núcleos da COJE, bem como a balança judiciária dos Juizados Especiais da Bahia.

Saneamento



Juiz Leigo e Conciliador

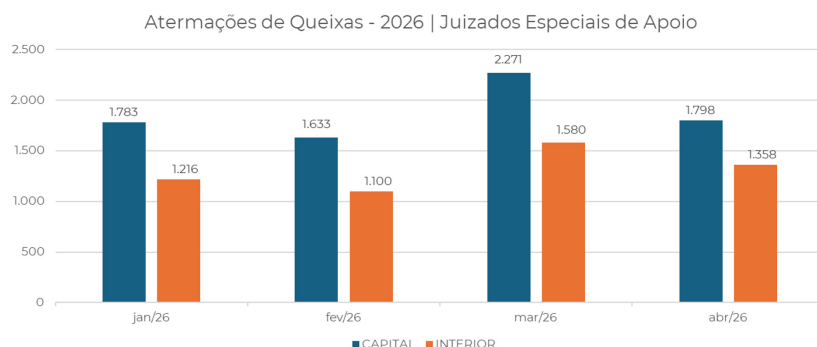
Quantitativo de nomeações

JUIZ LEIGO (CAPITAL)	5
JUIZ LEIGO (INTERIOR)	10
TOTAL JUIZ LEIGO	15
CONCILIADOR (CAPITAL)	10
CONCILIADOR (INTERIOR)	33
TOTAL CONCILIADOR	43
TOTAL AUXILIARES DA JUSTIÇA	58

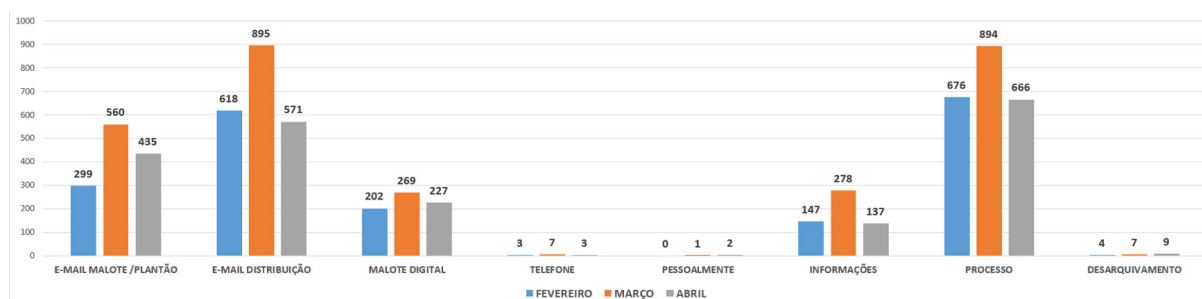
Quantitativo de auxiliares da justiça em exercício

JUIZ LEIGO	307
CONCILIADOR	316
TOTAL	623

Serviço de Apoio Judiciário (SAJ)

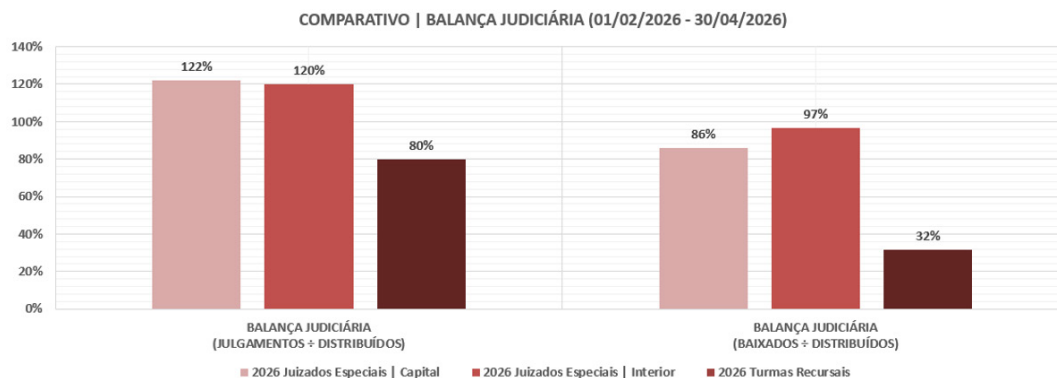


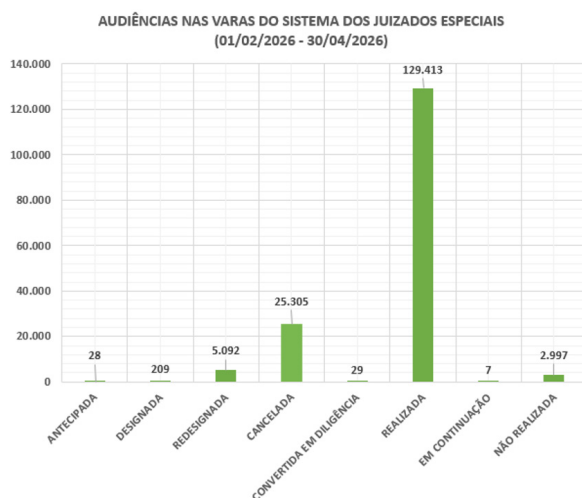
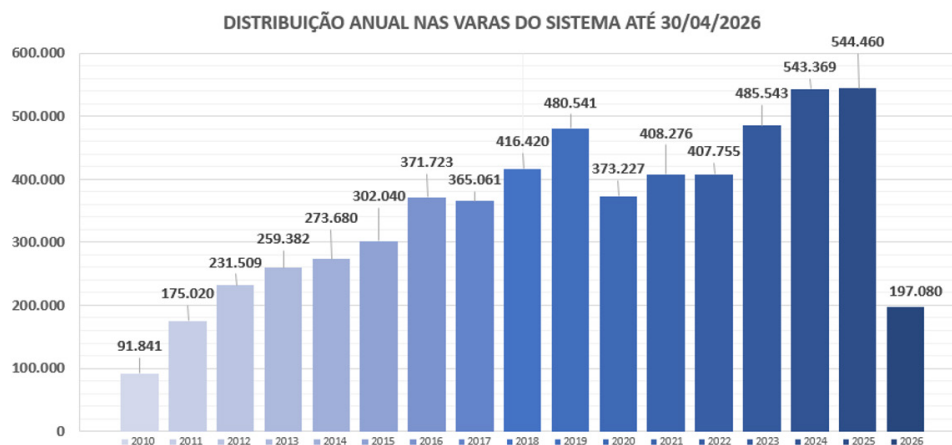
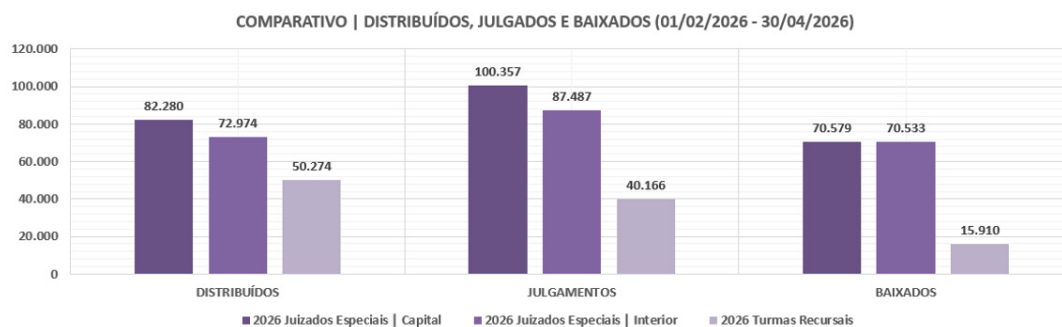
Núcleo de Distribuição



Balança Judiciária das Varas do Sistema dos Juizados Especiais

No âmbito do Sistema dos Juizados Especiais, são 43 unidades judiciárias localizadas na Comarca da Capital (37 unidades monocráticas distribuídas por competências e 6 Turmas Recursais); 21 Serviços de Apoio Judiciário (SAJs) na Capital e no Interior; 62 Varas dos Juizados Especiais no Interior do Estado e 186 Juizados Especiais Adjuntos que englobam as competências Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública. A seguir, apresenta-se a balança judiciária dos 100 (cem) primeiros dias de gestão, comparativo de processos distribuídos, julgados e baixados, histórico de distribuição, além do quantitativo de audiências e dos acordos realizados.





5. REUNIÕES

O Coordenador dos Juizados Especiais participou de diversas reuniões com algumas instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia; com magistrados, servidores, advogados, núcleos e órgãos internos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; e com entidades do setor privado. Ao total, foram mais de 20 reuniões até o dia 30 de abril de 2026, dentre elas encontro com o Conselho Superior dos Juizados Especiais, o NUPEMEC e o NUCOF, além de Reunião de Análise da Estratégia (RAE).

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA



1. APRESENTAÇÃO

A Chefia de Gabinete da Presidência (CGPRES) atua no assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com foco na organização do expediente administrativo da Presidência; na articulação entre unidades internas, órgãos externos e instituições integrantes do sistema de justiça, a exemplo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE); na produção de minutas; e no acompanhamento de atos e processos submetidos à deliberação superior.

No campo normativo, a CGPRES desempenha papel relevante na revisão técnica de decretos, atos normativos, atos conjuntos e demais instrumentos administrativos submetidos à assinatura da Presidência, abrangendo tanto a revisão gramatical e redacional quanto a adequação à técnica legislativa própria do Poder Judiciário.

Nos primeiros 100 dias do biênio 2026-2028, sob a condução do Chefe de Gabinete da Presidência, Txapuã Menezes Magalhães, a unidade concentrou esforços na qualificação da tramitação processual no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), na revisão de fluxos internos, no suporte à produção normativa e no acompanhamento de demandas estratégicas relacionadas à gestão de pessoas, à transparência, a inspeções institucionais e à governança administrativa.

No particular, a gestão avançou na regulamentação de matérias relevantes de pessoal, com destaque para a atualização do procedimento de TJFG e FGTI; para a reorganização das designações e das substituições no Primeiro Grau; para a regulamentação da substituição em razão de licença-maternidade ou licença-adotante; e para a normatização das substituições administrativas dos cargos de direção e coordenação. Essas entregas reforçam a diretriz de conferir maior segurança procedimental, rastreabilidade, definição objetiva de responsabilidades e continuidade administrativa às rotinas funcionais submetidas à Presidência.

Ainda no eixo de gestão de pessoas, a CGPRES atuou na operacionalização dos atos de nomeação decorrentes do concurso público vigente, com análise individualizada das listas de classificação, modalidades de concorrência, unidades de destino e demandas encaminhadas à Presidência. A atuação observou a continuidade do fluxo de provimento voltado à priorização das unidades judiciárias de Primeiro Grau, sem desconsiderar a necessidade de reforço das unidades administrativas essenciais ao funcionamento institucional do Tribunal.

O relatório reúne as principais entregas, as iniciativas e os indicadores da CGPRES no período de 2 de fevereiro a 12 de maio de 2026, com abordagem que ultrapassa a simples quantificação de processos e documentos. Os dados extraídos do SEI são utilizados como indicadores de gestão, considerando que a classificação processual possui finalidade operacional e pode variar segundo a forma de autuação, registro ou movimentação adotada pelas unidades.

2. COMPETÊNCIAS, EQUIPE E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A CGPRES organiza sua atuação em frentes de trabalho que refletem as atividades efetivamente desempenhadas pela unidade. A estrutura combina assessoramento técnico, tramitação processual, publicação de atos, tratamento de demandas judiciais encaminhadas

pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), apoio normativo e análise de matérias jurídico-administrativas de pessoal.

EQUIPE DA CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A composição da equipe reflete a atuação multidisciplinar da CGPRES, reunindo servidores, terceirizadas e estagiários responsáveis pelo suporte administrativo, pela análise processual, pela elaboração de minutas, pela publicação de atos, pelo atendimento institucional e pelo acompanhamento das demandas submetidas à Presidência.

Txapuã Menezes Magalhães Chefe de Gabinete da Presidência		
Adenires Rocha Figueredo de Sena Analista Judiciária	Cláudia Cristina Rocha Machado Ferri Assessora	Elisângela Borges Santana Chefe de Seção
José Augusto Ferreira Pereira Técnico de Nível Médio	Júlia Duarte Di Tullio Analista Judiciária – Área Administrativa	Maria do Carmo Seixas Dourado Analista Judiciária
Rafaela Ravena de Almeida Moura Assessora Técnica	Sebastião de Sá Teles Secretário / Assessor Administrativo	Tamires da Silva Macedo Analista Judiciária – Área Administrativa
Tatiane da Silva Gonçalves Chefe de Serviço	Tatiane Richlinde de Souza Mezzedimi Atendente Judiciário	Viviane Souza Chaves Assessora
Cláudia Silva de Jesus Terceirizada	Daiana Batista Sena Terceirizada	Sarah Ramos Moura Dória Terceirizada
Jade Oliveira Aguiar de Souza Estagiária de Pós-Graduação	Felipe Azevedo Nascimento Pereira Estagiário de Nível Médio	

FRENTES DE ATUAÇÃO

Organização interna da CGPRES

Para fins de organização do relatório, as atividades foram agrupadas por frentes de atuação, sem prejuízo da colaboração transversal entre os integrantes da unidade.

Núcleo	Descrição sintética	Principais atividades
Núcleo de Distribuição de Processos e Sistema de Atos Normativos	Organiza o fluxo interno de processos e apoia a alimentação do Sistema de Atos Normativos.	Distribuição interna; apoio à organização dos fluxos; e lançamento, revisão e alimentação de Atos Normativos Conjuntos e Decretos Judiciais.
Núcleo de Publicação	Atua na organização, na conferência e no encaminhamento de atos da Presidência e da CGPRES para publicação oficial.	Preparação de publicações; conferência; acompanhamento no DJE; certificação; e controle de atos publicados.

Núcleo PGE	Trata as demandas encaminhadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).	Ofícios da PGE; pedidos de informação; cumprimento de decisões judiciais; articulação com unidades internas; e controle de prazos.
Núcleo de Movimentação de Servidores e Concursos	Atua nas matérias funcionais submetidas à Presidência, especialmente provimento, movimentação e concursos.	Nomeações; exonerações; designações; funções gratificadas; concursos; final de fila; desistências; controles; e minutas.
Recepção e Secretaria	Presta suporte administrativo direto ao expediente da CGPRES.	Atendimento; e-mails institucionais; malote digital; abertura e encaminhamento de processos; e comunicação administrativa.
Assessoria Normativo-Administrativa	Elabora, revisa e acompanha atos normativos e processos administrativos de impacto institucional.	Minutas de decretos, atos normativos, despachos e decisões; análise de fluxos; inspeções; correções; e demandas institucionais.
Assessoria Jurídico-Administrativa	Analisa processos relativos ao reconhecimento, deferimento ou indeferimento de direitos pleiteados por servidores.	Minutas de decisões e despachos em matérias funcionais; vantagens; substituições; adicionais; indenizações; estabilidade; cessão; requisição; e temas correlatos.

3. OBJETIVOS TRAÇADOS

Nos primeiros 100 dias, a CGPRES concentrou sua atuação na revisão e na regulamentação de rotinas internas historicamente centralizadas na Chefia de Gabinete, especialmente em matérias funcionais submetidas à Presidência, bem como na avaliação técnico-legislativa das minutas de decretos, atos normativos e demais atos encaminhados pelas áreas demandantes.

O objetivo foi delimitar, com maior precisão, as atividades próprias da unidade, fortalecer a instrução técnica pelas unidades competentes, em especial a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), bem como preservar à CGPRES o papel de assessoramento à deliberação presidencial, análise estratégica, qualificação normativa das minutas e formalização dos atos submetidos à assinatura do Presidente.

Essa diretriz orientou a reorganização de fluxos relativos a designações, substituições, funções gratificadas e demais matérias funcionais sensíveis, além da qualificação das minutas normativas submetidas à Presidência, buscando conferir maior segurança procedimental, coerência normativa, rastreabilidade e definição objetiva de responsabilidades.

Objetivo	Diretriz prática
Delimitar a atuação da CGPRES	Diferenciar as atividades de assessoramento à Presidência da instrução técnica própria das unidades competentes.
Fortalecer a instrução técnica pela SEGESP	Reorganizar fluxos de movimentação, designação, substituição e demais matérias funcionais, com maior protagonismo da área de gestão de pessoas.
Qualificar o suporte à deliberação presidencial	Concentrar a atuação da CGPRES na análise estratégica, na consolidação de informações e na preparação dos atos submetidos à Presidência.

Aprimorar a produção normativa e a técnica legislativa	Avaliar, sob a perspectiva da técnica legislativa, as minutas de decretos, atos normativos e demais atos encaminhados pelas áreas de negócio à CGPRES, promovendo os ajustes necessários antes da disponibilização ao Presidente para assinatura.
Acompanhar demandas prioritárias	Atuar em processos estratégicos, especialmente aqueles vinculados ao CNJ, à PGE e a órgãos de controle.
Padronizar rotinas e reduzir retrabalho	Definir responsabilidades, conferir rastreabilidade aos atos e reduzir inconsistências na tramitação administrativa.

4. CGPRES EM NÚMEROS

Os indicadores abaixo sintetizam a movimentação processual e documental da CGPRES no período inicial da gestão, com destaque para o volume de documentos gerados e de processos com tramitação na unidade. Os dados foram extraídos do SEI até 11 de maio de 2026.

7.791 documentos gerados		4.085 processos com tramitação	
2.953 processos com andamento fechado	1.132 processos com andamento aberto		440 processos gerados

A produção documental evidencia o papel da CGPRES na rotina decisória, normativa e administrativa da Presidência, com destaque para a elaboração de folhas de informação, despachos, decisões, decretos, ofícios e documentos de apoio à tramitação processual.

Os dados, também, revelam a atuação da unidade na preparação de atos presidenciais e na organização das providências necessárias à deliberação superior.

PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO PERÍODO

Documentos registrados no SEI

2.265 Folhas de Informação	2.001 Despachos CGPRES	1.154 Decretos Presidente
826 Decisões Presidente	715 Folhas de Informação CGPRES	422 E-mails
118 Ofícios	86 Decretos Judiciais numerados	7 Atos Normativos Conjuntos

Nota de leitura: os dados foram agrupados por natureza documental, conforme classificação extraída do SEI em 11/05/2026, às 17h24, considerando a segregação inicial de tipos documentais no sistema.

ATENDIMENTO, COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E EXPEDIENTE

Indicadores complementares ao fluxo processual registrado no SEI

Além da tramitação processual e da produção documental registrada no SEI, a CGPRES mantém fluxo contínuo de comunicação institucional, atendimento ao público interno e externo, recebimento de demandas por e-mail, malote digital, ligações e atendimentos presenciais. Esses dados complementam os indicadores processuais e evidenciam a atuação cotidiana da unidade como ponto de articulação, triagem, orientação e encaminhamento de demandas dirigidas à Presidência.

6.572 E-mails recebidos	6.300 E-mails enviados
33 Malotes Digitais	571 Ligações atendidas pelo Núcleo de Recepção e Secretaria
160 Atendimentos presenciais realizados pela CGPRES	138 Atendimentos realizados pelo Chefe de Gabinete

5. EIXOS DE ATUAÇÃO

A partir das atividades desempenhadas nos primeiros 100 dias, a atuação da CGPRES pode ser sintetizada em quatro eixos principais, que organizam as entregas da unidade por natureza da demanda e finalidade institucional.

Eixo	Atuação	Descr
1	Gestão de Pessoas e Provimento da Força de Trabalho	Acompanhamento de nomeações e designações; movimentação funcional; provimento de cargos efetivos; Assistentes Técnicos de Juiz; atualização do PCCV; e demais matérias estratégicas relacionadas à força de trabalho do Poder Judiciário.
2	Produção Normativa e Técnica Legislativa	Elaboração e revisão de atos destinados à uniformização de procedimentos; organização de competências; e segurança dos fluxos internos.
3	Governança Administrativa e Fluxos da Presidência	Organização de rotinas no SEI; distribuição interna de processos; publicação de atos; interlocução com unidades; e padronização de procedimentos.
4	Subsídios a Demandas Institucionais e Órgãos de Controle	Prestação de informações, quando demandada, no tocante a matérias sob condução ou acompanhamento da CGPRES, com vistas a subsidiar a Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais (AEP II), quanto à instrução de respostas institucionais do TJBA perante o CNJ, os órgãos de controle e as demais instâncias externas. A atuação inclui informações sobre concursos, gestão de pessoal e eventual judicialização da matéria, a partir das comunicações encaminhadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) à Presidência.

Como desdobramento do Eixo 4, apresenta-se, em destaque próprio, o fluxo de tratamento das demandas encaminhadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), considerando a atuação da CGPRES na triagem, na articulação interna, no acompanhamento de prazos e na consolidação de informações necessárias à resposta institucional ou ao cumprimento de decisões judiciais.

DEMANDAS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

Destaque complementar ao Eixo 4

Quantidade	5 Ofícios à PGE (solicitação de orientação)	133 Pedidos de informações tratados	128 Demandas relacionadas ao cumprimento de decisões judiciais
Atuação da CGPRES	Solicitação de orientação jurídica à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) quanto ao cumprimento de decisões judiciais dirigidas à Presidência, especialmente em situações que demandavam esclarecimento sobre o alcance da determinação ou a orientação institucional diante de eventual impossibilidade de cumprimento.	Articulação com unidades internas para levantamento de subsídios destinados à defesa judicial ou à resposta institucional.	Comunicação às unidades responsáveis, acompanhamento das providências administrativas e consolidação do retorno à PGE.

O acompanhamento dos Ofícios encaminhados pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) constitui frente relevante da atuação da Chefia de Gabinete da Presidência (CGPRES) no atendimento a demandas institucionais e no suporte ao cumprimento de determinações judiciais submetidas à Presidência.

A atividade compreende a triagem qualificada da demanda, a identificação da unidade administrativa competente, o controle de prazos, a articulação interna para a obtenção de subsídios técnicos e a consolidação das informações necessárias à resposta institucional. Nas hipóteses de cumprimento de decisão judicial, a atuação da CGPRES contribui para conferir rastreabilidade às providências adotadas e para assegurar a adequada comunicação entre a Presidência, a PGE e as unidades envolvidas.

FLUXO DE TRATAMENTO DAS DEMANDAS			
1 TRIAGEM Leitura inicial, identificação do objeto e verificação de prazo.	2 ENCAMINHAMENTO Remessa à unidade competente para manifestação técnica ou providência.	3 ACOMPANHAMENTO Controle da tramitação, prazos e retorno das informações solicitadas.	4 RESPOSTA Consolidação dos subsídios e adoção da providência institucional cabível.

DEMANDAS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

As entregas abaixo representam iniciativas concluídas ou em desenvolvimento com maior impacto institucional, especialmente nas frentes de gestão funcional, produção normativa, transparência, atendimento a órgãos de controle e articulação estratégica da Presidência.

Entrega	Síntese
Gestão de nomeações e provimento de pessoal	Acompanhamento de nomeações, cargos, funções, designações, movimentação de servidores e matérias funcionais de maior impacto para a força de trabalho.
Atualização do procedimento de TJFG e FGTI	Decreto Judiciário nº 162/2026, com revisão do fluxo documental, tramitação via SEI e atuação da SEGESP e da CGPRES.
Reorganização de designações e substituições no Primeiro Grau	Ato Normativo Conjunto nº 15/2026, com centralização da análise na Presidência e transição do modelo de referendo para análise de conformidade e conveniência.
Grupo de Trabalho do PCCV	Decretos Judiciários nº 181/2026 e nº 189/2026, com instituição e composição do Grupo de Trabalho.
Inspeção CNJ	Coleta, organização e consolidação de informações da Presidência; matriz de responsabilidade; publicação da Portaria CN-CNJ nº 12/2026; e preenchimento do formulário.
Ranking da Transparência CNJ	Apoio à SGP na frente de atos normativos, com auditoria interna, revisão de vigência, atualização do Sistema de Atos Normativos e padronização/manual interno de lançamento.
Projeto NEXUS	Atuação do Chefe de Gabinete como Coordenador Executivo da temática Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, vinculada à Resolução CNJ nº 219/2016, com elaboração de Plano de Ação para cumprimento das balizas previstas na referida Resolução.
Substituição em razão de licença-maternidade ou licença-adotante	Decreto Judiciário nº 597/2026, que autorizou a designação de substituto para cargo comissionado ocupado por servidora afastada em licença-maternidade ou licença-adotante, assegurando continuidade do serviço e proteção institucional à maternidade.
Normatização das substituições administrativas	Decreto Judiciário nº 598/2026, com regulamentação das substituições administrativas dos cargos de direção e coordenação; distinção entre designação formal e efetivo exercício da substituição; definição de responsabilidades; e fortalecimento da rastreabilidade dos atos.

PROVIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Destaque complementar à entrega

73 nomeações decorrentes do concurso público	96 Assistentes Técnicos de Juiz nomeados
A nomeação de candidatos aprovados em concurso público exige análise individualizada e manual da situação de cada cargo, candidato, lista de classificação, heteroidentificação, modalidade de concorrência, macrorregião, unidade de destino e eventuais inclusões decorrentes de decisão judicial. A atividade envolve, ainda, contato com candidatos para confirmação de interesse, cotejo com a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), informações da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) e demandas encaminhadas por unidades judiciárias e administrativas.	

CARGOS CONTEMPLADOS NAS NOMEAÇÕES DO CONCURSO

35 Subescrivão 48% do total	14 Escrevente de Cartório 19% do total	7 Contador 10% do total	17 Demais cargos 23% do total
Leitura sintética: maior concentração em cargos de apoio direto às unidades judiciárias, com reforço complementar em áreas técnicas e especializadas.			

Código	Cargo	Ocorrências	Representatividade
A	Subescrivão	35	48% ■■■■■■■■
T	Escrevente de Cartório	14	19% ■■■■■■■■
H	Contador	7	10% ■■■■■■■■
B	Oficial de Justiça Avaliador	6	8% ■■■■■■■■
O	Médico	3	4% ■■■■■■■■
D	Técnico de Nível Superior	3	4% ■■■■■■■■
C	Técnico Jurídico	2	3% ■■■■■■■■
N	Jornalista	1	1% ■■■■■■■■
P	Pedagogo	1	1% ■■■■■■■■
Q	Psicólogo	1	1% ■■■■■■■■
TOTAL		73	100%
Nota de leitura: a tabela considera, exclusivamente, as 73 nomeações decorrentes do concurso público vigente. As 96 nomeações de Assistentes Técnicos de Juiz permanecem demonstradas como indicador próprio.			

6. PROJETOS E INICIATIVAS DESENVOLVIDAS

As iniciativas e os projetos relacionados a seguir detalham as principais frentes acompanhadas pela CGPRES no período, indicando o escopo da atuação, o produto entregue ou em desenvolvimento e a situação atual de cada demanda.

Projeto / iniciativa	Entrega ou escopo	Situação
Regulamentação de FC/FG	Atualização do procedimento para designação de servidor efetivo para TJ-FG e FGTI, com definição documental, tramitação pelo SEI e conferência pela SEGESP.	Concluída
Normatização das substituições administrativas dos cargos de direção e coordenação	Regulamentação das substituições administrativas dos cargos de direção e coordenação, com distinção entre designação formal e efetivo exercício da substituição, definição de responsabilidades e rastreabilidade dos atos.	Concluída
Substituição de servidoras em licença-maternidade ou licença-adtante	Regulamentação da designação de substitutos para cargos comissionados ocupados por servidoras afastadas em razão de licença-maternidade ou licença-adtante, com definição de requisitos, autoridade indicante e análise pela CGPRES.	Concluída

Designações e substituições	Reorganização do fluxo de análise de portarias de designação e substituição de servidores no Primeiro Grau, com previsão de decreto regulamentador específico.	Concluída / em regulamentação
Atualização do GT	Acompanhamento da instituição e composição do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de proposta de novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, com participação da CGPRES em razão da interlocução contínua com as entidades de classe. O controle institucional dos agrupamentos, das comissões, dos comitês e dos grupos de trabalho do TJBA permanece sob responsabilidade da AEP II.	Em andamento

7. AGENDA INSTITUCIONAL

A atuação da Chefia de Gabinete da Presidência, também, se desenvolve por meio da participação do Chefe de Gabinete em reuniões, alinhamentos e compromissos institucionais voltados à articulação administrativa e estratégica da Presidência.

As imagens reunidas nesta seção têm caráter exemplificativo e registram alguns momentos representativos do período. Considerando que nem todas as reuniões institucionais são fotografadas, os registros não esgotam a atuação da unidade, servindo apenas como apoio visual à memória institucional das atividades desenvolvidas.



Reunião GT Lei Organização Judiciária (10/04/2026)



Reunião Grupo de Trabalho das Câmaras Cíveis (16/04/2026)



Visita Institucional - Representantes da Suzano S.A-Celulose à Presidência (23/04/2026)



34ª Reunião de Análise Estratégica (27/04/2026)



*Reunião na Presidência Com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ
(04/05/2026)*



*Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Câmaras Cíveis apresenta
ao Presidente o resultado dos trabalhos (07/05/2026)*



Reunião com GT PCCV (30/03/2026)

8. CONCLUSÃO

Em síntese, as entregas da CGPRES concentraram-se na reorganização de fluxos funcionais, na qualificação técnico-legislativa das minutas submetidas à Presidência, no acompanhamento de demandas institucionais relevantes e na estruturação de iniciativas voltadas à transparência, à gestão de pessoas e à priorização do Primeiro Grau de Jurisdição.

Os primeiros 100 dias da Gestão 2026-2028 demonstram a atuação transversal da CGPRES no suporte à Presidência, com ênfase na definição de responsabilidades, na segurança dos fluxos administrativos, no tratamento de demandas sensíveis e na consolidação de instrumentos de controle e padronização interna.

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria Jurídica da Presidência — especialmente após a reestruturação administrativa implementada pela Lei Estadual nº 15.128, de 18 de março de 2026, que criou o cargo de Assessor Jurídico Chefe — passou a atuar de forma mais efetiva na assistência direta ao Presidente nos processos judiciais e administrativos de sua responsabilidade, seja naqueles em que atua por competência regimental, seja nas demandas em que figura como autoridade coatora.

Além disso, a unidade atua na recepção e no direcionamento das comunicações e dos pedidos de informações do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e de outros Tribunais, pelo malote digital, pelo e-mail ou por meio físico.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

Tomando por base o Plano de Gestão do Biênio, a unidade buscou alcançar maior controle dos fluxos judiciais e administrativos do Gabinete da Presidência, colaborando na atuação preventiva de demandas sensíveis à administração do Tribunal, em constante comunicação com os demais setores técnicos da Administração e em conjunto com a defesa exercida pela Procuradoria do Estado da Bahia.

3. AÇÕES

Até o momento, diversas reuniões com a Procuradoria do Estado da Bahia foram realizadas, incrementando o diálogo e aprimorando as estratégias de defesa da instituição. As iniciativas firmadas estão em andamento e fazem parte da nova roupagem da assessoria jurídica, tais como: o robustecimento das informações prestadas nas ações judiciais; o controle do acervo da Presidência; o acompanhamento das sessões de julgamento do Tribunal; o auxílio na identificação dos temas para apreciação conjunta pelos Órgãos Colegiados; e a colaboração com o órgão de defesa do Estado.



(Reunião com a Procuradoria do Estado da Bahia - 7 de maio de 2026)

A unidade, mediante a Assessora Jurídica Chefe, participou da Reunião Inicial do Presidente com os Juízes Assessores e Secretários, em 9 de fevereiro; da Reunião de Apresentação do Novo Exaudi, em 6 de março; da Abertura da Inspeção do CNJ, em 6 de abril; da Caravana Nacional da Cooperação Judiciária (CNJ), Combate à Litigância Abusiva, em 13 de abril; da 34ª Reunião de Análise Estratégica, em 27 de abril; e da Abertura da III Jornada de Prevenção ao Assédio, em 8 de maio.



(34ª Reunião de Análise Estratégica, RAE).

Desde o início da gestão, foram coletados os seguintes dados de produtividade no setor:

- acompanhamento de 18 sessões de julgamento (Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho da Magistratura);
- elaboração de 50 informações em processos judiciais;
- minutas de 57 despachos, 69 decisões e 27 acórdãos nos Sistemas PJe-2G e PJeCOR;
- distribuição de 96 novos processos nos Sistemas PJe-2G e PJeCOR, bem como arquivamento de 65 processos;
- leitura de 488 malotes digitais e geração de 298;
- existência de 15 expedientes, no Sistema SEI, em tramitação na unidade. No período de 100 dias, foram recebidos 844, gerados 383 e concluídos 682 expedientes na unidade (GPRES).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de 100 dias de Gestão da Secretaria de Administração (SEAD), biênio 2026-2028, visa apresentar os principais avanços institucionais, as ações implementadas, os resultados alcançados e as diretrizes estratégicas adotadas no início da gestão.

A Secretaria de Administração (SEAD) é o órgão responsável por coordenar, executar e controlar as atividades de apoio administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, abrangendo áreas estratégicas como serviços gerais, suprimento e patrimônio, engenharia e arquitetura.

Sua estrutura organizacional é composta pelo Gabinete (Assessoria Técnica) e pelas Diretorias de Serviços Gerais (DSG), de Suprimento e Patrimônio (DSP) e de Engenharia e Arquitetura (DEA), responsáveis pela execução integrada das políticas administrativas.

Este relatório consolida os principais resultados e os avanços obtidos nos primeiros 100 dias de gestão, evidenciando o compromisso da Secretaria de Administração com a eficiência, a transparência e a melhoria contínua da gestão pública.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

- Fortalecer a governança administrativa e os mecanismos de controle institucional.
- Modernizar processos, fluxos e ferramentas de gestão.
- Ampliar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados.
- Implantar soluções tecnológicas de controle e monitoramento.
- Promover sustentabilidade e racionalização de recursos.
- Padronizar procedimentos administrativos, assegurando segurança jurídica.
- Promover a modernização e a requalificação dos espaços físicos do TJBA.
- Aperfeiçoar os mecanismos de governança, fiscalização e controle dos contratos administrativos, consoante a Lei nº 14.133/2021.
- Fortalecer a capacidade técnica das Unidades Gestoras descentralizadas, com apoio direto e instrumentos orientativos.
- Modernizar a frota institucional e a gestão de mobilidade corporativa, com foco em eficiência e sustentabilidade.

3. AÇÕES EM ANDAMENTO OU CONCLUÍDAS

3.1 Gabinete da SEAD (Assessoria Técnica)

- Reorganização de fluxos administrativos e padronização de processos.
- Gestão e acompanhamento de projetos estratégicos institucionais.
- Planejamento das reformas e das mudanças do Complexo TJBA.
- Mapeamento da Gestão de Risco.
- Plano de Logística Sustentável: fomento de uso sustentável de recursos naturais, gestão de resíduos e controle das emissões de carbono.
- Plano de Descarbonização: monitoramento do uso de veículos e do consumo de combustíveis, água encanada e energia elétrica e fotovoltaica.
- Transparência Institucional: acompanhamento do que se refere às informações administrativas.
- Implantação do Módulo de Atas de Registro de Preços no ContratosGov.
- Implementação da Ferramenta de Controle de Terceiros que apoia a fiscalização contratual.
- Gestão do Projeto do Controle de Acesso.
- Gestão do Projeto de Videomonitoramento institucional.

3.2 Diretoria de Serviços Gerais (DSG)

3.2.1 Coordenação de Serviços Auxiliares (CSERV)

- Formalização de novos contratos e aditivos voltados à continuidade operacional dos serviços essenciais.
- Condução de processos de repactuação econômico-financeira, assegurando equilíbrio contratual e estabilidade da execução.
- Instauração de processos apuratórios atinentes à responsabilização administrativa de fornecedores, reforçando cultura de conformidade.
- Redistribuição estratégica das carteiras de fiscalização, considerando complexidade contratual, número de postos e criticidade operacional.
- Ampliação do quadro de servidores designados à fiscalização, fortalecendo a capacidade de acompanhamento técnico.

- Implantação progressiva de listas digitais de imperfeições contratuais.
- Estruturação de modelos padronizados de DFD, ETP e matriz de riscos, alinhados à Lei nº 14.133/2021.
- Fortalecimento do uso do sistema ContratosGov como instrumento gerencial.
- Processos licitatórios estruturantes em andamento referentes à renovação e à modernização dos contratos de portaria, limpeza institucional, vigilância patrimonial, apoio operacional, movimentação de bens e soluções especializadas de monitoramento e videomonitoramento.

3.2.2 Coordenação de Transporte (CTRAN)

- Encerramento planejado de contratos emergenciais.
- Execução estruturada dos novos contratos de frota institucional.
- Incorporação de 191 novos veículos à operação administrativa e institucional.
- Renovação da frota executiva, administrativa e operacional.
- Fortalecimento dos controles sobre abastecimento, manutenção, diárias e utilização operacional.
- Implantação de monitoramento operacional em tempo real.
- Início da estruturação de sistema informatizado integrado de gestão de frota.
- Revisão dos critérios de designação operacional e mobilização logística.
- Aperfeiçoamento do controle de multas e sinistros.
- Implantação inicial de infraestrutura de apoio à mobilidade híbrida/elétrica, consoante diretrizes de sustentabilidade.
- Reativação de estruturas físicas de apoio operacional e melhoria das condições logísticas da unidade.

3.2.3 Coordenação de Unidades Descentralizadas (CDESC)

- Definição de fluxo mínimo documental para contratações e aquisições.
- Padronização da instrução processual eletrônica.
- Incentivo institucional ao uso do SIMPAS como ferramenta oficial de pesquisa de preços.

- Consolidação de banco estadual de fornecedores ativos.
- Formulação de cartilha institucional de pesquisa mercadológica.
- Fortalecimento dos controles preventivos sobre o fracionamento indevido de despesas.
- Apoio ao Programa Nacional de Transparência Pública.
- Estruturação de programa permanente de capacitação administrativa para as unidades gestoras.
- Fortalecimento do apoio técnico direto às comarcas.
- Implantação de novo modelo estadual de credenciamento para o fornecimento de alimentação às sessões do Tribunal do Júri.

3.2.4 Coordenação Gráfica (CGRAF)

- Produção de 446 mil impressos.
- Implantação da diretriz institucional de uso prioritário de papel reciclado.
- Padronização do portfólio gráfico institucional.
- Estruturação de modelo de aquisição por registro de preços.
- Desenvolvimento de sistema digital de controle de demandas.
- Criação de dashboards gerenciais de acompanhamento produtivo.
- Implementação do Projeto Ação Lona, iniciativa de economia circular com relevante impacto socioambiental.
- Fortalecimento da governança logística do Centro Logístico Mussurunga.
- Valorização institucional da produção técnica da unidade em agenda nacional de sustentabilidade do Poder Judiciário.

3.3 Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA)

3.3.1 Coordenação de Projetos Arquitetônicos (CPROJ)

- 317 projetos criados ou em andamento, dentre eles, de: alteração de layout; reformas de salas e gabinetes de desembargadores; acessibilidade; salas de Depoimento Especial; CEJUSCs; novos fóruns; estudos para expansão; e complementares (instalações elétricas), usinas fotovoltaicas, letreiros, plotagens, placas em geral, sinalização em braile.

3.3.2 Coordenação de Obras (COOBA)

- Elaboração do Plano de Obras Biênio 2026-2028 que contempla a construção de 11 novos fóruns (São Felipe, Catu, Teofilândia, Amargosa, Cândido Sales, Itanhém, Seabra, Itapicuru, Presidente Jânio Quadros, Lauro de Freitas e Simões Filho) e a reforma de 30 unidades.
- Construção de 3 novos fóruns em andamento: São Felipe (conclusão em junho/2026), Teofilândia (conclusão em dezembro/2026) e Catu (conclusão em fevereiro/2027).
- 27 intervenções de reformas concluídas, sendo 13 na capital e 14 no interior, sendo as de maior complexidade: Fórum de Pilão Arcado, Fórum de Sapeaçu, Fórum de Maragogipe, Fórum de Araci e Fórum de Buerarema.
- 6 reformas em andamento no interior: Fórum de Barra do Mendes, Fórum de Serra Dourada, Fórum de Iguaí, Fórum de Entre Rios, Fórum de Uauá e Fórum de Antas.
- Instalação de 4 plataformas elevatórias no Juizado de Itaberaba e nos Fóruns de Campo Formoso, Ruy Barbosa e Itaberaba; e mais 6 nos Fóruns de Candeias, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, São Sebastião do Passé, Itamaraju e Itapetinga.

3.3.3 Coordenação de Manutenção Predial (COMAN)

- 38 usinas fotovoltaicas em pleno funcionamento, que gerou economia de R\$ 361.127,17; 12 em implementação; e mais 12 com previsão de instalação até o final do biênio.
- Realização de mudança de demanda contratada na COELBA em 28 fóruns em andamento, gerando redução de custo de R\$ 696.857,46.
- Realização de estudo referente à implementação de tarifa branca para consumo de energia elétrica junto à Coelba nas unidades do TJBA do grupo B (grupo passível de utilizar tarifa branca) em comarcas iniciais e intermediárias, onde possuímos uma projeção de economia em torno de 17,90%, totalizando uma redução no gasto anual de R\$ 558.712,46.
- Tratativas junto à COELBA para a instalação de lâmpadas LED.
- Atendimento de 6.082 chamados de serviços elétricos, civis, hidráulicos, pintura, chaveiro, com vidros, carpintaria, gesso, serralheria, ar-condicionado, geradores, subestação, sistema a vácuo e transporte vertical, com uma média de atendimento de 61 chamados diários, com uma taxa de resolução de 94,95%.
- Supressão estratégica no contrato da empresa All Space gerando economia mensal de R\$ 26.944,97, totalizando R\$ 485.009,46 de economia prevista nos 19 meses remanescentes.
- Realização de aditivos de supressão e adição para ajuste de demanda administrativa no contrato da Narwal.

- Supressão estratégica no contrato Renovar Engenharia Ltda. gerando economia mensal de R\$ 19.246,71, totalizando R\$ 230.960,52 de economia anual.
- Prorrogação de prazos para os contratos de Refrigeração (Chiller e ARQ'TEC) e Sistema de Esgoto a Vácuo (CD), evitando a descontinuidade dos serviços.
- Aditivo de 3 meses com a Manutenção (Elevadores) para cobertura durante o trâmite de nova licitação.
- Economia total de R\$ 5.877,104,37.

Usinas Solares – Economia Direta	R\$ 2.889.017,36
Revisão de Demanda COELBA	R\$ 1.161.429,10
Supressão All Space	R\$ 510.536,27
Supressão Renovar	R\$ 384.934,20
Mudança para Tarifa Branca COELBA	R\$ 931.187,43
- Licitações em andamento: projetos arquitetônicos, estruturais e complementares; novo contrato de demanda para os 6 lotes; construção do novo Fórum de Seabra; manutenção em subestação e elevadores; sistema fotovoltaico; sistema a vácuo; nobreaks; e manutenção rotineira da capital.
- Estudo Técnico para construção dos novos Fóruns de Lauro de Freitas, Amargosa, Simões Filho, Presidente Jânio Quadros, Itapicuru, Candido Sales e Itanhém.

3.4 Diretoria de Suprimento e Patrimônio (DSP)

3.4.1 Coordenação de Compras (CCOMP)

- Instrução de 14 processos licitatórios, 27 dispensas de licitação, 12 renovações de atas de registro de preços e 3 processos de pedidos de adesão de atas de registro de preços.
- Gestão de 65 atas de registro de preços.
- Emissão de 133 Autorizações de Fornecimento de Material (AFMs), visando à aquisição de materiais para a reposição do estoque do Almoxarifado.
- Instrução de 51 processos administrativos para apuração e aplicação de penalidades.
- Revisão e aprimoramento dos termos de referência e especificações técnicas.
- Participação na implantação do módulo de Compras no sistema GEAFIN e na contratação/adesão do novo Sistema de Patrimônio.

3.4.1 Coordenação de Controle Patrimonial (COPAT)

- Realização de leilão de bens móveis inservíveis com 46 lotes e arrecadação de R\$ 192.623,00.

- Mapeamento das frentes de bens móveis e imóveis, identificação dos fluxos críticos, pontos de fragilidade e necessidades de padronização.
- Estruturação de procedimentos operacionais por tema: recolhimentos, plaquetas, tombamentos, depreciação, baixas, transferências, leilões, doações, cessões, vistorias e atualização cadastral.
- Revisão de fluxos de recolhimento, emplaquetamento, tombamento, baixas, transferências, leilões e doações, com foco em rastreabilidade e regularidade.
- Organização das frentes de cessões a terceiros, vistorias e cadastramento/atualização de imóveis.
- Formulação de política, controles e indicadores de sustentabilidade patrimonial, priorizando reaproveitamento interno, doações, destinação adequada e racionalização de estoques.
- Organização das cessões de imóveis, visando ao controle documental da vigência dos instrumentos, das obrigações correlatas e da vinculação entre uso do imóvel, situação jurídica e registro cadastral. A providência busca mitigar riscos de desatualização, ocupação sem aderência documental e perda de rastreabilidade.
- Adoção da diretriz de consolidação de base cadastral dos imóveis mais íntegra, apta a apoiar decisões administrativas, inventários, cessões, fiscalizações e prestação de contas. A atualização cadastral foi tratada como instrumento de governança, e não como mera rotina cartorial, dadas suas repercussões sobre controle, regularidade e planejamento;
- Realização do levantamento de imóveis para alienação.
- Tombamento de 798 bens permanentes.
- Recolhimento de 1.568 na capital e no interior, em parceria com a CODIS.
- Realização de inventários físicos na Presidência (espaço antigo), na Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), na Diretoria de Primeiro Grau (DPG), no Axélab, dentre outras unidades.

3.4.2 Coordenação de Distribuição (CODIS)

- Distribuição de mais de 4.000 itens de bens permanentes e 73.000 bens de consumo para atender às unidades da capital e do interior.
- Recolhimento de bens inservíveis no interior.
- Recolhimento de processos digitalizados pela UNIJUD.
- Adequação nos controles sistematizados de estoque.

- Realização de Inventário.
- Identificação de materiais obsoletos.
- Implementação de controle de entrada e saída no Almoxarifado.
- Avaliação da frota vinculada à Coordenação de Distribuição.
- Adequação dos pedidos de diárias para entrega de materiais no Interior.
- Padronização das rotinas operacionais.
- Aquisição de mobiliário em geral, visando à distribuição para novos fóruns a serem inaugurados, bem como a reformas e demais atendimentos.
- Recuperação e reintegração de bens para redistribuição.
- Uso de política reversa na gestão de resíduos e descartes.
- Apoio logístico às unidades judiciárias nas entregas de bens móveis e nas mudanças.

4. PROJETOS DESENVOLVIDOS

4.1 Além das Barreiras

- Unidade Demandante: SEAD.
- Status: em andamento, 48% de implementação – 48%.
- Escopo: obras e intervenções de adaptação com o objetivo de melhorar a acessibilidade arquitetônica.
- Última Ação: contato mais direto com as unidades do interior para apoio na execução dos itens faltantes.
- Entregas Realizadas: ajuste para tornar acessível a cadeirantes de 85% das entradas dos prédios; rampas para desníveis internos instaladas em 79% dos prédios; 83% dos sanitários reformados para PCDs; sinalização em braile nas portas das salas instaladas em 70% dos prédios; piso tátil nas áreas de trânsito instalado em 51% dos prédios; iluminação de escadas, rampas, elevadores, portas e corredores ajustada em 46% dos prédios; reserva de vagas para PCDs, pessoas idosas e gestantes implantadas em 37% dos prédios; e elevador e plataforma elevatória instalados em 24% dos prédios que necessitam.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



1. DADOS INICIAIS

Data de finalização deste Relatório: **12 de maio de 2026.**

Período abrangido: **de 2 de fevereiro de 2026 a 12 de maio de 2026.**

2. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) foi instituída por meio da Resolução nº 20, de 22 de novembro de 2017, com o propósito de formular políticas e diretrizes de planejamento, organização, avaliação, alocação de pessoal, remuneração, meritocracia, desenvolvimento e promoção de saúde de magistrados e servidores ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Órgão integrante dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça, sob a direção do Secretário Luís Alberto Teixeira Melo, a SEGESP dispõe da estrutura e do apoio administrativo da Diretoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Assistência à Saúde e da Junta Médica Oficial, além de 10 Coordenações vinculadas a essas unidades administrativas.

O presente relatório objetiva demonstrar as principais iniciativas desenvolvidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e por suas Diretorias e Coordenações, bem como apresentar os respectivos resultados alcançados nos primeiros cem dias da atual gestão, com o intuito de aprimorar a prestação dos serviços oferecidos pelas unidades e o alcance das diretrizes estabelecidas pela Administração deste Poder Judiciário.

3. MAPA ESTRATÉGICO DA SEGESP 2021-2026

A atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas está alinhada à estratégia do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituída pela Resolução nº 03, de 24 de março de 2021, para o sexênio 2021-2026, visando contribuir, em especial, aos macrodesafios e aos objetivos estratégicos a seguir:

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA Visa à eficiência operacional interna; à humanização do serviço; à desburocratização; à simplificação de processos internos; ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário; à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação e gestão de projetos; e à otimização de processos de trabalho, objetivando melhorar o serviço prestado ao cidadão.	- Produzir, anualmente, 8 (oito) estudos ou pesquisas (prognósticos ou diagnósticos) para apoiar a tomada de decisão, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, até 2026.

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS Ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências e talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição do trabalho.	- Promover, anualmente, até 2026, em número mínimo de: 2 ações relativas à valorização de magistrados e servidores; 2 ações de promoção da saúde; 2 ações de qualidade de vida no trabalho; 2 ações de integração. - Implantar a Gestão por Competências, até 2026. - Executar, anualmente, ao menos, 50% das capacitações planejadas no Plano de Capacitação, até 2026. - Aumentar, a cada 2 (dois) anos, em 5 (cinco) pontos percentuais, o nível de satisfação de magistrados e servidores com o clima organizacional, até 2026.

4. AÇÕES EM ANDAMENTO OU CONCLUÍDAS

Durante os cem primeiros dias de gestão, a Secretaria de Gestão de Pessoas desenvolveu ações para atender às diretrizes definidas pela Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 240/2016), bem como ao Plano Estratégico do PJBA para 2021/2026, implementando iniciativas direcionadas a incrementar a prestação de serviço a desembargadores, magistrados, servidores, estagiários e colaboradores, dentre as quais se destacam as seguintes:

4.1. Plano de Comunicação da SEGESP

A Secretaria de Gestão de Pessoas, com o fito de orientar as atividades de comunicação, considerando o público-alvo, na divulgação de projetos, medidas, produtos, serviços e mensagens importantes, desenvolveu seu próprio plano de comunicação. Essa iniciativa inclui a divulgação de cards e campanhas com as principais ações da Secretaria.

Situação: em andamento.



4.2. Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação

A CODES, em apoio às Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio do 1º e 2º Graus, promoveu a participação de estagiários do TJBA em encontro do Projeto Ampare sobre assédio, inclusão e discriminação, realizado entre 4 e 8 de maio de 2026, com apresentação do Coral na abertura da palestra principal.

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/respeito-em-pauta-tjba-realiza-semana-de-combate-ao-assedio-e-a-discriminacao/>

4.3. Capacitação Anual para Estagiários de Nível Médio

A Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp), em parceria com a Coordenação de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas (Codes), promoveu duas edições da Capacitação Introdutória para os estagiários de nível médio do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). As ações contaram com o apoio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e ocorreram nos dias 24 e 25 de fevereiro e 28 e 29 de abril

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/edicao-especial-antecipa-atividades-do-projeto-conhecendo-o-judiciario-com-estagiarios-de-nivel-medio-do-tjba/>

4.4. Projeto Ampare

Em 11 de março, aconteceu a 15ª Edição do Projeto Ampare que abordou as eleições e o exercício da cidadania, objetivando o incentivo à participação ativa e consciente dos estagiários de nível médio do TJBA.

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/15a-edicao-do-projeto-ampare-abordou-as-eleicoes-e-o-exercicio-da-cidadania-para-os-estagiarios-de-nivel-medio-do-tjba/>

4.5. Atualização do Programa de Estágio

Em 26 de março de 2026, foi publicado o Decreto Judiciário nº 272/2026, cujo teor regulamenta o novo Programa de Estágio do TJBA, atualizando a organização das atividades, ampliando vagas para unidades instaladas após 2023 e instituindo novo modelo de ingresso para estudantes de graduação e pós-graduação, com etapa inicial de prova objetiva aplicada pelo CIEE e exigência de aproveitamento mínimo de 60% para continuidade no processo seletivo.

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/tjba-lanca-edital-para-estagio-de-estudantes-de-nivel-superior-inscricoes-abertas/>

4.6. Semana Nacional de Saúde

A Semana Nacional da Saúde contou com programação diversificada, incluindo atendimentos ao público, mutirão de audiências e ciclo de debates sobre judicialização e políticas públicas na área da saúde. A iniciativa reforça o compromisso com a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da integração entre o Judiciário e a sociedade.

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/semana-nacional-da-saude-inicia-nesta-segunda-feira-13-programacao-no-tjba-preve-atendimento-externo-mutirao-de-audiencias-e-ciclo-de-debates/>

4.7. Campanha de Doação - Hemoba

A campanha de incentivo à doação de sangue e ao cadastro de medula óssea, realizada em parceria com a Hemoba, mobilizou magistrados, servidores e colaboradores. A iniciativa promoveu solidariedade e ampliou o número de voluntários cadastrados.

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/doacao-que-salva-vidas-tjba-e-hemoba-encerram-campanha-com-adesao-de-novos-voluntarios/>

4.8. Cartilha - Auxílio Saúde

Com o objetivo de orientar magistrados e servidores, foi disponibilizada cartilha informativa sobre o auxílio-saúde. O material reúne critérios, documentação e procedimentos, contribuindo para maior clareza e padronização das informações.

Situação: concluído.

<https://www.tjba.jus.br/portal/cartilha-contem-orientacoes-sobre-auxilio-saude-para-magistrados-e-servidores/>

4.9. Atualização do Portfólio Institucional

A atualização do Portfólio Institucional da Secretaria de Gestão de Pessoas contempla a apresentação da estrutura organizacional, das unidades vinculadas, dos canais de atendimento e dos principais serviços oferecidos a magistrados, servidores e colaboradores, com o objetivo de ampliar a transparência, facilitar o acesso às informações e fortalecer a comunicação institucional.

Situação: em andamento.

4.10. Cineclube Servidor

Voltada à promoção de espaços de reflexão e diálogo no ambiente institucional, a iniciativa realizará, no dia 21 de maio, no Auditório Desa. Olney Silva, a exibição do filme A Assistente,

seguida de bate-papo entre os participantes sobre relações de trabalho e contexto organizacional, fortalecendo a comunicação interna e as ações de desenvolvimento humano e valorização das pessoas.

Situação: em andamento.

4.11. Participação na Semana da Mulher

Em parceria com a Ação Social e o SESC, foi realizada ação educativa em alusão ao Março Lilás, voltada à saúde e ao bem-estar da mulher, com atividades de vacinação, testes rápidos e mobilização solidária que arrecadou itens de higiene, brinquedos e revistas em quadrinhos, alcançando, aproximadamente, 120 participantes.

<https://www.tjba.jus.br/portal/semana-da-mulher-tjba-oferece-servicos-de-bem-estar-e-arrecadacao-de-roupas-para-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade/>

Situação: concluído.

5. PROJETOS DESENVOLVIDOS

5.1. Programa de Gestão por Competências - “TRILHAS”

O Projeto visa implantar o Programa de Gestão por Competência no Poder Judiciário da Bahia, a fim de identificar e desenvolver competências necessárias à realização eficiente do trabalho dos servidores públicos, reduzindo, ao máximo, a lacuna entre as competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos definidos pela organização e aquelas já desenvolvidas pelos seus colaboradores.

Além da busca por um serviço mais qualificado e eficiente, o conceito de gestão por competências defende a institucionalização de um ambiente de trabalho mais dinâmico, comprometido e voltado ao aperfeiçoamento, à valorização e à qualificação dos seus servidores.

Unidade Demandante: Segesp.

Situação: em andamento.

5.2. Plano de Tecnologia e Inovação em Gestão de Pessoas

O Projeto, desenvolvido em parceria com a Assessoria Especial da Presidência – Tecnologia da Informação e Comunicação (AEP TIC) e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), objetiva estruturar e executar o Plano de Tecnologia e Inovação em Gestão de Pessoas, de modo a promover o aprimoramento dos sistemas e a implementação de ferramentas que garantam maior segurança, agilidade, transparência e eficiência na gestão de pessoal e na prestação dos serviços do TJBA.

Unidade Demandante: Segesp.

Situação: em andamento.

5.3. Mente + Leve

O Projeto Viva + Leve visa promover a saúde integral no ambiente institucional, com foco na ampliação da assistência psicológica, no fortalecimento das redes de apoio e na incorporação de soluções inovadoras concernentes à saúde e ao bem-estar dos servidores.

Entre as entregas, destacam-se o início da ampliação dos atendimentos psicológicos, o planejamento de grupos de apoio psicossociais, a instrução de processo licitatório para contratação de plataforma digital especializada e a concepção do espaço “Fique Zen”, destinado ao acolhimento e à promoção do bem-estar no ambiente de trabalho.

Unidade Demandante: Segesp.

Situação: em andamento.

5.4. Observatório de Saúde e Qualidade de Vida

O Observatório de Saúde e Qualidade de Vida objetiva a criação de uma ferramenta estratégica atinente ao monitoramento de indicadores de saúde e à qualidade de vida, subsidiando a tomada de decisão e o planejamento de ações institucionais.

O escopo inicial do projeto foi definido, assim como o levantamento preliminar dos indicadores e a estruturação conceitual do observatório, etapas fundamentais para a consolidação da iniciativa e para o desenvolvimento de ações orientadas por dados e evidências.

Unidade Demandante: Segesp.

Situação: em elaboração.

6. ESTATÍSTICA – SEGESP

6.1. AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS – DRH

A Diretoria de Recursos Humanos, unidade administrativa vinculada à SEGESP, abarca a Coordenação de Registros e Concessões, a Coordenação de Assuntos Previdenciário, a Coordenação de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas e a Coordenação de Pagamento.

As principais ações desta Diretoria e de suas unidades afetas seguem abaixo.

a) Implantação e atualização de rubricas remuneratórias e indenizatórias, consoante a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14/2026 e o Decreto Judiciário nº 370/2026, a partir de maio/2026.

b) Atualização das rubricas em decorrência do reajuste de 5% (cinco por cento) concedido por meio da Lei nº 15.129/2026, bem como da majoração de R\$ 300,00 (trezentos reais) incidente sobre a Vantagem Pessoal de Eficiência, a Vantagem Pessoal de Incentivo e a Gratificação Especial de Eficiência, com efeitos a partir de maio de 2026.

c) Atualização do valor da rubrica de auxílio-alimentação, em folha de pagamento, conforme o Decreto Judiciário nº 133/2026.

d) Atualização do valor da rubrica de auxílio-creche, em folha de pagamento, conforme o Decreto Judiciário nº 134/2026.

e) Implantação do reajuste do auxílio-saúde de magistrado na folha de pagamento de maio/2026, em atendimento ao Decreto Judiciário 519/2026.

f) Levantamento dos registros de averbação de magistrados com vistas à apuração do percentual devido da PVTAC, bem como parametrização de regras sistêmicas no SRH e na FOLHA.

g) Implantação do Simulador de Cálculos Funcionais no RH-NET – BENEFÍCIO ESPECIAL.

h) Planejamento e execução de ações voltadas à preparação de servidores para a aposentadoria, incluindo palestras, atendimentos, eventos institucionais e suporte técnico especializado – PROSSEGUIR.

i) Recadastramento Funcional de Magistrados e Servidores Inativos.

QUANTITATIVO DE REGISTROS NOS SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS/TIPO	
ADMISSÃO EM CARGO DE PROVIMENTO PERMANENTE	74
ADMISSÃO EM CARGO COMISSIONADO	291
EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO EFETIVO	9
EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO	177
VACÂNCIA POR ÓBITO	23
DEMISSÕES A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO	2
TOTAL	576

QUANTITATIVO DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO SEI - POR MATÉRIA	
FÉRIAS	2.175
LICENÇA-PRÊMIO	1.535
LICENÇA MÉDICA	390
SUBSTITUIÇÃO	460
AUXÍLIO-TRANSPORTE	55
AUXÍLIO-SAÚDE	2.593
PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO/ ESCOLARIDADE	971
TELETRABALHO	802
FOLGAS E AFASTAMENTOS (TRE, RECESSO FORENSE E LEI 6677/94)	241
CONTROLE DE FREQUÊNCIA	1.257

MOVIMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO	
ADMISSÃO - NÍVEL MÉDIO	52
ADMISSÃO - NÍVEL SUPERIOR	351
ADMISSÃO - PÓS-GRADUAÇÃO	241
TOTAL	644
DESLIGAMENTO - NÍVEL MÉDIO	13
DESLIGAMENTO - NÍVEL SUPERIOR	177
DESLIGAMENTO - PÓS-GRADUAÇÃO	161
TOTAL	351

QUANTITATIVO MENSAL DE POSSE	
FEVEREIRO	-
MARÇO	98
ABRIL	116
MAIO	18
TOTAL	232

6.2. AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – DAS

Compete à Diretoria de Assistência à Saúde, unidade administrativa vinculada à SEGESP, garantir o atendimento às urgências médicas; promover ações relacionadas à saúde ocupacional; prestar assistência odontológica, psicológica e nutricional a magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; e gerir a ocupação da Casa do Servidor.

Para tanto, as atribuições são divididas em três unidades: a Coordenação de Assistência Médica, a Coordenação de Assistência Odontológica e a Coordenação de Saúde Ocupacional.

QUANTITATIVO MENSAL DE ATENDIMENTO MÉDICO E DE ENFERMAGEM - 2026	
FEVEREIRO	1.268
MARÇO	1.907
ABRIL	1.405
MAIO	254
TOTAL	4.834

QUANTITATIVO MENSAL - ATENDIMENTO E INTERVENÇÕES ODONTOLÓGICAS 2026		
MÊS	ATENDIMENTOS	PROCEDIMENTOS
FEVEREIRO	682	2.465
MARÇO	1.035	3.460
ABRIL	749	2.372
MAIO	184	622
TOTAL	2.650	8.919

QUANTITATIVO MENSAL - ATENDIMENTO E INTERVENÇÕES FISIOTERÁPICAS 2026			
MÊS	FISIOTERAPIA	ERGONOMIA	MASSOTERAPIA
FEVEREIRO	344	10	10
MARÇO	602	18	22
ABRIL	492	17	11
MAIO	89	5	11
TOTAL	1.527	50	54

QUANTITATIVO MENSAL DE ATENDIMENTO DE NUTRIÇÃO, PSICOLOGIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO - 2026			
MÊS	NUTRIÇÃO	PSICOLOGIA	ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO
FEVEREIRO	39	184	23
MARÇO	102	344	34
ABRIL	75	242	24
MAIO	73	73	10
TOTAL	289	843	91

6.3. AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA JUNTA MÉDICA OFICIAL

Compete à Junta Médica Oficial realizar as perícias médicas a magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

QUANTITATIVO MENSAL DE ATENDIMENTO MÉDICO E DE ENFERMAGEM - 2026	
ADMISSIONAL	291
READAPTAÇÃO	31
AValiação/CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE	4
CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	9
CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR, ACIMA DE 15 DIAS CONSECUTIVOS	243
EMISSION DE PARECER EM PROCESSO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1
REVERSÃO DE APOSENTADORIA	2
APROVEITAMENTO, QUANDO A INOBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL PARA O SERVIDOR ENTRAR EM EXERCÍCIO FOR DECORRENTE DE ACOMETIMENTO DE DOENÇA	0
REMOÇÃO A PEDIDO, POR MOTIVO DE SAÚDE	10
PARECER PARA SERVIDOR	96
PARECER PARA MAGISTRADO	6
LICENÇA PARA MAGISTRADO	2
LAUDOS DE OFÍCIOS	43
PARECER DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	7
TOTAL	745

SECRETARIA JUDICIÁRIA



1. APRESENTAÇÃO

Nos primeiros 100 dias da gestão 2026-2028, o Tribunal de Justiça da Bahia intensificou ações voltadas ao fortalecimento da prestação jurisdicional, à modernização administrativa e ao aumento da eficiência institucional. Nesse cenário, a Secretaria Judiciária (SEJUD) ampliou sua atuação estratégica, consolidando-se como unidade de integração entre a Presidência, os órgãos colegiados, os gabinetes e os setores administrativos do Tribunal.

Além das atividades tradicionais de apoio jurisdicional e técnico, a SEJUD assumiu novas atribuições decorrentes da reestruturação administrativa promovida pelo Decreto Judiciário nº 259/2026, incluindo a gestão da Secretaria Virtual, do NBCCR, dos Núcleos de Justiça 4.0 e do Núcleo de Saneamento de Dados, Digitalização e Virtualização.

A reorganização administrativa fortaleceu a atuação conjunta entre a SEJUD e a Secretaria de Estratégia e Projetos (SEP), especialmente no acompanhamento de projetos estratégicos do Primeiro Grau de jurisdição, de modo a ampliar a participação da unidade na execução e no monitoramento de políticas institucionais.

Destacaram-se, ainda, iniciativas atinentes à inovação tecnológica e à modernização dos fluxos processuais, como a implantação do Plenário Virtual Administrativo PJECOR e do SEI Julgar; o acompanhamento do Sistema Eproc, do DJEN e do Domicílio Judicial Eletrônico; e a elaboração de propostas normativas de impacto institucional. O período reafirmou o compromisso da SEJUD com a eficiência, a inovação e o fortalecimento da atividade jurisdicional.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

- Fortalecer a prestação jurisdicional e o apoio técnico-administrativo aos órgãos colegiados do Segundo Grau.
- Modernizar os fluxos processuais, administrativos e deliberativos, com ênfase em soluções digitais e em maior racionalização das rotinas de trabalho.
- Aprimorar a governança institucional da SEJUD e das unidades a ela vinculadas, em consonância com a reestruturação administrativa implementada no biênio 2026-2028.
- Atuar, em articulação com a Presidência e com a SEP, no acompanhamento de projetos estratégicos do Primeiro Grau de jurisdição e no monitoramento de metas institucionais.
- Assegurar a adequada implantação e a evolução dos sistemas judiciais estratégicos, tais como: o Plenário Virtual Administrativo no PJECOR; o SEI Julgar; o E-proc; o Balcão Virtual através do Sistema Teams; o DJEN; e o Domicílio Judicial Eletrônico.

- Promover maior transparência, acessibilidade, padronização procedimental e segurança jurídica nas rotinas jurisdicionais.
- Racionalizar a gestão documental, a virtualização processual e o acompanhamento de contratos e serviços de apoio vinculados à Secretaria Judiciária.



3. AÇÕES (EM ANDAMENTO OU CONCLUÍDAS)

3.1 Inovação tecnológica e transformação digital

- Implantação do Plenário Virtual Administrativo, com regulamentação, treinamentos e projeto-piloto no Tribunal Pleno.
- Acompanhamento da implantação do SEI Julgar, com adequação de procedimentos institucionais.
- Atuação da SEJUD na implantação do Sistema E-proc, incluindo validação de fluxos e articulação entre unidades.
- Gestão negocial da implantação do Balcão Virtual via Microsoft Teams e acompanhamento das melhorias do Sistema PJe no Primeiro e Segundo Graus.

3.2 Modernização normativa e apoio estratégico à Presidência

- Apoio à Presidência na proposta de alteração do Regimento Interno, especialmente sobre as sessões colegiadas e o Plenário Virtual Administrativo.

- Atualização de normativos relativos aos peritos judiciais, segundo as diretrizes do CNJ.
- Estudos sobre impacto orçamentário dos honorários periciais e articulação para mutirões de perícias no interior.
- Estudos para ampliação da Sala do Tribunal Pleno e participação na implantação da Central de Cálculos Fazendários.



3.3 Monitoramento de sistemas nacionais e governança negocial

- Monitoramento contínuo do DJEN e do Domicílio Judicial Eletrônico, com adequações e interlocução institucional.
- Participação em reuniões técnicas, comissões e grupos estratégicos voltados à modernização tecnológica e à integração de sistemas.
- Fortalecimento da atuação da SEJUD como área negocial e de suporte institucional às unidades judiciárias.

3.4 Apoio aos órgãos colegiados e assessoramento institucional

- Organização de pautas, suporte às sessões, acompanhamento processual, lavratura de atas e controle de atos administrativos dos órgãos colegiados.
- Assessoramento técnico e administrativo às sessões de julgamento, garantindo regularidade e apoio decisório.

- Manutenção de fluxos internos de comunicação processual, gestão documental e publicação de atos.



3.5 Reestruturação administrativa e fortalecimento das unidades vinculadas

- Implementação das medidas do Decreto Judiciário nº 259/2026, com incorporação da Secretaria Virtual, do NBCCR, dos Núcleos de Justiça 4.0 e do NSD à SEJUD.
- Adequação dos fluxos internos para acompanhamento das novas unidades vinculadas.
- Consolidação da SEJUD como unidade de assessoramento, governança negocial e integração institucional.

3.6 Programa de Peritos

3.6.1 Integração e Conformidade: Plano de Ação eSocial / Receita Federal

- Início da implementação do plano de ação junto à Receita Federal, com homologação inicial das retificações do eSocial.

3.6.2 Modernização e Eficiência do Sistema de Peritos

- Implementação de melhorias estruturais e atualizações para otimizar o fluxo de trabalho das unidades judiciais e dos peritos cadastrados.

3.6.3 Atendimento a orientações dos Órgãos de Controle e Gestão Financeira

- Atendimento às solicitações do TCE, promovendo maior transparência nos pagamentos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores).



4. PROJETOS DESENVOLVIDOS



Plenário Virtual Administrativo

- Unidade demandante: Presidência / SEJUD.
- Status: *em implantação*.
- Escopo: modernização dos julgamentos administrativos no âmbito do Tribunal, com maior celeridade, eficiência e racionalização procedimental.
- Entregas realizadas: construção normativa; definição de fluxos internos; adequação regimental; e início de treinamentos para servidores e desembargadores.

SEI Julgar

- Unidade demandante: Presidência / SEJUD.
- Status: *em implantação*.
- Escopo: integração e modernização da tramitação processual, bem como julgamento administrativo, com foco em controle processual, padronização e segurança documental.
- Entregas realizadas: acompanhamento técnico das etapas de implantação; interlocução institucional; e adaptação de procedimentos.

Implantação do Eproc

- Unidade demandante: Presidência.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: transição segura e eficiente para o novo sistema processual eletrônico do Tribunal.
- Entregas realizadas: atuação como gestora negocial; reuniões técnicas; readequação de cronograma; validação de fluxos processuais; e alinhamento institucional.

Balcão Virtual e Atualizações do PJe

- Unidade demandante: Presidência / unidades judiciais.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: aprimoramento do atendimento remoto e evolução contínua do PJe em alinhamento com as necessidades operacionais das unidades.
- Entregas realizadas: acompanhamento da implantação do Balcão Virtual via Microsoft Teams e das melhorias no PJe.

TJBA Acelera

- Unidade demandante: Presidência / Secretaria Virtual – SECVIR/SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: redução do acervo processual distribuído até 2015 e diminuição do tempo médio de tramitação processual em 37 comarcas.
- Entregas realizadas: redução do acervo de 167.728 para 155.958 processos; e diminuição do tempo médio de tramitação de 1.351 para 1.110 dias.

TJBA Mais Júri

- Unidade demandante: Presidência / Secretaria Virtual – SECVIR/SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: ampliação das sessões plenárias do Tribunal do Júri e redução do acervo pendente de julgamento.
- Entregas realizadas: 225 sessões plenárias no período, sendo 76 após a instituição da edição atual do projeto, além da designação de 452 sessões.

TJBA Protege

- Unidade demandante: Presidência / Secretaria Virtual – SECVIR/SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: ampliação da proteção jurisdicional às vítimas em situação de vulnerabilidade, com ênfase em violência doméstica e crimes contra a dignidade sexual.
- Entregas realizadas: prolação de 4.282 decisões iniciais entre fevereiro e abril de 2026, com redução do tempo médio de análise de 0,17 para 0,05 dias.

Arquivamento Responsável – NBCCR

- Unidade demandante: Presidência / NBCCR / SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: aprimoramento da gestão do encerramento dos processos judiciais, regularização de pendências e recuperação de custas remanescentes.
- Entregas realizadas: arquivamento de 29.519 processos; tratamento de 5.675 processos com pendências; apuração de valores superiores a R\$ 9,3 milhões; e recolhimento superior a R\$ 5,2 milhões aos cofres do Tribunal.

Núcleos de Justiça 4.0 – Apoio

- Unidade demandante: Presidência / SEJUD / Secretaria Virtual.
- Status: *em implantação*.
- Escopo: estruturação de atuação remota e especializada em apoio às unidades judiciais.
- Entregas realizadas: definição de critérios de seleção processual; e estruturação dos fluxos de encaminhamento necessários ao funcionamento do projeto.

TJBA Acadêmico

- Unidade demandante: Coordenação de Gravações e Registros (CGR) / SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: criação de espaço institucional para acompanhamento ao vivo das sessões de julgamento por estudantes, com emissão de certificado para atividades complementares.
- Entregas realizadas: apresentação do projeto em sessão plenária; divulgação institucional; e encaminhamento de orientações às instituições de ensino.

Modernização das Salas de Sessão

- Unidade demandante: CGR / SEJUD.
- Status: *em andamento*.

- Escopo: atualização de mobiliário, equipamentos e padronização das instalações das salas de sessão.
- Entregas realizadas: andamento das medidas preparatórias visando à modernização e à ampliação dos espaços.

Transmissão, Indexação e Acessibilidade das Sessões

- Unidade demandante: CGR / SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: modernização tecnológica dos serviços de gravação, transmissão, indexação, publicação, transcrição, edição de vídeos e inclusão de Libras nas sessões judiciais.
- Entregas realizadas: conclusão dos estudos técnicos preliminares; andamento das etapas de cotação; e formalização do Termo de Referência.

Integração Sistêmica das Sessões

- Unidade demandante: CGR / SEJUD.
- Status: *em andamento*.
- Escopo: automação da importação de pautas e ampliação dos mecanismos de acesso e acessibilidade das sessões.
- Entregas realizadas: acompanhamento de projetos para importação automatizada de pautas do PJeCor, do SEI e do Projudi; implementação de acesso controlado a vídeos sigilosos; e inserção de legendas.

5. RESULTADOS, INDICADORES E DESEMPENHO INSTITUCIONAL

5.1 Produtividade institucional e apoio aos órgãos julgadores

No período compreendido entre fevereiro e maio de 2026, os órgãos julgadores apresentaram relevante produtividade jurisdicional e administrativa:

Tabela 1 – Deliberações do **Tribunal Pleno** – De fevereiro a maio de 2026

Item	Quantitativo
Editais de remoção de juízes na entrância intermediária	28
Editais de remoção de juízes na entrância inicial	6
Eleição de desembargador para vaga do TRE	1
Eleição de juiz para vaga do TRE	2
Eleição de Lista Tríplice de advogado para vaga do TRE	2
Assuntos Administrativos	13
Processos administrativos julgados	38
PADs julgados	1
Processos judiciais julgados	Não se aplica ao Pleno

Fonte: Secretaria Judiciária. Data-base: 11/05/2026.

Tabela 2 – Deliberações do **Conselho da Magistratura** – De fevereiro a maio de 2026

Item	Quantitativo
Editais de remoção de juízes na entrância intermediária	13
Editais de remoção de juízes na entrância inicial	1
Processos administrativos julgados (PJECor e PJE2G)	25
Permuta de Juízes	3
Permuta de servidores	2
Remoção de servidores	9

Fonte: Secretaria Judiciária. Data-base: 11/05/2026.

Tabela 3 – Produtividade dos Órgãos Julgadores do Segundo Grau – De fevereiro a maio de 2026

Órgão julgador	Sessões / Processos
1ª Câmara Cível	30 sessões / 11283 processos
2ª Câmara Cível	31 sessões / 9.378 processos
3ª Câmara Cível	26 sessões / 8565 processos
4ª Câmara Cível	25 sessões / 6225 processos
5ª Câmara Cível	33 Sessões / 9.883 julgamentos
1ª Câmara Criminal	4 sessões / 52 processos
1ª Câmara Criminal - 1ª Turma	17 sessões / 1934 processos
1ª Câmara Criminal - 2ª Turma	15 sessões / 1874 processos
2ª Câmara Criminal	29 sessões / 4037 processos
Seção Criminal	7 sessões / 218 processos
Seção Cível De Direito Público	11 sessões / 5005 processos
Seções Cíveis Reunidas	6 sessões / 999 processos
Seção Cível De Direito Privado	7 sessões / 99 processos
Conselho da Magistratura	2 sessões / 53 processos
Tribunal Pleno	7 sessões / 39 processos
Órgão Especial	9 sessões / 857 processos

Fonte: Secretaria Judiciária. Data-base: 11/05/2026.

5.2 Secretaria Virtual – SECVIR

A Secretaria Virtual (SECVIR), vinculada à SEJUD pelo Decreto Judiciário nº 259/2026, atuou, nos primeiros 100 dias da gestão 2026-2028, no acompanhamento e no monitoramento de projetos voltados ao fortalecimento da prestação jurisdicional no Primeiro Grau, com foco na redução do acervo processual, no aumento da produtividade, na racionalização dos fluxos de trabalho e na melhoria dos indicadores institucionais acompanhados pelo CNJ.

- **Projeto TJBA Acelera:** redução do acervo processual de 167.728 para 155.958 processos, bem como do tempo médio de tramitação de 1.351 para 1.110 dias.
- **Projeto TJBA Mais Júri:** 225 sessões plenárias do Tribunal do Júri realizadas no período, sendo 76 após a instituição da atual edição do projeto, além da designação de 452 sessões.
- **Projeto TJBA Protege:** 4.282 decisões iniciais proferidas entre fevereiro e abril de 2026, com redução do tempo médio de análise de 0,17 para 0,05 dias.
- **Núcleos de Justiça 4.0 – Apoio:** estruturação inicial do projeto, com definição de critérios de seleção processual e dos fluxos de encaminhamento.

5.3 Núcleo de Saneamento de Dados, Digitalização e Virtualização – NSD

O Núcleo de Saneamento de Dados, Digitalização e Virtualização (NSD), nova denominação do antigo UNIJUD Digital, passou a integrar a estrutura gerida pela SEJUD por força do Decreto Judiciário nº 259/2026. A unidade desenvolveu atividades essenciais relacionadas à integridade das informações processuais, à migração de sistemas e à virtualização do acervo judicial.

- 6.279 processos passaram por saneamento de dados processuais.
- 648 processos tiveram inconsistências de virtualização corrigidas.
- 1.352 novos processos foram digitalizados para o PJe.
- 2.073 processos digitais foram migrados do SAJ para o PJe.
- 863 processos foram desarquivados para análise técnica.
- Coleta de, aproximadamente, 77.526 processos físicos em diversas comarcas do interior do Estado, totalizando 2.478 caixas-box.



5.4 Diretoria de Documentação e Informação (DDI) e unidades supervisionadas

A Diretoria de Documentação e Informação (DDI) atuou, de forma estratégica, na gestão de contratos, convênios, serviços documentais, bem como no acompanhamento orçamentário e financeiro relacionados às atividades vinculadas à Secretaria Judiciária. A unidade é responsável pela gestão de contratos relacionados a serviços postais, à guarda documental, à digitalização, ao arquivamento, ao apoio administrativo e à manutenção de serviços especializados.

- Acompanhamento de contrato com a EGBA para arquivamento e desarquivamento documental.
- Acompanhamento de contratos com os Correios voltados às comunicações processuais físicas e eletrônicas.
- Acompanhamento de contrato com a Empresa Servit para apoio administrativo em atividades documentais.
- Acompanhamento de contrato com a Plataforma Jusbrasil para disponibilização de ferramenta de pesquisa jurídica.
- Acompanhamento de convênios com universidades estaduais e federais destinados à guarda, à digitalização, à microfilmagem e à gestão documental.

A DDI, também, supervisiona importantes unidades vinculadas, como a Coordenação de Gestão de Arquivos (COARQ), a Coordenação de Biblioteca (COBIT) e a Coordenação de Protocolo e Controle de Correspondências (CPROT).

- COARQ: eliminação de 5.725 processos acondicionados em 928 caixas-box; e ampliação do Repositório Digital Confiável do TJBA.
- COBIT: processamento técnico; catalogação; indexação; pesquisas bibliográficas; e 89.317 acessos à plataforma Jusbrasil entre fevereiro e abril de 2026.
- CPROT: 7.329 movimentações processuais; e 4.417 atendimentos por e-mail no período analisado.

5.5 Coordenação de Gravações e Registros – CGR

A Coordenação de Gravações e Registros (CGR) avançou, significativamente, na modernização dos serviços relacionados ao registro, à indexação, à publicação e à transmissão das sessões de julgamento do Segundo Grau, ampliando a atuação institucional em transparência, acessibilidade e modernização tecnológica.

- 114 sessões de julgamento registradas, indexadas e publicadas no portal institucional.
- 71 solicitações de recortes audiovisuais atendidas.

- 51 solicitações de transcrição de áudio processadas.
- 408 sessões anteriormente sem acessibilidade regravadas com inclusão de Libras.
- 2.648 sessões originalmente registradas apenas em áudio disponibilizadas ao público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros 100 dias da gestão foram marcados pelo fortalecimento institucional da Secretaria Judiciária (SEJUD); pela ampliação de suas atribuições; e pela consolidação da modernização administrativa, da transformação digital e do aprimoramento da prestação jurisdicional. A atuação junto à Presidência, aos órgãos colegiados, às unidades judiciais e às áreas técnicas possibilitou avanços na governança institucional, na gestão negocial dos sistemas, na racionalização dos fluxos processuais e no acompanhamento de resultados, especialmente após a Reestruturação Administrativa, reafirmando o compromisso com a eficiência, a inovação tecnológica e o fortalecimento da atividade jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E PROJETOS



1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estratégia e Projetos (SEP), instituída pela Lei nº 15.128/2026, integra a estrutura da Presidência, competindo-lhe planejar, coordenar e acompanhar a execução das políticas estratégicas do Poder Judiciário baiano, bem como monitorar indicadores de desempenho e gerir o portfólio de projetos institucionais e programas estratégicos estaduais.

Compõem a sua estrutura o Gabinete da Secretaria, a Diretoria de Projetos e Processos (DPP), a Diretoria de Planejamento Estratégico (DPE) e a Assessoria de Ação Social (AAS), unidades responsáveis pela execução articulada das ações estratégicas desenvolvidas no âmbito da Secretaria.

O presente relatório tem por finalidade apresentar as principais ações executadas, os projetos desenvolvidos, os resultados alcançados e os avanços institucionais promovidos pela Secretaria de Estratégia e Projetos nos primeiros 100 (cem) dias da gestão do biênio 2026-2028.

No período, a atuação articulada com as demais unidades do Tribunal contribuiu para a consolidação de iniciativas voltadas ao aprimoramento da governança, da eficiência administrativa, da inovação e da prestação jurisdicional.

2. OBJETIVOS

Em consonância com os eixos estratégicos estabelecidos no Plano de Gestão do Biênio 2026-2028, a Secretaria de Estratégia e Projetos buscou alcançar, nos primeiros cem dias de gestão, os objetivos prioritários a seguir.

2.1 Fortalecer a Governança Estratégica

(Eixo: Governança Institucional)

- a) consolidar mecanismos de monitoramento e acompanhamento da estratégia institucional;
- b) aprimorar instrumentos de gestão orientada por indicadores; e
- c) promover alinhamento entre projetos institucionais, Plano de Gestão e objetivos estratégicos.

2.2 Aperfeiçoar a Gestão de Projetos e Processos

(Eixo: Governança Institucional)

- a) estruturar metodologia para proposição e acompanhamento de projetos estratégicos;
- b) elaborar e monitorar o portfólio institucional de projetos estratégicos; e
- c) promover mapeamento e otimização de processos de trabalho.

2.3 Intensificar o Monitoramento das Metas Nacionais e Indicadores Estatísticos

(Eixos: Tecnologia e Inovação; Governança institucional)

- a) fortalecer o acompanhamento do desempenho institucional, com base nos Indicadores do Plano Estratégico 2021-2026;

- b) especificar e validar o Painel de Acompanhamento das Metas Nacionais, conforme o Glossário 2026 do CNJ; e
- c) subsidiar a tomada de decisões mediante elaboração de estudos, pareceres técnicos e incentivo à construção dos Planos Diretores Anuais (PDAs) por parte das unidades judiciárias.

2.4 Impulsionar Projetos Estratégicos

(Eixos: Governança Institucional; Políticas Judiciárias)

- a) desenvolver e acompanhar iniciativas estratégicas voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional; e
- b) propor a estruturação de políticas públicas judiciárias e mecanismos de governança relacionados aos indicadores de qualidade instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça.

2.5 Promover Direitos Fundamentais

(Eixo: Políticas Judiciárias)

- a) desenvolver ações para concretizar as Políticas Judiciárias, notadamente aquelas voltadas à população de rua, a pessoas privadas de liberdade e outros grupos, com foco na promoção dos direitos humanos, do acesso à justiça e da cidadania; e
- b) estruturar projetos de caráter cultural, educativo e social, com foco em ações preventivas e de promoção de direitos.

3. AÇÕES

3.1 GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Ações Concluídas

A) Realização do 1º Encontro de Equipes da SEP

Foi realizado o 1º Encontro das Equipes da Secretaria de Estratégia e Projetos, reunindo servidores das unidades vinculadas à Secretaria, com o objetivo de apresentar a Agenda Estratégica para o exercício de 2026. Na ocasião, foram apresentadas a reestruturação organizacional decorrente da reforma administrativa, as diretrizes prioritárias para o biênio 2026-2028, o portfólio de projetos estratégicos da Gestão e as ações planejadas para o período. O encontro, também, promoveu a integração das equipes e o alinhamento institucional quanto às orientações relacionadas à inspeção do Conselho Nacional de Justiça.



B) Realização da XXXIV Reunião de Análise da Estratégia (RAE) com revisão de formato

A XXXIV Reunião de Análise da Estratégia (RAE) foi realizada em 27 de abril de 2026, marcando a implementação de novo formato de acompanhamento da gestão estratégica institucional. Durante a reunião, foram debatidos temas relacionados à governança, ao monitoramento de resultados e à condução dos projetos estratégicos do Tribunal.



c) Atualização do Painel de Metas Nacionais

O Painel de Metas Nacionais foi atualizado para adequação aos parâmetros estabelecidos no Glossário 2026 do CNJ. A ferramenta passou a oferecer maior precisão no acompanhamento do desempenho institucional, possibilitando a tomada de decisões estratégicas, a identificação das necessidades de correção e a realização de avaliação individualizada das unidades judiciais.



d) Projeção dos Indicadores Justiça em Números

Com base na série histórica iniciada em 2017 e nos resultados do primeiro trimestre de 2026, foram elaboradas projeções dos indicadores estratégicos do relatório *Justiça em Números*. A iniciativa possibilitou a antecipação de tendências, a identificação de riscos de desempenho e o suporte à tomada de decisões estratégicas, cujos resultados foram apresentados à Alta Gestão durante a Reunião de Análise da Estratégia (RAE).

e) Encaminhamento do Relatório Justiça em Números

Foram consolidadas e encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentro do prazo regulamentar, informações relativas a 132 variáveis institucionais referentes ao exercício de 2025, destinadas à composição do relatório *Justiça em Números*.

f) Selo Justiça em Números TJBA

Foram implementadas as medidas necessárias à premiação do Selo Justiça em Números TJBA – edição 2025, incluindo a apreciação das impugnações com a divulgação do resultado preliminar (Decreto Judiciário nº 499/2026) e a organização do evento no próximo dia 22 de maio de 2026.

A edição apresentou os seguintes resultados:

- 313 unidades judiciais foram premiadas; e
- 106 unidades contempladas com o Selo Diamante.

a) Instituição do Calendário de Julgamentos Temáticos

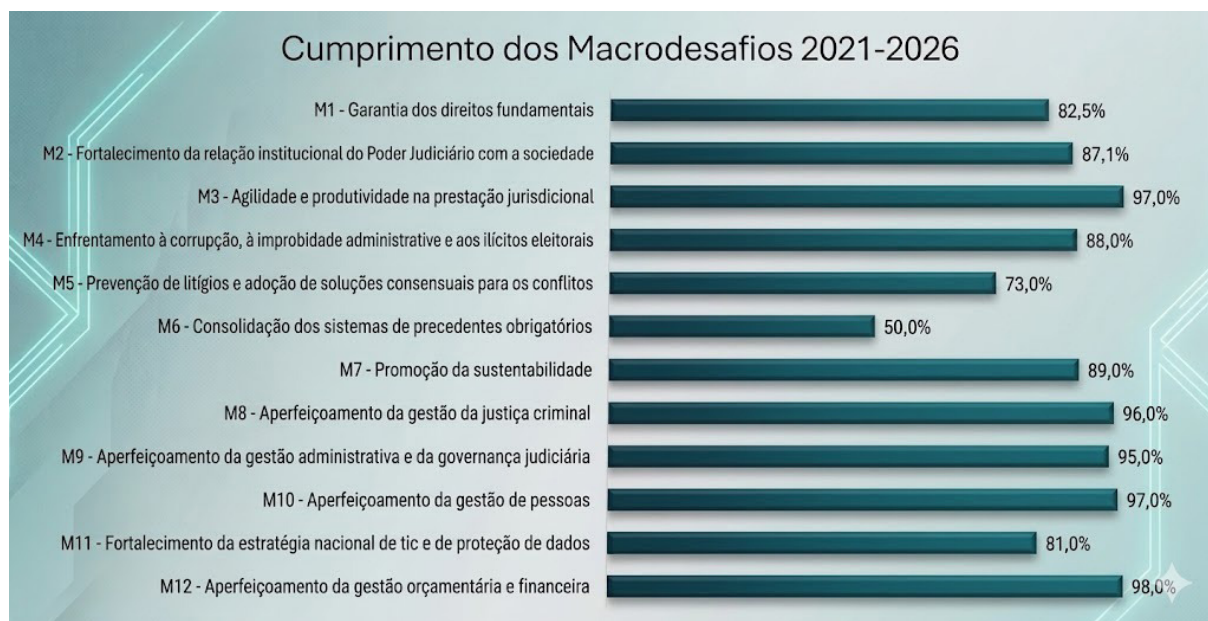
O Decreto Judiciário nº 380, de 14 de abril de 2026, instituiu o Calendário de Julgamentos Temáticos, com o objetivo de promover maior organização, planejamento e aperfeiçoamento da gestão processual. Como inovação, o normativo estabeleceu a definição mensal de dias temáticos referentes à prolação de sentenças e à baixa processual, em substituição ao modelo anteriormente adotado de Semana de Sentenças e Baixas, que vinha demonstrando reduzida efetividade prática.

- **Ações em Andamento**

a) Acompanhamento dos Indicadores do Plano Estratégico 2021-2026

A DPE intensificou o monitoramento dos indicadores estratégicos vinculados ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), mediante utilização de ferramentas de *Business Intelligence (BI)* voltadas à consolidação, à análise e ao acompanhamento de dados institucionais. No período, foram coletados e acompanhados 35 indicadores estratégicos e 56 indicadores táticos, permitindo maior precisão na avaliação do desempenho institucional e no acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas. Os resultados obtidos evidenciam elevado grau de aderência das unidades ao planejamento

estratégico institucional, com destaque para os macrodesafios relacionados à produtividade jurisdicional, à gestão administrativa, à gestão de pessoas e à gestão orçamentária.



b) Revisão das Regras do Selo Justiça em Números

Com o objetivo de alinhar o Selo Justiça em Números às diretrizes e aos indicadores estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, foi iniciado processo de revisão de suas regras e critérios de avaliação. A ação tem por finalidade aprimorar os mecanismos de monitoramento do desempenho das unidades judiciárias, promovendo maior objetividade, transparência e alinhamento à estratégia institucional, além de estimular a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

c) Elaboração do Plano Diretor Anual (PDA)

O Decreto Judiciário nº 419/2026 instituiu a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor Anual (PDA) pelas unidades judiciárias de Primeiro Grau, medida de fortalecimento do planejamento das unidades judiciais com uso de dados e indicadores estatísticos.

d) Novo Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares

Encontra-se, em andamento, o processo de elaboração do novo Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares, mediante encaminhamento de ofício da Presidência às Secretarias, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Consultoria Jurídica da Presidência e à Auditoria Interna para apresentação de propostas de atualização. As contribuições serão analisadas e consolidadas em minuta única de Resolução, com a finalidade de adequar o regimento interno à nova estrutura administrativa do Tribunal e promover maior conformidade organizacional e institucional.

e) Formulação da Estratégia Nacional 2027-2032

Estão em desenvolvimento as atividades relacionadas à construção da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2027-2032, abrangendo a definição dos macrodesafios, a elaboração de indicadores estratégicos e o alinhamento com a Rede de Governança do Poder Judiciário. Paralelamente, foram iniciadas as ações preparatórias para a revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, consoante as diretrizes nacionais e os objetivos institucionais da nova gestão.

f) Remodelagem dos Portais de Boas Práticas e da Estratégia

No âmbito das ações de modernização e aprimoramento da governança institucional, foi iniciada a remodelagem dos Portais de Boas Práticas e da Estratégia do TJBA, com o objetivo de aprimorar a organização, a acessibilidade e a transparência das informações institucionais. A iniciativa visa modernizar os ambientes digitais; facilitar o acesso a indicadores, metas, projetos estratégicos e documentos de governança; e fortalecer a disseminação de boas práticas e ações inovadoras desenvolvidas pelas unidades do Tribunal.

3.2 GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS

• Ações Concluídas

a) Estruturação do Fluxo de Gerenciamento de Projetos Estratégicos

Por meio da publicação do Decreto Judiciário nº 368/2026, foi instituído fluxo de gerenciamento de projetos estratégicos no âmbito do TJBA. O modelo passou a contemplar etapas de análise técnica das propostas, verificação da disponibilidade de recursos institucionais, emissão de parecer quanto à aderência estratégica, avaliação da geração de valor institucional e deliberação final da Presidência. A iniciativa fortalece a governança institucional ao promover maior alinhamento entre os projetos desenvolvidos e os objetivos estratégicos do Tribunal, além de contribuir para a racionalização da gestão do portfólio institucional, evitando a implementação de iniciativas desconectadas da estratégia organizacional ou restritas a interesses exclusivamente departamentais.

b) Elaboração e Monitoramento do Portfólio de Projetos Institucionais Estratégicos

Foi elaborado e aprovado o portfólio contemplando 18 projetos estratégicos da gestão. No âmbito do acompanhamento contínuo do portfólio institucional, foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento da governança, ao controle da execução e ao aprimoramento dos mecanismos de monitoramento institucional.

Dentre as principais atividades realizadas, destacam-se:

- atualização do Painel de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos;
- realização de reuniões periódicas de monitoramento;
- acompanhamento da execução orçamentária dos projetos estratégicos;
- gerenciamento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Projetos;
- promoção de ações formativas.

Também foi ampliado o suporte técnico prestado às unidades responsáveis pelos projetos estratégicos, com orientação quanto à execução, acompanhamento de resultados e utilização das ferramentas de gestão adotadas pelo Tribunal.

a) Apoio Técnico e Mapeamento de Fluxos Processuais

Nos primeiros 100 (cem) dias de gestão, foram mapeados 27 fluxos de trabalho institucionais vinculados a diversas unidades da Administração, a exemplo da Universidade Corporativa e da Ouvidoria Judicial, com o objetivo de promover maior organização, padronização e otimização das atividades desenvolvidas. Além disso, a equipe técnica prestou apoio à estruturação de projetos departamentais e à orientação metodológica dos Escritórios de Projetos Departamentais do TJBA, promovendo maior alinhamento das iniciativas locais às diretrizes de gestão e governança institucional.

b) Elaboração do Plano de Implementação Qualificada do Plano Pena Justa TJBA

Em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJBA), foi elaborado o Plano de Implementação Qualificada do Plano Pena Justa TJBA, com a finalidade de sistematizar as ações sob responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, mediante definição de metas, prazos e unidades responsáveis. A estruturação do documento busca fortalecer o acompanhamento e a execução das medidas previstas no Plano Estadual, promovendo maior organização, monitoramento e alinhamento institucional das ações estratégicas relacionadas à política penal e socioeducativa. O Plano foi aprovado pela Presidência do TJBA no âmbito do Processo nº 80521251.000015/2026-87.

• Ações em Andamento

a) Elaboração de PRODOC (documento de projeto) em Parceria com o PNUD

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi iniciada a elaboração de documento de projeto voltado à temática dos direitos humanos, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento de ações institucionais alinhadas às diretrizes nacionais e internacionais de promoção e proteção de direitos fundamentais, contribuindo para o fortalecimento de políticas judiciárias atinentes à inclusão, à cidadania e à garantia de acesso à justiça.

b) Plano de Comunicação de Projetos Estratégicos

Articulação de atuação conjunta com a Secretaria de Comunicação para o desenvolvimento e execução de plano de comunicação voltado aos projetos estratégicos institucionais, com o objetivo de ampliar a divulgação das ações desenvolvidas pela Corte, promovendo maior visibilidade institucional junto aos públicos interno e externo, além de fortalecer a transparência, o engajamento e a disseminação das iniciativas estratégicas implementadas no âmbito do Tribunal.

c) Fluxo de Gerenciamento do Mapeamento de Processos

Com o objetivo de priorizar o mapeamento de processos alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal, encontra-se em elaboração ato normativo destinado à definição do fluxo de gerenciamento dessas atividades. A proposta contempla a padronização dos procedimentos relacionados às demandas de mapeamento conduzidas tanto pela SEP quanto pelas demais unidades do Tribunal, buscando conferir maior organização, racionalidade e alinhamento institucional às iniciativas de melhoria de processos.

d) Elaboração do fluxo de coleta de dados biométricos e do cadastramento de dados civis de pessoas privadas de liberdade

Em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJBA), encontra-se, em andamento, a elaboração do fluxo de coleta de dados biométricos e do cadastramento de dados civis de pessoas privadas de liberdade. A iniciativa visa padronizar procedimentos, definir fluxos operacionais e fortalecer a regularização documental e a confiabilidade dos registros da população carcerária, em alinhamento às diretrizes nacionais sobre identificação civil no sistema prisional.

e) Fiscalização dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs) e Salas Passivas

A iniciativa busca garantir o regular funcionamento dos equipamentos destinados à realização virtual de atos processuais, promovendo inclusão digital e facilitando o atendimento à população com dificuldades de acesso aos serviços judiciais eletrônicos. No período, foram registrados 118 atendimentos nos PIDs e 6.511 nas Salas Passivas.

3.3 AÇÃO SOCIAL

No âmbito das ações sociais desenvolvidas no período, destacam-se as seguintes iniciativas:

- campanha permanente de arrecadação destinada ao Mutirão PopRuaJud;
- realização da exposição “Entre Nós – Unidas contra a Violência, Fortalecidas pela Esperança”;
- promoção da Feira da Páscoa, com arrecadação de kits de higiene;
- participação na ação “Para além do 8 de Março – Semana da Mulher do TRT5”; e
- realização de Feira de Saúde, com oferta de serviços gratuitos, palestras, oficinas e atividades voltadas à promoção da saúde física e mental e do bem-estar.

Além disso, foram concluídas as ações a seguir.

a) Centro Cultural

Publicação de edital para seleção de interessados na realização de exposições no átrio da sede do Tribunal de Justiça da Bahia e no Fórum Ruy Barbosa.

b) Feira Orgânica

Realização de evento semanal destinado à comercialização direta de alimentos por produtores locais para fomentar o desenvolvimento sustentável e o consumo de produtos livres de agrotóxicos.

c) Feira Temáticas

Realizadas em datas comemorativas – como Dia das Mães, São João, Sustentabilidade, Acessibilidade e Natal –, as feiras temáticas promovem espaço para divulgação e comercialização de produtos por empreendedores e expositores.

d) Campanhas Solidárias

São realizadas campanhas de arrecadação de brinquedos, agasalhos, materiais de higiene e alimentos não perecíveis destinados a instituições não governamentais da capital. As doações são recebidas, principalmente, por meio das contrapartidas sociais, realizadas pelos expositores participantes das Feiras Temáticas.

4. PROJETOS DESENVOLVIDOS



(<https://www.tjba.jus.br/portal/presidente-do-tjba-da-inicio-aos-projetos-estruturantes-de-sua-gestao-2026-2028/>)

4.1 Projeto



Estratégico: Nexus – Conectando Pessoas, Estratégia e Resultados

Unidade Demandante: Secretaria de Estratégia e Projetos.

Status: em andamento.

Escopo: implementar o Modelo de Governança Integrada, com a disponibilização do Painel Estratégico Nexus e realizar o monitoramento estruturado das evidências e das pontuações vinculadas às diretrizes nacionais, até o encerramento do ciclo avaliativo 2026-2027, visando assegurar o alinhamento estratégico das unidades administrativas e judiciárias e maximizar o desempenho do TJBA no Poder Judiciário Nacional.

Entregas realizadas: Decreto Judiciário nº 245/2026 instituindo o projeto; Decreto Judiciário nº 292/2026 designando os coordenadores executivos; disponibilização do Painel Nexus para o monitoramento das atividades; e realização de 29 reuniões técnicas com os Coordenadores Executivos.

4.2 Projeto Estratégico: TJBA Protege – Núcleo de Justiça 4.0



Unidade Demandante: Secretaria de Estratégia e Projetos.

Coordenadora do Projeto: Dra. Bianca Gomes da Silva.

Status: em andamento.

Escopo: instituir e implementar o Núcleo de Justiça 4.0 TJBA Protege – Análise de Medidas Protetivas, Amparo e Proteção Integral à Vítima Vulnerável, até junho de 2026, mediante a

reestruturação do atual Núcleo de Justiça 4.0 – Medidas Protetivas de Urgência, a fim de ampliar a atuação institucional na análise de MPUs e no processamento e julgamento das demandas relacionadas à proteção de vítimas de violência doméstica e familiar, bem como de vítimas em situação de vulnerabilidade decorrente de crimes contra a dignidade sexual.

Entregas realizadas: Decreto Judiciário nº 246/2026 instituindo o projeto; Decreto Judiciário nº 291/2026 designando os juízes para atuarem no Núcleo; análise e impulsionamento de 82 processos relacionados aos crimes contra dignidade sexual, dentre os quais 37 foram sentenciados no âmbito do projeto; 2.377 decisões proferidas em medidas protetivas; redução do tempo médio da primeira decisão para 11h31 horas; e início do desenvolvimento de painel BI para acompanhamento estadual dos processos relacionados à violência sexual.

4.3 Projeto Estratégico: TJBA Mais Júri – 3ª Edição



Unidade Demandante: Secretaria de Estratégia e Projetos.

Coordenador do Projeto: Dr. Leonardo Carvalho Tenório de Albuquerque.

Status: em andamento.

Escopo: instituir a 3ª Edição do Projeto TJBA Mais Júri, até abril de 2026, com o objetivo de promover a coordenação institucional, o monitoramento e o apoio à realização de, no mínimo, 1.500 sessões do Tribunal do Júri, bem como assegurar a análise de 100% dos processos pendentes de decisão de pronúncia/impronúncia em trâmite no 1º Grau do Poder Judiciário do Estado da Bahia, até 19 de dezembro de 2026. A iniciativa visa à redução de, ao menos, 10% do acervo de processos pendentes e aptos a julgamento, bem como à diminuição em 10% do tempo médio dos processos pendentes líquidos.

Entregas realizadas: Decreto Judiciário nº 353/2026 instituindo o projeto; Decreto Judiciário nº 354/2026 designa os juízes para atuarem no projeto; Decreto Judiciário nº 523/2026 designa servidores para atuarem no projeto; realização de 127 sessões plenárias; levantamento do acervo processual pendente de pronúncia; designação de 428 sessões de maio a junho/2026; e monitoramento contínuo do fluxo processual.

4.4 Projeto Estratégico: TJBA Acelera – Justiça boa é rápida



Unidade Demandante: Secretaria de Estratégia e Projetos e Secretaria Judiciária.

Gestora Negocial: Marielle Ferreira.

Status: em andamento.

Escopo: instituir o Plano de Atuação Estratégica do 1º Grau até abril de 2026 e implementá-lo nas 203 comarcas do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia até outubro de 2026, assegurando a sensibilização dos(as) magistrados(as) e a preparação estratégica dos(as) diretores(as) de secretaria para a gestão eficiente do acervo processual de suas unidades. A iniciativa visa fortalecer a difusão da Estratégia Institucional, aprimorar a gestão das unidades judiciais e impulsionar o desempenho do Tribunal nos indicadores de produtividade, mediante a redução do tempo médio de tramitação processual para, ao menos, 900 (novecentos) dias, o aumento da baixa processual e o incremento da arrecadação de custas, com reflexos positivos no cumprimento das Metas Nacionais.

Entregas realizadas: Decreto Judiciário nº 316/2026 instituindo o projeto; Decreto Judiciário nº 596/2026, institui Núcleo de Saneamento e designa magistrados para sua composição; redução do tempo médio de tramitação de 1.351 para 1.110 dias; e redução do acervo de processos distribuídos até 2015 de 167.728 para 155.958 processos.

4.5 Projeto Estratégico: Justiça em Território

Unidade Demandante: Secretaria de Estratégia e Projetos.

Gestora Negocial: Desirée Brandão Müller.

Status: em andamento.

Escopo: realizar 5 (cinco) edições do Projeto “Justiça em Território – Presença que transforma” no interior do Estado da Bahia, nos anos de 2026 e 2027, mediante a transferência provisória da sede da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a realização de sessões de julgamento de Segundo Grau e a promoção de ações institucionais voltadas ao fomento de políticas públicas destinadas à garantia de direitos fundamentais, em comarcas definidas

pelo Presidente do TJBA, com vistas ao fortalecimento da presença institucional do Tribunal junto à sociedade e ao público interno.

Entregas realizadas: Decreto Judiciário nº 540/2026 que transfere, provisoriamente, a sede da Presidência para a Comarca de Cachoeira; Decreto Judiciário nº 568/2026 que institui o projeto; e atos preparatórios para a 1ª Edição em Cachoeira.

4.6 Projeto Departamental: PopRuaJud Bahia

Unidade Demandante: Secretaria de Estratégia e Comitê PopRuaJud.

Gestora Negocial: Maria Paula Blumetti.

Status: em andamento.

Escopo: implementar as diretrizes da Resolução CNJ nº 425/2021 (Portaria CNJ nº 176/2025) para garantir o funcionamento do Comitê Local PopRuaJud; realizar capacitações relacionadas à Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades; implementar fluxo permanente de trabalho colaborativo e em rede entre atores institucionais envolvidos na política; realizar, no mínimo, 4 mutirões de cidadania e acesso à justiça, contemplando comarcas do interior; e implementar e acompanhar, no sistema de tramitação processual eletrônica, o mecanismo de identificação da existência de pessoa em situação de rua.

Entregas realizadas: atualização do Comitê Local e cadastro de seus integrantes; realização da 2ª Edição do Mutirão PopRuaJud em Salvador/BA nos dias 22 e 23 de abril, com mais de 7000 atendimentos; formação de grupo de voluntários do TJBA; disponibilização de ferramenta digital de credenciamento e atendimento com coleta de dados sociais para o Mutirão; formalização de Termo de Cooperação Técnica entre TJBA, TRT5 e Município de Salvador; e promoção de capacitação e expansão do projeto para o interior do Estado, com previsão da 3ª edição em Feira de Santana/BA.



5. CONCLUSÃO

Ao longo dos primeiros 100 (cem) dias da gestão do biênio 2026-2028, a Secretaria de Estratégia e Projetos desempenhou papel estratégico na implementação das diretrizes institucionais da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, promovendo ações voltadas ao fortalecimento da governança, ao aprimoramento da gestão estratégica, à modernização administrativa e à consolidação de políticas judiciárias alinhadas às orientações do Conselho Nacional de Justiça.

Os resultados apresentados evidenciam avanços relevantes na consolidação de uma cultura institucional pautada pelo planejamento estratégico, pela governança, pela transparência e pelo monitoramento de indicadores, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional do TJBA e para a construção de uma Justiça mais eficiente, acessível, humanizada e conectada às demandas da sociedade baiana.

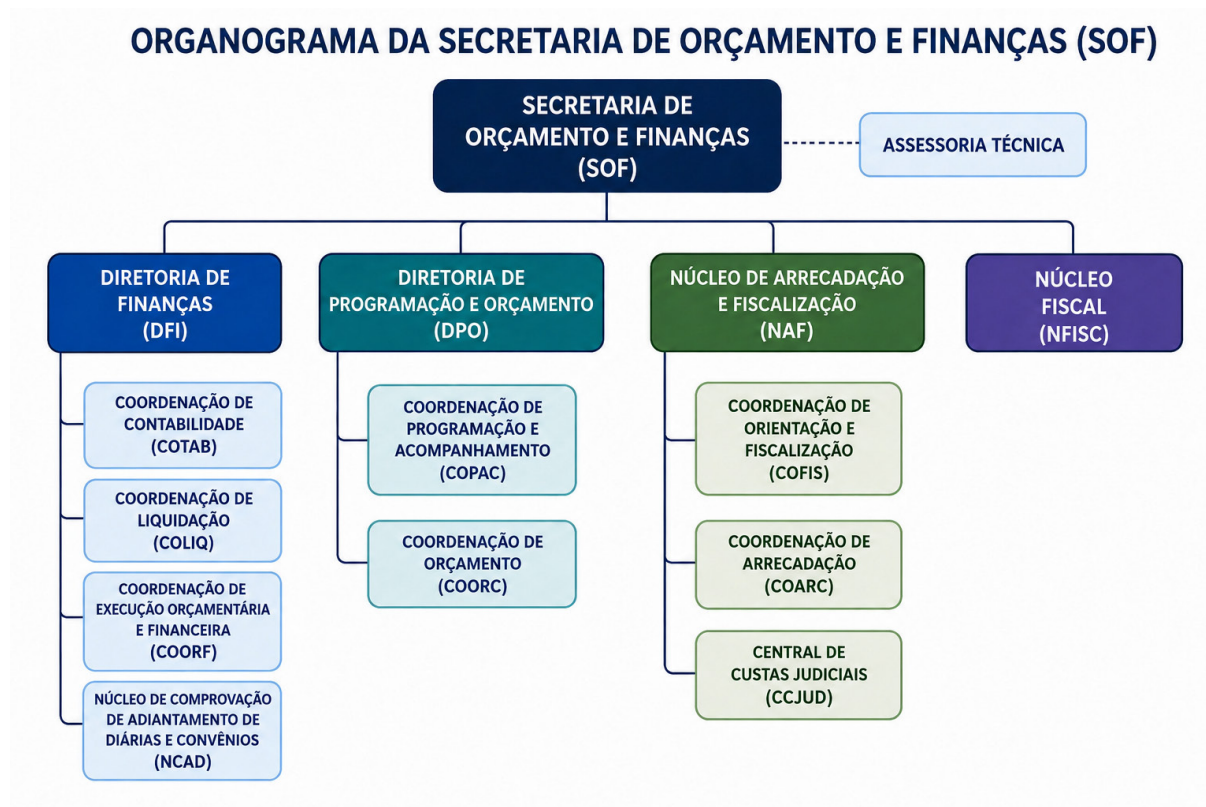
Por fim, a Secretaria de Estratégia e Projetos reafirma seu compromisso com a continuidade das ações estratégicas em desenvolvimento e com o aperfeiçoamento permanente dos mecanismos de gestão, governança e inovação institucional, consoante os objetivos da Presidência e a missão constitucional do Poder Judiciário baiano.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



1. APRESENTAÇÃO

1.1. Criação e Estruturação da Secretaria de Orçamento e Finanças



A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) foi instituída, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), no dia 18 de março de 2026, a partir da promulgação da Lei Estadual nº 15.128/2026, cujo teor dispõe sobre a reestruturação administrativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Dentre outras medidas, promoveu-se a extinção da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), criando, por seu turno, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e a Secretaria de Estratégia e Projeto (SEP).

Ao alterar o art. 201, § 2º, da Lei Estadual nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, a norma passou a atribuir à SOF a competência para a formulação de diretrizes orçamentárias, financeiras e de gestão, bem como para a condução das atividades de execução orçamentária no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Na esfera institucional, foi expedido o Decreto Judiciário nº 259, de 20 março de 2026, atribuindo à SOF a competência para a gestão da Diretoria de Programação e Orçamento (DPO), da Diretoria de Finanças (DFI) e do Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF).

Por sua vez, o Decreto Judiciário nº 261, de 20 de março de 2026, dispôs acerca da delegação de competências ao Secretário de Orçamento e Finanças, as quais abarcam a prática de atos relacionados à gestão orçamentária, financeira e de arrecadação, incluindo a movimentação de contas bancárias do Poder Judiciário, a autorização de adiantamentos, a designação de fiscais de contratos, a emissão de manifestações técnicas em processos administrativos e a condução de procedimentos licitatórios nas áreas de atuação da SOF.

Com base em tais alterações normativas, a SOF iniciou suas atividades no ano de 2026, estruturando-se da seguinte forma: I) Secretaria de Orçamento e Finanças, abarcando a Assessoria Técnica do Secretário; II) Diretoria de Finanças (DFI), sob a qual estão vinculadas a Coordenação de Contabilidade (COTAB), a Coordenação de Liquidação (COLIQ), a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (COORF) e o Núcleo de Comprovação de Adiantamento de Diárias e Convênios (NCAD); III) Diretoria de Programação e Orçamento (DPO), a qual estão vinculadas a Coordenação de Programação e Acompanhamento (COPAC) e a Coordenação de Orçamento (COORC); IV) Núcleo de Arrecadação Fiscal (NAF), a qual estão vinculadas a Coordenação de Orientação e Fiscalização (COFIS), a Coordenação de Arrecadação (COARC) e a Central de Custas Judiciais (CCJUD); e V) Núcleo Fiscal (NFISC).

No que concerne à Diretoria de Finanças (DFI), verifica-se a responsabilidade pelo planejamento e pela coordenação das atividades de execução orçamentária, financeira, contábil e de liquidação das despesas realizadas pelo TJBA. Compete-lhe, ademais, o controle da concessão de diárias e adiantamentos, bem como a execução dos contratos relativos à sua área de atuação.

Em relação à Diretoria de Programação e Orçamento (DPO), destacam-se dois fluxos de trabalho centrais: a elaboração da proposta orçamentária e o acompanhamento da execução orçamentária do Tribunal. Nesse sentido, tem-se que a DPO atua na orientação e no acompanhamento das Unidades Gestoras do Orçamento (UGs), compilando demandas de despesas de custeio, manutenção e investimento, recebendo solicitações de provisões, realizando as movimentações orçamentárias cabíveis e alertando a administração quanto a eventuais inconformidades.

Além disso, pontua-se a realização de outras atividades coordenadas, as quais incluem: I) a elaboração de relatórios mensais de execução orçamentária e financeira; II) a articulação com as Secretarias do Poder Executivo em matéria de orçamento e finanças; III) o monitoramento da evolução da despesa com pessoal, em diálogo com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP); e IV) a publicação de informações e relatórios em cumprimento às Resoluções nº 102/2009 e nº 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Já no âmbito do Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF), destacam-se as atividades de controle de arrecadação, renovação dos contratos celebrados entre o TJBA e as instituições bancárias integrantes da Rede Arrecadadora, assim como de arrecadação originária das custas judiciais e acompanhamento da receita passível de recuperação.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de atividades de orientação e fiscalização, em especial, a partir da execução do Plano de Fiscalização para 2026. No presente exercício, estima-se a realização de 301 (trezentos e um) procedimentos fiscalizatórios, dos quais já foram instaurados, por meio do Sistema de Gerenciamento de Fiscalização (FISCO), 46 em cartórios extrajudiciais e 82 em cartórios judiciais, totalizando 42,5% do planejamento anual.

Também compete ao NAF a orientação sobre o correto recolhimento das taxas cartorárias e os procedimentos de cobrança, mediante o serviço de Plantão Fiscal, cujo viés compreende a

elaboração de Pronunciamentos Técnicos, além do atendimento ao público interno e externo por meio telefônico ou digital.

Cabe salientar a recente adição do Núcleo Fiscal à estrutura da SOF. Conforme será detalhado ao tratar das ações da Secretaria, cuida-se de unidade administrativa instituída pelo Decreto Judiciário nº 521, de 27 de abril de 2026, em atendimento à necessidade de centralização, padronização e controle da transmissão de dados fiscais no PJBA, bem como de fortalecimento do controle fiscal interno e conformidade com as obrigações fiscais, laborais e previdenciárias.

Em arremate, pontua-se que a SOF já iniciou a sua atuação em órgãos colegiados e agrupamentos deste Tribunal, a exemplo: I) Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de novo plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; II) Comitê Gestor Regional Orçamentário e de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição; e III) Comissão para a Contratação de Implantação de Sistema de Videomonitoramento para os Edifícios do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Vale anotar a participação da Secretaria nas atividades desenvolvidas no âmbito da gestão do Portal da Transparência do TJBA, bem como do Núcleo Socioambiental do Tribunal.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

- Fortalecer a atuação integrada entre as unidades vinculadas à SOF, mediante compartilhamento contínuo de informações sobre as atividades desenvolvidas e a realização de reuniões de alinhamento interno.
- Promover a qualificação contínua das equipes de trabalho.
- Aperfeiçoar a documentação técnica e as orientações normativas que regulam os processos de pagamento, liquidação e contratos.
- Aperfeiçoar e mapear os processos de trabalho da Coordenação de Liquidação (COLIQ), identificando gargalos operacionais, redundâncias e oportunidades de racionalização, com vistas a estruturar fluxos mais eficientes, reduzir tempo de processamento e, fundamentalmente, mitigar riscos administrativos e operacionais.
- Modernizar a infraestrutura tecnológica dos processos, buscando maior integração com sistemas corporativos e avaliação de novas plataformas de automação.
- Otimizar os processos de arrecadação e combate à evasão fiscal.
- Orientar e fiscalizar os atos praticados nos cartórios judiciais e extrajudiciais.

3. AÇÕES

3.1. Instituição do Núcleo Fiscal e aperfeiçoamento das medidas de implantação do e-Social e do EFD-Reinf no Poder Judiciário

Desde a implantação do e-Social no âmbito do Poder Judiciário, a Coordenação de Contabilidade (COTAB) e a Diretoria de Finanças (DFI) têm colaborado na transmissão do eSocial e da EFD Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) para a Receita Federal.

Com vistas à implementação de melhorias em tais ferramentas, a COTAB e a DFI alcançaram a criação do Núcleo Fiscal (NFISC), por meio do Decreto Judiciário nº 521, de 27 de abril de 2026, unidade administrativa vinculada à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), com a finalidade de promover a conformidade fiscal, validar dados e realizar, com exclusividade, a transmissão das informações aos sistemas integrantes do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), especialmente o e-Social, a EFD Reinf e a DCTFWeb.

Trata-se de unidade responsável pela gestão estratégica e operacional das demandas fiscais do PJBA, em observância aos princípios da segregação de funções, da fidedignidade dos dados e da eficiência administrativa, nos moldes do art.1º, § 1º e 2º, do Decreto nº 521/2026.

Consoante o disposto no art. 2º desse ato normativo, são competências, privativamente, do Núcleo Fiscal a gestão, a conciliação, a validação e a transmissão das escriturações fiscais e tributárias aos sistemas que fazem parte do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Também são atribuídos ao Núcleo o monitoramento da regularidade fiscal institucional e a centralização do atendimento de notificações, intimações e outras demandas oriundas de órgãos fiscalizadores nas esferas federal, estadual e municipal.

Já no campo das atribuições técnicas do Núcleo, estabeleceu-se, nos moldes do art. 3º do Decreto, a responsabilidade pela análise, pela transmissão e pelo acompanhamento do processamento das informações prestadas por meio do e-Social, da EFD-Reinf e da DCTFWeb, além da gestão de sistemas integradores e de programas de autorregularização. Incluíram-se a definição e a revisão do calendário anual de obrigações fiscais, orientando as Unidades Gestoras (UGs) quanto à correta geração e ao envio dos dados.

Por fim, no âmbito operacional e de controle dos fluxos fiscais, o art. 4º delega ao Núcleo as funções de: supervisionar a recepção dos eventos de retorno e dos comprovantes de envio; manter a comunicação com o Poder Executivo Estadual; e realizar o encaminhamento de documentos para o recolhimento de tributos e o controle financeiro das obrigações previdenciárias, com a adoção das medidas necessárias à correção de eventuais divergências.

3.2. Atualização do Contrato 21/23-S

No âmbito da Diretoria de Finanças, foi promovida, no início desta gestão, a renovação do Contrato 21/23-S, firmado junto ao Banco do Brasil, através do qual se implementou a emissão de Cartão Corporativo, facilitando o processo de pagamento de adiantamentos, dando-lhe maior segurança e celeridade.

Trata-se de cartão com liquidação imediata, criado para proporcionar agilidade, segurança, modernidade, melhor controle de gastos e prestação de contas na utilização dos recursos públicos, proporcionando maior transparência.

3.3. Criação de dois novos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), consolidação dos POPs existentes e mapeamento de riscos operacionais em matéria de liquidação

Sob o escopo da Coordenação de Liquidação (COLIQ), foram elaborados dois Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que, além de essenciais para treinamento de pessoal, auditoria interna e aperfeiçoamento contínuo, documentam, de forma sistemática, as rotinas de trabalho e os fluxos operacionais, quais sejam o POP de Análise e Liquidação de Diárias e o POP de Análise e Liquidação de Ressarcimento e Indenização de Transporte.

O primeiro visa à regulamentação do fluxo completo de recebimento, validação, conferência de conformidade normativa e processamento de pedidos de diárias, incluindo verificação de requisitos legais, cálculo de valores e procedimentos de pagamento. Já o segundo detalha os procedimentos para análise de pedidos de ressarcimento de despesas com transportes e indenizações correlatas, incluindo validação de documentação, cálculo de valores e conformidade com tabelas vigentes.

O mapeamento de processos subjacente revelou-se estratégico para: I) identificar e corrigir procedimentos inconsistentes ou obsoletos; II) racionalizar atividades e eliminar redundâncias; III) estabelecer pontos de controle e validação; e IV) mitigar riscos de erros administrativos.

Em função disso, também foi dada continuidade à ampliação do processo de mapeamento e documentação dos Procedimentos Operacionais Padrão de todos os processos de trabalho da COLIQ, com vistas à garantia de uniformidade, rastreabilidade e conformidade regulatória em todas as atividades desenvolvidas.

Com o objetivo de estruturar um framework de gestão de riscos que possibilite a identificação proativa de vulnerabilidades e o delineamento de controles preventivos e detectivos, encontra-se, em andamento, iniciativa de mapeamento sistemático dos riscos operacionais associados a cada POP, com a identificação de cenários de falha, impactos potenciais e respectivas medidas de mitigação. Para tanto, utiliza-se matriz de riscos (probabilidade × impacto), a fim de priorizar as ações de controle.

3.4. Desenvolvimento de ferramentas interativas de checklist de liquidação

Sob a responsabilidade da DFI, encontram-se, em elaboração, duas ferramentas interativas de checklist que permitirão a validação automatizada de operações de liquidação em contextos específicos, quais sejam: I) a Ferramenta Interativa de Checklist de Liquidação de Diárias, validadora de requisitos, documentação e conformidade de pedidos de diárias; e II) a Ferramenta Interativa de Checklist de Liquidação em Processos de Pagamento de Contratos, validadora de conformidade contratual, retenções tributárias e procedimentos de ateste e pagamento.

Tal ação busca, por meio de ferramentas computacionais, reduzir erros manuais, acelerar o processamento de diárias e aumentar a rastreabilidade das operações de liquidações. Em continuidade, será realizada a finalização dos protótipos e dos testes com dados reais, assim como o treinamento das equipes de liquidação para utilizar as ferramentas em esqueque.

3.5. Elaboração do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e da Proposta de Lei Orçamentárias Anual (PLOA) para o exercício de 2027

No que tange à participação do TJBA na elaboração da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado da Bahia, por intermédio da Diretoria de Programação e Orçamento, as prioridades do Poder Judiciário foram informadas ao Poder Executivo, no tocante ao exercício financeiro vindouro em conformidade com as diretrizes da atual administração, bem como a estimativa das receitas para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, a partir do registro no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (FIPLAN).

Nesse ponto, salienta-se a consolidação da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), bem como a sua aprovação interna e o encaminhamento para o Poder Executivo. Para tanto, encontra-se, em andamento, a orientação das Unidades Gestoras atinente à fixação das cotas orçamentárias, dos prazos e dos fluxos, com vistas à elaboração do Plano de Trabalho Anual (PTA), documento que formaliza a PLOA.

3.6. Preparação do Plano de Contratações Anual (PCA)

No âmbito da DPO, realiza-se a coordenação da recepção e da publicação das informações que compõem o Plano de Contratações Anual (PCA), o qual constitui o instrumento de planejamento e governança que consolida todas as aquisições de bens e serviços, assim como de obras e soluções de tecnologia que o Poder Judiciário pretende realizar no exercício financeiro seguinte.

3.7. Acompanhamento e controle da execução orçamentária descentralizada

Com o propósito de subsidiar a Alta Administração do TJBA na tomada de decisões estratégicas e assegurar o controle orçamentário, a DPO realiza o acompanhamento mensal das despesas planejadas versus executadas. Os relatórios de execução orçamentária são submetidos à análise em reuniões periódicas, que contam com a participação das áreas de Orçamento e Finanças, além da Secretaria-Geral da Presidência.

3.8. Implementação de funcionalidade de impedimento de Selagem no Selo Digital

Sob a esfera de atuação do Núcleo de Arrecadação Fiscal, iniciaram-se as tratativas para a implementação de impedimento da selagem no sistema do Selo Digital, objetivando a otimização do controle dos atos praticados e a prevenção à utilização do sistema fora das respectivas serventias extrajudiciais.

Busca-se, pois, que a selagem dos atos praticados pelas serventias seja realizada, exclusivamente, por meio de sistemas próprios devidamente homologados, que se comuniquem com o TJBA através do webservice do Sistema Selo Digital, assegurando que as atividades cartorárias sejam executadas por usuários qualificados, nas dependências das serventias e dentro de seus horários regulares de funcionamento.

3.9. Apresentação de proposta de integração do Sistema de Arrecadação Judicial por DAJE com o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR)

Em atenção ao Ato Normativo Conjunto nº 13 de 27 de abril de 2026, o NAF iniciou os trâmites necessários para facilitar o intercâmbio de informações entre escritórios de registros de imóveis. A partir de tal integração, os cartórios deverão utilizar sistemas próprios ou de fornecedores externos para a prática de serviços e selagem, almejando a redução da evasão de receitas mediante o registro eletrônico obrigatório.

3.10. Submissão de plano de curso para capacitação sobre custas judiciais

Com o fito de apresentar e esclarecer as modificações das regras de cobrança de custas judiciais – abordando conceitos avançados e alterações legislativas – a Coordenação de Orientação e Fiscalização (COFIS) formalizou, perante a Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp-TJBA), o curso intitulado “Capacitação em Custas Judiciais: Tópicos Avançados e Atualizações”.

Com carga de 28 horas, a capacitação tem como público-alvo servidores(as) em atuação nas Secretarias de Varas Cíveis e Criminais, nas Secretarias de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, bem como nas Varas Judiciais e nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Ao final do curso, pretende-se que os participantes alcancem os seguintes objetivos específicos: I) compreender as competências regimentais da COFIS e a função do Plantão Fiscal; II) revisar fundamentos e procedimentos básicos de cobrança de custas e despesas processuais; III) analisar as modificações e as inovações trazidas pela Lei nº 14.806/2024; IV) identificar as hipóteses de incidência novas e excluídas; e V) aplicar, corretamente, as regras de cobrança em casos práticos e simulado.

3.11. Prosseguimento do plano de ação para a reestruturação da Central de Custas Judiciais (CCJUD)

Perante a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), a proposta de reestruturação da Central de Custas Judiciais (CCJUD), submetida no âmbito do Núcleo de Arrecadação Fiscal, encontra-se em tramitação, via SEI.

Com vistas à modernização tecnológica e à integração sistêmica da CCJUD, busca-se implantar ferramenta tecnológica de consulta de débitos judiciais e de geração de guias de arrecadação, bem como promover a eliminação gradual do acervo de processos encaminhados para a análise da CCJUD durante as Semanas de Sentença e Baixa Processual.

Tal ação objetiva a modernização do Sistema de Custas Remanescentes (SCR) por meio da integração aos sistemas judiciais, visando à mitigação de erros operacionais e ao ganho de eficiência na análise dos processos, assim como à utilização de painéis de *Business Intelligence (BI)* para tratamento, consolidação e análise dos dados de arrecadação, emissão de DAJEs e aferição de produtividade na unidade.

4. PROJETOS DESENVOLVIDOS

4.1. Projeto Conexão Orçamentária TJBA: Integrar, Planejar, Executar

Unidade demandante: Diretoria de Programação e Orçamento.

Status: concluído.

Escopo: projeto de fomento à capacitação de secretários(as) e servidores(as) envolvidos(as) na execução orçamentária do TJBA acerca de temas, como orçamento público e fluxo institucional para a execução orçamentária e para a construção da Lei Orçamentária Anual (LOA), objetivando o fortalecimento da gestão orçamentária no âmbito do Poder Judiciário baiano e a preparação para a Reunião de Programação Orçamentária (RPO). Buscou-se, assim, a integração de unidades administrativas e judiciárias, de modo a promover maior eficiência na execução dos recursos públicos e fomentar o planejamento estratégico do Tribunal.

Entregas: evento realizado em 24 de março de 2026, no Auditório do Anexo II.





4.2. Projeto de Integração de Módulo Financeiro do SGF ao ContratosGOV

Unidade demandante: Diretoria de Finanças (DFI).

Status: em andamento.

Escopo: projeto de integração sistêmica que busca migrar e consolidar as funcionalidades de controle financeiro e liquidação de contratos do antigo módulo SGF para a plataforma ContratosGov. A integração permitirá centralização de informações, maior transparência, redução de reprocessamento de dados e melhor rastreabilidade de operações. Além disso, busca-se modernizar a infraestrutura de gestão contratual e financeira, promovendo inovação tecnológica e eficiência operacional.

Entregas: análise técnica de compatibilidade de sistemas; mapeamento de dados e funcionalidades; e planejamento da migração.

4.3. Projeto de implementação do Sistema de Arrecadação (SAS)

Unidade Demandante: Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF)

Status: em andamento.

Escopo: projeto estratégico em acompanhamento pela Reunião de Análise Estratégica (RAE), a fim de implantar o Sistema de Controle e Gestão de Receitas próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), com vistas à substituição gradual do DAJE por boleto bancário e integração da arrecadação via PIX. Tal processo, que contará com módulos judicial e extrajudicial, iniciando-se pela implementação desse último, objetiva otimizar a gestão da arrecadação por meio da rastreabilidade das transações e da identificação do canal de pagamento via QR Code, bem como a conciliação de pagamentos, redução de erros, aprimoramento do controle financeiro, disponibilização imediata dos recursos, maior integração, consolidação de dados e prevenção de pagamentos em duplicidade. Em síntese, pretende-se otimizar a previsibilidade da despesa do TJBA, a partir de novas ferramentas de arrecadação, com base em um modelo de eficiência e previsão.

Entregas: levantamento dos requisitos funcionais e contratação do Banco Santander como instituição financeira arrecadadora, a qual será responsável por prover soluções tecnológicas voltadas à geração dos boletos e do QR Code Pix para pagamentos no novo sistema.

4.4. Projeto de Otimização do Processo de Restituição de Custas Via Sistema SEI-TJBA

Unidade Demandante: Núcleo de Arrecadação Fiscal.

Status: em andamento.

Escopo: projeto de implantação de novo módulo e fluxos processuais no SEI, com vistas à consolidação do sistema como plataforma única para o processamento de solicitações de restituições de taxas no âmbito do TJBA. Tal projeto inspira-se na experiência bem-sucedida do Supremo Tribunal Federal (STF), que já dispõe de um módulo equivalente ao que se pretende implementar no TJBA e plenamente operacional, buscando a otimização, a padronização, a celeridade e a transparência do fluxo de restituição, tanto para usuários internos quanto externos.

Entregas: mapeamento dos processos atuais; adequação de fluxos no SEI; e implementação de novo módulo SEI ou aproveitamento de módulos em tramitação perante a governança do sistema.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



1. APRESENTAÇÃO

Desde o início da gestão, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia trabalhou com foco em três compromissos centrais: entregar soluções que façam diferença real para quem usa os serviços do Tribunal; elevar o nível de maturidade em governança de TIC; e construir uma base tecnológica que sustente o crescimento do TJBA nos próximos anos.

Este relatório apresenta o que foi feito nesse período, sem exagero e sem omissão. São ações concluídas, projetos em curso e iniciativas ainda em construção, todas alinhadas às diretrizes da Presidência e ao Plano de Gestão do Biênio.

2. GOVERNANÇA NORMATIVA E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

A modernização de uma secretaria de TIC não se resume ao que ela entrega. Passa, também, pela regularidade jurídica da estrutura que sustenta as entregas. Um dos trabalhos centrais desses primeiros 100 dias foi exatamente este: construir a base normativa que a SETIM ainda não tinha.

No período, foi elaborada proposta de substituição integral do Capítulo XVI do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares, com nova estrutura organizada em quatro unidades diretamente subordinadas ao Secretário, em tramitação no Processo SEI nº 80521251.000082/2026-00. A proposta não cria cargos nem novas estruturas de pessoal, porquanto ela reflete a realidade organizacional já em funcionamento e confere amparo regimental às funções que a Secretaria exerce na prática. Está alinhada ao Plano de Gestão do Biênio 2026-2028 e ao iGovTIC-JUD (Portaria CNJ nº 45/2026), assim como constitui resposta direta às determinações do Acórdão do CNJ no Procedimento de Inspeção nº 0001017-61.2024.2.000000, cujo viés impõe aprimoramentos na governança de TIC, na gestão de contratações e na estrutura de segurança da informação do Tribunal.

Entre as inovações mais relevantes, está a estruturação formal de uma área dedicada à gestão de contratos de TIC, com núcleos distintos para normatização e planejamento das contratações, bem como para gestão fiscal e acompanhamento dos contratos em execução. Essa segregação de funções, exigida pela Lei nº 14.133/2021, confere mais controle ao portfólio contratual, maior rastreabilidade das decisões administrativas e transparência reforçada nos processos que envolvem recursos públicos de TIC.

No mesmo sentido, o Gabinete do Secretário passa a contar com uma Assessoria de Orçamento e Finanças de TIC, função até então inexistente na SETIM, com suporte direto ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira da unidade, elevando o nível de controle sobre os recursos geridos e qualificando as decisões de investimento em tecnologia.

3. OBJETIVOS TRAÇADOS

Nos primeiros cem dias, as ações desenvolvidas pela SETIM estiveram alinhadas aos eixos estratégicos do Plano de Gestão do Biênio e à agenda de reestruturação normativa e organizacional da Secretaria, conforme detalhado a seguir.

- Eixo VIII – Segurança Institucional: fortalecer a segurança cibernética e a proteção de dados institucionais, com a obrigatoriedade do MFA e a implantação de API para proteção de dados.
- Eixo IX – Políticas Judiciárias: enfrentamento à violência doméstica com o Aplicativo TJBA Zela; implantação do SAREF para controle biométrico do comparecimento em juízo; e integração de inteligência artificial ao sistema processual com o PROJUDI IA.
- Eixo X – Integridade e Transparência: acompanhamento contínuo das iniciativas estratégicas pelo Projeto Nexus; revisão do Plano de Gestão de Riscos e do Plano de Continuidade; e centralização das informações de colegiados em ambiente digital único.
- Eixo XI – Qualificação dos Métodos de Arrecadação de Custas: automatização do fluxo de precatórios com a Ferramenta NACP; e validação automatizada de pagamentos via API de proteção de dados.
- Eixo XII – Sustentabilidade: implantação do Sistema de Agendamento para Carregadores de Carros Elétricos, promovendo uso eficiente da infraestrutura e alinhamento à frota elétrica institucional.
- Eixo XIII – Acesso à Justiça: modernização das audiências virtuais com o Sistema de Audiência Inteligente (AUDIN); e ampliação do acesso à Justiça por meio do TJBA Zela e do PROJUDI IA.
- Governança de TIC (transversal): publicação de políticas de seleção de lideranças e habilitação de mudanças, alinhadas ao iGovTIC-JUD 2026; revisão do PCA 2026; e implementação de Painéis de Gestão (Qlik/SEGESP).
- Reestruturação normativa e organizacional: elaboração de proposta de nova redação do Capítulo XVI do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares, com criação de área formal de gestão de contratos de TIC com segregação de funções, bem como de Assessoria de Orçamento e Finanças de TIC no Gabinete do Secretário, conferindo amparo regimental às funções já exercidas na prática e qualificando o controle sobre contratos e execução orçamentária.

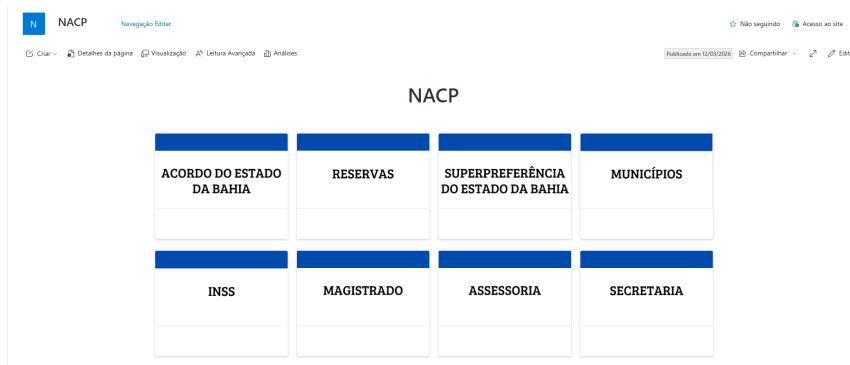
4. AÇÕES REALIZADAS

Nesta seção, são apresentadas as iniciativas que geraram maior impacto em termos de entrega de valor para magistrados, servidores e usuários dos serviços de TIC do TJBA.

Ferramenta para gestão de Precatórios

Solução desenvolvida para unificar, automatizar e simplificar o fluxo de trabalho dos setores de INSS e Reservas, que dependiam de múltiplas planilhas e sistemas paralelos para consolidar dados e preparar pagamentos. Informações do sistema de habilitação e planilhas de controle

interno passaram a convergir em um único ambiente integrado, garantindo mais segurança, padronização e eficiência ao processo.



Painel de Monitoramento – Projeto Nexus

Permite o acompanhamento contínuo das ações vinculadas às iniciativas estratégicas, especialmente as relacionadas ao Prêmio CNJ de Qualidade 2026-2027. Reforça a gestão orientada por evidências e registra outras iniciativas que contribuem para o desempenho institucional.

Sistema de agendamento para carregadores de carros elétricos

Traz previsibilidade e transparência para o uso dos equipamentos, permitindo que os servidores organizem sua rotina e garantam o acesso ao serviço. Evita sobreposições de agendamentos e contribui para o uso mais eficiente da infraestrutura disponível.



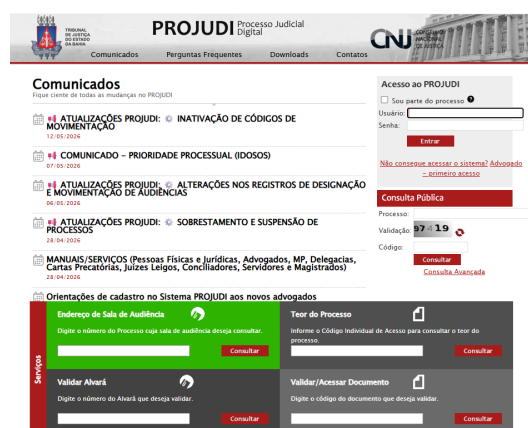
Ferramenta de Controle de Colegiados

Reúne, em um único ambiente digital no SharePoint On-line, informações sobre comissões, comitês e conselhos do Tribunal, substituindo planilhas e controles isolados e facilitando acesso e atualização de dados.



PROJUDI IA

Integra inteligência artificial diretamente ao Sistema PROJUDI, permitindo resumir movimentações processuais, analisar os autos completos, visualizar a linha do tempo do processo, elaborar minutas e interagir com a IA com garantia de sigilo e privacidade dos dados processuais.



API para proteção de dados

Canal seguro de comunicação entre sistemas que automatiza e controla a confirmação de pagamentos sem acesso direto a contas bancárias ou ao compartilhamento de certificados digitais. Torna o fluxo de validação mais ágil, confiável e com maior controle institucional.

SAREF

Controla, por identificação biométrica, o comparecimento periódico em juízo de pessoas condenadas com obrigação legal de apresentação. Implantação inicial na Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, com integração ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).



Aplicativo Zela

Permite que vítimas de violência doméstica solicitem medidas protetivas de urgência de forma rápida e acessível, sem necessidade de advogado. Possibilita o cadastro de até três pessoas de confiança, que recebem alertas por SMS em situações de pedido de ajuda urgente.



AUDIN – Audiência Inteligente

Projeto-piloto implantado na 16ª Vara dos Juizados Especiais de Defesa do Consumidor de Salvador, tornando-a a primeira unidade da COJE a migrar, definitivamente, para o novo ecossistema de audiências virtuais com inteligência artificial, em substituição à plataforma LifeSize.



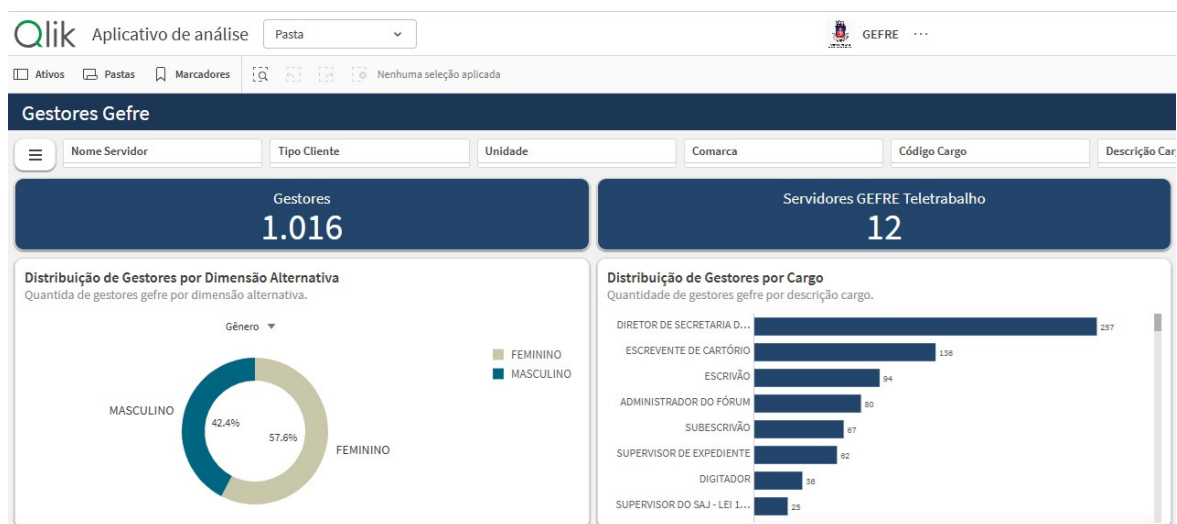
Obrigatoriedade do uso do MFA

Em atendimento ao normativo do CNJ, estabeleceu a obrigatoriedade da autenticação multifator e promoveu orientações sobre boas práticas de segurança digital. Reduz riscos de acesso indevido, previne vazamento de dados e aumenta a confiabilidade dos sistemas institucionais.



Painel de Gestão – SEGESP

Painéis desenvolvidos na ferramenta Qlik para automatizar a geração de indicadores, reduzir demandas operacionais e dar mais autonomia aos usuários, que passam a acessar e analisar informações diretamente, sem necessidade de solicitações intermediárias.



Migração do PJe 2G para a nuvem

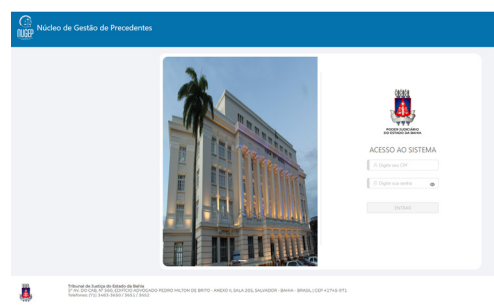
Concluída em 9 de maio de 2026, representa marco de modernização da infraestrutura tecnológica do Tribunal. A adoção da computação em nuvem proporciona maior eficiência, estabilidade e confiabilidade no acesso aos serviços judiciais digitais para magistrados, servidores, advogados e demais usuários.

Melhorias no PJe

Em março de 2026, atendendo ao item nº 1.15 da correção do CNJ, foi implementada, no PJe de 2º Grau, a funcionalidade de cancelamento de conclusão, prevenindo registros indevidos de conclusões sucessivas sem manifestação judicial. Em abril de 2026, a funcionalidade foi estendida às unidades-piloto do 1º Grau, consolidando o controle sobre a tramitação processual em ambas as instâncias.

Sistema NUGEP

Apoia o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas na organização e na padronização de informações sobre repercussão geral, recursos repetitivos, IRDR e IAC, contribuindo para a segurança jurídica, a uniformização da jurisprudência e a transparência no acesso às informações institucionais.

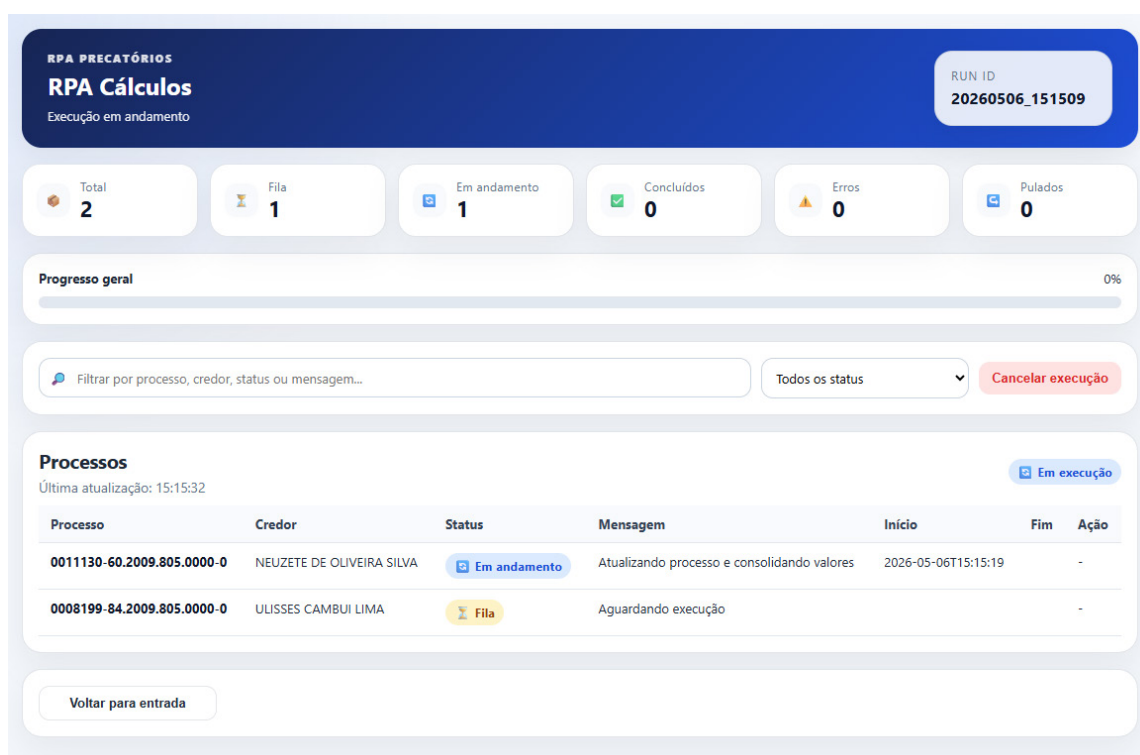


Julgamento Temático

Permite identificar temas por busca de palavras-chave nos autos processuais, contribuindo para melhor organização do acervo e maior celeridade no julgamento dos processos.

RPA de Cálculo de Precatórios

Automatiza e padroniza cálculo, conferência e geração de documentos de precatórios. Integração com SharePoint amplia a consolidação e o uso das informações geradas, com maior autonomia para os usuários e menor dependência de alterações de código.



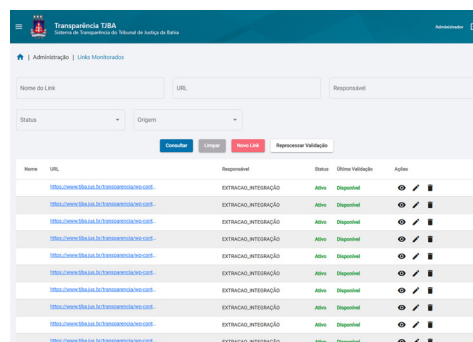
SAPRE

Sistema de Administração de Precatórios e RPVs implantado em 13 de abril de 2026 por meio do Ato Normativo Conjunto nº 12/2026, com cronograma de expansão estadual pelo Decreto Judiciário nº 366/2026. Integrado ao PJe de 2º Grau, promove eficiência, transparência e controle na gestão dos precatórios e das requisições de pequeno valor.



Validador de Links

Realiza varreduras periódicas no Portal da Transparência para identificar e validar todos os links presentes, incluindo páginas internas, documentos, sites externos e arquivos PDF. Emite alertas de links com erro para correção ágil e permite o cadastro manual de links externos.

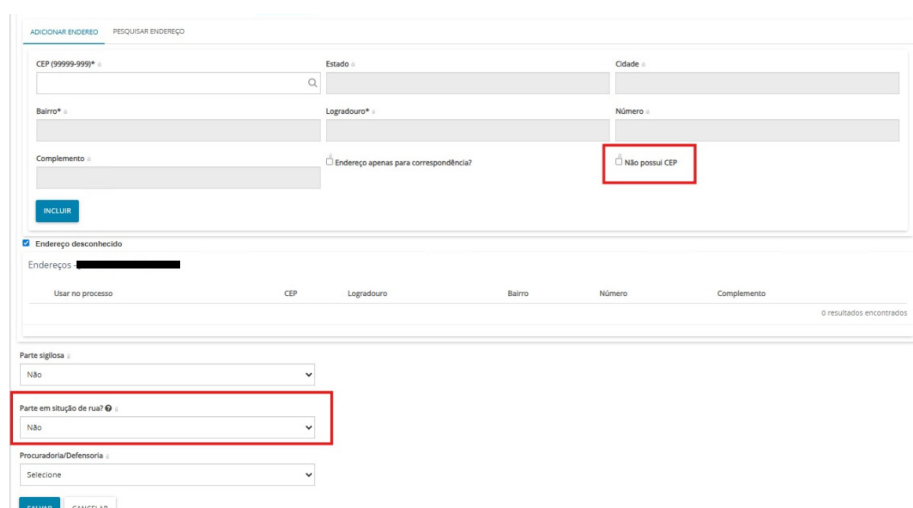


The screenshot shows the 'Validador de Links' interface. At the top, there's a header with 'Transparência TIBA' and a navigation bar. Below, there's a search bar with 'Nome do Link', 'URL', and 'Responsável'. A table lists links with columns: Nome, URL, Responsável, Status, Última Validação, and Ações. The table contains several rows of links, all with a status of 'Ativo' and 'Disponível'.

Nome	URL	Responsável	Status	Última Validação	Ações
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		
https://www.tjba.br/transparencia/...	EXTRACAO_INTERCAO	Ativo	Disponível		

Pop Rua JUD

Ferramenta de agendamento e gestão de atendimentos presenciais para pessoas em situação de rua, construída sobre o SharePoint com baixo custo operacional. Organiza e prioriza os atendimentos de maneira estruturada, promovendo acesso à Justiça para populações em situação de alta vulnerabilidade social.



The screenshot shows the 'ADICIONAR ENDEREÇO' form. It includes fields for CEP, Estado, Cidade, Bairro, Logradouro, Número, and Complemento. There's a checkbox for 'Endereço apenas para correspondência?' and a button 'INCLUIR'. Below the form, there's a section for 'Endereço desconhecido' with a table of addresses. At the bottom, there's a dropdown for 'Parte sigilosa' and a dropdown for 'Parte em situação de rua?'. The 'Parte em situação de rua?' dropdown is highlighted with a red box.

ADICIONAR ENDEREÇO PESQUISAR ENDEREÇO

CEP (99999-999)* Estado Cidade

Bairro* Logradouro* Número

Complemento ☐ Endereço apenas para correspondência? Não possui CEP

☒ Endereço desconhecido

Endereços

Usar no processo	CEP	Logradouro	Bairro	Número	Complemento

0 resultados encontrados

Parte sigilosa

Parte em situação de rua?

Procuradoria/Defensoria

JudForms

Portal institucional desenvolvido em atendimento à exigência regulatória do CNJ para receber e processar reclamações de cidadãos contra desembargadores e juízes substitutos de 2º Grau. Assegura rastreabilidade em todas as etapas, contempla gestão de usuários internos e dispõe de notificação automatizada por e-mail.



The screenshot shows the 'Acesso ao JudForms' login form. It includes a header with 'Acesso ao JudForms' and a sub-header 'Entre com suas credenciais institucionais para continuar'. Below, there's a 'Usuário*' field with a dropdown arrow, a 'Senha*' field with a dropdown arrow, and an 'Entrar' button.

Acesso ao JudForms

Entre com suas credenciais institucionais para continuar

Usuário*

Usuário

Senha*

Entrar

5. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

E-NatJus 4.0 na PDPJ

Demandante: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) **Status:** Em execução

Escopo: customizar e implementar o NatJus 4.0 como versão nacional integrada ao PJe e a demais sistemas judiciais.

Entregas: MVP liberado para homologação com login corporativo, formulário de perfil e formulários de nota técnica de medicamento, produto e procedimentos.

LAURA

Demandante: AEP TIC **Status:** Em execução

Escopo: adaptação e implementação do sistema de cálculos LAURA para atender às necessidades do TJBA.

Entregas: planejamento concluído; acesso externo sem VPN habilitado; e Módulo Fazendário implantado.

Sistema SAPRE (Precatórios)

Demandante: Núcleo de Precatórios **Status:** Em execução

Escopo: implantação e customização do SAPRE com integração aos sistemas judiciais, administrativos e ao banco BRBJus.

Entregas: módulos de gerenciamento e cálculo implantados; envio automático de e-mail para homologação ativo; e manual de treinamento elaborado.

Transmissão e Indexação do 2º Grau

Demandante: Secretaria Judiciária / COJE **Status:** Em execução

Escopo: transição para novo contrato de transmissão ao vivo, indexação, transcrição e gravação das sessões do 2º Grau em seis salas.

Entregas: escopo atualizado com inclusão da COJE; tomada de preços; e avaliação da Controladoria em andamento para conclusão do Termo de Referência (TR).

Novo Sistema de Arrecadação

Demandante: Núcleo de Fiscalização e Arrecadação (NAF) **Status:** Em execução

Escopo: desenvolvimento e implantação de novo sistema de arrecadação do TJBA.

Entregas: APIs dos cartórios e de integração bancária desenvolvidas para homologação do fluxo de pagamento.

Acessibilidade

Demandante: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

Status: Em encerramento

Escopo: adaptar portais institucionais e implantar portais de acessibilidade e inclusão conforme os marcos regulatórios.

Entregas: 22 portais adaptados e publicados; e 3 novos portais implantados: Segunda Presidência, Estratégia e CIJEBA.

Integração PJe/STJ

Demandante: 2ª Vice-Presidência **Status:** Em execução

Escopo: compartilhamento dos processos eletrônicos do TJBA com o STJ via Modelo Nacional de Interoperabilidade.

Entregas: solução em processo de homologação entre TJBA e STF.

Salas de Depoimento Especial – 3ª Etapa

Demandante: Comitê da Infância e da Juventude (CIJ) **Status:** Em execução

Escopo: instalação de equipamentos em comarcas não contempladas nas etapas anteriores.

Entregas: 27 equipamentos entregues e instalados em 26 comarcas do interior da Bahia.

Migração Psyche para Nuvem

Demandante: SETIM **Status:** Em execução

Escopo: implantação de ambiente em nuvem para armazenamento e migração dos dados do Psyche.

Entregas: pastas da COTEC e da DIN disponibilizadas; guia de usuários elaborado; e conhecimento repassado à equipe técnica.

Novo Balcão Virtual

Demandante: CAPG **Status:** Em execução

Escopo: customização do Microsoft 365 para substituir o Balcão Virtual atualmente em uso no TJBA.

Entregas: piloto preparado para 7 unidades; protótipo do portal de contatos elaborado.

ORION

Demandante: Comissão de Teletrabalho **Status:** Em execução

Escopo: módulo de gestão de relatórios de teletrabalho integrado ao sistema de RH, com uso da infraestrutura já existente.

Entregas: Backlog definido; e módulo de servidores com RBAC, UX, APIs e frontend/backend em desenvolvimento.

Última Milha – Remessa

Demandante: SETIM **Status:** Em encerramento

Escopo: implantação da última milha de remessa nas unidades judiciárias da região metropolitana de Salvador.

Entregas: instalações concluídas nas unidades-piloto: SAJ Simões Filho, SAJ Barra e SAJ Shopping Salvador.

Autenticação Segura

Demandante: SETIM **Status:** Em execução

Escopo: implementar mecanismo de autenticação segura com verificação em duas etapas para proteção de acessos.

Entregas: Cadastro N1-N2-N3 atualizado.

Novo Datacenter

Demandante: SETIM **Status:** Em execução

Escopo: aquisição e implantação de infraestrutura física de datacenter com alta disponibilidade e escalabilidade.

Entregas: ETP, pesquisa de preço e Termo de Referência (TR) para contratação de servidores e switches concluídos.

Automação de Serviços de TIC

Demandante: SETIM **Status:** Em execução

Escopo: centralizar automações das áreas da SETIM em plataforma única, reduzindo custos e retrabalho.

Entregas: processo “Primeiro Acesso” concluído e em homologação com a COATE.

IGA – Governança e Administração de Identidade

Demandante: SETIM **Status:** Em execução

Escopo: implementar ferramenta de IGA para controle de acessos não autorizados e rastreabilidade de identidades.

Entregas: ETP, Termo de Referência (TR) e modelagem do processo AS-IS elaborados.

Portfólio de Sistemas

Demandante: SETIM **Status:** Em execução

Escopo: racionalizar os 144 sistemas institucionais pela metodologia Gartner até dezembro de 2026, assegurando conformidade com requisitos de segurança, desempenho e LGPD.

Entregas: 27 processos SEI formalizados junto às unidades responsáveis; e 27 sistemas encaminhados para desativação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cem dias são um recorte, não um ciclo completo.

Este relatório documenta o ponto de partida de uma gestão que tem clareza sobre aonde quer chegar: uma SETIM que entrega tecnologia com propósito, governa com transparência e coloca a inovação a serviço de quem mais precisa do Judiciário.

Há muito ainda por fazer. Os projetos em execução precisam ser concluídos; as iniciativas em piloto precisam escalar; e os desafios de infraestrutura, segurança e governança exigem atenção contínua. O próximo ciclo já está em curso.

O que fica desses 100 dias é a certeza de que a direção está certa e as equipes da SETIM têm capacidade e comprometimento para sustentar o que iniciou e ir além.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



1. APRESENTAÇÃO

A comunicação institucional implica atuação estratégica, coadunada com os propósitos e os valores institucionais. Nesse contexto, ressaltam-se práticas planejadas, contínuas e integradas, com vistas a fortalecer a imagem organizacional; qualificar os fluxos informacionais; e aprimorar o relacionamento institucional com os públicos interno e externo.

Sob esse prisma, na última sessão do Tribunal Pleno comandada pela Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) do biênio 2024-2026, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, foi aprovado o projeto de reestruturação administrativa do Poder Judiciário da Bahia, cujo escopo incluía a transformação da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) em Secretaria de Comunicação Social (Secom). Já nos dois primeiros meses da gestão do biênio 2026-2028, liderada pelo Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, essa iniciativa foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e, na sequência, sancionada e promulgada pelo Governo do Estado.

Mediante a publicação da Lei no 15.128 no Diário Oficial da União, em 19 de março de 2026, a Assessoria de Comunicação Social foi alçada ao patamar de Secretaria de Comunicação Social. A referida legislação – que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Poder Judiciário da Bahia, com a criação de novas unidades e cargos comissionados de apoio técnico-administrativo – estabelece que o planejamento, a programação, a coordenação e a execução da política de comunicação institucional (interna e externa) do Poder Judiciário da Bahia competem a essa nova Secretaria.

A criação da Secretaria de Comunicação Social representa um avanço institucional significativo, na medida em que confere maior autonomia administrativa, ampliação de competências e fortalecimento da estrutura organizacional da área. Essa mudança possibilita uma atuação mais estratégica e integrada da comunicação, em consonância com a Resolução no 640/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); com as diretrizes institucionais; e com as demandas contemporâneas de transparência, eficiência e relacionamento com os públicos internos e externos. Sendo assim, a elevação ao nível de Secretaria não apenas qualifica a gestão da comunicação, mas também reafirma o seu papel como eixo estruturante no apoio à governança e ao desenvolvimento institucional.

Todas essas premissas integram o Projeto de Gestão do biênio 2026-2028 consolidado pelo Presidente da Corte do Judiciário baiano, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano. Nesse projeto, foram delineados 13 eixos estratégicos para o contínuo aprimoramento institucional. Entre eles, está a “profissionalização da comunicação que consiste na construção de uma política de comunicação capaz de lidar com um novo paradigma: a radical transformação dos seus padrões, marcada pela velocidade das redes digitais”.

Posto isso, muitos são os desafios para a Secretaria de Comunicação Social, mas as perspectivas são muito promissoras, tendo em vista o contínuo aprimoramento das atividades e os resultados já alcançados neste primeiro período da gestão do biênio 2026-2028.

Elaborado pela Secretaria de Comunicação Social, o presente relatório consolida os objetivos e as principais realizações do setor referentes ao período compreendido entre fevereiro e abril de 2026. Na sequência, descreve os projetos da área e, ao final, delineia as perspectivas para esta Secretaria.

2. OBJETIVOS

Objetivos	Detalhamento
1. Fortalecer a comunicação institucional como eixo estratégico da organização.	Promover uma atuação integrada, planejada e orientada a resultados, alinhando as ações de comunicação aos objetivos institucionais, ao fortalecimento da reputação organizacional e à ampliação da transparência e da credibilidade perante os públicos de interesse.
2. Modernizar e profissionalizar os processos de comunicação.	Estruturar fluxos, governança e práticas de comunicação pertinentes às tendências contemporâneas do setor, com foco em inovação, transformação digital, comunicação orientada por resultados, integração de canais e qualificação contínua das equipes e das ferramentas institucionais.
3. Ampliar o alcance, a acessibilidade e o engajamento da comunicação institucional.	Desenvolver estratégias de comunicação mais acessíveis e conectadas às necessidades da sociedade, de modo a fortalecer o relacionamento com os públicos interno e externo, por meio de linguagem simples, conteúdos relevantes, presença digital estratégica e iniciativas de aproximação institucional.

3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Cobertura Jornalística e Registro Fotográfico

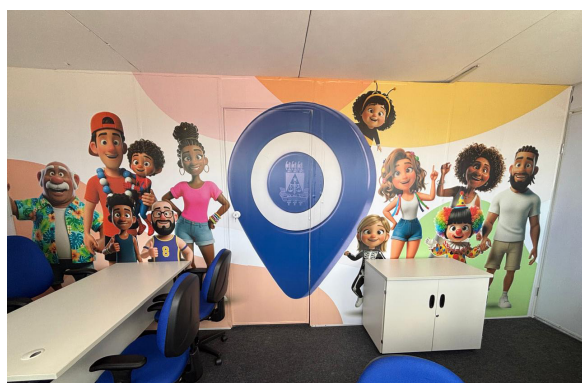
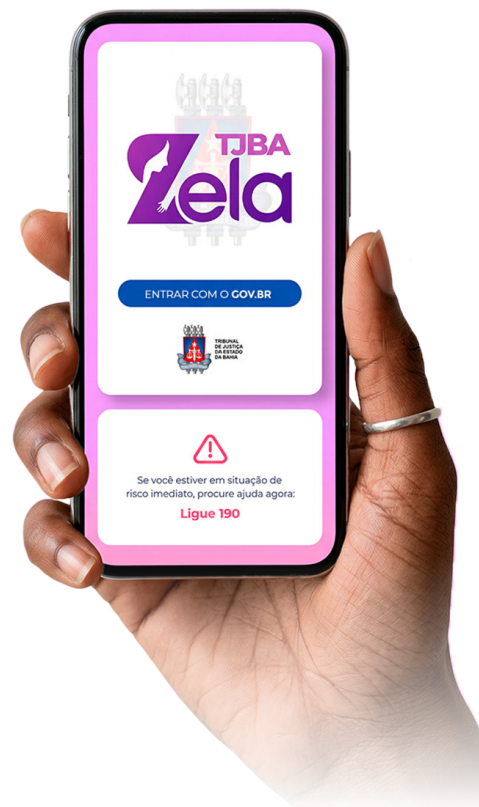
A Secom realizou a cobertura jornalística e o registro fotográfico dos eventos do Judiciário baiano ocorridos nos primeiros 100 dias da gestão do biênio 2026-2028. Posteriormente, abordando essas temáticas, elaborou e veiculou matérias jornalísticas nas mídias institucionais, bem como encaminhou comunicados para a imprensa. No referido período, esta Secretaria produziu mais de 32 mil fotografias dos referidos eventos, as quais estão armazenadas em arquivos digitais



e, muitas delas, são componentes de galerias disponíveis ao público. Aquelas de maior destaque integram releases enviados para a imprensa e são utilizadas para a composição de matérias jornalísticas e de peças gráficas produzidas pela Secom.

Campanhas de Publicidade – A Secom, mediante a agência de publicidade contratada pelo TJBA, realizou duas campanhas de comunicação. Demandada pela Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados, a primeira ação foi concretizada logo em fevereiro e teve como mote “O Poder Judiciário da Bahia está no circuito: sua cidadania tem lugar na folia”. Com o propósito de informar à sociedade os serviços em funcionamento do Judiciário baiano no carnaval, a iniciativa enfatizou o ineditismo da participação do TJBA, com o posto de informações no Circuito Barra-Ondina. Simultaneamente à campanha de publicidade, a Secretaria de Comunicação Social participou, ativamente, do Plantão do TJBA no carnaval, pois realizou cobertura (jornalística e fotográfica), bem como elaborou notícias relativas à temática, veiculadas nas plataformas institucionais e enviadas para a imprensa.

Já a segunda campanha de publicidade foi requerida pela Assessoria Especial da Presidência para Assuntos de Tecnologia da Informação e Comunicação (AEP TIC) e teve o seguinte conceito: “Aplicativo TJBA Zela: um marco na proteção às mulheres”. Essa campanha pretendeu informar ao público-alvo o lançamento dessa ferramenta desenvolvida pelo Poder Judiciário da Bahia, a qual permite às vítimas de violência doméstica solicitarem Medida Protetiva de Urgência pelo celular ou pelo computador (tjzela.tjba.jus.br), sem a necessidade de deslocamento. Realizada no mês em que se comemora o dia da mulher, essa ação comunicacional teve início no dia 9, com a exibição do primeiro vídeo que integrou a campanha de publicidade, na cerimônia de abertura da Semana da Mulher, momento em que o Desembargador Presidente lançou o TJBA Zela. Para a efetividade de ambas as campanhas, foram utilizadas mídias externas diversificadas e integradas, que proporcionaram amplo alcance. Tais iniciativas tiveram repercussão, também, nas mídias institucionais.



Assessoramento da Presidência em Entrevistas – Com vistas a aproximar o Poder Judiciário da Bahia dos(as) cidadãos(ãs), bem como fortalecer o relacionamento com a imprensa, a Secom acompanhou, nos primeiros 100 dias da gestão, o Presidente do TJBA nas visitas institucionais a veículos de comunicação. Nesse período, o Chefe da Corte, assessorado pela Secom, concedeu entrevistas para as seguintes mídias: Bocão News; TV Justiça; Rádio Baiana FM; TV Aratu (SBT); Rádio Metrópole; Record; e Rádio CBN Salvador.



Coletiva com a imprensa – Coordenada pela Secom, a coletiva reuniu, na sede do Judiciário baiano, jornalistas de diversos veículos de comunicação. Esse momento ocorreu na segunda semana desta gestão e foi conduzido pelo Desembargador Presidente, a fim de estreitar o relacionamento institucional com a imprensa e aproximar o TJBA da sociedade.



Boletim de Notícias e Comunicados para a imprensa – De fevereiro até 30 de abril, a Secom elaborou e encaminhou 34 edições do Boletim de Notícias para os meios de comunicação. Esse informe reúne as matérias jornalísticas de interesse do público externo, publicadas no site do TJBA. Além disso, a Secretaria de Comunicação Social confeccionou e enviou 56 comunicados (notas e releases), via mensagem de e-mail, para essas mídias. Mediante grupo de Whatsapp criado em fevereiro, foram enviadas 84 notas institucionais de interesse público para os jornalistas cadastrados nessa mídia.

34 EDIÇÕES DO BOLETIM DE NOTÍCIAS

56 COMUNICADOS

84 NOTAS INSTITUCIONAIS



Respostas a demandas externas - Integra a rotina da Secretaria de Comunicação Social a atividade de responder aos questionamentos feitos pelos jornalistas acerca de informações institucionais, advindos de mensagens de e-mail. Desde o início desta gestão até 30 de abril, a Secom respondeu a 1.298 demandas externas recebidas oriundas de mensagens de e-mail. Desse total, 1.272 correspondem a respostas aos questionamentos da imprensa; e 26 se referem ao retorno da Secom a diversas demandas institucionais providas da sociedade.

1.272
RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS DA IMPRENSA

Clipping – A Secom acompanha as notícias publicadas pelos veículos de comunicação acerca do TJBA e, para isso, conta com o serviço de clippagem digital. A partir da análise dos relatórios de clipping, verifica-se que, desde o início desta gestão até o dia 30 de abril, foram publicadas 6.898 notícias sobre o TJBA nas diversas mídias, sendo 4.866 advindas da internet; 1.058, dos meios impressos; 560, de rádios; e 414, de programas de televisão. Desse total, a maioria possui o impacto positivo (3.877), seguida pelas matérias de cunho neutro (2.950). As de caráter negativo estão em menor proporção (71).

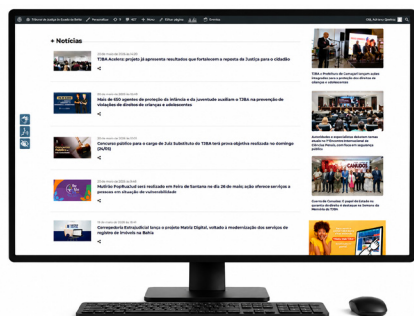
6.898
NOTÍCIAS SOBRE O TJBA NA IMPRENSA

4.866
ADVINDAS DA INTERNET

1.058
DOS MEIOS IMPRESSOS

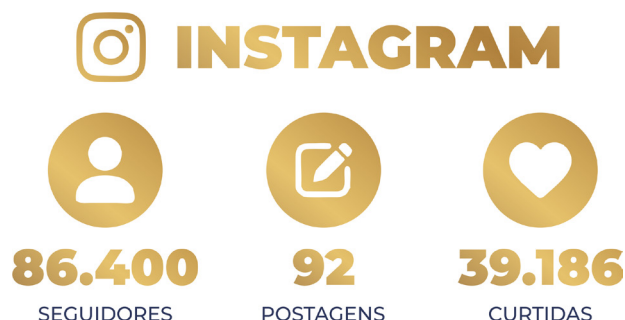
560
DE RÁDIOS

414
DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO



Portal – De fevereiro a 30 de abril, a Secom elaborou, editou e publicou 391 matérias jornalísticas no site institucional voltadas ao(à) cidadão(ã), as quais contam com imagens selecionadas e ficam catalogadas na aba Agência de Notícias. Além de notícias, a Secretaria de Comunicação Social publica banners nessa plataforma, com o objetivo de fazer comunicados aos públicos institucionais. Neste biênio, esta Secretaria criou uma seção no site institucional para catalogar fotos dos eventos institucionais (<https://www.tjba.jus.br/portal/galeria-de-fotos-tjba/>). Tanto os textos publicados quanto as páginas do Portal dispõem do auxílio de recursos audiovisuais (líbras, voz e mais acessibilidade).

Instagram e Facebook – Nesta gestão, a Secretaria de Comunicação Social continua a ampliar a presença digital do TJBA, com o aumento do número de seguidores no Instagram de 83.700 para 86.400. De fevereiro a 30 de abril, no feed dessa rede social, a Secom publicou 92 postagens, as quais somaram 39.186 curtidas. Entre as publicações, “PJBA está a todo o vapor no plantão do carnaval” obteve o maior número de curtidas (3.635) e o maior alcance (69.300). No Facebook, a Secom produziu a mesma quantidade de publicações feitas no feed do Instagram.



YouTube – Na conta institucional no YouTube, a Secom veicula as transmissões de eventos do Judiciário baiano, as publicações de podcasts da Rádio Web TJBA e os demais vídeos que produz. Desde a posse da Mesa Diretora até 30 de abril, essa conta obteve o total de 802.321 visualizações e de 10.975 inscritos. Nesse período, a publicação mais acessada foi “o Poder Judiciário da Bahia lançou o App TJBA Zela – Medida Protetiva de Urgência on-line”, com 222.734 visualizações. Nessa mídia, foram postados 60 vídeos, sendo 43 produzidos pela Secom.



Eventos com Transmissão ao Vivo e Intérprete de Libras – Nesse primeiro período da gestão, a Secom transmitiu, ao vivo, 11 eventos do TJBA pelo canal institucional do YouTube, cujas gravações estão disponíveis nessa plataforma, bem como no site do TJBA, durante a realização de cada iniciativa. Para essas ações institucionais, esta Secretaria fez a contratação de 14 intérpretes de libras.

Rádio Web TJBA – Com transmissão ininterrupta e acessível aos públicos institucionais (por meio do botão localizado no Portal do Judiciário baiano e do link na bio do Instagram @tjbaoficial), a Rádio Web TJBA combina a programação musical à informativa e promove a divulgação de serviços e notícias institucionais. Assim, desde o início da gestão até 30 de abril, essa mídia veiculou 53 edições do Jornal TJBA, bem como produziu e publicou 13 podcasts, com as seguintes temáticas: Mais Saúde; Justiça Explica; e Saiba Mais. Já em abril, seguindo as tendências da área de comunicação, os podcasts passaram a ser gravados e disponibilizados, também, em videocast no canal do Poder Judiciário da Bahia do YouTube e do Spotify da Rádio Web TJBA.

Comunicação Visual – À Secom compete a realização de projetos gráficos que compreendem as atividades de design, diagramação e editoração. Tais atividades visam estabelecer a identidade visual das peças de comunicação institucionais e proporcionar a visibilidade para as iniciativas do Judiciário baiano. Nos primeiros 100 dias desta gestão, a Secom elaborou o total de 593 projetos gráficos, tais como: páginas e botões do Portal do TJBA; banners; cards; plotagens; diagramações; cartazes; logotipos; capas de matérias; wallpapers; pop-ups; impressos gráficos; topos do RH Net; e kits de transmissão do YouTube.

593

PROJETOS GRÁFICOS



Projeto Conhecendo o Judiciário – A Secom coordena essa iniciativa que aproxima a comunidade acadêmica do Poder Judiciário da Bahia. De fevereiro até 30 de abril, 19 instituições de ensino e 561 estudantes participaram dessa ação, visitando a sede do TJBA e o Fórum Ruy Barbosa.

19 561

INSTITUIÇÕES

ESTUDANTES

Campanhas de Comunicação Interna – Constitui uma atividade da Secretaria de Comunicação Social quanto à divulgação de iniciativas dos diversos setores do Judiciário baiano. Desse modo, esta Secretaria elabora campanhas de comunicação interna, a fim de proporcionar visibilidade a essas ações institucionais. Entre as campanhas de comunicação voltadas ao público interno, estão: Múltiplo Fator de Autenticação; Talentos que Escrevem no TJBA; e Campanha de Férias.

Comunicados Internos – Com vistas a informar ao público interno, a Secom divulga as notícias de interesse de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários do TJBA, por meio do envio de mensagens de e-mail e da veiculação de notícias na Rádio Web TJBA. Desde o início da gestão até 30 de abril, foram elaborados e encaminhados 102 comunicados para o referido público.

102

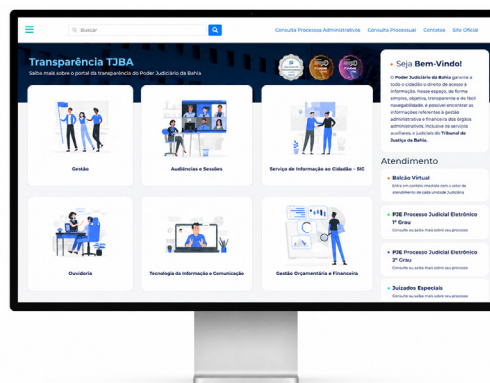
COMUNICADOS INTERNOS



Pop-ups e Wallpapers das Telas dos Computadores – Considerando a comunicação voltada ao público interno, a Secom, além de elaborar projetos gráficos para a veiculação de pop-ups e wallpapers, prevê um cronograma de publicações relativas a essas mídias nos computadores institucionais. Os pop-ups tratam de comunicados atinentes a cursos, informativos, campanhas internas e pesquisas. Já os wallpapers dizem respeito a comunicações

estratégicas institucionais. No primeiro período da gestão, essas mídias têm sido amplamente utilizadas para a divulgação de diversas informações institucionais, tais como: Aniversário do TJBA; Pesquisa de Opinião da Presidência; e TJBA Zela.

Atualização do Portal da Transparência e das Páginas do Site do TJBA – Mediante as informações institucionais enviadas pelos setores, a Secretaria de Comunicação Social atualiza o Portal da Transparência. Durante esta gestão, a Secom atendeu a todas as demandas concernentes a essa atualização.



Gestão de Contratos na Área de Comunicação – A Secom é responsável por elaborar os documentos de formalização de demandas, os estudos preliminares e os termos de referência para possíveis contratações; acompanhar o processo licitatório até a fase final; fiscalizar os contratos da área comunicacional; e realizar os processos de pagamentos. De fevereiro até 30 de abril, são 7 os contratos administrados pela Secretaria de Comunicação Social.

Relatórios – A Secom realiza a revisão da língua portuguesa, edição e diagramação de registros setoriais, com vistas à concepção dos Relatórios da Gestão (100 dias, anual e do biênio). Além disso, elabora relatórios periódicos sobre as realizações desta Secretaria.

Revisão da Língua Portuguesa e da Técnica de Elaboração Normativa – Neste biênio, com a designação para a Secom da servidora responsável pelo assessoramento da língua portuguesa e da técnica legislativa própria do Poder Judiciário, abrangendo revisão gramatical e redacional, bem como adequação ao padrão dos documentos oficiais, o setor incorporou essa atividade ao escopo de suas atribuições. Assim, desde a Posse da Mesa Diretora no dia 2 de fevereiro até 30 de abril de 2026, 193 textos foram analisados e revisados, tais como: decretos judiciais, resoluções, despachos, acordos de cooperação técnica e demais documentos administrativos submetidos à assinatura do Presidente; relatórios, manuais e editais; artigos acadêmicos de desembargadores; matérias jornalísticas; e publicações diversas de outras unidades deste Tribunal.

4. PRINCIPAIS PROJETOS

No âmbito de uma Secretaria de Comunicação Social, muitas atividades realizadas por esse órgão consistem em projetos. À vista disso, entre as iniciativas estratégicas estabelecidas e conduzidas pela Secom, destacam-se as seguintes:

Nome do Projeto: TV Corporativa

Demandante: Secom

Status: Concluído

Escopo: a TV Corporativa do TJBA oferece uma programação institucional a magistrados, servidores e jurisdicionados das comarcas, com base nas notícias veiculadas no portal institucional e na programação da Rádio Web TJBA.

Entregas realizadas: aparelhos disponíveis em todas as comarcas do Estado.

Nome do Projeto: Política de Comunicação Institucional

Demandante: Secom

Status: Em produção

Escopo: com vistas ao aprimoramento contínuo da gestão dos procedimentos internos em prol do alcance dos objetivos organizacionais, a Ascom elaborou a Minuta do Protocolo de Comunicação do TJBA. Fundamentado na Resolução CNJ nº 640/2025, esse instrumento detalha o novo fluxo e o escopo das atividades do setor, bem como os serviços prestados pela Assessoria e os prazos para o atendimento das demandas internas. Tendo em vista que, nesta gestão, a Ascom foi alçada à Secretaria, essa minuta será adaptada ao novo contexto institucional.

Entregas realizadas: minuta elaborada e entregue ao Secretário de Comunicação Social, cujo teor será adaptado ao cenário da Secom.

Nome do Projeto: Fortalecimento das Redes Sociais do TJBA

Demandante: Secom

Status: Em execução

Escopo: a Secretaria de Comunicação Social segue o Projeto da Política das Redes Sociais do TJBA aprovado pela Presidência em 2025, que contempla diretrizes, nova identidade visual e interações com os seguidores. A partir dessas premissas, a Secom ampliará e unificará essa política para outras plataformas digitais do Judiciário baiano. A intenção dessa política consiste em tornar, continuamente, as redes sociais do TJBA um meio efetivo de comunicação pública, com informações de qualidade sobre serviços e cidadania.

Entregas realizadas: após a aprovação desse projeto pela Presidência do biênio 2024-2026, a Secom passou a adotar uma Política de Redes Sociais do TJBA, a fim de orientar as ações nessas mídias institucionais. Na primeira etapa, em 2025, o enfoque foi para o Instagram, cujos assuntos são replicados para o Facebook. Na gestão do biênio 2026-2028, foi concebida uma nova identidade visual para os temas das redes sociais do TJBA, com vistas à padronização e ao alinhamento com as demais mídias institucionais. Além disso, a cada projeto estratégico desta gestão, é realizado um planejamento de publicações, bem como elaborado um FAQ (Perguntas Frequentes), visando orientar as respostas a comentários de seguidores nas redes sociais. Para este biênio, a Secom planeja a gestão e a produção de conteúdo, considerando as especificidades de cada mídia social do TJBA.

Nome do Projeto: Reestruturação do Portal Institucional

Demandante: Presidência

Status: Em produção

Escopo: reformulação do layout do site institucional do Tribunal de Justiça da Bahia, com foco na modernização da interface, na melhoria da experiência do usuário, na reorganização da arquitetura da informação e na adequação à identidade visual institucional.

Entregas realizadas: desenvolvimento de novo layout para o Portal institucional; atualização da identidade visual aplicada ao ambiente digital; reorganização de menus, páginas e áreas de navegação; criação de propostas visuais para página inicial e páginas internas; adequação da interface para acesso em dispositivos móveis (responsividade); revisão da disposição de conteúdos e destaques institucionais; e alinhamento do portal às diretrizes de comunicação institucional da gestão. O protótipo criado pela SECOM foi encaminhado à SETIM para desenvolvimento.

Nome do Projeto: Guia de Acesso às Plataformas Institucionais

Demandante: Secom

Status: Em produção

Escopo: trata-se de um tutorial para jornalistas aprenderem a buscar informações de interesse público no portal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Na rotina das atividades diárias,

esta Secretaria percebeu que muitas solicitações oriundas dos veículos de imprensa requerem informações que já são públicas; porém, os jornalistas não sabem buscá-las. Principais pontos: busca processual no Sistema PJe (1º e 2º Graus) ou no Projudi; e publicações no Diário da Justiça Eletrônico, bem como nas sessões do Tribunal Pleno e dos outros órgãos colegiados.

Entregas realizadas: entregas previstas para junho de 2026.

Nome do Projeto: Guia TJBA Mais Júri para Jornalistas

Demandante: Secom

Status: Em produção

Escopo: face à importância estratégica do Projeto TJBA Mais Júri para este Tribunal de Justiça e à capilaridade que os veículos de imprensa têm para difundir informações à sociedade, é necessário explicar aos jornalistas o funcionamento do Tribunal do Júri. O guia contemplará um tutorial sobre a sessão de julgamento, momento em que a imprensa se volta ao assunto, faz-se presente no Salão do Júri e noticia a sessão plenária. No entanto, o material irá além ao contemplar explicação sobre as duas fases do Tribunal de Júri. Detalhar o funcionamento da 1ª e da 2ª fases é uma tentativa de atenuar o risco à imagem institucional do TJBA. Isso porque os momentos que antecedem a sessão plenária, embora pareçam “invisíveis” à sociedade, são os responsáveis por causar na população a sensação de morosidade do Judiciário. O objetivo é detalhar que o rito previsto na legislação impõe que o tempo transcorrido entre o cometimento do crime doloso e o veredicto dos jurados seja, muitas vezes, maior do que o desejado pela opinião pública.

Entregas realizadas: entregas previstas para junho de 2026.

Nome do Projeto: Canal de Comunicação Interna

Demandante: Secom

Status: Em estudo

Escopo: em função das diversas demandas recebidas pela Secom referentes à divulgação de notícias, comunicados e informações de interesse do público interno, encontra-se, em estudo, a implementação de um canal efetivo de comunicação interna, com o propósito de aprimorar o fluxo informacional e promover maior integração entre os setores do TJBA.

Entregas realizadas: entregas estimadas para dezembro de 2026.

Nome do Projeto: Nova Linguagem Visual para o TJBA

Demandante: Presidência

Status: Em execução

Escopo: a implementação de uma nova linguagem visual fortalece a identidade institucional; amplia o reconhecimento da marca; e proporciona maior padronização, coerência e credibilidade na comunicação institucional. Assim sendo, com base em estudo e definição de paleta de cores, a partir de abril, passou a ser adotada uma nova linguagem visual para as peças de comunicação institucional.

Entregas realizadas: inicialmente, a Secom fez um estudo para a definição de paleta de cores a ser aplicada na comunicação institucional. Em seguida, o projeto de design foi apresentado à Presidência, que o aprovou. Desde então, a Secom adotou a nova linguagem visual para o TJBA.

Nome do Projeto: Projeto Julgamentos Históricos

Demandante: Secom

Status: Em estudo

Escopo: o Projeto Julgamentos Históricos revisitará importantes eventos e decisões judiciais

do passado. A proposta é, a partir da apuração e da análise de fatos históricos, elaborar reportagens sobre julgamentos históricos a serem veiculadas nas mídias institucionais e enviadas à imprensa. Ao resgatar acontecimentos e personagens marcantes, o projeto fortalece a memória e a identidade institucional, contribuindo para a preservação da história do TJBA.

Entregas realizadas: entregas estimadas para dezembro de 2026.

Nome do Projeto: Reestruturação Administrativa da Secom

Demandante: Secom

Status: Em produção

Escopo: tendo em vista a elevação da Assessoria de Comunicação Social à condição de Secretaria, o projeto de reestruturação administrativa objetiva a sua adequação estrutural e organizacional. Nesse contexto, considera-se a necessidade de alinhamento às diretrizes da Resolução CNJ nº 640/2025 e ao Projeto de Gestão do biênio 2026-2028, bem como a necessidade de ampliação do quadro de pessoal para atender às demandas da nova Secretaria.

Entregas realizadas: já foram estabelecidas as seguintes plataformas, as quais serão transformadas em coordenações: geral (pauta); redes sociais; portal; design; contratos; audiovisual; e imprensa. No que concerne à ampliação do quadro de pessoal da Secom, novas vagas de estágio foram estabelecidas para esta Secretaria, provindas do Decreto nº 272/2026; e mais um aprovado no Concurso Público (Analista Judiciário) foi nomeado. Além disso, um estudo técnico está sendo feito para a contratação de empresa especializada na área de comunicação.

Nome do Projeto: Reestruturação Física da Secom

Demandante: Secom

Status: Em execução

Escopo: para atender à reestruturação administrativa, o projeto de readequação física da Secom objetiva aprimorar o espaço da Secretaria às necessidades operacionais, haja vista a ampliação do quadro de pessoal. Além de otimizar a distribuição do ambiente, a proposta tenciona promover à equipe da Secom maior integração, funcionalidade e eficiência.

Entregas realizadas: face às necessidades da Secom, foi solicitado o projeto de reestruturação física da unidade à Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

Nome do Projeto: Projeto História de Vida

Demandante: Secom

Status: Em produção

Escopo: o projeto visa registrar a trajetória dos(as) desembargadores(as), de modo a valorizar o histórico e as experiências profissionais desses integrantes do TJBA. Sendo assim, essa iniciativa contribui para preservar a memória e a identidade organizacional, bem como fortalecer a imagem do Judiciário baiano. Para a coleta de dados, a ação é realizada em três etapas: visita do Secretário de Comunicação Social aos(as) desembargadores(as), com vistas a explicar a importância do projeto; gravação de vídeo com os(as) desembargadores(as); e entrevista estruturada com os(as) desembargadores(as). Findados esses processos, as informações coletadas são registradas na Secom.

Entregas realizadas: a Secom já iniciou esse projeto, com a visita do Secretário a desembargadores(as) e com a produção de folder explicativo a ser entregue ao público-alvo.

Nome do Projeto: Automação do Recebimento do Fluxo de Demandas Internas

Demandante: Secom

Status: Em produção

Escopo: com o intuito de promover eficiência das atividades realizadas, a Secom concebeu o projeto de automação do recebimento do fluxo de demandas internas. Assim, essas demandas passarão a ser recebidas via formulário, suprimindo o recebimento via mensagem de e-mail.

Entregas realizadas: a Secom sistematizou as necessidades relativas ao fluxo de recebimento de demandas internas. Em seguida, solicitou ao AxéLab uma solução automatizada e customizada para esse procedimento. Na sequência, o AxéLab apresentou à Secom uma proposta de aplicativo digital, a qual consiste em uma solução voltada ao aprimoramento do fluxo requerido. Em vista disso, a Secom solicitou ao AxéLab ajustes complementares nesse sistema. Aprovado esse novo procedimento, a Secom fará, em julho (quando passará a adotar esse fluxo), uma campanha de comunicação para informar o público interno sobre a nova metodologia de recebimento de demandas.

Nome do Projeto: Projeto Videocasts

Demandante: Secom

Status: Em execução

Escopo: a migração do formato de podcasts para videocasts está em consonância com as tendências da área de comunicação, porquanto aumenta o alcance e o engajamento do público ao incluir elementos visuais que tornam o conteúdo mais dinâmico, atrativo e compreensível. Além disso, amplia o alcance em plataformas como o YouTube e as redes sociais, fortalecendo a presença digital e a interação com o público.

Entregas realizadas: em abril, os podcasts passaram a ser gravados e disponibilizados, também, em videocast no canal do Poder Judiciário da Bahia do YouTube e do Spotify da Rádio Web TJBA.

5. PERSPECTIVAS PARA A SECOM

Alinhada aos propósitos institucionais, a Secretaria de Comunicação Social desenvolve e aperfeiçoa, de forma contínua e estratégica, as ações apresentadas neste relatório. Ademais, na condição de Secretaria, vislumbram-se novas soluções e iniciativas estratégicas a serem implementadas no âmbito da comunicação organizacional integrada. Cabe salientar que todas as atividades descritas, bem como as perspectivas para o setor de comunicação do Judiciário baiano, reforçam a importância desta Secretaria como eixo estratégico em prol do fortalecimento da imagem institucional e do desenvolvimento do Tribunal de Justiça da Bahia.

CONSULTORIA JURÍDICA



1. APRESENTAÇÃO

A Consultoria Jurídica da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no contexto dos primeiros 100 dias da gestão do biênio 2026-2028, apresenta este relatório objetivando evidenciar as principais ações desenvolvidas, os resultados alcançados e os avanços institucionais implementados no período.

A atuação da unidade foi pautada no fortalecimento da segurança jurídica, na padronização dos instrumentos administrativos e no aprimoramento dos fluxos de análise processual, em alinhamento com as diretrizes estratégicas da atual gestão e o cumprimento da legislação vigente.

Destaca-se o incremento na demanda processual, especialmente em razão da reestruturação administrativa promovida no âmbito do Tribunal, notadamente no que se refere à Corregedoria-Geral, a partir da qual a quase totalidade dos processos administrativos, antes analisados pela Assessoria Jurídica da Corregedoria (ASJUC), passou a ser encaminhada à Consultoria Jurídica para análise, o que exigiu a adoção de medidas organizacionais internas voltadas à manutenção da eficiência e da qualidade das manifestações jurídicas.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

- Assegurar maior celeridade e uniformidade às manifestações jurídicas.
- Fortalecer o controle jurídico preventivo das contratações públicas.
- Apoiar, tecnicamente, as unidades administrativas na correta aplicação das Leis nº 14.133/2021 (Federal) e nº14.634/23 (Estadual).
- Reestruturar fluxos internos para a absorção do aumento da demanda institucional.
- Adicionalmente, foi instituído novo núcleo especializado na matéria previdenciária, no âmbito desta Consultoria, o que demandou reorganização interna, inclusive com adequação do layout e redistribuição das atribuições entre os assessores, a fim de garantir o adequado atendimento às novas competências da unidade.

3. AÇÕES (EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS)

- Análise jurídica de processos administrativos relativos a contratações públicas, aditivos contratuais, execuções contratuais e convênios.
- Elaboração e revisão de pareceres jurídicos, despachos e instrumentos jurídicos.
- Orientação para o correto cumprimento de decisões judiciais direcionadas ao TJBA.

- Apoio técnico às unidades administrativas quanto à instrução processual.
- Adequação dos fluxos internos de trabalho, em razão do aumento expressivo da demanda.
- Reorganização interna da unidade para a absorção das novas atribuições.
- Orientação quanto à aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Estadual nº 14.634/23, bem como aos limites legais impostos às contratações.

3.1 Resultados alcançados

- Quantidade de pareceres emitidos: 1027 (um mil e vinte e sete), até 6 de maio de 2026.
- Quantidade de despachos elaborados: 771 (setecentos e setenta e um), até 6 de maio de 2026.
- Quantidade de instrumentos analisados/revisados: 189 (cento e oitenta e nove), até 6 de maio de 2026.

3.1.1 Instrumentos administrativos produzidos no período de 2 de fevereiro a 6 de maio de 2026.

Instrumentos	Fevereiro	Março	Abril	Até 06 de Maio	Total
Pareceres emitidos	231	325	405	66	1027
Despachos elaborados	170	294	244	45	753
Contratos	3	9	7	2	21
Convênios	16	39	28	8	91
Aditivo de convênio	0	1	3	0	4
Termo de dispensa de licitação	4	5	3	0	12
Termo de inexigibilidade	0	6	9	6	21
Termo de Cessão de Uso	2	4	7	1	14
Termo de reconhecimento de débito	7	8	2	0	17
Termo de Resilição	2	1	6	0	9

*Tabela 1 – Instrumentos Administrativos produzidos no período de 2 de fevereiro a 6 de maio de 2026.
Fonte: Banco de dados da unidade, 2026.*

3.2 - Atos/instrumentos administrativos produzidos nos períodos de fevereiro, março, abril e até 6 maio de 2025/2026.

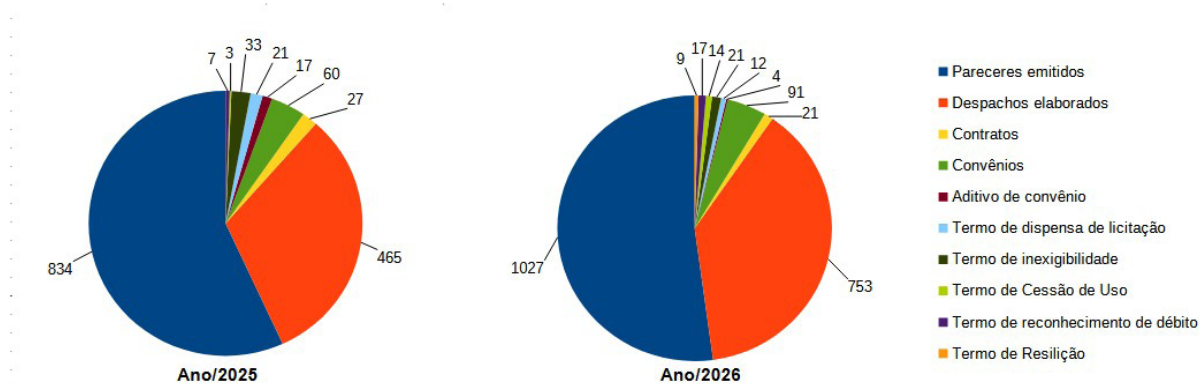


Imagem 1. Instrumentos Administrativos produzidos nos períodos de fevereiro, março, abril e até 6 de maio de 2025/2026.
Fonte: Banco de dados da unidade, 2025/2026.

4. PROJETOS DESENVOLVIDOS

Nos termos do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça, a Consultoria Jurídica apresenta-se como órgão de assessoramento à Presidência e às demais unidades administrativas, possuindo natureza eminentemente consultiva, voltada à análise jurídica de processos e procedimentos; à emissão de pareceres; à revisão e à confecção de instrumentos de dispensas e inexigibilidades de licitação, contratos e convênios; e à orientação técnica, inclusive para cumprimento de decisões judiciais, não se caracterizando, por conseguinte, como unidade de gestão ou execução de políticas administrativas. Nesse contexto, suas atividades institucionais não demandam, necessariamente, a estruturação de projetos executivos próprios, estando sua atuação concentrada no suporte jurídico especializado às iniciativas e às demandas oriundas das unidades administrativas deste Tribunal.

Assim, denominamos meramente de “Ação” as medidas administrativas implantadas pela CONSU, para a otimização do assessoramento prestado à Presidência e às demais unidades administrativas que compõem a estrutura do TJBA.

Ação 1 – Reestruturação Interna da Consultoria Jurídica

- **Unidade demandante:** Consultoria Jurídica.
- **Status:** concluído (fase inicial) / em aperfeiçoamento.
- **Escopo:** adequação da unidade à nova realidade institucional decorrente do aumento expressivo da demanda processual interna.

Entregas realizadas:

- criação, no âmbito interno da CONSU, do núcleo previdenciário;
- redistribuição de processos e competências entre os assessores, resultando em maior produtividade;
- reorganização do layout da unidade; e
- ajustes nos fluxos internos de análise dos processos e dos respectivos instrumentos.

Ação 2 – Adequação dos Fluxos de Análise Jurídica

- **Unidade demandante:** diversas unidades administrativas.
- **Status:** em andamento.
- **Escopo:** reorganização do fluxo de tramitação processual, atinente a contratos e convênios, em razão da criação do Núcleo de Contratos do TJBA.

Entregas realizadas:

- absorção da nova demanda oriunda da Corregedoria-Geral e da Ex-Corregedoria das Comarcas do Interior;
- reestruturação interna para atender às novas atribuições; e
- melhoria na tramitação e na organização dos processos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros 100 dias de gestão foram marcados por significativa ampliação das atribuições da Consultoria Jurídica, especialmente em razão da centralização das análises jurídicas, decorrente da reestruturação institucional do Tribunal, principalmente no que toca à absorção de processos provenientes das Corregedorias, implicando uma variação estimada de 54,3% na movimentação de processos recebidos no período, quando comparado ao mesmo período do ano antecedente. Segue tabela abaixo:

5.1 Movimentação processual relativa aos meses de fevereiro, março e abril de 2025/2026.

Período	Entrada			Saída		
	Fev	Mar	Abril	Fev	Mar	Abril
2025	355	357	557	327	360	516
2026	455	778	725	398	609	627
Crescimento (%)	28,2	118	30,1	21,6	69,1	21,5

*Tabela.2 – Movimentação processual do período.
Fonte: Banco de dados da unidade, 2026.*

Apesar do aumento expressivo da demanda, a unidade manteve o compromisso com a qualidade técnica das manifestações, de modo a promover ajustes estruturais e organizacionais que possibilitaram a continuidade dos serviços com eficiência e segurança jurídica.

A criação do núcleo previdenciário e a reorganização interna demonstram o esforço institucional de adaptação aos novos desafios, reforçando o papel estratégico da Consultoria Jurídica no apoio à gestão administrativa do Tribunal de Justiça da Bahia.

Salvador, 6 de maio de 2026.

Mônica Elizabeth Vieira Martins Garrido
Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência

AUDITORIA INTERNA



APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna deve ser compreendida como uma atividade independente, objetiva de avaliação e consultoria, concebida para adicionar valor e melhorar as operações das unidades do Tribunal, auxiliando-o a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, com a finalidade de avaliar e aperfeiçoar a eficácia dos processos de controles internos, governança e gerenciamento de riscos.

O propósito da Auditoria Interna do Judiciário é oferecer serviços objetivos de avaliação e consultoria, desenvolvidos para agregar valor e promover o aperfeiçoamento da gestão.

Em decorrência de suas atribuições precípuas, é vedada à unidade de Auditoria Interna exercer atividades típicas de gestão, conforme parágrafo único do art. 2º da Resolução CNJ nº 308/2020.

Projetos Desenvolvidos - Prestação de Serviço de Avaliação

No desenvolvimento das suas atividades, a Auditoria Interna do Judiciário executa exames, análises e avaliações das auditorias propostas no seu Plano Anual, que contempla um resumo da programação de trabalho, da realidade do ambiente institucional e dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Encontram-se, em fase de execução, os seguintes projetos:

Projeto	Objetivo
AUD-001 / 2026-MON	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, Projeto AUD-007/2024-CNF, que teve por objetivo: avaliar os controles internos implementados pela Administração para garantir a adequada execução contratual da prestação de serviço de protocolo, arquivamento, desarquivamento e movimentação documental, compreendendo a análise do processo de trabalho, gestão e fiscalização.
AUD-002 / 2026-CNF	Avaliar a regularidade dos Contratos nº 18/21-S e nº 75/25, quanto à adequação dos procedimentos administrativos adotados e à efetividade dos mecanismos de controle na gestão desses contratos. Adicionalmente, será objeto de análise a fase de habilitação do Pregão Eletrônico nº 12/2023, referente ao Contrato nº59/23, com vistas a verificar os requisitos legais e os editais aplicáveis.
AUD-003 / 2026-MON	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, Projeto OPE-001/2021, que teve por objetivo: avaliar a acessibilidade digital do Poder Judiciário, especialmente em relação às medidas adotadas para o cumprimento das exigências da Lei nº 10.098/2000, do Decreto nº 5.296/2004, da Resolução CNJ nº 401/2021 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Projeto	Objetivo
AUD-004 / 2026-MON	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, Projeto AUD-005/2024-ESP, que teve por objetivo avaliar, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a implementação da Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, bem como avaliar a existência de um ambiente interno aderente às práticas previstas no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), da Rede Equidade.
AUD-005 / 2026-MON	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, Projeto AUD-006-2024-OPE-CNF, que teve por objetivo avaliar se os procedimentos da fase interna das contratações (planejamento e elaboração dos editais), em uma amostra específica de processos, estão aderentes aos dispositivos legais, à governança e às boas práticas administrativas de TIC.
AUD-006 / 2026-ESP	Avaliar o estágio de implementação e a eficácia das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na governança, na gestão e no monitoramento da atuação dessas instituições, com vistas a subsidiar decisões estratégicas e promover maior integração e eficiência na atuação do Poder Judiciário na proteção ambiental.

Ação Coordenada de Auditoria determinada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ

A Auditoria Interna, em atendimento ao Ofício-Circular nº 15/2025/COSI do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está desenvolvendo o Projeto de Auditoria AUD-006/2026-ESP sobre a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente, instituída pela Resolução CNJ nº 433/2021 e atualizada pela Resolução CNJ nº 611/2024.

Essa ação objetiva avaliar o estágio de implementação e a efetividade das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na governança, na gestão e no monitoramento, com vistas a subsidiar decisões estratégicas e promover maior integração e eficiência na atuação da proteção ambiental pelo Poder Judiciário.

No âmbito das Ações Coordenadas de Auditoria, cabe à unidade de Auditoria Interna executar os trabalhos de avaliação de forma padronizada e concomitante, segundo o plano de trabalho, os instrumentos e a metodologia definidos pelo CNJ, assegurando a comparabilidade dos resultados em nível nacional.

Nesse contexto, compete à Auditoria Interna do Judiciário: (i) conduzir os procedimentos de auditoria no âmbito deste Tribunal; (ii) coletar, analisar e validar as informações relativas à implementação da política; (iii) responder ao questionário estruturado disponibilizado pelo CNJ; e (iv) elaborar relatório contendo achados, conclusões e recomendações, além de sumário executivo, os quais subsidiarão a consolidação nacional a ser realizada pelo Conselho.

Projetos Desenvolvidos - Prestação de Serviço de Consultoria

A atividade de consultoria consiste na prestação de serviços de assessoramento à Administração, cuja natureza e escopo são acordados previamente, com o propósito de agregar valor à gestão institucional, indicar diretrizes para o aperfeiçoamento dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como avaliar e propor a adoção de boas práticas voltadas à implementação e ao fortalecimento dos controles internos.

Nesse contexto, no âmbito do Projeto AUD-009/2025-CON, a Auditoria Interna está prestando consultoria, visando apoiar a Administração na implementação do Processo de Governança no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Dentre os produtos previstos, destaca-se a Avaliação da Governança Corporativa, cuja finalidade é diagnosticar o nível de maturidade da governança institucional, identificar oportunidades de aprimoramento e subsidiar a Alta Administração na adoção de medidas voltadas ao fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia, controle, gestão e sustentabilidade, em consonância com as boas práticas aplicáveis à Administração Pública.

Para a consecução desse objetivo, foram aplicados questionários de autoavaliação, estruturados com base em referenciais reconhecidos de governança e gestão adotados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de modo a refletir, de forma objetiva e sistematizada, a realidade institucional do Tribunal. A partir das respostas obtidas, a Auditoria Interna elaborou Relatório de Diagnóstico Situacional, com vistas a consolidar os resultados apurados, evidenciar o nível de aderência às práticas avaliadas e identificar lacunas e oportunidades de melhoria no sistema de governança institucional.

Ainda, como produtos esperados desse trabalho, incluem-se a instituição de Comitê responsável pela elaboração da Política de Governança Institucional e o assessoramento na elaboração da Política de Governança Institucional do TJBA.

Ações em andamento da Unidade de Auditoria Interna do Judiciário

1. Reestruturação da Unidade de Auditoria Interna do Poder Judiciário, com a nomeação do Assessor Técnico de Auditoria e dos Coordenadores responsáveis pelas unidades técnicas, quais sejam: a Coordenação de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão Administrativa (COAGG) e a Coordenação de Auditoria de Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação (COAPI). Prevendo-se, ainda, o fortalecimento gradual da equipe ao longo do exercício, mediante a designação de novos servidores técnicos, consoante as necessidades institucionais e o aprimoramento contínuo das atividades de auditoria.
2. Coordenação dos Projetos de Auditoria do exercício de 2026.
3. Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria (RAINT), relativo ao exercício de 2025, em atendimento às diretrizes previstas nas Resoluções nº 308/2020 e nº 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

4. Atualização do Estatuto da Auditoria Interna e do Código de Ética, com vistas a adequá-los às inovações normativas recentemente introduzidas, em especial aquelas decorrentes das alterações promovidas nas Resoluções nº 308 e nº 309 do Conselho Nacional de Justiça, bem como à reestruturação organizacional da Auditoria Interna no âmbito deste Tribunal, conforme as disposições da Lei Estadual nº 14.972/2025.

5. Reavaliação e consolidação da nova Matriz do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), considerando os conhecimentos consolidados na capacitação institucional sobre o Modelo IA-CM, com a finalidade de reconstruir o diagnóstico de maturidade, atualizar os níveis atribuídos, identificar lacunas e definir ações de aprimoramento.

6. Aplicação de questionários de Avaliação Contínua no âmbito do Programa de Qualidade de Auditoria.

7. Desenvolvimento de Planilha eletrônica para o monitoramento das recomendações de auditoria.

8. Promoção de reuniões de auditoria com as unidades auditadas.

9. Participação nos encontros do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud), promovida pelo CNJ.

10. Prestação de informações aos órgãos de controle externo – TCE/BA e CNJ.

Resultados Práticos e Impactos Gerados a partir das implementações das recomendações de auditoria

A Auditoria Interna do Judiciário agrega valor à organização por meio das recomendações consignadas em seus relatórios, as quais contribuem para o aprimoramento dos processos de trabalho, para o fortalecimento dos controles internos, para a mitigação de riscos e para o aperfeiçoamento da governança institucional. Nesse contexto, a efetiva adoção das medidas recomendadas potencializa a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades desenvolvidas, auxiliando o Tribunal no alcance de seus objetivos estratégicos e na entrega de melhores resultados à sociedade.

Abaixo, são apresentados, a título exemplificativo, os resultados práticos e os impactos identificados.

1. Recomendação de Auditoria: promover um novo certame licitatório para a contratação dos serviços especializados e continuados de movimentação e informação documental com utilização de mão de obra residente nas unidades do Poder Judiciário do Estado da Bahia, em decorrência das falhas demonstradas no planejamento da contratação.

Medida Implementada: deflagração do Pregão Eletrônico nº 055/2025.

Resultados e Impactos Gerados: a promoção de novo certame licitatório possibilitou o adequado planejamento da contratação, com o aprimoramento dos estudos técnicos preliminares, do dimensionamento da demanda, da pesquisa de preços e dos demais instrumentos que instruem a fase preparatória. Como resultado, houve o fortalecimento dos controles internos, a mitigação de riscos associados à contratação, o incremento da segurança jurídica e a ampliação da eficiência, da economicidade e da aderência do processo às disposições legais e às necessidades institucionais do Tribunal.

2. Recomendação de Auditoria: atualização do Manual de Contratações do TJBA, consoante a nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/21.

Medida Implementada: regulamentação da Lei nº 14.133/21 e instituição do Novo Manual de Contratações.

Resultados e Impactos Gerados: o Decreto Judiciário nº 970, de 29 de outubro de 2025, regulamentou a aplicação da Lei nº 14.133/21 no âmbito do Tribunal. Posteriormente, constatou-se a publicação, em janeiro de 2026, do Novo Manual de Contratações do Poder Judiciário da Bahia, instrumento que consolida diretrizes, fluxos e orientações práticas a serem observadas pelos agentes públicos envolvidos nas contratações.

3. Recomendação de Auditoria: necessidade de aprimoramento da estrutura das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Poder Judiciário do Estado da Bahia, Exercício 2023, face à fragilidade de informações relativas às Políticas Contábeis, às variações patrimoniais relevantes, aos ativos contingentes, aos eventos subsequentes e aos riscos.

Medida Implementada: revisão e ampliação das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025, contemplando os elementos apontados, anteriormente, pela Auditoria Interna.

Resultados e Impactos Gerados: elevação da qualidade, da transparência e da utilidade das informações contábeis, de modo a fortalecer a prestação de contas, subsidiar a tomada de decisão e ampliar o controle social.

4. Recomendação de Auditoria: instituir a Comissão Permanente de Sanções Administrativas (CPSA) por meio do instrumento normativo adequado.

Medida Implementada: Resolução nº 03/2026, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 29 de janeiro de 2026. O referido ato alterou a Resolução nº 5, de 27 de março de 2013, para instituir e inserir a Comissão Processante de Sanções Administrativas (CPSA) na estrutura organizacional do TJBA, em conformidade com a legislação vigente.

Resultados e Impactos Gerados: fortalecimento da governança e dos controles internos relacionados à apuração de infrações contratuais, com definição formal de competências e procedimentos, conferindo maior segurança jurídica, padronização na condução dos processos sancionatórios e maior eficiência na aplicação de sanções administrativas.

5. Recomendação de Auditoria: desenvolver e implementar um programa de monitoramento contínuo para avaliar o percentual de mulheres enquanto força de trabalho, utilizando painéis de dados, relatórios e censos.

Medida Implementada: painel contendo dados sobre a proporcionalidade de raça, sexo e etnia, contemplando servidores e magistrados ativos, bem como estagiários, juízes leigos, conciliadores e empregados de empresas contratadas, disponível no Portal da Transparência do TJBA.

Resultados e Impactos Gerados: Ampliação da transparência e do monitoramento da composição da força de trabalho, permitindo o acompanhamento contínuo da participação feminina no âmbito institucional, em conformidade com a Resolução CNJ nº 255/2018, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

CONTROLADORIA DO JUDICIÁRIO

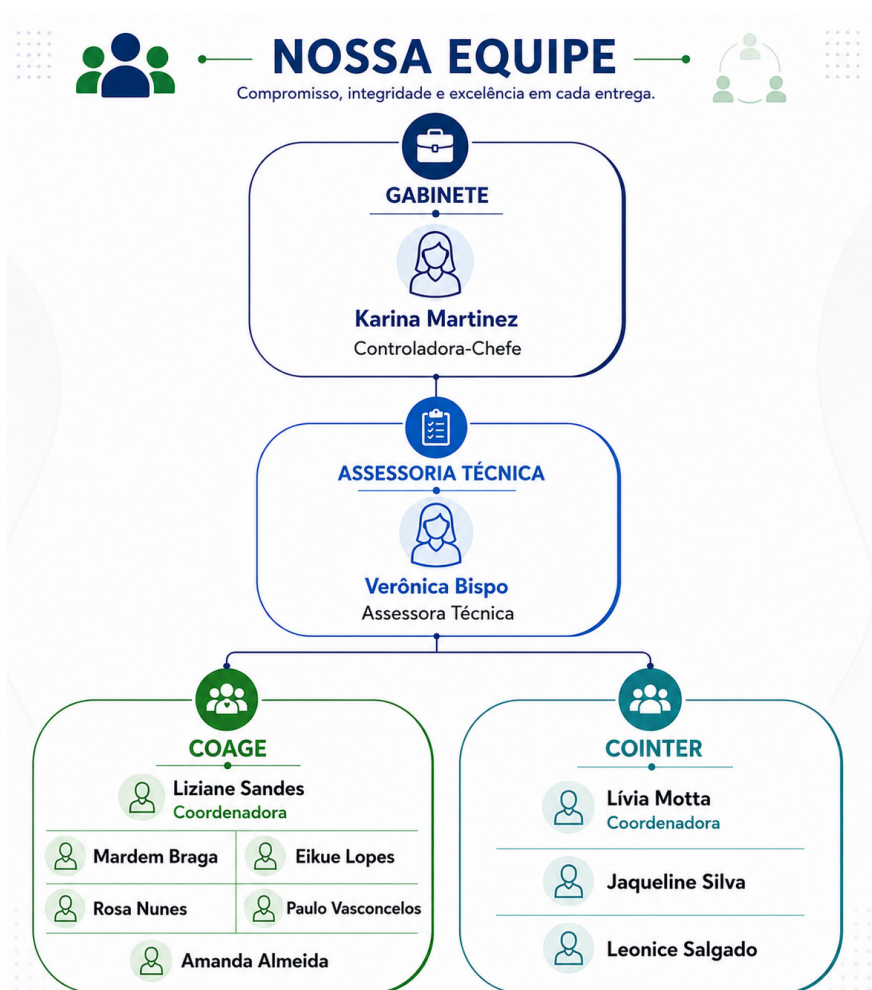


APRESENTAÇÃO

A Controladoria é um órgão Central de Controle Interno, integrante da 2ª Linha na estrutura administrativa do Poder Judiciário, diretamente vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia, tendo como pilares a **Prevenção, a Detecção e a Correção** dos atos praticados pela Administração Pública, por meio do controle e do acompanhamento da gestão administrativa, financeira, patrimonial, contábil e operacional da instituição, bem como da gestão do Sistema de Integridade e da Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia.

1. ESTRUTURA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Com o advento da Lei nº 14.972 de 9 de setembro de 2025, a CTJUD foi reestruturada para a seguinte estrutura administrativa:



2. OBJETIVOS PARA O BIÊNIO 2026-2028

Para o novo biênio 2026-2028, a Controladoria do Judiciário, acompanhando o Plano de Gestão, estabeleceu diversos objetivos a serem alcançados por esta unidade, dentre eles:

- 1**



Ampliação do Painel de Monitoramento de Acompanhamento da Gestão.
- 2**



Confecção do Manual de Recomendações e Boas Práticas de Controle Interno do Poder Judiciário.
- 3**



Criação do Projeto “CONTROLE 360”: sistema integrado de Monitoramento para fortalecer a Governança, aprimorar os Controles Internos.
- 4**



Efetivação do Sistema de Integridade.
- 5**



Publicação dos normativos que integram a Política de Integridade.
- 6**



Instituir o Calendário Anual de Ações de Integridade.
- 7**



Realização do Evento Comemorativo de 1(um) ano de Implementação do Sistema de Integridade no TJBA
- 8**



Criação da Campanha de Comunicação de Integridade e Risco.
- 9**



Publicação do Manual de Gestão de Riscos do TJBA.
- 10**



Elaboração da Matriz de Riscos Institucionais.
- 11**



Realização de Monitoramento dos Principais e Significativos Riscos.
- 12**



Realização de Capacitações contínuas e aprofundadas aos Gestores de Riscos.
- 13**



Estabelecimento do Canal de Relatos.

3. AÇÕES REALIZADAS E CONCLUÍDAS NOS ÚLTIMOS 100 DIAS

3.1. Ampliação Sistemática de Monitoramento das Ações de Acompanhamento da Gestão

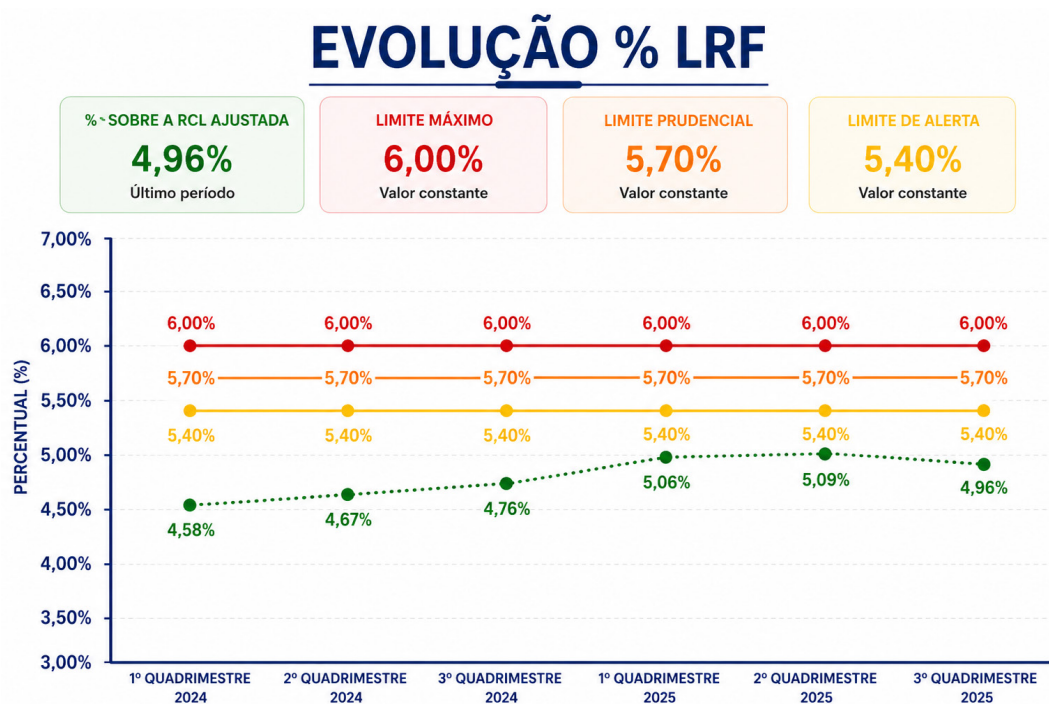
A **COAGE** exerce papel relevante no fortalecimento da governança interna do Poder Judiciário da Bahia, por meio da realização de **análises temáticas e da gestão tempestiva do Painel de Monitoramento**, ferramenta destinada à supervisão das desconformidades institucionais, apontadas e recomendadas pelo **Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA)**, pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e pelas deliberações provenientes da **Auditoria Interna (AUDI)**.

As atividades executadas envolvem avaliações técnicas, análise de riscos, exame de conformidade procedimental e verificação das providências adotadas pelas unidades responsáveis, favorecendo maior consistência, segurança e integridade administrativa.

As ações registradas nos últimos 100 dias apresentaram evolução quantitativa no período analisado, passando de **37 registros em dezembro de 2025 para 53 registros em 8 de maio de 2026**, o que representa crescimento aproximado de **43,24%**, bem como evidenciando o fortalecimento das práticas de supervisão e aprimoramento institucional desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário da Bahia.

3.2. Monitoramento dos Índices de Pessoal – LRF

A Controladoria acompanhou e monitorou a evolução dos Índices de Pessoal, bem como subscreveu o **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** referente ao **3º quadrimestre de 2025**, posteriormente aprovado por meio do **Decreto Judiciário nº 58, de 21 de janeiro de 2026**, contribuindo para o fortalecimento da responsabilidade fiscal e da transparência das informações institucionais.



3.3. Gestão do Portal da Transparência



3.4. Articulação Institucional, Visitas Técnicas e Atuação Preventiva

A COAGE participou de reuniões estratégicas, alinhamentos administrativos, visitas técnicas e ações de orientação junto às unidades administrativas e operacionais do TJBA, reforçando seu compromisso com o acompanhamento próximo, o fortalecimento da gestão institucional, a execução contratual e a conformidade documental.



(Visita in loco CODIS e CTRAN)

3.5. Ampliação das Ações de Integridade pela Coordenação de Integridade e Riscos

A **Coordenação de Integridade e Riscos (COINTER)** atua de forma estratégica, fomentando a adesão, a comunicação e a disseminação do Sistema de Integridade, bem como estabelece mecanismos para Gestão de Riscos. Nos 100 primeiros dias da gestão, a unidade elaborou o **Decreto Judiciário nº 76/2026**, que instituiu o Sistema de Integridade no âmbito do PJBA, assim como o **Decreto Judiciário nº 337/2026**, que instituiu o Comitê de Integridade.

No mesmo eixo, foram desenvolvidos diversos atos normativos, dentre os quais se destacam: proposta de diretrizes para o **relacionamento entre agentes públicos e terceiros** nas licitações e nas contratações administrativas; decreto que institui o **Manual de Gestão de Riscos**; minuta de decreto que regulamenta o **Canal de Relatos**; decreto relativo à **Avaliação Reputacional de Terceiros**; proposta de **atualização do Decreto Judiciário nº 970/2025**; e minuta de normativo destinada à **regulamentação do uso de Inteligência Artificial no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia**.

No campo da comunicação institucional, foram elaborados e divulgados, mensalmente, conteúdos voltados à sensibilização e à orientação de magistrados e servidores, especialmente as **pílulas de integridade**, os **cards informativos** e a divulgação das ações desenvolvidas pela COINTER no **Portal de Integridade**.

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2026, a Controladoria do Judiciário organizou o curso “**Novo Manual de Contratações do TJBA**”, com participação do palestrante Ronny Charles, aberto a todos os servidores. A iniciativa teve como objetivo padronizar fluxos, reduzir possíveis inconsistências, maximizar a governança das contratações e ampliar os controles internos praticados pelas unidades de 1ª Linha do TJBA.



(Lançamento do Novo Manual de Contratações e Capacitação para magistrados e servidores)

3.7. Publicação e Distribuição do Novo Manual de Contratações – Edição 2026

Como desdobramento dessas iniciativas, foi publicado e distribuído aos(as) servidores(as) o **Manual de Contratações do TJBA**, com o objetivo de reforçar o modelo de governança, integridade, controle e gestão de riscos aplicáveis às contratações públicas. Em seguida, o **Ato Normativo Conjunto nº 04/2026** definiu os órgãos responsáveis pela atualização do Manual.



3.8. Conclusão e Publicação do Manual de Gestão de Riscos



Em razão da **Política de Gestão de Riscos do TJBA (Res. 02/2025)**, a CTJUD publicou o **Manual de Gestão de Riscos**, documento que apresenta diretrizes metodológicas de forma didática, destinado a auxiliar e apoiar os gestores de riscos na identificação, na análise, no tratamento, na mitigação e no monitoramento dos riscos institucionais.

3.9. Realização de Entrevistas com os Gestores de Riscos e Mapeamento dos Riscos Institucionais

A Controladoria **identificou os riscos institucionais**, promoveu alterações na composição do Comitê de Gestão de Riscos, nos termos do Decreto Judiciário nº 170/2026, bem como viabilizou a nomeação dos **Gestores de Riscos do TJBA**, conforme Decreto Judiciário nº 240/2026, os quais foram **convocados para entrevistas**.

Nesse processo, foram realizadas **32 entrevistas**, atendendo a todas as unidades administrativas, com a escuta de **64 Gestores** (titulares e suplentes) e o indispensável mapeamento de **82 riscos institucionais**.



(Entrevista com os Gestores de Riscos da Corregedoria)



3.10. Fomento Diário ao Sistema de Integridade

Para fins de adesão ao Sistema de Integridade, a CTJUD fomentou a assinatura dos **Contratos de Gestão e Compromisso** entre o Presidente do TJBA e os Secretários, assim como os Secretários e seus Diretores, atingindo 100% de seus destinatários. Além disso, aprimorou os mecanismos para garantir que todos os servidores assinem os **Termos de Adesão ao Sistema de Integridade**, em conformidade com o art. 26 do Decreto Judiciário nº 76/2026, percentual que se aproxima dos **42%** da área administrativa da capital.



3.11. Confecção do Manual de Integridade

A Controladoria está elaborando o Manual de Integridade do TJBA, cujo objetivo é informar e disseminar a cultura da integridade no Tribunal de Justiça, compilando conteúdos mais robustos, a fim de fortalecer o compromisso diário de todos com a integridade.



4. RESULTADOS PRÁTICOS

4.1. Conclusão de 8 Monitoramentos

A **COAGE** concluiu **8 monitoramentos**, reforçando seu compromisso com a governança, a transparência e os controles institucionais. Com atuação contínua, as questões identificadas foram tratadas com responsabilidade, contribuindo para maior segurança processual e apoio à gestão.



4.2. Gestão da Transparência

A Controladoria atuou na **Comissão de Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário do Estado da Bahia**, realizando o **controle dos prazos e reunindo informações** para a instrução do processo de Prestação de Contas de 2025. As ações contribuíram para o **cumprimento das exigências previstas no Decreto Judiciário nº 10, de 7 de janeiro de 2026, e na Resolução nº 000083/2025-TCE**, reforçando o compromisso com a regularidade processual e a transparência.

4.3. Acompanhamento do Planejamento Estratégico 2021-2026



A CTJUD realizou o acompanhamento semestral e a análise do cumprimento das metas estabelecidas no **Planejamento Estratégico do PJBA 2021-2026**, em conformidade com o **art. 9º da Resolução nº 03, de 24 de março de 2021**. O trabalho desenvolvido permitiu verificar a **evolução dos indicadores estratégicos**, contribuindo para o **aprimoramento do desempenho institucional** e para a **efetividade das diretrizes estabelecidas pelo Poder Judiciário da Bahia**.

4.4. Encerramento dos Processos Administrativos no Siga

Em abril de 2026, a unidade organizou o **acervo antigo recepcionado pelo SIGA**, com o arquivamento no sistema, o encaminhamento às unidades responsáveis e a migração ao SEI dos que continuam em andamento.



4.5. Controladoria em Números Administrativos



Ao longo desses primeiros 100 dias, a Controladoria executou diversas atividades permanentes e contínuas, entre elas: analisou **4 processos de aposentadorias**; elaborou **20 pareceres**; analisou **72 decisões monocráticas**; expediu **57 ofícios**; e participou de **133 reuniões institucionais**. Além disso, no sistema oficial de gestão (SEI), gerou **321 processos**, recebeu **535 expedientes** e baixou **386 demandas**, estando, em andamento, apenas 149 processos.

Ademais, no acompanhamento da Auditoria Operacional iniciada pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, no que se refere à Prestação de Contas do Exercício de 2025, a CTJUD recepcionou **34 Solicitações**, com a movimentação de **79 processos administrativos**.

5. PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS COMISSÕES E NOS GRUPOS DE TRABALHO



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA

PARTICIPAÇÃO DA CTJUD EM COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

A CTJUD participa, de forma assídua e proativa, de **12 (doze)** comissões, comitês e grupos de trabalho, prestando **orientação técnica**, elaborando **minutas** e auxiliando na elaboração de **normativos**.



# N°	ASSUNTO	SERVIDOR	DECRETO
01	Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário da Bahia.	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 151, de 24/02/2026
02	Comissão de apoio à Comissão Examinadora de Concursos Públicos.	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 631, de 08/08/2024
03	Núcleo Socioambiental do TJBA.	Leonice Santos Salgado	Decreto Judiciário nº 206, de 06/03/2026
04	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.	Leonice Santos Salgado	Decreto Judiciário nº 192, de 06/03/2026
05	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.	Leonice Santos Salgado	Decreto Judiciário nº 197, de 06/03/2026
06	Comissão com a finalidade de atuar na Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Paulo Gabriel Freitas de Vasconcelos	Decreto Judiciário nº 966, de 19/12/2024
07	Comissão de Gestão do Portal da Transparência, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 876, de 14/10/2025
08	Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos relativos à Gratificação de Atividade Externa (GAE).	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 79, de 03/02/2025
09	Comissão de Apoio à Comissão Especial de Concurso para cargos de Juiz Substituto.	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 195, de 06/03/2026
10	Comitê de Gestão de Riscos.	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 170, de 27/02/2026
11	Comitê de Integridade do TJBA.	Karina Correia Martinez	Decreto Judiciário nº 337, de 06/04/2026

6. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Para além das inúmeras funções típicas desenvolvidas pela CTJUD, a referida unidade está desenvolvendo 3 (três) Projetos estratégicos voltados ao Tribunal de Justiça da Bahia, dentre eles:

1. Manual de Recomendações e Boas Práticas de Controle Interno

Unidade demandante: Controladoria do Judiciário

Percentual de implementação: 10%

Escopo: o projeto busca padronizar as orientações expedidas pela Controladoria no âmbito do Controle Interno, por meio da expedição de instruções normativas da Controladoria, com o objetivo de conferir maior efetividade, segurança jurídica, aplicabilidade institucional e padronização.

Entregas realizadas: elaboração das primeiras minutas e início da estruturação do plano de execução e cronograma do projeto.



2. Projeto Controle 360°

Unidade demandante: Controladoria do Judiciário

Percentual de implementação: 5%

Escopo: o projeto busca consolidar a COAGE como um centro tático de governança, monitoramento e inteligência institucional no âmbito do TJBA, com foco na regularidade das contratações, no fortalecimento dos controles internos, na prevenção de riscos, na integridade administrativa e no atendimento qualificado aos órgãos de controle externo.

Entregas realizadas: peças preliminares, levantamento de referências, delimitação de escopo e definição conceitual do modelo a ser adotado.



3. Evento Comemorativo de 01(um) ano de Implantação do Sistema de Integridade no TJBA

Unidade demandante: Controladoria do Judiciário

Percentual de implementação: 10%

Escopo: o evento é destinado à comemoração de 01 (um) ano de implantação do Sistema de Integridade no âmbito do TJBA, visando a disseminação de boas práticas relacionadas à governança, à integridade, à transparência no setor público e à gestão de risco, por meio de capacitações e troca de experiências, sendo que está programado para acontecer nos dias 31 de agosto a 03 de setembro de 2026.

Entregas realizadas: apoio da Alta Administração, definição das datas, aula magna, capacitações e pesquisas preliminares.



7. CONCLUSÃO

Os 100 primeiros dias do biênio 2026-2028 foram essenciais à consolidação e ao crescimento da Controladoria do Tribunal de Justiça da Bahia. A atuação da CTJUD concentrou-se no aprimoramento da gestão de riscos, no fomento da cultura de integridade, na eficiência operacional e técnica, bem como na estruturação de procedimentos voltados ao fortalecimento do protagonismo institucional, à qualificação da execução contratual, à conformidade documental e à prevenção de riscos na gestão.

Nesse contexto, as ações realizadas pela CTJUD reafirmam a Controladoria do Judiciário como órgão essencial ao fortalecimento institucional, à promoção da responsabilidade técnica e operacional e à concretização da visão estratégica para auxiliar a Alta Administração na tomada de decisões com a devida segurança e, sobretudo, para acompanhar e monitorar a regularidade dos atos praticados pela gestão administrativa.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



1. APRESENTAÇÃO

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), órgão diretamente vinculado à Presidência do TJBA, apresenta o Relatório dos 100 (cem) dias desta gestão, elaborado segundo as diretrizes institucionais estabelecidas pela Presidência do Tribunal, bem como alinhado aos princípios de governança, eficiência administrativa, inovação, transparência e fortalecimento da prestação jurisdicional previstos no Plano de Gestão do TJBA para o biênio 2026-2028.

O GSI possui a seguinte estrutura:

- I. Chefia;
- II. Subchefia;
- III. Ajudância de Ordens;
- IV. Coordenação Administrativa;
- V. Coordenação de Segurança Pessoal e Inteligência;
- VI. Coordenação de Segurança Patrimonial;
- VII. Coordenação de Material Bélico; e
- VIII. Comandos de Policiamento.

Nesse período inicial de gestão, o GSI concentrou esforços na modernização das rotinas de segurança institucional; no fortalecimento da proteção patrimonial e pessoal de magistrados e servidores; na ampliação da capacidade operacional; no aprimoramento dos mecanismos preventivos; e no desenvolvimento de ações estratégicas voltadas à integração com a segurança, a tecnologia e a inteligência institucional.

As iniciativas implementadas refletem o compromisso do Gabinete com a construção de um ambiente institucional mais seguro, eficiente, resiliente e integrado, contribuindo para a continuidade das atividades jurisdicionais, para a preservação da integridade física dos usuários do sistema de Justiça e para o fortalecimento da confiança institucional de toda a sociedade no Poder Judiciário baiano (PJBA).

A atual gestão do Gabinete, sob a chefia do Tenente-Coronel Sérgio Mercês, assumiu a função em 3 de fevereiro deste ano e o presente relatório visa fornecer informações sobre a produtividade do GSI e descrever as principais ações efetuadas nos 100 dias iniciais do biênio 2026-2028.

2. OBJETIVOS TRAÇADOS

Nesse período, o Gabinete de Segurança Institucional direcionou suas atividades estratégicas para os seguintes objetivos:

- fortalecer a segurança institucional das unidades do Poder Judiciário da Bahia;
- ampliar a capacidade operacional das ações preventivas de policiamento;
- modernizar os sistemas de videomonitoramento e as práticas de controle de acesso;
- intensificar as ações de proteção pessoal de magistrados e servidores em situação de risco;
- consolidar práticas de planejamento estratégico e gestão orientada por resultados;

- promover capacitações técnicas relacionadas à segurança institucional e à gestão de crises, não apenas entre o efetivo do GSI, mas também entre os servidores estatutários do TJBA;
- padronizar procedimentos operacionais de segurança;
- intensificar a integração com a inteligência, a tecnologia e a segurança patrimonial; e
- reforçar a cultura de prevenção e proteção institucional no âmbito do PJBA.

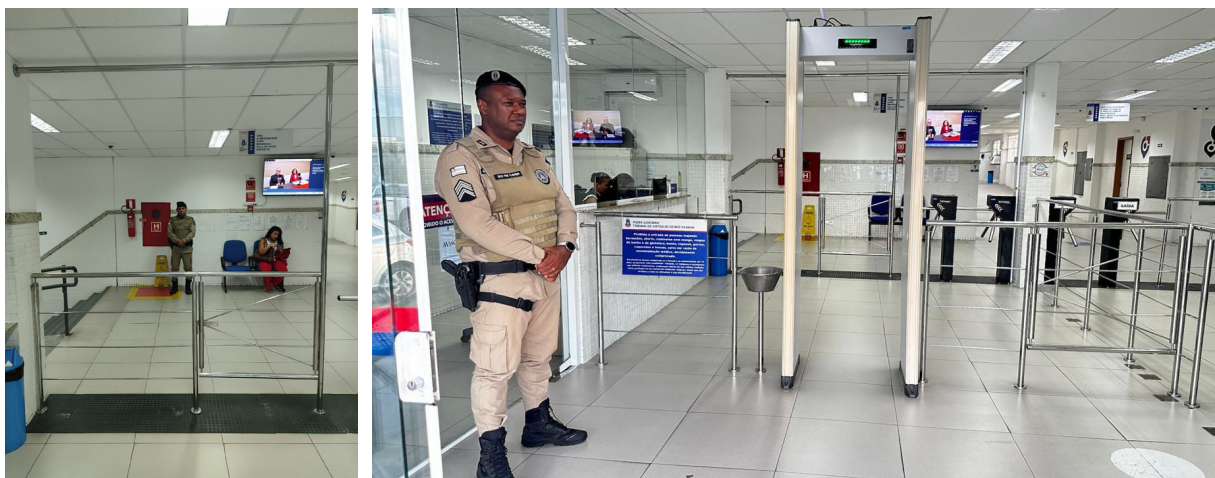
À luz dos objetivos acima elencados, os primeiros cem dias da gestão 2026-2028 evidenciam um Gabinete de Segurança Institucional (GSI) alinhado a uma visão sistêmica e moderna de proteção, que articula a robustez da infraestrutura tecnológica com o aprimoramento do capital humano. Ao integrar inteligência, modernização dos sistemas de controle e padronização operacional, o GSI não só busca elevar o patamar da segurança física e patrimonial das unidades do TJBA, mas também consolidar uma gestão orientada por resultados e voltada à prevenção. Esse esforço conjunto – que prioriza a capacitação técnica e a proteção efetiva de magistrados e servidores – reafirma o compromisso do Tribunal em assegurar um ambiente judiciário resiliente, eficiente e plenamente resguardado, alicerçando as bases para uma prestação jurisdicional ainda mais segura e confiável ao longo de todo o biênio.

3. AÇÕES IMPLEMENTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

a) Ampliação da Operação Justiça Segura

A Operação Justiça Segura, implantada em abril de 2022, foi ampliada durante os primeiros 100 dias da atual gestão, com acréscimo de seis novos postos de policiamento, alcançando o quantitativo diário de dezoito policiais militares em serviço extraordinário. A iniciativa proporcionou incremento de 50% na capacidade operacional da ação preventiva, de modo a fortalecer a segurança institucional das unidades contempladas em Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana.

A medida reforça o compromisso da atual gestão com o eixo de eficiência operacional e ampliação da segurança preventiva, garantindo maior sensação de segurança a magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados.



b) Capacitação de brigadistas

Foi estruturado um ciclo de capacitação destinado a servidores estatutários do TJBA para atuação como brigadistas institucionais. O projeto prevê a formação de 180 servidores ao longo do exercício de 2026, contemplando técnicas de combate a incêndio, primeiros socorros e abandono de áreas de risco.

Vale destacar que a seleção de estatutários para esse ciclo de capacitação se fundamenta na natureza do vínculo efetivo desses profissionais que, ao ocuparem seus cargos de forma permanente, apresentam um índice de rotatividade consideravelmente menor nas funções que desempenham. Tal estabilidade é estratégica para o TJBA, pois garante que o capital intelectual adquirido permaneça internalizado na instituição por um período prolongado. Ao investir na formação de quem compõe a força de trabalho contínua do órgão, o Tribunal assegura a sustentabilidade das práticas de segurança e potencializa a resiliência das unidades judiciais, evitando a descontinuidade do conhecimento técnico e consolidando uma cultura de prevenção duradoura.

A iniciativa fortalece a cultura institucional de prevenção, amplia a capacidade de resposta emergencial das unidades judiciais e contribui para o aprimoramento das práticas de segurança organizacional.

O ciclo de capacitação se iniciará no segundo semestre deste ano, com a chancela da UNICORP, e seguirá a programação descrita abaixo.

Turma	Datas	Vagas	Local
2026.1	08 e 09/07/2026	30	Fórum Regional I (Imbuí)
2026.2	12 e 13/08/2026	30	Sede do TJBA (CAB)
2026.3	09 e 10/09/2026	30	Fórum Ruy Barbosa (Nazaré)
2026.4	07 e 08/10/2026	30	Fórum Criminal (Sussuarana)
2026.5	11 e 12/11/2026	30	Sede do TJBA (CAB)
2026.6	09 e 10/12/2026	30	Fórum Ruy Barbosa (Nazaré)

Salienta-se que o sucesso desse ciclo de capacitação pavimenta o caminho para uma eventual expansão do programa rumo às maiores unidades do interior. A meta é que as diretrizes de segurança alcancem as comarcas mais populosas do estado. Com essa possível ampliação, o TJBA reafirmará seu compromisso com a integridade física de seus colaboradores e com a preservação do patrimônio público, independentemente da localização da unidade.

c) Elaboração do Plano de Gestão Anual (PGA)

O Gabinete elaborou um Plano de Gestão Anual (PGA), cujo teor se refere à consolidação do planejamento institucional do GSI. O documento estabelece metas, prioridades, indicadores e ações estruturantes, alinhando as atividades operacionais às diretrizes institucionais do Tribunal de Justiça da Bahia.

A iniciativa fortalece a governança interna, a transparência administrativa e a cultura de gestão orientada por resultados.

d) Treinamento de proteção de autoridades

Na segunda quinzena de maio deste ano, serão promovidas ações de capacitação concernentes à proteção de autoridades, envolvendo conteúdos relacionados a técnicas de contramedidas e extração, atendimento pré-hospitalar (APH), deslocamento em comboio e demais procedimentos operacionais especializados na atividade de escolta e segurança.

As atividades fortalecem a capacidade técnica do efetivo empregado na segurança institucional, notadamente no acompanhamento de magistrados e servidores, bem como ampliam a prontidão operacional das equipes envolvidas em missões de proteção pessoal.

O ciclo de treinamentos seguirá a programação descrita abaixo.

Turma	Datas	Vagas	Local
2026.1	14 e 15/05/2026	25	BOPE (Lauro de Freitas)

e) Produção de cartilha de segurança para magistrados e servidores

O GSI iniciou o desenvolvimento de cartilha institucional destinada a magistrados e servidores, contendo orientações preventivas sobre segurança pessoal, residencial, digital e em deslocamentos a pé ou em veículos.

A ação objetiva ampliar a conscientização institucional acerca de medidas preventivas de segurança e fortalecer a cultura organizacional referente à prevenção de riscos.

A cartilha almeja cumprir o papel de complementar, estrategicamente, as ações de segurança que o GSI já realiza nas unidades do TJBA e nos procedimentos de acompanhamento e escolta, promovendo uma visão de segurança institucional ainda mais abrangente e integrada. Ao oferecer orientações preventivas que abrangem as esferas pessoal, residencial, digital e de deslocamentos, a iniciativa reconhece que o capital humano é o alicerce do Tribunal, elevando o patamar da cultura organizacional de prevenção. Dessa forma, o GSI não somente reforça a proteção física, mas também empodera magistrados e servidores, transformando cada indivíduo em um agente consciente e preparado na preservação da sua própria integridade e, consequentemente, de toda a instituição.

f) Produção de protocolos de controle de acesso

Foram iniciados os trabalhos de elaboração de protocolos padronizados de controle de acesso de pedestres e veículos nas unidades do Poder Judiciário baiano.

A iniciativa objetiva uniformizar procedimentos operacionais, reduzir vulnerabilidades e aprimorar os mecanismos de controle e proteção das edificações institucionais.

Para além da elaboração de protocolos padronizados, visando à uniformização operacional e à redução de vulnerabilidades, o GSI assume um papel central na capacitação dos colaboradores terceirizados que atuam nesses acessos. A atuação do GSI transcende a simples identificação de falhas, focando na estruturação de uma doutrina de procedimentos sólida, por meio da qual esses profissionais serão instruídos e preparados. Esse esforço de capacitação é essencial para garantir que as diretrizes de segurança sejam aplicadas com rigor e padronização, transformando a equipe operacional em um elo indispensável à proteção das edificações institucionais.

g) Consolidação da função de Oficial Supervisor

O GSI do TJBA consolidou a função de Oficial Supervisor para atuar em fins de semana e feriados, com vistas a estreitar o relacionamento com magistrados e servidores. O propósito é fortalecer a segurança institucional por meio de um canal de comunicação direta e ágil via telefone, facilitando o atendimento de demandas sob a responsabilidade do Gabinete.

h) Fortalecimento da gestão de segurança dos principais fóruns

Para aprimorar a qualidade e o controle operacional diante da dispersão territorial das unidades do PJBA, o GSI emprega um Oficial como Comandante de Policiamento em cada unidade estratégica: sede do TJBA (CAB); Fórum Ruy Barbosa (Campo da Pólvora); Central dos Juizados Especiais (Imbuí); Fórum Criminal Des. Carlos Souto (Sussuarana); e Fórum Des. Filinto Bastos (Feira de Santana/BA).

A gestão do efetivo do GSI e a segurança orgânica de cada localidade são atribuições desses oficiais, cuja atuação assinala o elo direto com a segurança, os magistrados e os administradores, sendo corresponsáveis pela segurança institucional e pela resolução de demandas in loco, reportando-se, diretamente, ao Chefe do GSI.

i) Visitas técnicas e manutenção de equipamentos

A modernização e a manutenção contínua dos sistemas de videomonitoramento são cruciais para assegurar a integridade física de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como a preservação do patrimônio público. Ao garantir a plena funcionalidade desses dispositivos, a instituição não só mitiga riscos, como também assegura a continuidade das atividades, estabelecendo um ambiente institucional mais seguro, monitorado e resiliente.

As intervenções incluíram a substituição de um switch na Coordenação de Distribuição (CODIS), em 11 de março, bem como a recuperação de 77 pontos de visão no Fórum Ruy Barbosa (48 pontos) e no Fórum de Camaçari (29 pontos), entre 7 e 9 de abril. No período de 12 a 17 de abril, foram recuperadas 71 câmeras e substituídos componentes ópticos nas Comarcas de Uauá, Euclides da Cunha, Serrinha, Nazaré e São Gonçalo dos Campos. Adicionalmente, 184 câmeras do Fórum de Ilhéus foram integradas ao Centro Integrado de Gestão de Segurança (CIGS) mediante celebração de contrato com a empresa Akler Solution LTDA. As ações culminaram no ganho operacional de 332 dispositivos de videomonitoramento.



j) Ampliação do efetivo do GSI

O efetivo policial à disposição do Gabinete passou de 134 (centro e trinta e quatro) para 146 (cento e quarenta e seis) policiais militares, representando crescimento de 8,9% no quadro operacional do GSI. A atual composição de efetivo é a que segue:

Quantitativo de Policiais Militares	
Grau Hierárquico	Quantidade (maio de 2026)
Coronel PM	0
Tenente-Coronel PM	2
Major PM	3
Capitão PM	11
Tenente PM	1
Aspirante a Oficial PM	0
Subtenente PM	11
Sargento PM	42
Cabo PM	29
Soldado PM	47
TOTAL	146

O incremento permitiu maior capacidade de atendimento das demandas institucionais relacionadas à segurança patrimonial, à segurança pessoal e ao policiamento preventivo.

k) Produção de Ordens de Policiamento para subsidiar a atuação operacional

As Ordens de Policiamento constituem um dos alicerces documentais da atividade operacional do GSI, traduzindo diretrizes estratégicas em orientações táticas precisas para o emprego do efetivo. Elas são fundamentais à segurança institucional, pois asseguram a padronização das ações, garantem a rastreabilidade das missões executadas e fornecem o amparo legal necessário para a tomada de decisão em campo. Ao catalogar sistematicamente essas ordens

– consoante realizado desde o início da atual gestão até 5 de maio de 2026 –, o GSI não apenas promove a transparência e a accountability de suas operações, mas também consolida um histórico essencial ao aperfeiçoamento contínuo das táticas de proteção e à mitigação de riscos, assegurando que cada missão seja conduzida com previsibilidade, eficácia e estrita conformidade com os protocolos de segurança estabelecidos.

Ordem de Policiamento	Quantidade
Escolta a comboio de magistrados e servidores	8
Reforço de policiamento em uma determinada localidade	32
Escolta de magistrados a estabelecimentos prisionais	20

I) Atuação em Segurança Pessoal e Inteligência

O GSI atuou no acompanhamento de situações de risco envolvendo magistrados e servidores, realizando análises de segurança institucional, produção de relatórios técnicos e implementação de medidas de proteção pessoal.

As ações foram desenvolvidas em articulação com a Comissão Permanente de Segurança (CPSeg) e com demais órgãos de inteligência e segurança pública do Estado.

A atuação do GSI fundamenta-se no assessoramento estratégico. Esse trabalho é pautado no processamento de informações e relatos encaminhados por magistrados, os quais subsidiam a tomada de decisão e a adoção de ações preventivas. Diante da identificação de cenários de risco ou ameaças à integridade das autoridades, o GSI mobiliza o emprego do seu contingente. Essa medida visa garantir a proteção pessoal e a incolumidade física dos magistrados, garantindo o exercício pleno de suas funções institucionais.

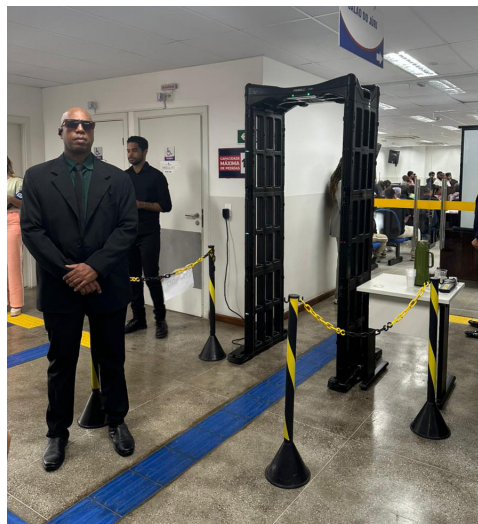
Instalação de Pórtico Detector de Metais Portátil		
Nº	Comarca	Local
1	Lauro de Freitas	Fórum Criminal
2	Lauro de Freitas	Fórum Cível

Foram instalados dois pórticos detectores de metais portátil na Comarca de Lauro de Freitas (um no Fórum Criminal e outro no Fórum Cível), com o fito de inibir e coibir a entrada de metais não permitidos nas dependências das edificações, além de fortalecer o controle de acesso e a segurança institucional.

Instalação Provisória de Pórtico Detector de Metais Portátil e Segurança		
Nº	Comarca	Local
1	Itabuna	Salão do Júri

Foi solicitado apoio ao GSI para promover aparato de segurança necessário junto ao Fórum de Itabuna, no dia 24 de março de 2026, no qual haveria o julgamento de um policial militar que vitimou um Delegado da Polícia Civil em 28 de abril de 2019. O caso gerou grande repercussão local, sendo também noticiado em rede nacional, à época do acontecimento. Foi instalado o pórtico de detector de metais portátil na entrada do Salão do Júri e contou com quatro policiais do GSI.

As informações mencionadas decorrem de fatos ocorridos e relatados pelos magistrados ao GSI, sendo produzidos relatórios de modo a assessorar a CPSeg.



4. PROJETOS DESENVOLVIDOS

A implementação de projetos no âmbito do GSI reflete um compromisso estratégico com a excelência operacional e a resiliência institucional. Mais do que iniciativas administrativas, as ações estruturantes são fundamentais ao fortalecimento de uma cultura de prevenção, à otimização da alocação de recursos e à mitigação proativa de vulnerabilidades, assegurando que o ambiente do Judiciário baiano permaneça protegido e apto a cumprir sua missão constitucional com eficácia e segurança. A relação de projetos apresentada, a seguir, sintetiza o esforço contínuo da unidade em alinhar as práticas de governança à modernização tecnológica e ao zelo ininterrupto pelo patrimônio público e humano que compõe esta Corte.

1. Projeto: Ampliação da Operação Justiça Segura.

Unidade Demandante: GSI.

Status: em execução.

Escopo: ampliação do policiamento preventivo e ostensivo em unidades do PJBA.

Entregas realizadas: expansão operacional de postos de policiamento e fortalecimento da segurança institucional.

2. Projeto: Plano de Gestão Anual (PGA).

Unidade Demandante: GSI.

Status: concluído.

Escopo: estruturação do planejamento estratégico do GSI.

Entregas realizadas: consolidação de metas, indicadores e diretrizes estratégicas da unidade.

3. Projeto: Capacitação de Brigadistas.

Unidade Demandante: GSI.

Status: em execução.

Escopo: formação de servidores para atuação preventiva em situações de emergência.

Entregas realizadas: estruturação do calendário anual de capacitação e definição das turmas.

4. Projeto: Visitas técnicas e manutenção de equipamentos.

Unidade Demandante: GSI.

Status: em execução.

Escopo: recuperação e modernização da infraestrutura de monitoramento eletrônico.

Entregas realizadas: recuperação de 332 dispositivos de videomonitoramento e integração tecnológica.

5. Projeto: Produção de Protocolos de Controle de Acesso.

Unidade Demandante: GSI.

Status: em elaboração.

Escopo: padronização dos procedimentos de acesso às unidades judiciais.

Entregas realizadas: desenvolvimento das diretrizes operacionais de controle de acesso.

6. Projeto: Segurança Cinética.

Unidade Demandante: GSI.

Status: concluído.

Escopo: fornecimento de bastões policiais retráteis ao efetivo.

Entregas realizadas: aquisição de 129 (cento e vinte e nove) unidades.

7. Projeto: Segurança Pessoal.

Unidade Demandante: GSI.

Status: em execução.

Escopo: aquisição de coletes balísticos dissimulados executivos para as equipes de acompanhamento e segurança de autoridades.

Entregas realizadas: produção de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para embasar a aquisição de 30 (trinta) unidades.

8. Projeto: Aquisição de rádios portáteis digitais.

Unidade Demandante: GSI.

Status: em execução.

Escopo: aquisição de HTs para otimizar a comunicação entre os policiais do GSI durante a atividade operacional.

Entregas realizadas: produção de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para embasar a aquisição de 20 (vinte) unidades.

5. CONCLUSÃO

Os primeiros 100 dias da gestão 2026-2028 do GSI evidenciam o compromisso da unidade com a modernização administrativa, o fortalecimento da segurança institucional, a eficiência operacional e a implementação de práticas alinhadas às diretrizes estratégicas do TJBA.

As ações desenvolvidas demonstram a busca contínua pelo aprimoramento da prestação dos serviços institucionais, pela proteção de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como pela consolidação de uma cultura organizacional baseada em planejamento, prevenção, transparência e resultados.

**RELATÓRIO 100 DIAS
GESTÃO 2026-2028**

CONTEÚDO

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

EDIÇÃO, REVISÃO, DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE

Secretaria de Comunicação Social

As informações contidas neste Relatório
são de inteira responsabilidade de cada unidade
do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA**